

Discursos e narrativas:

Entre conflitos e
deslocamentos

Antônio Luiz Assunção
Argus Romero Abreu de Moraes
Eliana da Conceição Tolentino
Luiz Manoel da Silva Oliveira
(Organizadores)



Pedro & João
editores

Discursos e narrativas: entre conflitos e deslocamentos

**Antônio Luiz Assunção
Argus Romero Abreu de Moraes
Eliana da Conceição Tolentino
Luiz Manoel da Silva Oliveira
(Organizadores)**

Discursos e narrativas: entre conflitos e deslocamentos

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Antônio Luiz Assunção; Argus Romero Abreu de Moraes; Eliana da Conceição Tolentino; Luiz Manoel da Silva Oliveira [Orgs.]

Discursos e narrativas: entre conflitos e deslocamentos. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 253p. 16 x 23 cm.

**ISBN: 978-65-5869-774-9 [Impresso]
978-65-5869-775-6 [Digital]**

1. Discursos. 2. Narrativas. 3. Deslocamentos. 4. Literatura. I. Título.

CDD – 410

Foto da Capa: Kátia Hallak Lombardi

Capa: Petricor Design

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee e Joseildo Henrique Conceição

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/ Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2022

Sumário

PREFÁCIO	9
<i>Maria Luiza Scher Pereira</i>	

PARTE I – Narrativas do contemporâneo

Da Diáspora: a atualidade da obra de Stuart Hall	17
<i>Adelaine LaGuardia Nogueira</i>	

Colonização/Descolonização	37
<i>Eliana da Conceição Tolentino</i>	

Identidade e trauma em <i>O retorno</i>, de Dulce Maria Cardoso	51
<i>Shirley de Sousa Gomes Carreira</i>	

A literatura da diáspora asiática nos Estados Unidos: uma poética do deslocamento	65
<i>Gláucia Renate Gonçalves</i>	

PARTE II – Literatura e deslocamentos: teoria e crítica

Discursos cruzados: o comparatismo e suas relações com a teoria, a crítica e a historiografia literárias	83
<i>Eduardo F. Coutinho</i>	

O que o estudo da epistolografia de Garret pode ensinar: inferências, esclarecimentos, conflitos e paradoxos 101
Sérgio Nazar David

Fernando Pessoa: a palavra em defesa do oculto 123
Adílio Jorge Marques
Melissa M. G. Boëchat

Brasil, feminismo e feminino na ficção de Ana de Castro Osório 137
Eduardo da Cruz

PARTE III – Conflitos e (im)possibilidades das críticas do discurso

Capital humano: da teoria neoliberal ao dispositivo do mundo Corporativo 155
Daniel Pereira Andrade

Teratologia do discurso de ódio: sobre uma possível origem dos conflitos sociais e para uma visão de discurso e melhoramento social 175
Cláudio Márcio do Carmo

Em tempos de conflitos: negociação de sentidos e a enunciação do Outro 201
Antônio Luiz Assunção

Metáforas de doutrinação: o enquadramento conceitual do termo doutrinação pelo movimento Escola Sem Partido 219
Natália Elvira Esperandio

Quando a fotografia é resistência

Kátia Hallak Lombardi

João Barreto

235

Prefácio

Prefaciador um livro de ensaios é, em geral, uma atividade desafiante, mas ao mesmo tempo prazerosa. É desafiante porque nos convoca a enfrentar pesquisas acadêmicas diversas que, mesmo sendo de áreas afins, apresentam especificidades metodológicas e complexidades teóricas que nos desalojam do nosso campo próprio. E ao mesmo tempo, é uma tarefa prazerosa, porque o prefaciador tem a feliz oportunidade de ter nas mãos, pela primeira vez reunidos em livro, um conjunto de textos que expressam o trabalho crítico de pesquisadores dispostos ao diálogo e à troca de experiências acadêmicas.

O prefaciador também é desafiado a interagir com a proposta que presidiu à organização do volume, uma vez que a obra representa, ou apresenta, de alguma forma, o perfil intelectual do seu organizador e do seu editor.

Dessa forma, mesmo que os textos já tenham sido dados a público nas comunicações dos eventos acadêmicos, recebê-los de novo, agora juntos e ordenados segundo o objetivo almejado pelos organizadores, traz um sabor de ineditismo. Rearranjados como livro, o conjunto dos textos convoca uma outra leitura, e oferece um novo prazer.

No caso deste *Discursos e narrativas: entre conflitos e deslocamentos*, temos o resultado da reunião de pesquisadores e professores em torno de um eixo temático, o deslocamento, e da representação dos conflitos provocados por ele em diferentes tipos e gêneros de discursos e narrativas, produzidos em circunstâncias específicas de momentos diversos, compreendidos entre o século XIX e o presente primeiro quartel do século XXI. Da reunião desses especialistas resultou o equilibrado diálogo entre conceitos e reflexões teóricas diferentes, mas convergentes, e os instigantes exercícios de crítica literária e análise de discurso, que agora se apresentam.

O Programa de Pós-graduação em Letras da UFSJ abriga campos de saberes das ciências humanas e sociais, e essa convivência de áreas de estudos levou à organização dos ensaios em seções que permitem ao leitor transitar pelos textos, com o apoio da referência intitulada em cada uma das três seções. Assim, as duas áreas do PROMEL estão bem representadas nos estudos agrupados segundo sua convergência teórica, crítica e temática.

Na primeira parte, *Narrativas do contemporâneo*, o conceito-tema do deslocamento será configurado a partir de um viés teórico abordado de modo rigoroso e (in)formativo, no texto “Da diáspora; a atualidade da obra de Stuart Hall”. Acompanhando de perto o pensamento, inaugural para os Estudos Culturais, do sociólogo anglo-jamaicano, a ensaísta situa perfeitamente o debate desse campo, articulado com as questões produzidas pelas “sociedades multiculturais”, na emergência do “fenômeno pós-colonial” e no âmbito do controverso “pós-modernismo.”

Enfrentando a complexa interação crítica do pensamento de Stuart Hall com nomes como Marx, Althusser e Gramsci, a autora maneja com desenvoltura os conceitos e as ferramentas teóricas do debate contemporâneo sobre cultura dominante, diáspora e assunção das marginalidades, vistas como raça, cor, gênero, periferias, minorias em geral. Trata-se de um “novo tipo de política cultural”, visando “à mudança no equilíbrio do poder nas relações da cultura”.

Três trabalhos críticos compõem a seção, em diálogo com o marcador teórico do primeiro texto citado. São eles: “Colonização/descolonização – deslocamentos e conflitos”; “Identidade e trauma em *O retorno*”; e “A literatura da diáspora asiática nos Estados Unidos”. Todos os autores literários abordados pelos críticos nesses capítulos trataram, de alguma maneira, de deslocamentos entre centro e margem, e entre discurso hegemônico e discursos subalternos emergentes. Essa questão dos discursos ativa, inclusive, a disputa entre o cânone literário e as narrativas que desafiam os gêneros, misturando ficção e memória, invenção e experiência subjetiva.

“Sujeito em percurso”, “sujeitos transnacionais”, “representação do trauma” das migrações, “discursos de aceitação e pertencimento”, são as chaves conceituais que orientam os exercícios de análise de escritores relativamente conhecidos da academia brasileira, como Isabela Figueiredo e Dulce Maria Cardoso, mas também nomes de menor circulação fora da academia americana, como Toshi Mori e Hisae Hiamamoto. Jovens portugueses retornados da África ou asiáticos transmigrados para os Estados Unidos, esses autores lidam com subjetividades que substituem “raízes subterrâneas por raízes aéreas”, na bela metáfora usada pelo crítico, para a sua condição diaspórica.

A segunda parte do livro, que leva o título de *Literatura e deslocamento (teorias e crítica)*, agrupa trabalhos realizados a partir da perspectiva comparatista. O viés teórico do texto “Discursos cruzados: o comparatismo e suas relações com a teoria, a crítica e a historiografia literárias” oferece um amplo painel do estado da arte nesse domínio dos estudos literários. E pavimenta os exercícios críticos dos três textos que essa seção abriga.

Inicialmente, o que enfeixa esses trabalhos é a particularidade de que resultam de olhares brasileiros sobre a literatura portuguesa. Esses olhares operam por deslocamento, em muitos sentidos. Por exemplo, em “O que o estudo da epistolografia de Garrett pode ensinar: inferências, esclarecimentos, conflitos, paradoxos”, o pesquisador vai além da imensa fortuna crítica de um dos mais importantes escritores do século XIX, agregando a ela reflexões a partir da parte pouco estudada da sua obra, a epistolografia. Além de se deslocar do cânone crítico, que já consagrou os “escritos de invenção” garrettianos, o ensaio também apresenta um viés comparatista mostrando “o quanto a obra estritamente literária se ilumina no diálogo com a epistolografia”. Isso permitirá que futuros estudiosos possam “traçar outras leituras e outras rotas de interpretação da obra” do autor de *Viagens na minha terra*.

De certa forma, o mesmo princípio operacional – deslocamento crítico e comparatismo – foi posto em funcionamento no texto “Fernando Pessoa: a palavra em defesa do oculto”. Aqui

também os autores não limitam sua atenção à parte mais canonizada da poesia pessoana que inclui a dispersão heteronímica, ou o *Cancioneiro*, ou a *Mensagem*, por exemplo. Assim, eles se debruçam sobre o diálogo entre Literatura e Esoterismo, um eixo conhecido, mas não suficientemente estudado pela crítica acadêmica. Seguindo um percurso até de crítica biográfica, os ensaístas buscam de certa forma revelar traços “[d]esse Pessoa reservado [que] se revela em sua poesia esotérica”.

No ensaio “Brasil, feminismo e política na ficção de Ana de Castro Osório”, o deslocamento se dá para o viés de crítica da cultura e estudo de gênero, que orienta a pesquisa sobre o contexto, a vida, o pensamento político e a escrita de Ana de Castro Osório, uma das mais expressivas escritoras portuguesas do início do século XX. A escritora, deslocada para o Brasil, dialoga com outras intelectuais de sua geração, e a leitura dessas vozes femininas permite ao leitor apreender o instigante olhar do crítico (masculino, brasileiro, do século XXI) sobre o seu objeto (voz feminina, portuguesa, da virada do século XIX para o XX). Esses olhares cruzados revitalizam os estudos literários, que vão muito além da leitura imanente dos textos e obras.

A terceira seção do livro “Conflitos e possibilidades críticas dos discursos” contempla, de modo mais específico, a área dos estudos dos discursos, desde suas condições de enunciação, até os meandros da recepção, passando pelos processos de difusão e interação, que se observam no plano das relações institucionais, comunitárias e sociais.

Nos dois primeiros textos dessa parte, “Capital humano: da teoria neoliberal ao dispositivo do mundo corporativo”, e “Teratologia do discurso do ódio”, em que pese a especificidade de cada uma dessas duas pesquisas, temos em comum a reflexão sobre como os discursos tendem a “se projetar como comportamento”.

Na sociedade contemporânea, marcada pelos processos de concentração de riqueza e exclusão de desfavorecidos, vemos a emergência de “uma nova ética do trabalho assentada na ideia de que cada indivíduo é um empreendedor de si mesmo”. Assim,

eficiência, autossuperação e competitividade criam um ambiente social vulnerável aos conflitos e aos comportamentos de ódio, que os discursos dos “managers”, dos “coachings”, e também dos porta-vozes das estruturas de exclusão, terminam por introjetar nos sujeitos, resultando no “engajamento completo da subjetividade” à lógica perversa e desumana do empreendedorismo sem limites.

As estratégias de controle dos discursos e suas consequências na construção das subjetividades e das identidades sociais são objeto das pesquisas expressas nos dois textos seguintes dessa seção. “Negociação de sentidos e a enunciação do Outro” trata das “relações entre linguagem e poder”, focando, sobretudo, no processo de “interpelação” dos sujeitos pelos discursos. Segundo o autor, os sujeitos sociais mantêm uma “relação dialética” com a interpelação, cujos efeitos podem ser negativos ou positivos. De um lado, podem desqualificar os indivíduos como incapazes, inclusive da ação de dizer, como é o caso dos doentes mentais, que são constituídos, pela ordem dos discursos, como desprovidos de razão. De outro, os efeitos da interpelação podem ser positivos, ao qualificar os sujeitos como aptos à produção e negociação de sentido do indivíduo no mundo, inclusive de formas de “enunciação do Outro”, como é o caso dos exemplos estudados nos Comentários que exemplificam a reflexão.

Em direção semelhante, o texto “Metáforas da doutrinação” analisa os processos de produção metafórica de discursos de poder, ou de discursos de controle, como é o caso daquele produzido para divulgação do movimento Escola Sem Partido. Recorrendo a estudos que tratam a Metáfora como conceito teórico, e não apenas como figura de linguagem, a autora focaliza, nos extratos do manifesto do movimento citado, a atualização da metáfora “Discussão é guerra”, para configurar a vontade de poder desse tipo de discurso de propaganda.

A guerra, da metáfora acima, será de certa forma metonimizadas nas fotografias estudadas no ensaio “Quando a fotografia é resistência”, que fecha o livro. A primeira parte do estudo traz tanto fotografias de cenários e ruínas, com resíduos e vestígios das duas guerras mundiais,

como fotografias de espaços em que se produziram vítimas de outra guerra, igualmente assustadora: a violência urbana. A ausência de pessoas nessas fotografias funciona como um testemunho da eliminação e do silenciamento.

A segunda parte do trabalho dedica-se às fotografias de pessoas. São “retratos” de pessoas negras, indígenas, ou simplesmente cidadãos anônimos, periféricos, que, segundo os autores do ensaio, “não tem a intenção de narrar a história privada das pessoas fotografadas”, não tendo, portanto, o caráter de “denúncia social”. No entanto, em todas essas fotografias encontra-se o mesmo objetivo: a resistência ao apagamento da história e ao silenciamento imposto a esses sujeitos sociais, e a provocação da leitura crítica dessas imagens instigantes.

Estimular o pensamento crítico pelo diálogo que fomenta o bom debate, e contribuir para a divulgação e discussão das diversas perspectivas teóricas e críticas que circulam na academia constituem a base do trabalho dos pesquisadores e professores. A essa tarefa intransferível do intelectual não se furtaram os estudiosos aqui reunidos.

Maria Luiza Scher Pereira
Juiz de Fora, agosto de 2021.

Parte I - *Narrativas do contemporâneo*

Da diáspora: a atualidade da obra de Stuart Hall

Adelaine Laguardia Nogueira¹

A coletânea *Da Diáspora* foi publicada no Brasil em 2003, após o VIII Congresso da ABRALIC, na Bahia no ano 2000, quando Stuart Hall proferiu a palestra de abertura do evento. A questão da identidade racial e as manifestações do racismo ocupavam então um lugar central nos debates político-culturais. Portanto, a ideia da publicação surgiu em momento oportuno, quando as discussões sobre cotas raciais na educação superior começavam. Essas políticas federais para a educação superior sempre geraram debates acalorados sobre o lugar social e institucional do trabalho intelectual, temas para os quais Stuart Hall muito contribuiu. No livro, questões como racismo e etnicidade se entrelaçam a outras teorizações sobre a globalização, o multiculturalismo britânico, a identidade cultural diaspórica, a teoria pós-colonial e a teoria da comunicação televisiva. Suas preocupações abrangem, em especial, o “popular”, que Hall teoriza do ponto de vista conceitual e histórico e desembocam num diálogo crítico com o marxismo clássico e o marxismo estruturalista, sempre pensando no “limite” conceitos como ideologia, hegemonia, interpelação, entre outros, úteis nas análises conjunturais e políticas comumente realizadas no âmbito dos Estudos Culturais. Em seu conjunto, os ensaios traduzem o método analítico de Hall e seu interesse sobre “políticas culturais que façam diferença”.

¹ Professora Adjunta aposentada da Universidade Federal de São João Del-Rey; colaboradora no Programa de Mestrado em Letras: Teoria Literária e Crítica da Cultura; Doutora em Literatura Comparada e Mestre em Inglês pela Universidade Federal de Minas Gerais. Tradutora de *Da Dáspora: identidades e mediações*, de Stuart Hall.

Essa gama de contribuições para o debate na atualidade não pode ser resumida em poucas páginas. Além disso, o altíssimo grau de abstração com que Hall trata e entrelaça esses temas diversos constitui, a meu ver, um imenso desafio a qualquer tentativa de tratá-los resumidamente. Diante disso, cabe-me fazer um recorte e síntese das principais intervenções de Hall para os Estudos Culturais (sem, no entanto, pretender esgotá-las) e apontar alguns parâmetros, conceitos, metáforas que suas reflexões esclareceram e que constituem ainda hoje nortes para pesquisas nesse campo. Devo salientar, contudo, que este trabalho não pretende substituir ou suplementar a leitura (a meu ver indispensável) do próprio autor.

O trabalho do teórico (e dos primeiros pesquisadores do Centre for Cultural Studies de Birmingham) se originou no contexto da invasão húngara pela Rússia, que provocou um abalo dentro do Partido Comunista inglês e a ruptura das convicções do marxismo clássico, bem como da invasão do Canal de Suez pela Inglaterra, o que resultou num esforço de perlaboração em torno das simplificações, ausências, limites e falhas daquela teoria. Portanto, não é correto associar diretamente o campo dos Estudos Culturais com Marx ou o marxismo. Como afirma Hall, que pertenceu ao que se chamou de Nova Esquerda na Inglaterra (resultante da dissidência dentro do Partido Comunista após os eventos acima referidos), a relação entre ambos os campos teóricos se deu de forma problemática e conflituosa. É importante salientar que, apesar de suas trocas intelectuais intensas com os expoentes do Partido Comunista inglês e com os mais eminentes marxistas de seu tempo, Hall jamais se filiou a partido algum.

Globalização, Diáspora, Multiculturalismo e Pós-colonialismo

Seu trabalho com as identidades culturais diaspóricas pode iluminar uma gama de pesquisas na atualidade. Em geral, pensamos a identidade cultural como algo inato, que carregamos até o fim da vida. Ao contrário, Hall insiste na ideia de que elas são múltiplas e processuais. A identidade cultural negra,

especificamente, se caracteriza por um entrelaçamento entre diferentes elementos culturais africanos, europeus, asiáticos, cujo resultado, agora híbrido, não pode mais ser facilmente desagregado em seus aspectos de “origem” ou “autênticos”. Essa cultura híbrida não é uma imitação de segunda classe da metrópole, uma vez que é regida por uma lógica de “crioulização”, do tipo transcultural, a partir do qual grupos subordinados ou marginais selecionam e inventam a partir de materiais a eles transmitidos pela cultura metropolitana dominante. O estudo desse fenômeno se interessa em como o colonizado produz o colonizador e vice-versa no interior de relações de poder desiguais.

O autor afirma que, nas culturas migratórias (diaspóricas), o sentido se constrói na tradução, uma lógica cultural que, segundo Kobena Mercer, institui a “estética diaspórica”. Essas culturas são resultado do capitalismo global, que permite a maior circulação entre os povos e culturas, ou de guerras e conflitos entre países. Hall define dois conceitos de diáspora: um, fechado, que se apoia sobre o binarismo dentro/fora e a construção do Outro. Porém afirma o valor de um conceito mais aberto, calcado na noção derridiana de *differérence*, ou seja, *places de passage* e significados que são posicionais e relacionais, “sempre agindo ao longo de um espectro sem começo nem fim” (HALL, 2003, p. 33)². Essa tendência hibridizante, no caso caribenho, pode ser observada na linguagem, em que o crioulo, o *patois* e o inglês negro carnavalizam e desestabilizam as normas do inglês padrão. Quando se fala em estética diaspórica deve-se compreendê-la, portanto, como “impura”, não no sentido de perda, mas como a condição de sua própria modernidade, ou, como afirmou Salman Rushdie: “é como a novidade entra no mundo”. Hall nos alerta que as análises das identidades culturais na diáspora não podem ser adequadamente apoiadas nas teorias do Estado-Nação, que trabalham com conceitos como fronteiras, soberania, “comunidades imaginadas” e

² Todas as citações de *Da diáspora* foram retiradas da primeira edição, publicada em 2003. Doravante as citações e referências à obra conterão apenas o número da página.

se referem à constituição dos sistemas capitalistas. No cenário da globalização, os Estados-Nação entraram em declínio, devido primeiramente às duas guerras mundiais, aos movimentos de independência nacional e à descolonização no século XX. Portanto, observa o autor, devemos ver essa perspectiva diaspórica das culturas como uma subversão dos modelos culturais tradicionais orientados para a nação.

Com a globalização e seus efeitos de compressão espaço-temporais impulsionados pelas novas tecnologias, não é mais tão fácil apontar as origens das culturas, embora elas tenham seus locais. No caso das identidades negras, por exemplo, estas não devem ser vistas como reflexos de uma origem verdadeiramente africana, pois são o resultado de seu desenvolvimento relativamente autônomo. O elemento mais forte das políticas culturais atuais situa-se em como essas identidades retrabalham a África em diferentes contextos; como se pode reler a África hoje; como detectar sua “sobrevivência”; seus traços e sinais disseminados, seja na língua, nos padrões rítmicos da música, no gingado, nos jeitos de falar e nas práticas religiosas. Assim, para Hall, é importante estudar hoje as formas de sobrevivência dessa “África” (que para ele pode ser lida como uma metáfora) através das histórias alternativas que se contrapõem às narrativas coloniais e oficiais, bem como as matérias-primas usadas para retrabalhar seus padrões culturais artísticos de formas novas. Trata-se de verificar como esses padrões culturais originais foram ultrapassados através do processo de tradução cultural. Em resumo, o autor enfatiza que é necessário redescobrir não as “raízes” ou “origens”, mas as “rotas fragmentárias” africanas e, por esse prisma, falar da escravidão, colonização, exploração e racialização, de modo a conferir sentido às interpretações da cultura e “para tornar o invisível visível” (p. 41).

Com a globalização, os processos migratórios hoje mudam e diversificam as culturas e pluralizam as identidades culturais do Estado-Nação. Os fluxos populacionais, assim como os fluxos de capital e a tecnologia, são hoje inevitáveis. As migrações das

antigas colônias para as metrópoles abalam o discurso da homogeneização cultural formando “minorias” ou guetos que, contudo, não permanecem isolados. Essas minorias interagem continuamente com a cultura dominante, originando uma frente bem ampla que participa de um movimento transnacional e de suas conexões múltiplas e laterais.

A globalização, em sua fase contemporânea tem, contudo, suas contradições. Por um lado, atuam as forças dominantes de homogeneização cultural que ameaçam as culturas emergentes, uma vez que controlam o mercado cultural, o capital e os fluxos cultural e tecnológico. Por outro lado, existem forças alternativas que lentamente vão se disseminando e infiltrando na cultura dominante, estabelecendo aí a pluralidade e a diferença. Mesmo que não consigam modificar inteiramente as culturas, essas novas tendências “locais” subvertem e traduzem o “global”, através de uma negociação que garante a essas culturas mais fracas a sua própria sobrevivência. Assim, o global e o local estão definitivamente ligados um ao outro. Se antes a “modernidade” emanava de um único centro (a Europa), hoje ela se dispersa, está em toda parte, possui distintas ênfases locais, originando aquilo que denominamos “modernidades vernáculas”. Isso tem gerado, nas culturas mais fracas ou pobres, um novo tipo de consciência transcultural, transnacional e mesmo pós-nacional. Essa consciência instala uma “diferença cultural” que ameaça a estabilidade do Estado-Nação e suas próprias concepções de si mesma. Hall afirma que, diante das forças globalizantes, as culturas emergentes não devem recuar, nem se fechar em seus enclaves nacionalistas.

As reflexões do autor sobre o racismo se dão no bojo de sua teorização sobre o multiculturalismo. Para ele, as sociedades multiculturais são aquelas nas quais diferentes comunidades culturais convivem, enquanto tentam preservar sua identidade de origem. Embora haja diferentes sociedades multiculturais, elas têm em comum o fato de serem heterogêneas. São diferentes do Estado-Nação moderno, constitucional liberal do Ocidente, que se firma sobre a ideia da homogeneidade social organizada segundo valores

universais e individuais liberais. Hall acredita que, embora o conceito de “multiculturalismo” seja hoje criticado, “há algo nele que devemos continuar buscando: a importância da diversidade cultural e de integrar as pessoas de cor ao tecido da sociedade” (p. 52).

O fenômeno “pós-colonial” muito contribuiu para a emergência do multiculturalismo no mundo pós-guerra. Desde a II Guerra Mundial, o multiculturalismo se intensificou com a independência das ex-colônias que agora ocupam um lugar central de contestação política, dadas as novas configurações estratégicas das forças e relações sociais em todo o mundo. As sociedades pós-coloniais continuam e refletem as condições coloniais anteriormente existentes. O autor assim as descreve:

São frágeis, do ponto de vista militar, muitas não têm uma sociedade civil organizada ou permanecem dominadas pelos primeiros impulsos nacionalistas de independência. Vivem em condições de miséria, num contexto de desigualdade global e de uma ordem mundial econômica neoliberal não regulamentada. (p. 56)

As crises, nessas sociedades, adquirem cada vez mais um aspecto multicultural ou etnicizado. Ao contrário do passado, em que os conflitos se davam em termos da desigualdade do poder entre império e colônia, hoje são as lutas internas nas sociedades pós-coloniais que produzem instabilidades políticas, como ocorreu na recente história da Nigéria, Argélia, Moçambique e Angola. Essas lutas intestinas ocorrem num novo contexto em que o poder imperial foi substituído por um sistema de poder assimétrico e globalizado.

Outro fator que contribuiu para o surgimento das sociedades multiculturais, segundo Hall, foi o fim da Guerra Fria e a queda do muro de Berlim em 1989, a ruptura da União Soviética enquanto formação transétnica e transnacional, com o declínio do comunismo de Estado enquanto modelo alternativo de desenvolvimento industrial e com o declínio da esfera soviética de influência na Europa Oriental e na Ásia Central. Isso causou impactos regionais semelhantes ao desmantelamento dos sistemas imperiais.

A própria globalização, por sua vez, constitui a terceira condição que levou ao surgimento das sociedades multiculturais, uma vez que, na contemporaneidade, ela está relacionada ao surgimento de novos mercados financeiros desregulamentados, ao capital global e aos fluxos de moedas fortes que podem desestabilizar as economias mais frágeis. Relaciona-se também às formas transnacionais de consumo, ao crescimento exponencial de novas indústrias culturais impulsionadas pelas tecnologias de informação, assim como o surgimento da “economia do conhecimento”. A fase contemporânea da globalização se caracteriza ainda pela combinação de tempos, espaços, histórias e mercados no centro de um espaço tempo “global” homogêneo, ou seja, a globalização tende culturalmente à homogeneização. Entretanto, ela tem causado extensos efeitos diferenciadores nas sociedades. Entre suas contradições estão as formações subalternas e as tendências culturais emergentes que escapam a seu controle e que ela tenta reconfigurar.

Hall revela seu interesse na teorização da globalização e do pós-colonialismo através de uma extensa reflexão sobre suas origens e as condições que poderiam ter levado a uma era pós-colonial. O autor situa as origens da globalização no período das grandes navegações e na constituição dos impérios europeus. Essas reflexões são estruturadas sobre a seguinte questão: se o pós-colonial se funda no binarismo colonizador x colonizado e também instaura uma diferença, que diferença é essa e quais as suas implicações para a política e a formação dos sujeitos na modernidade tardia? Para responder a essa indagação, o teórico se propõe a examinar exhaustivamente essa “episteme em formação” através das conceituações já elaboradas pelos expoentes da teoria pós-colonial, tais como Ella Shohat, Anne McClintock, Arif Dirklif, Peter Hulme, Hommi Bhabha, Gayatri Spivak, Robert Young, entre outros. De forma elegante e respeitosa, investiga os argumentos teóricos de cada um deles, expondo seus acertos, equívocos, limitações e ambiguidades. Destaco apenas dois pontos dessa discussão: Hall localiza duas vertentes dessa linha de estudos, uma

delas que, apesar de utilizar o conceito de forma ambígua e trabalhar com o binarismo colonizador/colonizado, teve o mérito de expor a diferença e outras formas de vida, enquanto a outra vertente, de viés pós-estruturalista, insiste na ideia de que o pós-colonial não apenas descreve uma era ou época, mas faz parte de um processo global, transnacional e transcultural que relê, de forma descentrada, o colonialismo e as grandes narrativas imperiais do passado, centradas na ideia de nação. O sentido de “global” aqui diz respeito às relações transversais e laterais, que Paul Gilroy (1993) denomina “diaspóricas”, as quais vão complementar e deslocar as noções de centro/periferia. Colonialismo e pós-colonial são vistos, portanto, como encenações do encontro entre as sociedades colonizadoras e seus outros e neste sentido tiveram o mérito de (re)apresentar a proliferação da diferença cultural e das formas de vida no interior daquela unidade suturada e polarizada que chamamos de “O Ocidente e o resto” [*The West and the rest*]. Entretanto, Hall pontua a necessidade de relacionar o pós-colonial ao desenvolvimento do capitalismo global, o que raramente ocorre na episteme pós-colonial, e considerá-lo como um sistema de diferenças, multiplicidades, dependendo de cada contexto em que ocorreu. O autor nos convida a ver o pós-colonial não como algo concluído no contexto da modernidade tardia, mas como fenômeno intrínseco ao processo de globalização e ao multiculturalismo, que repercute ainda hoje nas antigas metrópoles, (através dos hibridismos provocados pelas diásporas) e nas antigas colônias, onde o efeito do hibridismo tornou-se irreversível nas culturas e identidades e onde os efeitos da colonização e suas conexões verticais com o império são agora substituídos por conexões mais laterais, pelas instabilidades políticas, econômicas e sociais que ainda vigoram em contextos violentos e marcados pela pobreza e injustiça social.

A Cultura Popular

Hall elabora uma sofisticada reflexão sobre a cultura popular e as políticas culturais capazes de fazer diferença no contexto da globalização, em especial no que diz respeito ao lugar do negro dentro da cultura popular negra. Examina os principais significados do termo “popular”, tais como: “é popular aquilo que as massas escutam, leem, compram e consomem e que apreciam imensamente”; a cultura popular é “tudo que as pessoas fazem – os valores, os costumes e as mentalidades do povo” (p. 253). Cada uma dessas concepções poderia compor um rol, um inventário daquilo que se poderia classificar como “alta cultura” e “baixa cultura”. Hall refuta ambos os significados acima referidos e propõe um terceiro, que dá conta da dinâmica da cultura popular enquanto terreno de relacionamento, influência e como arena de contestação contínua à cultura dominante. Considera o domínio das formas e atividades culturais como um campo sempre aberto e variável. O estudo da cultura popular se resume em mapear “o processo pelo qual algumas coisas são ativamente preferidas para que outras possam ser destronadas”. (p. 241) Em outras palavras, nas análises da cultura popular não importam os inventários que dividem e classificam as formas culturais como dominantes e subordinadas, mas sim o jogo, a luta e as novas articulações que permitem com que essas formas culturais mudem de lado.

Hall expande essas reflexões quando coloca em questão a cultura popular negra na atual conjuntura que chamamos de “globalização cultural”. Nela, os negros são posicionados de forma tão ambígua quanto estavam no primitivismo do alto modernismo. Assim afirma o autor:

Mesmo que o pós-modernismo não seja uma nova era cultural, mas somente o modernismo nas ruas, isso, em si, representa uma importante mudança no terreno da cultura rumo ao popular – rumo a práticas populares, práticas cotidianas, narrativas locais, descentramento de antigas hierarquias e de grandes narrativas. Esse

descentramento ou deslocamento abre caminho para novos espaços de contestação e causa uma importantíssima mudança na alta cultura das relações culturais populares, apresentando-se, dessa forma, como uma importante oportunidade estratégica para a intervenção no campo da cultura popular (p. 337).

Também as marginalidades que emergem nessa conjuntura têm sido um espaço produtivo conquistado não simplesmente através de aberturas concedidas pela cultura dominante, mas principalmente por intermédio de políticas culturais que fazem diferença, que produzem novas identidades e novos sujeitos no cenário político e cultural. Isso inclui não somente a raça, mas também o feminismo, as políticas de gênero, de gays e lésbicas, como um novo tipo de política cultural. Não se trata, entretanto, de celebrar a diferença como algo conquistado definitivamente, uma vez que, como alerta Hall, tal coisa raramente acontece na política cultural. Ele se refere aqui à luta pela hegemonia cultural, que vê não como jogo de perde-ganha, mas algo relacionado à mudança no equilíbrio do poder nas relações da cultura.

Ao tentar situar o espaço da cultura popular, o autor o localiza nas experiências, prazeres, memórias e tradições do povo. Neste sentido, a cultura popular se liga às esperanças, aspirações, tragédias e cenários locais que, em seu todo, compõem as experiências e práticas cotidianas das pessoas comuns, o que, para Bakhtin constitui a cultura vulgar – sempre contraposta à cultura de elite e, portanto, um local de “tradições alternativas” de que a tradição dominante justificadamente desconfia. Hall adverte para o fato de que a cultura popular não é, como se pensa usualmente, um local onde se descobre o que significa a identidade negra para ela própria ou a verdade/autenticidade de suas experiências, mas uma “arena mítica” onde se projetam os desejos e as fantasias populares. No passado, Bakhtin descreveu o poder transgressor da cultura popular através da metáfora do “carnavalesco”, que se expressa através de práticas e rituais baseados em todos os tipos de dualidades e inversões do tipo “alto” e “baixo”, as quais

desestabilizavam temporariamente a ordem e as disposições do poder. O teórico jamaicano recorre às teorizações de Peter Stallybrass e Allon White, em sua obra seminal intitulada *The Politics and Poetics of Transgression*, onde os autores expandem o mapeamento fundamental da cultura entre “alto” e “baixo” como algo também presente nas formas psíquicas, no corpo humano, no espaço e na ordem social e afirmam o valor dessa classificação para o ordenamento social e produção de sentido na cultura, mesmo que o conteúdo alto e baixo sofra modificações em um momento e outro da história. Para os autores britânicos, a questão que se deve priorizar não é aquilo que é alto ou baixo num dado momento, mas sim como se dá o ordenamento das diferentes morais estéticas, das estéticas sociais e dos ordenamentos culturais que abrem a cultura para o jogo do poder.

Hall reconhece que historicamente a cultura popular negra se tornou a dominante da cultura global e, conseqüentemente, o palco da mercantilização como objeto da indústria cultural, que penetra, pelos circuitos tecnológicos, todas as vias culturais. É, portanto, um espaço de homogeneização, de estereotipia e de fórmulas que são cruelmente processadas e transmitidas como experiência e material da cultura negra, muitas vezes sem enfrentar qualquer resistência. Para Hall, essa contradição é inevitável e necessária, mesmo porque qualquer cultura popular está destinada a ser contraditória. Mesmo sendo um local contraditório como qualquer outro, a cultura popular negra não deve ser explicada em termos binários simplistas como se faz usualmente através de um mapeamento em termos de “alto” e “baixo”, cooptação x resistência, autêntico x inautêntico, oposição x homogeneização. Para o autor, não importa o quão deformadas e inautênticas sejam as formas como os negros e as tradições e comunidades negras sejam representados na cultura popular, uma vez que os negros continuarão a ver nelas as experiências situadas detrás, seja na musicalidade, na oralidade, na sua riquíssima e variada atenção à fala, “em suas inflexões vernaculares e locais, em sua vasta produção de contranarrativas e, sobretudo, em seu uso metafórico do vocabulário musical” (p. 324).

Basta observarmos, por exemplo, como o *estilo*, que muitos críticos consideram apenas como revestimento, se torna em si “a matéria do acontecimento”, ou como a música expressa a estrutura fundamental da vida cultural negra; ou como essas culturas têm utilizado o corpo como seu único capital cultural. Como afirma Hall: “Temos trabalhado em nós mesmos como em telas de representação” (p. 324).

O teórico examina a estratégia “essencialista” como algo necessário em dado momento e como base para a intervenção política na cultura popular negra proposta por Gayatri Spivak e bell hooks. Hall refuta o valor desta estratégia no momento atual, considerando-a fraca, uma vez que não contempla a realidade da impureza, da mistura, a lógica do acoplamento em vez da lógica binária e também porque confunde o que é histórico e cultural com o que é natural e biológico ao retirar o significante negro de seu contexto histórico e cultural, valorizando, por essa inversão, a própria base do racismo que se tenta desconstruir. O autor acredita que, mesmo que um conjunto de experiências negras historicamente distintas possam contribuir para os repertórios alternativos da cultura popular negra, ele enfatiza a necessidade de focalizarmos a diversidade e não a homogeneidade da experiência negra; não se trata apenas de considerarmos as diferenças históricas dentro e entre as comunidades, regiões, campo e cidade ou entre as diásporas, mas também identificar os tipos de diferença que localizam, situam e posicionam o povo negro.

O teórico argumenta ainda que a raça não esgota as identidades culturais negras, pois elas estão sempre em negociação com outras diferenças – de gênero, sexualidade, classe social – as quais se recusam a ser alinhadas em torno de um único eixo. Por fim, Hall afirma que as etnicidades dominantes são sempre sustentadas por uma economia sexual específica, uma figuração específica de masculinidade, assim como a uma identidade de classe específica. Analisar a cultura popular negra ou a posição que o negro ocupa na cultura popular apenas a partir de sua experiência histórica, sem considerar os vários eixos acima citados

que a atravessam, dificilmente resultará em uma política cultural capaz de fazer diferença.

Revisões da Teoria Marxista

Gostaria agora de abordar o legado de Hall para o campo da teoria marxista, com a qual (ou contra a qual) os Estudos Culturais se engajam. Como sabemos, os Estudos Culturais surgiram nos anos 50 como uma “ruptura significativa” com a publicação de dois livros: *As utilizações da cultura* (de Hoggart) e *Cultura e sociedade 1780-1950*, de Williams. Outra publicação seminal para o surgimento dos Estudos Culturais foi *A formação da classe operária inglesa* (de E. P. Thompson). Embora não constituíssem “livros textos” capazes de fundar uma nova disciplina acadêmica, essas publicações tiveram o mérito de “levar a cultura a sério”, como uma dimensão sem a qual as transformações históricas jamais poderiam ser pensadas adequadamente. Essa linha de pensamento coincidia com a agenda da Nova Esquerda à qual esses escritores e seus textos se filiavam. Essa ligação colocou a “política do trabalho intelectual” no centro dos Estudos Culturais desde o início. O campo iria se institucionalizar nos anos 1960, com a fundação do Centre for Cultural Studies em Birmingham, na Inglaterra. Esse conjunto de obras não nos oferece um conceito claro de cultura. Para Hall, o conceito continua a ser problemático e essa é justamente sua riqueza, pois permanece como local de interesses convergentes, em vez de uma ideia lógica ou conceitualmente clara. Exatamente por isso, o teórico percebe a necessidade de rever as ênfases e dimensões pelas quais o conceito chegou a seu atual estado de (in)determinação e procede ao exame minucioso de cada uma das obras mencionadas, delas extraindo conceitos em torno do termo. Hall também examina em detalhe os dois paradigmas ou as duas linhas de pensamento que estruturaram o campo dos Estudos Culturais: o culturalista e o estruturalista, bem como seus desenvolvimentos e ramificações ao longo do tempo.

Pensando a ideologia a partir de Althusser

Quero me concentrar um pouco mais detalhadamente no paradigma estruturalista, no qual se destacaram as figuras de Althusser e Antônio Gramsci. Os conceitos centrais de ideologia e hegemonia, entre diversos outros, fazem parte do repertório teórico de ambos os autores. Em uma de suas formulações seminais sobre a ideologia – que ele define em temas, conceitos e representações através das quais as pessoas “vivem”, numa relação imaginária, sua relação com suas reais condições de existência - Althusser, concebe as ideologias não como conteúdos e formas superficiais de ideias, mas como categorias do inconsciente pelas quais as condições de vida das pessoas são representadas e vividas. Além de trabalhar com o paradigma linguístico, Althusser fez importante contribuição ao desenvolver o conceito de “sobredeterminação”, ou seja, as diversas causalidades (determinações) que atuam no nível da base e que não se resumem exclusivamente no fator econômico, causalidades estas que se expressam no nível da superestrutura.

Michel Foucault e Antonio Gramsci são considerados por Hall como leitura obrigatória nas análises culturais, por terem ambos produzido obras sobre análises concretas, de forma a sustentar a instância histórica concreta, como foi enfatizada pelo culturalismo. Entretanto, Hall critica Foucault por seu extremo ceticismo a respeito de qualquer determinação ou relação entre as práticas, que culmina na afirmação da não-correspondência de todas as práticas umas com as outras, o que impossibilita o pensamento adequado sobre a formação social ou o Estado. Dada a centralidade do conceito de ideologia e alguns impasses na teoria marxista em torno deste conceito, o autor retoma as elaborações de Althusser, especialmente em *A favor de Marx*, onde se encontra uma explanação mais simples, porém mais produtiva desse conceito do que em *Aparelhos ideológicos de Estado*. Tanto Hall quanto Althusser contestam a antiga noção de “ideologia de classe”, por acreditarem que esta ideia não explica a contradição, tão cara ao marxismo. Tampouco creem que as ideologias sejam somente ideias que, como

placas, estão fixadas nas costas dos indivíduos, em suas mentes ou nas classes sociais. Refutam ainda a noção de “falsa consciência”, que pressupõe uma única e verdadeira ideologia para cada classe social, sem ambiguidade e numa relação transparente entre as situações nas quais os sujeitos se situam e como estes passam a reconhecê-las. Nenhuma dessas ideias parece explicar por que *- algumas pessoas, ou mesmo grupos, não exibem a ideologia correspondente à sua classe social.

Hall afirmou que a função da ideologia é reproduzir as condições materiais nas formações sociais capitalistas, reprodução que ocorre fora das relações sociais, seja pela reprodução técnica, biológica, social e cultural produzida no nível da superestrutura, em instituições como as igrejas, os partidos políticos, as universidades e a família que, por sua vez, reproduzem certos padrões morais e culturais através de rituais necessários ao funcionamento do capitalismo. Althusser crê que toda ideologia funciona através da categoria do sujeito e é somente em função desta que o sujeito existe. Entretanto, esse sujeito não equivale ao indivíduo historicamente vivido, mas corresponde a uma categoria, a posição em que é constituído. Os discursos ideológicos nos constituem enquanto sujeitos para o discurso através de interpelações, ou seja, convocações que nos recrutam como seus “autores”. Em resumo, Hall considera mais produtiva a formulação mais simples de ideologia proposta por Althusser, como “sistemas de representação” (observem o plural), “compostos de ideias, conceitos, mitos ou imagens, nos quais os homens e as mulheres vivem suas relações imaginárias com as reais condições de existência” (p. 179). O teórico examina profundamente essa formulação, esclarecendo que as ideias se manifestam na e através da linguagem e que, portanto, não há prática que não seja ideológica. Também enfatiza que as ideologias não operam através de ideias isoladas, mas em cadeias discursivas, agrupamentos, campos semânticos e formações discursivas, que convocam umas às outras. Isso desfaz a ideia de uma ideologia dominante ou de uma ideologia subordinada, uma vez que há interações discursivo-ideológicas e formações diferentes em toda sociedade desenvolvida moderna. Althusser afirma que as pessoas

utilizam uma variedade de sistemas de representação para experimentar e “dar sentido” às condições de sua existência. Consequentemente, a ideologia sempre pode definir uma condição ou objeto no mundo real de maneiras diferentes. Não há, portanto, uma correspondência necessária entre as condições de uma relação ou prática social e as várias formas pelas quais estas podem ser representadas. Já os sistemas de representação são estruturas inconscientes originárias, muitas vezes, constituídos através de processos inicialmente imaginários, operados na primeira infância, que podem influenciar nas estruturas de reconhecimento, ou seja, nas formas pelas quais nos situamos mais tarde nos discursos ideológicos.

Teorizando a partir de Gramsci

Para o autor jamaicano, a vertente que tentou pensar partindo dos melhores elementos dos paradigmas culturalista e estruturalista, apesar de suas divergências, e que utilizaram conceitos elaborados por Gramsci, é a que mais se aproxima das exigências desse campo de estudos, uma vez que nos remete de volta à dupla de conceitos fortemente articulados, porém não excludentes mutuamente, de cultura/ideologia.

Embora Gramsci não tenha escrito diretamente sobre raça e etnicidade, Hall elucida algumas concepções-chave desenvolvidas pelo intelectual italiano que podem ser úteis nas pesquisas sobre esses temas. A primeira delas é o conceito de hegemonia. Gramsci nos fornece um modelo útil de análise de conjuntura que inclui as várias etapas complexas de construção hegemônica, as quais Hall destrincha com grande acuidade.

A hegemonia consistiria num momento em que uma classe social dominante e que já alcançou um nível avançado de autoconsciência, ou seja, que ultrapassou o estágio de “classe social em si” e alcançou o status de “classe social por si”, se torna capaz de construir alianças através do “consentimento” de outros grupos subordinados, assimilando algumas de suas reivindicações e, desta forma, formando um “bloco de contestação”. Entretanto, Gramsci

afirma que somente a política é capaz de criar as possibilidades de manobra do movimento. Hegemonia, esclarece Hall, é um momento histórico muito específico e temporário da vida de uma sociedade, que só se mantém por um esforço contínuo. Ela é exercida em diversas arenas, é multidimensional e não pode ser construída ou representada a partir de uma só frente de luta (por exemplo, o econômico). Na construção da hegemonia, o Estado não é algo a ser apoderado, derrubado ou esmagado de um único golpe, mas uma formação complexa que deve se tornar o foco de uma variedade de estratégias e lutas, pois é uma arena de diferentes contestações sociais. É o Estado que exercita a liderança moral e educativa – “ou seja, planeja, estimula, incita, solicita e pune” (GRAMSCI apud HALL, op. cit. p. 318). É o local onde os blocos de forças sociais dominantes se aglutinam e justificam seu domínio, de forma a adaptar ou conformar as massas continuamente ao desenvolvimento do aparato econômico. A construção hegemônica depende do estabelecimento de uma enorme capacidade de autoridade social e moral dirigida não somente aos partidários imediatos, mas à sociedade como um todo. O que lidera em um período de hegemonia não é mais uma classe dominante, como a conhecemos tradicionalmente, mas um “bloco histórico” constituído de frações das classes econômicas dominantes, incluindo os estratos das classes subalternas e dominadas que foram conquistadas através de concessões e compromissos específicos.

A reconceituação de Gramsci coloca nas agendas políticas certas questões estratégicas críticas pelas quais um bloco histórico poderia vencer uma luta nacional, não através do que ele denomina “uma guerra de manobras”, que envolveria o confronto direto ou a coerção, mas através de uma educação política a ser realizada em todos os níveis da sociedade civil (as escolas, universidades, igrejas, partidos políticos e outros) para se conquistar o consentimento das massas – ou seja, através de uma “guerra de posições”. Nesse processo, o papel do intelectual tradicional, como Gramsci o denomina, é de fundamental importância. A estratégia a ser utilizada não é, portanto, a do domínio, mas da direção ou condução pela consideração dos interesses dos

subordinados e pela tentativa de se tornar popular. Gramsci expandiu o conceito de hegemonia através de uma série de distinções aqui citadas: dominação/direção, coerção/consentimento, econômico-corporativista/moral e intelectual.

Ao final dessa extensa revisão, Hall sugere algumas das formas pelas quais a perspectiva gramsciana pode ser utilizada para transformar e retrabalhar algumas das teorias e paradigmas da análise do racismo e de outros fenômenos sociais relacionados. E, como sempre, ele adverte contra a mera transposição de ideias de Gramsci para essas situações. Propõe sete ênfases que se deve dar às análises sobre o racismo “a partir dos conceitos-chave de hegemonia, bloco histórico, partido em seu sentido mais amplo, revolução passiva, transformismo, intelectuais tradicionais e intelectuais orgânicos, do nacional/popular, e da aliança estratégica. Trata-se de demonstrar como o estudo da política, em situações racialmente estruturadas e dominadas, pode ser efetivamente iluminado pelo uso rigoroso desses conceitos reformulados.

Nas análises do racismo, deve-se dar ênfase não apenas às características gerais do racismo, mas à especificidade histórica com a qual se está lidando. Em seguida, deve-se considerar as características nacionais e as irregularidades regionais do racismo. Em terceiro lugar, atentar para o inter-relacionamento de classe e raça na estruturação das forças de trabalho e também para os modos diferenciados de incorporar os “setores retrógrados” dentro do regime social do capital (por exemplo, as forças de trabalho imigrante nos mercados capitalistas). Além disso, devemos abandonar as construções esquemáticas de como as classes sociais devem se comportar politicamente e privilegiar o estudo concreto de como elas de fato se comportam em condições históricas reais. E, por fim, incluir o terreno das práticas, representações, linguagens e costumes concretos de qualquer sociedade historicamente específica, bem como as formas contraditórias do senso comum que moldam a vida popular e daquela gama de questões específicas que Gramsci associou ao termo “nacional-popular”. Mesmo que ainda pouco conhecido ou explorado em nossa sociedade, Hall afirma que

“as ideias, paradigmas e conceitos de Gramsci podem ser adaptados frutiferamente nos estudos contemporâneos dos fenômenos sociais racialmente estruturados” (p. 333).

Conclusão: a importância do trabalho com a teoria

Gostaria de concluir esta exposição retomando brevemente as reflexões de Hall sobre a importância do trabalho com a teoria e as diretrizes que ele nos deixou para o futuro dos Estudos Culturais. Em retrospectiva, o autor comenta sobre a tarefa árdua que foi institucionalizar esse campo e trabalhar com a teoria. À sua época, muitas questões relativas ao marxismo (suas grandes insuficiências teóricas e políticas, seus silêncios gritantes etc.) passaram a ser questionadas pela chamada Nova Esquerda. Essas questões foram enfrentadas com unhas e dentes por Hall e seus contemporâneos. Assim, afirma ele, a relação dos Estudos Culturais com o marxismo não se deu de forma tranquila, não se deu como um encaixe perfeito, mas como um envolvimento com um problema. O autor descreve o trabalho teórico com essas questões através da metáfora do “combate com os anjos” que nos remete à luta e ao enfrentamento. E quem foram esses anjos? Primeiramente, com o próprio Marx e, posteriormente, pelo desenvolvimento do marxismo clássico realizado por Althusser e, em seguida, por Gramsci, que forneceram conceitos e metáforas essenciais à reelaboração e desenvolvimento daquela teoria. Sobre esse esforço, o autor afirma: “A única teoria que vale a pena reter é aquela que você tem de contestar, não a que você fala com profunda fluência” (p. 204).

Hall chama atenção para a necessidade de uma prática institucional nos Estudos Culturais que possa produzir o que Gramsci denominou “intelectual orgânico”, ou seja, alguém capaz de trabalhar em duas frentes: primeiro, que esteja na vanguarda do trabalho teórico intelectual e que possua conhecimentos profundos e superiores aos dos intelectuais tradicionais. Em segundo lugar, o intelectual orgânico não pode se furtar a transmitir esses conhecimentos aos leigos. Cabe a ele/ela viver com esse duplo

desafio, essa tensão, sem tentar resolvê-la. As palavras de Hall nos instigam a pensar se somos esse tipo de intelectual e se somos capazes de produzi-lo. Esta é uma questão seríssima que devemos enfrentar na atualidade. Concluo com uma pertinente citação de Hall a esse respeito:

Volto à teoria e à política, à política da teoria. Não a teoria como vontade de verdade, mas a teoria como um conjunto de conhecimentos contestados, localizados e conjunturais, que têm que ser debatidos de um modo dialógico. Mas também como prática que pensa sempre em sua intervenção num mundo em que faria alguma diferença, em que surtiria algum efeito. Enfim, uma prática que entende a necessidade da modéstia intelectual. (p. 204)

Referências

ALTHUSSER, L. *A favor de Marx*. Tradução de Dirceu Lindoso. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

GILROY, Paul. *The black Atlantic: modernity and black consciousness*. Cambridge: Harvard UP, 1993.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. COUTINHO, C. N.; HENRIQUES, C. L; NOGUEIRA, M. A. (Eds). Tradução de Nelson Carlos Coutinho. Rio de Janeiro: 2015.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Liv Sovik (Org.). Tradução de Adelaine Laguardia Nogueira et al. Belo Horizonte: UFMG, Brasília: UNESCO, 2003.

HALL, Stuart. Cultural identity and diaspora. In: *Colonial discourse and post-colonial theory: a reader*. WILLIAMS, Patrick; CHRISMAN, L. (eds). New York: Columbia UP, 1994.

RUSHDIE, S. *Imaginary homelands*. London: Granta, 1991.

Colonização-descolonização: deslocamentos e conflitos

Eliana da Conceição Tolentino¹

Quando se inicia a reflexão e o diálogo sobre um texto a partir de um tema, várias indagações aparecem. Discursos, narrativas, poéticas: deslocamentos e conflitos são certamente temas que muito nos instigam a pensar a literatura portuguesa desde sempre. Portugal, país das grandes navegações do século XVI, Portugal, que tem em *Os Lusíadas* o seu marco literário identitário, ainda que lá haja personagens como o Velho do Restelo ou mesmo a fala do poeta Camões com sua voz enrouquecida, é um país que se desloca. Seu povo se desloca pelos mares. Fernando Pessoa em “Mar Português” já alertava:

Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
(...)
Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu.

(PESSOA, 1980, p.57-58)

O tema da viagem, o desejo de sair de seu próprio espaço permanece configurado e reconfigurado na literatura. Se Portugal,

¹ Mestre em Literatura Brasileira e Doutora em Literatura Comparada, ambos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Associada na Universidade Federal de São João del-Rei. Atua no Programa de Mestrado em Letras da UFSJ: Teoria Literária e Crítica da Cultura.

a partir de Almeida Garret e Alexandre Herculano, “enquanto realidade histórico-moral, constituirá o núcleo da pulsão literária determinante”, como afirma Lourenço (2001, p. 82), o ir e vir, o buscar outros espaços e o retornar também faz parte desse fazer na contemporaneidade. Saramago em *O conto da ilha desconhecida* (1998) retoma esse tema quando, no diálogo entre o homem que quer viajar em busca da ilha desconhecida e a mulher da limpeza, se afirma: “quero encontrar a ilha desconhecida, quero saber quem sou eu quando nela estiver, Não o sabes, Se não saís de ti, não chegas a saber quem és,” e completa-se com o diálogo da mulher com o filósofo do rei: “todo homem é uma ilha (...) Que é necessário sair da ilha para ver a ilha, que não nos vemos se não nos saímos de nós,” (1998, p. 40-41)

Num conto em que personagens são anônimos, mas que existem pelas funções que ocupam no reino, como o homem que queria o barco, a mulher da limpeza, o filósofo do rei, o rei, metaforiza-se entre outros aspectos a busca do homem, do encontro consigo mesmo, do conhecer-te a ti mesmo, encontro esse que se ancora em espaços outros. Daí a vocação para a viagem, ou talvez, herdeiros de Ulisses “que aqui aportou, / Foi por não ser existindo. / Sem existir nos bastou. / Por não ter vindo foi vindo / E nos creou.” (PESSOA, 1980, p. 46), como está em Mensagem. Vocação para se sair pela porta das decisões como no conto de Saramago e descobrir que o nome do barco, a “A Ilha Desconhecida fez-se enfim ao mar, à procura de si mesma” (SARAMAGO, 1998, p. 62), porquanto “navegar é preciso, viver não é preciso” (PESSOA, 1986, p. 2)

Ou ainda essa vocação está para aquilo que Eduardo Lourenço (2001, p. 109-110, 25) chama de “vocação cosmopolita” ou o “se negar enquanto apenas português”, que passa a ser uma “autonegação” aliada a uma “permanente interpelação” e a uma “consciência de uma congénita fraqueza e a convicção mágica de uma proteção absoluta que subtrai essa fragilidade às oscilações lamentáveis de todo o projeto humano”, afinal

É por de mais claro que ambos (complexo de inferioridade e superioridade) cumprem uma única função: *a de esconder de nós mesmos a nossa autêntica situação de ser histórico em estado de intrínseca fragilidade*. Não fomos, nós somos uma pequena nação que desde a hora do nascimento se recusou a sê-lo sem jamais se poder convencer que se transformara em grande nação. (LOURENÇO, 2001, p. 25, grifos do autor)

E é nessa ânsia de não caber em si, de insatisfação para consigo próprio, “insatisfação do branco com a sua própria civilização, ‘naturalmente’ propício ao universalismo,” nos dizeres de Silviano Santiago (1989, p. 190), que resulta no deslocamento, na colonização de outros espaços, e no sofrimento daqueles que representando essa grande pequena nação ou ficam ou saem de seu lugar de origem.

Entretanto, Portugal é um povo que também faz com que outros se desloquem. Não podemos aqui tapar os olhos diante dos grandes deslocamentos do povo de África que, como afirma Silviano Santiago em “Por que e para que viaja o europeu?”, deslocava-se porque fazia parte de “um dos mais injustos sistemas socioeconômicos que o homem conseguiu inventar – o da escravidão negra no Novo Mundo.” (SANTIAGO, 1989, p. 227)

É partindo desses deslocamentos e conflitos que agora este texto se volta para a literatura portuguesa contemporânea, visando a uma leitura da escrita de duas mulheres que vêm produzindo um discurso sobre o contato e mesmo sobre o resultado dessa razão de ser do estar fora, do deslocar-se, do sair de seu país e, principalmente, do retorno de alguns e exílio de tantos. Se, como belamente escreve Pessoa na voz do heterônimo Álvaro de Campos em “A casa branca nau preta”,

As naus seguiram.

Seguiram viagem não sei em que dia escondido,

E a rota que deviam seguir estava escrita em ritmos,

Os ritmos perdidos das canções mortas do marinheiro de sonho...

(PESSOA, 1986, p.288)

Essas naus também se fixam, afundam ou retornaram. Retornaram a partir de um desconcerto da própria partida, retornaram para dizer da insatisfação do português para consigo mesmo. As escritoras, Isabela Figueiredo em *Cadernos de memórias coloniais* e Dulce Cardoso com *O retorno*, vêm se juntar ao grupo pós-74, que vão narrar a memória da colonização e da descolonização, a memória do estar fora, do deslocado e do retornar e vão, numa urgência do dizer, ser interpeladas pela História. Afinal, “o que a pátria é ou não é interpela o escritor com uma força e uma urgência antes desconhecidas”, afirma Eduardo Lourenço (2001, p. 83) ao discutir a literatura desde Garret e Fernando Pessoa.

Após a Revolução dos Cravos, que acontece em 25 de abril de 1974, mudanças econômicas e culturais se efetivam em Portugal e nas colônias do continente africano. Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe vinham de um longo processo de luta pela libertação. A independência desses cinco países ocorreu concomitante às transformações da sociedade portuguesa que culminaram com a Revolução dos Cravos, que teve como principal bandeira a descolonização.

A consequente emancipação desses países provoca a saída compulsória de portugueses e seus descendentes que lá estavam com o intuito de ocupar aqueles territórios.

As guerras de libertação, as guerras civis internas, as lutas pelo poder disputadas por grupos, frentes de luta que, por exemplo, se filiavam a movimentos de libertação como a UPA (União das Populações de Angola) e o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) foram um processo complexo que iniciara pelos fins dos anos 1950.

Como consequência dessa mudança política, os colonos portugueses saíram das colônias portuguesas em África. Assim, uma leva de pessoas foi para Portugal, chamados de “os retornados”, quase meio milhão de portugueses e seus filhos, maridos e esposas que estavam em África durante o período de

colonização e, após a queda da ditadura salazarista e a libertação dos países em África, regressaram ou mesmo pisaram pela primeira vez em Portugal.

O termo “retornado” foi definido na Resolução 105/76 de 5 de maio de 1976 pelo Conselho de Ministros através do Decreto n.º 169/75 que criou o IARN - Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais. (MACEDO, 2020; PERALTA, 2016)

Se o termo “brasileiro torna-viagem” no século XIX tinha um sentido pejorativo, o termo “retornado” também foi tomando outro significado, passou a ser usado para designar de forma estigmatizada um grupo heterogêneo de pessoas em diferentes situações. Assim, além das questões do expatriamento, havia de enfrentar os preconceitos que a sociedade portuguesa tinha para com eles. O termo passou a designar aquela pessoa que iria “tirar” os direitos dos portugueses que em Portugal sempre estiveram, roubar-lhes o emprego, uma aventureira, exploradora de terras africanas que se comportava em desacordo com os hábitos daquela sociedade portuguesa.

Algumas dessas pessoas nasceram em Portugal e foram para o continente africano durante a ditadura do governo salazarista. Outras, nunca estiveram na metrópole, pois nasceram em África. Essas que então retornavam eram adultos que, por muito tempo, viveram fora do seu país, ou mesmo jovens e crianças que nasceram no continente africano sem jamais terem estado na metrópole. Dulce Maria Cardoso, por exemplo, nasceu em Trás-os-Montes, aos seis meses foi para Angola e chega a Lisboa em 1974, sozinha, com onze anos.

Vim de Angola já na ponte aérea. Era a mais nova da família, tinha 11 anos, e os meus pais mandaram-me para uns avós em Trás-os-Montes que eu não conhecia. (...) Chorei dias a fio, mas o nosso sentimento de sobrevivência é muito forte e eu percebi que não podia continuar assim. (...) Fui a minha primeira personagem. Comecei a ler uns livros de aventuras e comecei a imaginar-me naquelas aventuras. Percebi que é assim que se contam histórias, imaginando outras realidades. (...) A Leitura é verdadeiramente libertadora de

contextos pouco interessantes. (...) Ler permite ainda pensar com a cabeça dos outros.²

Já Isabela de Figueiredo nasceu em Lourenço Marques, atual Maputo, em Moçambique, em 1963. Aos 12 anos, chega também sozinha a Lisboa.³

Retornavam sem uma situação econômica estável, chegavam sem condições materiais de sobrevivência, alguns sem família, sem referências. E ainda enfrentaram questões de cidadania diante da lei de nacionalidade.

Por essa e outras razões, muitos recusavam o termo e preferiam o adjetivo “refugiados”, pois esse retrataria de maneira mais adequada a situação em que se encontravam. Elza Peralta destaca que:

A classificação importa, contudo, menos pela sua exatidão formal e mais pelo seu alcance político. “Refugiado” e “retornado” são dois conceitos opostos de pertença, com diferentes cargas emocionais, que ainda aguarda integração do ponto de vista identitário. Nomear estas pessoas enquanto “retornados” – e não como refugiados das guerras civis entre os movimentos de libertação – e classificá-las na sua condição transitiva – de colono – beneficiaria da doutrina do Salazarismo e do sistema colonial, assim retirando-a do quadro mais vasto do colapso do domínio colonial europeu em África eclodido desde os anos cinquenta. Se são “retornados”, regressaram a sua terra natal como ex-colonos de um território que ocupavam e exploravam, colando-lhes para sempre à pele uma mácula: a mácula da vergonha, de quem sendo desterrado, não é vítima da violência que provocou o desterro, mas antes seu perpetrador. Se são “refugiados”, foram arrancados de casa, vítimas de eventos sobre os quais não tinham controlo, tendo, por isso, o direito de ver o seu

² C.f. A língua portuguesa é de todos. *Jornal Tribuna de Macau*, 13 de março de 2013. Disponível em < <http://jtm.com.mo/local/lingua-portuguesa-e-de-todos/>>. Acesso em 05/05/2016.

³ C.f. Isabela Figueiredo: "O colonialismo era o meu pai" por Alexandra Prado Coelho- *Público*- 24-12-2009 - Ípsilon - Livros -. Disponível em: <https://arlindo-correia.com/080210.html>. Acesso em 14 /12/ 2016.

sofrimento reconhecido. Mas a lei não lhes permitiu esse estatuto e história não lhes concedeu essa absolvição (PERALTA, 2018, p. 36).

Dessa forma, configuramos que a descolonização foi traumática tanto para Portugal quanto para os países de África. Seria o termo descolonização apropriado, já que houve consequências da saída portuguesa de África. A estada em África, a experiência do deslocamento e mesmo do exílio quando se retorna para um país que é seu de nascimento, mas não é seu de vivência, está narrada como testemunho na literatura dessas duas escritoras que ousam escrever e mexer numa ferida.

A jornalista Joana Gordão Henriques, na introdução ao livro *Racismo em português: o lado esquecido do colonialismo* (2016), exhibe cinco reportagens efetivadas entre 2014 e 2015 e publicadas no jornal português *Público*. Joana Henriques pesquisou sobre o racismo nos cinco países que foram colônias de Portugal em África e assim escreve:

em Portugal reflecte-se pouco sobre o papel dos portugueses enquanto colonizadores e, especificamente, sobre a sua responsabilidade no desequilíbrio das relações raciais entre brancos e negros, bem como sobre a sua responsabilidade na criação e na persistência do racismo.

(...) Porque não nos é ensinado na escola que existiu em Angola e em Moçambique um *apartheid* alimentado por Portugal? Porque insistimos num olhar benevolente sobre um Portugal que não hesitou em promover o trabalho escravo até 1974? Vamos perpetuar a narrativa de um colonizador que não discriminava porque se miscigenou com as populações locais, quando sabemos que as obrigava a despirem-se da sua identidade africana, a mudar de nome, a alisar o cabelo ou a obliterar a sua língua? (HENRIQUES, 2016, p. 11-15).

No livro *O Retorno* (2012) de Dulce Maria Cardoso, por exemplo, o narrador adolescente Rui chega de Angola, nos anos 1970, e reflete sobre sua vinda e seu não-pertencimento.

Inicialmente, assim como todos os “retornados”, a família é hospedada em um hotel, mas nos espaços que percorre vai tomando consciência de sua situação.

Estavam lá [no hotel] retornados de todos os cantos do império, o império estava ali, naquela sala, um império cansado, a precisar de casa e de comida, um império derrotado e humilhado, um império de que ninguém queria saber (CARDOSO, 2012, p. 86).

Acreditam que os pretos nos puseram de lá para fora porque os explorámos, perdemos tudo mas a culpa foi nossa e não merecemos estar aqui num hotel de cinco estrelas a sermos servidos como éramos lá. Os empregados preferem servir os pretos que nem nos talheres sabem pegar a servi-nos a nós, acham que os pretos são vítimas que ao fim de cinco séculos de opressão ainda tiveram de fugir da guerra (CARDOSO, 2012, p. 91-92).

Dulce Cardoso afirma em entrevista ao programa INFERNO, da TV portuguesa⁴, que, por ser uma questão traumática para essa sociedade, não quis escrever um texto autobiográfico, daí a escolha pelo personagem Rui. Não quis contar a sua vida, mas sim ampliar para que outras pessoas também pudessem ali se conectar e se espelhar; quis, pela ficção, lidar com algo que talvez estivesse na ordem do irrepresentável. E, se esse modo de representar pela ficção é um lampejo, pois é em “*nosso modo de imaginar*” (que) jaz fundamentalmente uma condição para o nosso modo de *fazer política*.” como discute Didi-Hubermman em *A sobrevivência dos vagalumes*. Tanto Dulce Cardoso como Isabela Figueiredo pela ficção fazem política, pois é preciso às vezes, ou mesmo na maioria das vezes recorrer à “*faculdade de imaginar*” para se fazer política, para se colocar o dedo na ferida.

Isabela Figueiredo, em *Cadernos de Memórias Coloniais* (2010) encena um diálogo póstumo da narradora com o pai, metonímia do país. Ela, que vivera a infância em Moçambique, se torna agora uma

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KWT3n8UXtS4>. Acesso em 14/11/2018.

“desterrada”, busca nesse diálogo não o desculpar-se pela colonização; muito pelo contrário, corajosamente assume a responsabilidade:

Um desterrado como eu é também uma estátua de culpa. E a culpa, a culpa, a culpa que deixamos crescer e enrolar-se por dentro de nós como uma trepadeira incolor, ata-nos ao silêncio, à solidão, ao insolúvel desterro (FIGUEIREDO, 2010, p. 134).

Como geração que herda uma Guerra de Libertação, uma Guerra Colonial, uma ditadura, um 25 de Abril, como descendente dos “retornados”, a narradora insere-se nessa história, indagando muito sobre tudo, diante da perplexidade do que viu, do que vivenciou e do que herdou enquanto memória.

Marcada por uma vivência de fronteira e na fronteira, tanto em Moçambique quanto em Portugal, a narradora de *Cadernos de Memórias Coloniais* (2010), entretanto, ocupa um lugar privilegiado, ou um entrelugar, que lhe possibilita uma visada crítica e revisionista (BHABHA, 1998, SANTOS, 2004, 2006).

A minha terra havia de ser uma história, uma língua, um corpo enterrado na esperança, uma ideia miscigenada de qualquer coisa de cultura e memória, um não pertencer a nada e a ninguém por muito tempo, e ao mesmo tempo poder ser tudo (FIGUEIREDO, 2010, p. 87).

Em *Locais da Cultura*, Homi Bhabha, ao teorizar sobre a migração e o pós-colonialismo comenta sobre os interstícios culturais, sobre o “entrelugar” de um sujeito em percurso, de um sujeito em trânsito, esses sujeitos que vivem em fronteiras.

É na emergência dos interstícios – a sobreposição e o deslocamento de domínios da diferença – que as experiências intersubjetivas e coletivas de nação [*nationnes*], o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados. De que modo se formam sujeitos nos “entrelugares”, nos excedentes da soma das “partes” da diferença (geralmente expressa como raça/classe/gênero etc.)? De que modo

chegam a ser formuladas estratégias de representação ou aquisição de poder [*empowerment*] no interior das pretensões concorrentes de comunidade em que, apesar de histórias comuns de privação e discriminação, o intercâmbio de valores, significados e prioridades pode nem sempre ser colaborativo e dialógico, podendo ser profundamente antagônico, conflituoso e até incomensurável? (BHABHA, 1998, p. 20).

Assim, tomamos as literaturas das duas escritoras, Dulce Maria Cardoso e Isabela de Figueiredo, como literaturas de fronteiras. Na contemporaneidade, em que os espaços locais e transnacionais se constituem em espaços fronteiriços e porosos, é a literatura a possibilidade de trocas, de extraterritorialidade, de expressão de identidades híbridas, de fluxos e atravessamentos, de deslocamentos e consequentes conflitos, pois “A leveza da zona fronteira torna-a muito sensível aos ventos. É uma porta de vaim e vem, e como tal nem nunca está escancarada, nem nunca está fechada” (SANTOS, 2004, p. 136).

Mas se, por um lado, se tem uma literatura em países africanos em língua portuguesa que expressa fortemente a colonização e também a descolonização, em Portugal, a perda das colônias em África e mesmo a passagem do português por lá também é fortemente revelada na Literatura.

É importante destacar o trânsito de escritores de África para Portugal e mesmo de escritores portugueses para África, alguns abdicando mesmo da nacionalidade portuguesa, como foram os casos de Luandino Vieira e Ruy Duarte de Carvalho. Esse trânsito, presente no movimento de colonização/descolonização, aponta para a fluidez identitária.

E é evidente que, a despeito das questões econômicas e políticas, a constituição identitária do império português se viu abalada. Boaventura Santos (1993) discute como a imagem de Portugal como centro acabou por reforçar uma imagem da sua situação periférica. Se, por um lado, ao longo da história essa imagem é revigorada no sonho do Quinto Império, pela utopia dos

descobrimientos e pela Revolução dos Cravos, por exemplo, por outro, diferentes imagens surgem desconstruindo e desestruturando um imaginário político-cultural.

A colonização permitiu que o espelhamento refletisse uma imagem de Portugal pulverizada. Sabe-se que a identidade é mutável, negociada, transitória e em constante transformação. O contato com o colonizado já há muito tempo havia transformado a visão de centro de Portugal. Para Boaventura Santos (1993), a cultura portuguesa tem a forma fronteira e isso lhe dá um caráter acêntrico que “se traduz numa dificuldade de diferenciação face ao exterior e numa dificuldade de identificação no interior de si mesma”, como déficit de uma fraqueza da hegemonia cultural por parte das elites e assim as colônias, os “diferentes localismos culturais dizem mais sobre a cultura portuguesa do que a cultura portuguesa sobre eles” (SANTOS, 1993, p. 134).

Dessa forma, a cultura portuguesa é de fronteira, é “o estar na fronteira”, nos dizeres de Boaventura Santos (1993). Mas se essa fronteira é *border*, ou seja, é uma cultura de fronteira, não porque para além de nós se conceba o vazio, uma terra de ninguém, é porque de algum modo o vazio está do lado de cá, do nosso lado. Sendo assim, a identificação

no seu nosso trajecto histórico cultural da modernidade fomos tanto o Europeu como o selvagem, tanto o colonizador como o emigrante. A zona fronteira é uma zona híbrida, babélica, onde os contactos se pulverizam e se ordenam segundo micro-hierarquias pouco susceptíveis de globalização” (SANTOS, 1993, p. 134).

Nesse sentido, a literatura pós-25 de abril presta-se a um ajuste de contas de um sujeito expatriado, que confronta a comunidade imaginada, o Outro, a si mesmo e a diferença. Assim, as articulações das diferenças, dos “retornados”, das memórias criadas e herdadas devem ser lidas a partir dessa presença do Outro. Mas não se pode deixar de considerar também que essa é

uma via de mão dupla e a colonização, bem como a descolonização, reorganizam as nações e as culturas.

No prefácio que escreve a *Uma viagem à Índia* de Gonçalo Tavares, Eduardo Lourenço (2010) discute a vocação portuguesa para o desconhecido, para a busca, para a viagem. Resultado do desassossego que permite a Lourenço afirmar: “Para nós, todas as viagens são ‘viagens à Índia’”, porém “agora sabe o que já se pressentia. Que não viajamos para nenhum paraíso. Que todas as viagens são sempre um regresso ao passado de onde nunca saímos. “(LOURENÇO, 2010, p. 1). Nesse sentido, a literatura dos retornados soma-se a “esta viagem à Índia, pátria de nós mesmos como Espírito” (LOURENÇO, 2010, p. 15) e vem somar-se ao processo de colonização e descolonização por que passou a nação portuguesa. Como restos do império, a literatura dos retornados faz uma revisão do passado por aquelas que, herdeiras de uma memória colonial, pautadas também pela experiência e pela subjetividade, rasuram identidades e as rearticulam formulando assim uma memória, um testemunho do estar sempre em suspenso, como uma nau que em desassossego singra os mares em constante ir e vir, mas nunca em um estar.

Referências

- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana L. L. Reis, Gláucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- CARDOSO, Margarida. In: Retornados uma história de sucesso por contar. 20 de Abril de 2014, 0:00. Disponível em: <https://www.publico.pt/2014/04/20/jornal/retornados-uma-historia-de-sucesso-por-contar-28145408>. Acesso em 05/03/2016.
- CARDOSO, Dulce Maria .A língua portuguesa é de todos. *Jornal Tribuna de Macau*, 13 de março de 2013. Disponível em < <http://jtm.com.mo/local/lingua-portuguesa-e-de-todos/>>. Acesso em 05/05/2016.
- CARDOSO, Dulce Maria. *O retorno*. Rio de Janeiro: Tinta-da-china, Brasil, 2012.

CARDOSO, Dulce Maria. Depoimentos. In: A língua portuguesa é de todos. *Jornal Tribuna de Macau*, 13 de março de 2013. Disponível em: <http://jtm.com.mo/local/lingua-portuguesa-e-de-todos/>. Acesso em 25/05/2016.

FIGUEIREDO, Isabela. *Caderno de memórias coloniais*. 4ª edição. Angelus Novus, Coimbra, 2010.

FIGUEIREDO, Isabela. Isabela Figueiredo: "O colonialismo era o meu pai" por Alexandra Prado Coelho- *Público*- 24-12-2009 - Ípsilon - Livros -. Disponível em: <https://arlando-correia.com/080210.html>. Acesso em 14 /12/ 2016.

HENRIQUES, Joana Gordão. *Racismo em português: o lado esquecido do colonialismo*. Lisboa. Tinta da China, 2016.

LOURENÇO, Eduardo. Da literatura como interpretação de Portugal. (De Garret a Fernando Pessoa). In: *O Labirinto da Saudade: psicanálise mítica do destino português*. Lisboa, 2001, p. 80-117.

LOURENÇO, Eduardo. Divagação em torno de Lobo Antunes. In: Colóquio Internacional António Lobo Antunes, Évora, 2002. A escrita e o mundo em António Lobo Antunes (*actas do Colóquio Internacional António Lobo Antunes*). Lisboa: Dom Quixote, 2004.

LOURENÇO, Eduardo. Uma viagem no coração do caos. Prefácio de *Uma Viagem à Índia*, de Gonçalo M. Tavares. TAVARES, Gonçalo M. *Uma Viagem à Índia – Melancolia contemporânea (um itinerário)*. São Paulo: Leya, 2010, p. 9-16.

MACEDO, Tânia. O romance português de retornados – a viagem de retorno ao império colonial português. *Mulemba*. Rio de Janeiro: UFRJ | Volume 12 | Número 22 | p. 115-126 | jan.-jun. 2020.

PERALTA, Elsa; OLIVEIRA, Joana Gonçalo. – Pós memória como herança: Pós-memória como herança: fotografia e testemunho do “retorno” de África 181 fotografia e testemunho do “retorno” de África. *Configurações*, vol. 17, 2016, p. 181-197.

PERALTA, Elsa. Introdução: retornar, ou traços de memória num tempo presente. In: PERALTA, Elsa; OLIVEIRA, Joana; GÓIS, Bruno (orgs.), *Retornar: traços de memória num tempo presente*. Lisboa, Edições 70, 2017, p. 33-44.

- PESSOA, Fernando. *Mensagem*. In: PESSOA, Fernando. *O eu profundo e os outros eus: seleção poética; seleção e nota editorial de Afrânio Coutinho*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- PESSOA, Fernando. *Obra Poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986.
- SARAMAGO, José. *O conto da ilha desconhecida*. Aquarelas Arthur Luiz Piza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SARAMAGO, José. *A jangada de pedra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SANTIAGO, Silviano. Por que e para que viaja o europeu? *Nas malhas da letra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 221-240.
- SANTOS, Boaventura. Modernidade, identidade a cultura de fronteira. *Tempo soc.* [online]. 1993, vol.5, n.1-2, p.31-52. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v5n1-2/0103-2070-ts-05-02-0031.pdf>. Acesso em 25 /08/2018.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento, 2004.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

Identidade e trauma em *O retorno*, de Dulce Maria Cardoso

Shirley de Souza Gomes Carreira¹

A nossa memória nos repete o discurso que
não havíamos compreendido.
A repetição responde à incompreensão.
Paul Valéry

A literatura contemporânea é prolífera em obras de ficção sobre os processos migratórios que têm sido analisadas em diferentes perspectivas, mas principalmente sob a ótica da aculturação. Para tanto, essas análises recorrem a teóricos do âmbito dos estudos pós-coloniais e culturais, focalizando prioritariamente a questão do choque cultural, do desenraizamento e posterior reterritorialização, além das novas configurações identitárias.

Esses estudos se voltam, em boa parte, para obras que tratam da trajetória de cidadãos de países outrora colonizados que emigram para as metrópoles em busca de melhores condições de vida. Entretanto, há algumas obras que optam por um viés diferente, abordando a figura do retornado; ou seja, do cidadão do império que é obrigado a voltar ao seu país após a independência das ex-colônias.

Na literatura portuguesa, ainda são poucas as obras que tematizam a descolonização focalizando a diáspora invertida que consistiu no 'retorno de nacionais' a Portugal, como, por exemplo, *O País Fantasma*, de Vasco Luís Cordado; *Os retornados* – um amor

¹ Doutora em Literatura Comparada. Professora Adjunta do Departamento de Letras da FFP/UERJ. Líder do grupo de pesquisa Poéticas da Diversidade, cadastrado no CNPq. Docente permanente do Curso de Mestrado em Estudos Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UERJ. shirleysgcarr@gmail.com

que nunca se esquece, de Júlio Magalhães; *Caderno de memórias coloniais*, de Isabela Figueiredo; e *O retorno*, de Dulce Maria Cardoso, que é o foco deste trabalho. Essas obras revisitam a história, abrindo espaço para reflexões sobre os diferentes olhares lançados aos retornados e novas vias de interpretação ou teorização do processo de descolonização portuguesa.

Segundo Pierre Nora (1993), os lugares de memória têm por função resistir à erosão das lembranças dos grupos sociais provocada pelo esquecimento de que são objeto por parte da história e das sociedades, forçando uma rememoração que não se faz de forma espontânea. Se, conforme afirma Cláudia Castelo, “a historiografia esteve mais preocupada em estudar a estrutura e os efeitos do sistema colonial, por um lado, e as resistências e as lutas de libertação nacional, por outro” (CASTELO, 2007, p. 16), não concedendo a devida importância ao estudo da migração com caráter definitivo de naturais de Portugal para África, a literatura enquanto lugar de memória promove o entrecruzamento dos discursos históricos e ficcionais e configura-se como espaço de produção de novos sentidos.

Segundo Isabel Azevedo² (2015, p. 240), “a literatura de “retornados” contribui para o debate de um episódio da história nacional algures camuflado entre Guerra Colonial, Revolução dos Cravos e entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia”. Definido em um Conselho de Ministros na Resolução 105/76 de 05 de maio de 1976, o termo “retornado” carrega em si um caráter estigmatizante, pois não reflete a heterogeneidade de um grupo, cujo traço comum é ter vivido em África no período colonial. A princípio é necessário recordar que ele designa tanto os que nasceram na metrópole quanto os que nasceram nas colônias, dentre eles alguns que jamais haviam pisado em solo português. Não leva, portanto, em consideração a origem e o percurso de

² Disponível em: http://publications.iai.spk-berlin.de/servlets/MCRFileNodeServlet/Document_derivate_00002492/BLB_028_239_251.pdf;jsessionid=D8796690C6CAB655F783E15AA038EF25

milhares de pessoas, os últimos filhos do império, muitos dos quais não permaneceram em Portugal, mas dirigiram-se a outros locais, como o Brasil, e outros tantos sequer chegaram à metrópole, buscando refúgio na África do Sul.

A necessidade de abandono repentino dos territórios colonizados por parte dos colonos portugueses, com todas as mudanças implicadas no processo, consistiu num fator traumatizante na vida de todos os repatriados. É nesse viés que propomos uma leitura de *O retorno*, de Dulce Maria Cardoso, romance publicado em 2012, com excelente receptividade do público e da crítica.

A Literatura e a representação do trauma

O estudo das relações entre literatura e trauma expandiu-se devido às inúmeras situações em que a violência deixou suas marcas, como a Segunda Guerra Mundial, os massacres por conflitos étnicos e o fim do colonialismo. Entretanto, como Seligmann-Silva (2002) nos faz lembrar, o distanciamento temporal desses eventos não significa uma superação. Para ele, “estar no tempo pós-catástrofe significa habitar essas catástrofes” (SELIGMANN-SILVA, 2002, p. 136). Assim, todos esses eventos ainda fazem parte do nosso imaginário, pois, pela via da literatura, têm sido continuamente revisitados.

Há, entretanto, que pontuar o fato de que as representações literárias dos eventos históricos constituem ficções sobre a realidade, sobre experiências que individual ou coletivamente afetaram não apenas o *modus vivendi* dos envolvidos, mas também a sua capacidade de tecer expectativas sobre o futuro.

Em uma entrevista de 2015, concedida a Kathleen Gomes³, Dulce Maria Cardoso afirmou que boa parte de *O retorno* foi escrito a partir de suas próprias lembranças, uma vez que chegou a Lisboa, vinda de Angola, aos onze anos:

³ <https://www.publico.pt/2015/09/17/culturaipsilon/noticia/dulce-1708071>

Sou a mais nova da família, mas sou eu quem se lembra de mais coisas. A minha irmã, durante 20 anos ou mais, negou que era retornada. Por isso é normal que não se lembre, que tenha apagado tudo. A minha mãe lembra-se de ter perdido tudo, mas também não se lembra de mais nada.” O pai já não era vivo quando escreveu *O Retorno*. “Eu era muito miúda, tinha uma idade que me permitia decorar sem julgar. Portanto, pude congelar tudo” (GOMES, 2015).

A necessidade de partir repentinamente e o abandono de uma vida que até então julgavam ser boa resultaram em um choque para os retornados; choque esse que levou algum tempo para ser superado. Em *O retorno*, acompanhamos todo esse processo por meio do olhar de Rui, o narrador de onze anos, cujo nome, segundo a própria autora, funciona como uma espécie de metáfora do império a ruir (CARDOSO apud KHAN, 2012, p. 130). Entretanto, Dulce Cardoso deixa claro que, a par de ter recorrido à memória para elaborar o romance, não são suas as experiências que narra: “não sou a protagonista deste romance. Não o escrevi na voz de um rapazinho só para disfarçar. A minha experiência factual é completamente diferente” (MARQUES, 2001, p. 27). Portanto, ainda que a memória permeie o romance, não se trata de uma autoficção. A relação entre história e memória é evocada por meio de uma ressignificação do passado.

O romance narra a história do regresso de uma família de colonos portugueses após a independência de Angola. Rui é um dos filhos do casal, que, juntamente com a mãe, D. Glória, e a irmã, Milucha, é obrigado a permanecer vários meses num hotel perto de Lisboa, aguardando notícias do pai, que fora sequestrado por nativos angolanos naquela que seria a véspera da viagem. O sequestro abreviara a partida dos demais membros da família, que foram obrigados por um tio a dirigir-se ao aeroporto antes que fosse tarde demais. Ao longo da narrativa, o olhar de Rui é nostálgico, pleno das perdas sentidas.

Quando chega a Portugal, Rui se tortura com a lembrança dos últimos instantes ao lado do pai, que, tentando defender-se de

acusações infundadas, em um dado momento, dissera ao filho que caminhasse para dentro da casa, mas este desmaiara de pavor e só depois descobrira que o pai fora levado. Para poupar a mãe e a irmã, que estavam escondidas sob a cama, ele guardou para si a imagem do pai de mãos atadas às costas e, ao longo da narrativa, culpa a si mesmo pelo infeliz desfecho:

Se fecho os olhos o pai é outra vez levado pelos pretos, as mãos amarradas atrás das costas, se fecho os olhos estou outra vez a desmaiar, não, não cheguei a desmaiar, aconteceu qualquer coisa que não me lembro mas não foi um desmaio, o pai pôs-me a mão no ombro, vamos para casa, rapaz, comecei a ver tudo branco [...] eu não morri mas quando voltei a mim o pai estava a ser metido no jipe com a sua própria arma apontada à cabeça, um dos soldados, vamos matar-te com a tua arma e com a tua bala nem precisamos de gastar nada (CARDOSO, 2013, p.76).

O retorno a Portugal fora protelado o máximo possível, porque, ignorando as evidências, o pai de Rui recusava-se a crer que teria de deixar tudo o que construía com dificuldade: “Durante algum tempo o pai continuou a acreditar que 1975 ia ser o melhor ano das nossas vidas, vai correr tudo bem, vamos construir uma nação, pretos, mulatos, brancos, todos juntos vamos construir a nação mais rica do mundo, melhor até do que a América” (CARDOSO, 2013, p. 32-33). Logo, teve de render-se à realidade e admitir que se enganara: “O pai calou-se sobre o futuro e podia ver-se na cara dele a vergonha que sentia por se ter enganado tanto e a preocupação por ser tarde demais para remediar o mal” (CARDOSO, 2013, p. 33).

D. Glória nunca se acostumara totalmente à África, que julgava ser culpada do agravamento de sua doença, aparentemente de origem nervosa, porém jamais imaginara ter de partir abandonando todos os seus haveres, as toalhas que ela mesma bordara e as fotografias dos familiares, que a ajudavam a transmitir aos filhos a sua genealogia: “Os familiares da metrópole eram-nos ensinados pela mãe como uma matéria da escola ou da catequese,

o lado materno, o lado paterno, os tios e primos em primeiro grau e os de segundo grau, os de sangue e os de afinidade, os mortos e os vivos” (CARDOSO, 2013, p. 35). No retorno, só levava com ela a foto dos pais, “dois velhos vestidos de preto, a avó com barba e bigode, o que eu e minha irmã ríamos da barba e bigode da avó, o avô alto e direito como um príncipe” (CARDOSO, 2013, p.35). Uma das características dos expatriados é a manutenção da tradição, da linhagem, pela via da memória. Para D, Glória, deixar o álbum de fotografias equivale a apagar parte da própria história.

Uma das questões mais relevantes em *O retorno* são os laços de pertencimento. De um modo objetivo, típico dos pré-adolescentes, Rui assim define identitariamente os seus pais:

Sempre houve duas terras para a mãe. Esta que a adoeceu e a metrópole, onde tudo é diferente e onde a mãe também era diferente. O pai nunca fala da metrópole, a mãe tem duas terras, mas o pai não. Um homem pertence ao sítio que lhe dá de comer a não ser que tenha um coração ingrato, era assim que o pai respondia quando lhe perguntavam se tinha saudades da metrópole (CARDOSO, 2011, p.11)

Em Luanda, Rui partilhava a opinião do pai; sentia que aquele era o seu lugar. Para ele, Portugal era uma espécie de pátria idealizada e não vivida, cuja história se erguera à sombra de um passado glorioso, que reverberava no presente e no futuro. Por isso, a princípio, Rui e seu pai não queriam acreditar na descolonização. Preferiam crer em novas oportunidades de crescimento que surgiriam. Resistiram aos rumores de violência, assistiram à debandada dos amigos e quando, por fim, decidiram que era hora de partir, foram surpreendidos com a prisão inesperada do pai.

Como outros retornados, em Portugal, Rui vive uma crise de identidade, sem saber se é um colono privado de sua terra ou um português de segunda classe, a quem todos viram as costas. No liceu que passa a frequentar em Lisboa, a sua condição fica mais evidente, pois algumas professoras fazem com que os retornados se sentem em um local de pouca luz e nunca os chamam pelos

nomes. Sua condição lhes serve de alcunha. São apenas “os retornados”, a compartilhar a experiência diaspórica moderna de lançar raízes em um lar ancestral que só lhes causava estranheza e medo (MACHADO, 2014, p. 29). É o medo que obriga o narrador a escrever ao Tio Zé, implorando-lhe por notícias:

Eu não tenho boas notícias para lhe dar, a mãe está a piorar de dia para dia [...] aqui na metrópole não tenho só medo dos demônios que rondam a mãe, tenho medo de tudo. O dinheiro que trouxemos vai acabar em breve [...] estou sempre a pedir a deus para que nos ponham fora do hotel, apesar de ser horrível viver aqui [...] não é só estarmos todos no mesmo quarto, o hotel está a abarrotar, a comida não prestar, não ter um sítio onde possa pensar nas minhas coisas, onde possa não ver ninguém. Ponho-me a andar de um lado para o outro, às vezes fico tão cansado que quase não consigo andar mas não paro. Ninguém aqui tem esperança de voltar um dia. Todos dizemos que sim [...]mas ninguém acredita nisso. É difícil acreditar no que quer que seja. Em coisas boas como na ideia de voltar e em coisas más como na ideia de que mataram o pai [...] o tio Zé tem de me escrever e dizer o que aconteceu ao pai. Estou preparado para tudo menos para não saber o que aconteceu (CARDOSO, 2013, p. 134-136).

A sensação de exclusão faz com que Rui deixe de frequentar as aulas. Ao contrário da irmã, que procura ser boa aluna e tenta ser aceita pelos demais, ele adota uma postura de distanciamento, de separação (BERRY, 2004), que torna ainda mais difícil o processo de aculturação: rebela-se ante a discriminação; responde às perguntas em quimbundo; afronta a todos os que tentam menosprezar os retornados e, ainda que saiba ser impossível voltar, carece do sentido de pertencimento.

Com seus pais a experiência havia sido outra. A mãe, D. Glória, antes de ir para Angola, fizera o enxoval às pressas, ansiosa para chegar àquele local onde finalmente teria uma casa com torneiras, ao invés de carregar água da fonte, como todos faziam na aldeia miserável onde vivia. Como tantas portuguesas que casaram com colonos, ela partira de Portugal e jamais tornara a ver os pais.

Tampouco reconhecera naquele homem que a esperava no cais o jovem, cujo retrato trazia ao peito no cordão de ouro. Quando ele partira para tentar a vida na colônia, ela era ainda uma menina e mal pudera acreditar quando a pedira em casamento. Embora a vida em África não tenha sido fácil para ela, foi com tristeza que, ao partir novamente, deixou para trás o seu enxoval, cartas e fotografias. Aos retornados não era permitido levar os seus bens. No máximo, podiam levar objetos de uso pessoal. Até mesmo a quantia em dinheiro de que poderiam dispor era limitada:

Tudo o que temos são as malas que trouxemos e os vinte contos que o pai tinha trocado na Baixa. Só podíamos trazer cinco contos por pessoa, o tio Zé aconselhou a mãe a trazer os cinco contos do pai escondidos na roupa, foi até o tio Zé que lhos escondeu, que a mãe não conseguia fazer nada (CARDOSO, 2013, p.78).

Mário, o pai, conquistara na colônia uma situação financeira razoável e pudera oferecer-lhes uma boa casa. Na iminência da partida, decidira atear fogo a tudo, rasurando os traços da sua presença em Angola. Não queria que os nativos se apossassem de nada que fora seu. Foi impedido pela chegada dos soldados.

Para Rui, que nunca saíra de Angola, a princípio, a ideia de ir para a metrópole não era de todo ruim, embora preferisse o Brasil ou a África do Sul, porém não estava preparado para a má recepção e a diferença climática, que se somaram ao trauma da ausência paterna. Tampouco estava preparado para a metrópole real, tão diferente do que imaginara:

A metrópole não pode ser como hoje a vimos no caminho que o táxi fez, ninguém ia nos obrigar a cantar hinos aos sábados de manhã se a metrópole fosse tão acanhada e suja, com ruas tão estreitas onde parece que nem cabemos[...] não, a metrópole não pode ser como hoje a vimos. A prova de que Portugal não é um país pequeno está no mapa que mostrava quanto o império apanhava da Europa, um império tão grande como daqui até a Rússia não pode ter uma metrópole com ruas onde mal cabe um carro, não pode ter pessoas tristes e feias, nem velhos

desdentados nas janelas tão sem serventia que nem para a morte têm interesse. Lá os velhos tinham dentes postiços muito brancos, andavam de um lado para o outro com chapéu na cabeça e os fatos dos trópicos engomados (CARDOSO, 2013, p. 83-84)

Recebidos pelo IARN (Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais), sua família é alocada em um quarto de um hotel cinco estrelas no Estoril que, na realidade, se assemelha a um campo de refugiados (MACHADO, 2014, p. 34): “Estavam lá retornados de todos os cantos do império, o império estava ali, naquela sala, um império cansado, a precisar de casa e de comida, um império derrotado e humilhado, um império de quem ninguém queria saber’ (CARDOSO, 2013, p. 86)

A trajetória de Rui, absolutamente ficcional, conforme enfatizou a autora, traz no bojo vestígios da literatura de testemunho. Ainda que não tenha vivenciado os eventos que narra em *O retorno*, Cardoso evoca a memória dos retornados, revistando a história, concedendo voz a quem não pode se autorrepresentar. Assim como os familiares da autora, Rui, D. Glória e Milucha também resistiram a ideia de admitir publicamente que eram retornados, incapazes de suportar o peso do estigma. Milucha, principalmente, busca integrar-se aos locais, ocultando a própria origem:

A minha irmã tem vergonha de ser retornada, finge que é de cá e esconde o cartão que tem o carimbo vermelho, aluna retornada, o cartão que dá direito a um lanche na cantina. A minha irmã cheia de fome, mas sem coragem de ir à cantina para que os de cá não vejam o cartão [...] a minha irmã a fingir que não é retornada, a dizer pequeno-almoço, frigorífico, autocarro, furos, em vez de matabicho, geleira, machimbombo, borlas [...] (CARDOSO, 2013, p.150)

Em meio à discriminação, os 336 retornados abrigados no hotel tecem fantasias sobre a vida na colônia, gabando-se de posses que nunca tiveram; fantasias que lhes dão individualidade e devolvem suas identidades. Rui espanta-se com as disputas entre moçambicanos e angolanos: “Não consigo perceber porque é que

discutem tanto qual era a melhor colónia, se já perdemos as duas” (CARDOSO, 2013, p. 88).

Entre as lembranças dos momentos vividos com os amigos em Angola e as dificuldades enfrentadas em Lisboa, Rui é obrigado a amadurecer. A condição de sentir-se “fora do lugar”, decorrente do deslocamento da terra natal, deixa de ser um impedimento à ação e passa a ser a motivação para a luta pela sobrevivência. À medida que o tempo passa, Rui se convence de que o pai está morto e de que agora cabe a ele ser o chefe da família. Depois de D. Glória ter se desfeito das poucas jóias que trazia, Rui pensa em roubar os contentores dos mortos de Sanza Pombo e emigrar para a América:

Ao princípio também me fez impressão roubar os contentores, até houve noites em que sonhei que os mortos de Sanza Pombo estavam zangados comigo a perguntarem-me, como é que tens coragem de roubar as nossas coisas depois de tudo o que nos aconteceu, mas depois pensei, os contentores vão acabar por apodrecer, as coisas vão todas estragar-se no cais ou então vão ser roubadas por outro [...] os vinte contos que trouxemos já se gastaram e não temos mais cordões de ouro para vender (CARDOSO, 2013, p.197-198).

Dividido entre a decisão de fazer algo que sabia ser errado e a necessidade, Rui é surpreendido pela chegada inesperada do pai. Machado (2014, p.39) interpreta o retorno do pai como “a metáfora de uma pátria que, pós-Revolução dos Cravos, começava a consolidar um tempo novo, de ares democráticos, arrefecendo o trauma da perda”. De fato, Mário traz de volta o equilíbrio à família e, com ele, a esperança por dias melhores.

A decisão de permanecer em Portugal a qualquer preço leva Mário a associar-se a outros retornados e a montar uma fábrica de blocos de cimento. Na família, todos estão cientes dos riscos assumidos com o empréstimo que pai obteve. Ainda assim, é a sua presença que apaga a experiência traumática da perda e traz de volta a possibilidade de sonhar.

Mais de um ano após o retorno de Mário, a família está pronta para deixar o hotel e passar a viver em uma pequena casa, com um

quarto e uma varanda. Amadurecido pelas dificuldades, Rui já não crê com facilidade nas promessas do pai. Antes, pensa que deveriam emigrar, como tantos outros retornados. Surpreende-se com a promessa do pai de não deixar mais a própria terra, pois “não se devia ter esquecido da parte do livro da vida que dizia que um homem pertence à terra que lhe dá de comer, não se devia ter esquecido que a metrópole só lhe deu fome” (CARDOSO, 2013, p. 243); “[...] o pai que fala da fábrica de cimento é igualzinho ao pai que ia ser o maior industrial da camionagem, o pai a quem eles ainda não tinham feito cicatrizes pelo corpo todo” (CARDOSO, 2013, p. 251).

Na mente de Rui, ainda pululam as indagações sobre o período em que o pai esteve na prisão:

o silêncio do pai faz com que as cicatrizes contem coisas mais terríveis do que as que o pai poderia alguma vez contar [...] o Sr. Moreira disse ao Helder chega um momento em que até o mais valente dos homens chora. Quando olho para as cicatrizes do pai é como se estivesse a assistir a tudo e continuasse sem conseguir mexer-me como quando levaram o pai [...] o que me revolta mais é não conseguir compreender porque levaram o pai (CARDOSO, 2013, p. 251).

Deitado no terraço do hotel, onde tantas vezes se escondera para ter privacidade, Rui se põe a ver pela última vez o mar daquele ângulo. E o mar parece dizer-lhe que “o futuro pode ser onde se quiser” (CARDOSO, 2013, p.266). No íntimo, paira ainda um receio: “Tenho medo de deixarmos de ser uma família entre famílias de retornados no hotel e passarmos a ser uma família de retornados entre as famílias de cá” (CARDOSO, 2013, p.267).

Rui olha um avião que risca o céu, “como um giz nas mãos invisíveis de deus” (CARDOSO, 2013, p. 266), e pensa que, em outros tempos, teria escrito em letras bem grandes: “eu estive aqui”. Para Pereira (2016, p. 87), o romance evidencia a natureza aporética do testemunho, pois, ao textualizar o passado, converte-se numa versão aproximada do mesmo, desfocada pela linguagem e pela memória. Se, por um lado, *O retorno* constitui um relato de

aprendizado do protagonista, por outro, é uma ficção emancipatória da nação, que foi obrigada a dissolver a imagem que tinha de si e a reinventar-se.

Considerações finais

O retorno é um romance que trata de perdas e interdições: perda da identidade que o protagonista acreditava ter, perda do sentido de pertencimento, perda momentânea do pai, as restrições impostas aos retornados, a dificuldade de integração a uma terra que é e não é sua, com a qual ainda precisa construir laços, pois a reinvenção do lugar ontológico do retornado é feita sobre escombros, sobre a rasura das referências identitárias.

O trauma do sequestro do pai há de estar sempre na memória do protagonista, uma vez que permanece como interdito, revestido de silêncio. Inconscientemente, ele ainda há de carregar uma culpa infundada, um medo secreto e a sensação de falha, por ter tido um “quase desmaio” no fatídico dia em que Mário foi levado pelos soldados.

No íntimo, Rui acalenta o sonho de reencontrar os amigos na América, como prometeram uns aos outros há tanto tempo atrás, porque sente que a sua terra há de ser a que lhe der de comer, a que possibilitar a realização dos seus sonhos.

Diante das muitas experiências que tivera desde a chegada a Portugal, Rui se percebe diferente. Já não é mais o menino que deixara Angola. Em Portugal aprendera a ser homem, a enfrentar situações para as quais não estava preparado, a assumir encargos que sabia serem pesados demais para os seus ombros. Agora que o pai está de volta, permite-se projetar um futuro, ainda que incerto, mas deseja deixar inscrita a sua experiência, pela via da memória. É na última frase do romance que se abriga o valor testemunhal da ficção. Como tantos retornados, Rui passara por tudo aquilo, estivera ali.

Referências

- AZEVEDO, Isabel. A palavra dos “retornados” nas entrelinhas da descolonização: O retorno, de Dulce Maria Cardoso, e Os retornados – Um amor nunca se esquece, de Júlio Magalhães. In: RODRIGUES-MOURA, Enrique; WIESER, Doris (org.), *Identidades em Movimento*. Berlim: Instituto Ibero-americano / TFM, 2015, p. 239-251.
- BERRY, John W. Migração, aculturação e adaptação. In: DEBIAGGI, Sylvia D.; PAIVA, Geraldo José de (Org.). *Psicologia, emigração e cultura*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 29-45.
- CARDOSO, Dulce Maria. *O retorno*. 3 ed. Lisboa: Edições Tinta da China, 2012.
- CASTELO, Cláudia. Passagens para África: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974). Porto: Edições Afrontamento, 2007.
- KHAN, Sheila. Um silêncio colado à língua – ‘imigrantes’ afro-moçambicanos em Portugal. 2011. Em: *Buala*, Blogue coordenado por Marta Lança <<http://www.buala.org/pt/jogos-sem-fronteiras/um-silencio-colado-a-lingua-imigrantes-afro-mocambicanos--em-portugal>> (Consultado em 9 de setembro de 2014).
- LOURENÇO, Eduardo. *A nau de Ícaro, seguido de imagem e miragem da lusofonia*. Terceira edição. Lisboa: Gradiva, 2004.
- MACHADO, Alleid R. Adeus Luanda: um breve olhar sobre O retorno, de Dulce Maria Cardoso. *Nau Literária*, Porto Alegre, v.10, n.2, p. 26-41, 2014.
- MARQUES, C. V. Dulce Maria Cardoso. Brincar um pouco a Deus. *Revista Ler*, Lisboa, n.106, p. 27-33; 87, out./2011.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, n. 10, p. 12. 1993.
- PEREIRA, Paulo Alexandre. “Eu estive aqui”: o *Bildungsroman* pós-colonial de Dulce Maria Cardoso. *Olho d’água*, São José do Rio Preto, 8(2), p. 86–102, Jun.–Dez./2016.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura e trauma. *Pro-posições*. V.13, n.3 (39), set./dez. 2002.

A literatura da diáspora asiática nos Estados Unidos: uma poética do deslocamento

Gláucia Renate Gonçalves¹

Falar da diáspora asiática é falar de imigrantes e descendentes de uma série de povos com tradições bastante distintas. O censo oficial do governo dos Estados Unidos, desde 1980, classifica-os em indianos, chineses, filipinos, japoneses, coreanos e vietnamitas, e inclui ainda a opção 'outros' para aqueles não contemplados nas categorias acima. A diáspora asiática nos Estados Unidos teve início no começo do século dezenove, alcançando números expressivos na segunda metade daquele século. Durante a Era Meiji desencadeou o processo de intensa emigração; muitos japoneses desembarcaram na Califórnia por volta de 1868-1869, e um pouco mais tarde, em 1885, no Havaí. No mesmo século chegaram os chineses, atraídos pela promessa do garimpo de ouro na Califórnia (1848-55) e pela construção da ferrovia transcontinental (1893-69). Os chamados 'Asian Indians', termo usado para distinguir os imigrantes da Índia daqueles que são nativos norte-americanos, também começaram a chegar nos Estados Unidos durante o século dezenove, porém em grupos em menores. A imigração filipina, coreana e vietnamita, diferentemente, é basicamente um fenômeno do século vinte.

A população de origem asiática nos Estados Unidos aumentou consideravelmente após o Ato de Imigração e Nacionalidade de

¹ Possui doutorado pela University of North Carolina at Chapel Hill. Atualmente é professora titular de literaturas de língua inglesa na UFMG, onde vem atuando na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários desde 1996. É autora de diversos artigos em periódicos científicos e coeditou os livros *The Art of Elizabeth Bishop* (2002), *New Challenges in Language and Literature* (2009) e *Prospero and Caliban Revisited* (2020). Contato: glauciarenete@gmail.com.

1965, que pôs fim às cotas nacionais que até então restringiam a entrada de asiáticos. Como resultado, o censo nacional do ano de 2010 aponta que, do total de 308.7 milhões de habitantes nos Estados Unidos, 14.7 milhões (ou seja, 4.8%) disseram ser de origem asiática, além dos 2.6 milhões (ou 0.9%) que disseram ser parcialmente asiáticos, isto é, mestiços de asiáticos com outras 'raças', termo empregado no próprio censo.

O censo de 2010 também revelou que a população de origem asiática é a que cresce mais rapidamente nos Estados Unidos. O número de imigrantes asiáticos, por exemplo, saltou de 5% para 30% do total de imigrantes. Por outro lado, o nascimento de descendentes de asiáticos nos Estados Unidos diminuiu no final do século vinte e começo do século vinte e um. De acordo com o Instituto de Políticas Migratórias – Migration Policy Institute, os imigrantes asiáticos de modo geral são considerados mais educados, têm maior chance de conseguir bons empregos e possuem renda familiar mais alta, sendo comumente associados ao avanço tecnológico. Outra característica também atribuída aos asiáticos é que costumam ser mais fluentes em inglês do que aqueles oriundos de outras regiões.

Em princípio, poderíamos afirmar que os asiáticos seriam, portanto, uma exceção ao que Anthony Appiah discute em seu artigo intitulado “The Multiculturalist Misunderstanding” (1993). Appiah critica a suposta crença na tolerância multicultural nos Estados Unidos, concluindo corajosamente que é a figura do estrangeiro ou do sujeito de um grupo minoritário, e não sua cultura, que gera o conflito e marginalização. Desse modo, argumenta Appiah, não é a cultura negra que muitos rejeitam, mas sim as pessoas negras; as práticas culturais dos negros dos Estados Unidos, como tradições culinárias ou a música, são apreciadas pelo público em geral, mas mesmo assim o preconceito racial persiste.

Entretanto, no caso dos asiáticos, ainda que sobre eles venha se disseminando uma visão positiva, não significa dizer que o preconceito e o exotismo não gerem marginalização. Desde a ideologia xenofóbica do Yellow Peril (perigo amarelo) do século

dezenove, que culminou com o Ato de Exclusão dos Chineses em 1882, até o presente, os imigrantes asiáticos e seus descendentes representaram uma ameaça no imaginário branco, e por isso foram alvo de perseguições. A produção literária da diáspora asiática desde sempre vem oferecendo representações do desconforto por eles vivido que decorre, entre outros, da diferença física de seus membros – com efeito, algo por demais parecido com o que Appiah argumenta sobre os negros nos Estados Unidos.

Nas décadas de 1960 e 1970, os Departamentos de Inglês de diversas universidades nos Estados Unidos passaram a revisar as ementas de seus cursos de literatura de modo a torná-las mais abrangentes. O cânone literário aos poucos começou a ser visto em companhias menos “célebres”, principalmente com o advento do multiculturalismo. O termo hoje é utilizado de forma ampla para se referir à pluralidade de culturas, mas no contexto dos Estudos Literários refere-se, a rigor, a uma proposta pedagógica, cuja implementação significa a inclusão de autores não canônicos nas ementas de disciplinas em escolas do ensino médio e em universidades estadunidenses. Tal política educacional visava familiarizar os alunos com as minorias, buscando promover a tolerância. Dentre essas minorias, a abertura – ou, digamos, acomodação – do cânone possibilitou a audibilidade da dissonância cultural, na medida em que as vozes étnicas destoavam da melodia literária em vigor. Sabe-se, porém, que a institucionalização do multiculturalismo ditou seu próprio fim na medida em que incorre em proposta pedagógica que age de cima para baixo. Ainda assim, o multiculturalismo serviu para impulsionar ou conferir visibilidade a uma produção literária de imigrantes, até então pouco conhecida.

A divulgação dessa produção literária também foi impulsionada pela publicação da antologia *The Big Aiiieeee! An Anthology of Chinese American and Japanese American Literature*, organizada por Frank Chin, em 1991. Igualmente importante foi a contribuição de Ronald Takaki para o estudo da imigração asiática nos Estados Unidos, com seu livro *Strangers from a Different Shore*:

A History of Asian Americans, publicado em 1989, cuja nova edição, revisada e com acréscimos, foi publicada em 1998. Foram lançadas ainda obras que buscavam sistematizar a produção literária dos asiático-americanos: em 1982 foi publicado *Asian American Literature: An Introduction to the Writings and Their Social Context*, de Elaine Kim, e em 2001 *A Resource Guide to Asian American Literature*, organizado por Sau-ling C. Wong e Stephen Sumida.

O multiculturalismo e o desenvolvimento dos estudos étnicos, que coincidiram com o crescimento da população asiática nos Estados Unidos, fomentaram a publicação e divulgação de obras de escritores da diáspora asiática, mas é importante ressaltar que essa produção antecede a década de 1960. O estudo da produção literária da diáspora asiática, em constante transformação diante do cenário cambiante não só norte-americano mas também mundial, abre uma janela histórica para se reexaminar de forma crítica o passado da imigração e da inserção cultural.

De modo geral, desde as primeiras publicações em solo norte-americano, escritores de origem asiática vem representando – e com isso ajudando a construir – uma rede de solidariedade como espécie de reação ao contexto de exclusão. O pertencimento étnico não implica necessariamente uma zona de conforto; pelo contrário, é muitas vezes permeado por tensões e conflitos, mas que não inviabilizam a coletividade e sim a fazem sobressair ainda mais.

Toshio Mori e Hisae Yamamoto, escritores do início do século vinte, abordavam em seus contos a relação entre membros da comunidade nipônica, e também entre ‘americanos’ e nipo-americanos, durante a Segunda Grande Guerra. Os contos de *Yokohama, California* (1949), de Mori, parecem ter como horizonte um lugar em que haja harmonia, aceitação e pertencimento. O conto “Slant-Eyed Americans” retrata o momento em que a notícia do ataque a Pearl Harbor chega até uma família de floricultores japoneses, que busca manter sua rotina afetiva apesar de um dos filhos, soldado nisei, partir para a guerra. Outro conto emblemático dos laços de solidariedade senão concretizados, ao menos idealizados, é o conto “The Sweet Potato”. Ambientado na grande

feira comemorativa Golden Gate International Exposition (1939-1940), cujo propósito foi enaltecer a riqueza cultural das nações do Pacífico, o conto apresenta personagens norte-americanos e nipo-americanos um pouco caricaturados, mas que efetivamente estabelecem um intercâmbio cultural.

Tanto Toshio Mori quanto Hisaye Yamamoto ilustram ficcionalmente um aspecto que distingue a experiência dos descendentes de asiáticos, em particular de japoneses, de outros grupos diaspóricos nos Estados Unidos, que é o fato de terem sofrido encarceramento durante a Segunda Grande Guerra. Os campos de 'relocação', os 'War Relocation Centers', para onde nipo-americanos foram levados, funcionaram de 1942 a 1946 e marcaram profundamente a produção literária deste grupo, tendo causado, inclusive, um hiato na produção e na publicação de obras, seguido de políticas editoriais restritas. Muitos imigrantes e descendentes de japoneses deixaram de escrever; membros da comunidade nipo-americana, por medo de serem acusados de conspiração, queimaram toda sua correspondência pessoal e seus manuscritos, por receio de que eventualmente pudessem ser usados contra eles; editoras suspenderam a publicação de textos que haviam sido submetidos à apreciação antes do início da guerra, e as obras de nipo-americanos publicadas após 1945 foram objeto de censura.

Em *Seventeen Syllables and Other Stories* – lançado em 1988, mas que inclui contos escritos ao longo de quatro décadas – Yamamoto enfatiza os conflitos psicológicos dos personagens, não deixando, porém, de igualmente ter a solidariedade como pano de fundo. No conto "The Legend of Miss Sasagawara" (1950), passado em um campo de relocação, a protagonista, órfã de mãe e muito distante de seu pai, sente-se isolada e é internada para tratamento psiquiátrico. A alienação de Miss Sasagawara é contrastada com a solidariedade dos demais moradores do campo de relocação, sendo aquela merecedora de homenagem por parte da narradora, que não deixa que a história de Sasagawara caia no esquecimento e lhe confere o status de lenda, anunciado no título do conto.

Em 1946, o filipino Carlos Bulosan publica *America is in the Heart*, retratando as dificuldades vividas pela mão de obra imigrante no oeste americano. Apesar de narrar o preconceito e as crueldades por ele vividos, Bulosan conclui com um tom positivo ao clamar pela coragem e pelo fortalecimento de laços pessoais para que o sonho chamado América se torne realidade. A obra de Bulosan abriu caminho para as autobiografias de asiáticos, influenciando, inclusive, a escrita de *The Woman Warrior*, de Maxine Hong Kingston, obra de fôlego que mescla autobiografia, ficção e folclore, publicada em 1976, cujo gênero híbrido gerou grande polêmica e constitui sem dúvida um marco na literatura sino-americana. Mais do que histórias individuais, tais narrativas autobiográficas buscam representar paradigmaticamente a experiência coletiva do grupo minoritário.

A imigração asiática, em especial de chineses e japoneses, aos Estados Unidos distingue-se também da imigração de outros grupos diaspóricos por ser caracterizada inicialmente pela chegada de indivíduos do sexo masculino que apenas posteriormente mandariam vir suas famílias ou ‘noivas por encomenda’ da terra natal. Vale ressaltar que a imigração vietnamita é uma exceção, pois começou com a chegada das esposas de oficiais e soldados norte-americanos recém chegados do Vietnã após a guerra, que durou de 1955 a 1975. A prática de buscar esposas do outro lado do oceano, chamadas de “picture brides” – noivas por foto ou noivas por encomenda – também foi tema explorado na literatura. Um exemplo clássico é o conto “Immigration Blues”, da coletânea *Scent of Apples* (1979), de Bienvenido Santos. O protagonista filipino vive completamente sozinho após o falecimento de sua esposa também filipina, quando surge uma conterrânea buscando um casamento para sua irmã para que esta consiga o visto de permanência nos Estados Unidos.

Outro tema bastante recorrente foi a construção da ferrovia transcontinental, ligando o litoral do Atlântico ao Pacífico. Na frente de trabalho a leste, empregavam-se os irlandeses como mão de obra, ao passo que a oeste os chineses trabalhavam duro na construção. A referência a este fato histórico serve como pano de

fundo para o conto “Who’s Irish?”, da coletânea homônima da sino-americana Gish Jen, cujo foco recai sobre o conflito de gerações e a transmissão de práticas culturais no choque entre uma mãe chinesa e sua filha nascida e criada nos Estados Unidos, que se casa com um descendente de irlandeses.

Na década de 1970, o escritor e crítico literário Frank Chin já apontava que a literatura da diáspora asiática nos Estados Unidos ansiava por uma identidade própria que fosse além dos temas já abordados, e principalmente além de uma definição de literatura asiática a partir do *mainstream* norte-americano, que a associava à autobiografia e à forma poética haicai, por exemplo. Nas palavras de Chin, “estamos sempre desejosos, buscando algo que seja nosso; somos camaleões buscando uma cor, experimentando novas línguas, novos penteados, usando o que é alheio, sem nada que seja propriamente nosso”² (CHIN, 1972, p. 59, tradução minha). Escritores de origem asiática já então buscavam se situar enquanto ‘Asian-Americans’, cuja produção literária estava igualmente cindida pelo hífen que determinava uma filiação cultural minoritária.

No final do século vinte, à medida que surgia uma nova geração de escritores, temas como a ferrovia transcontinental, noivas por encomenda e campos de relocação deram lugar a outros assuntos, como a questão de gênero, a preocupação estética e a metaliteratura, por exemplo, além da discussão sobre deslocamento e globalização. Como afirma Rachel Lee, ao comentar a obra da crítica e historiadora da literatura asiática King-Kok Cheung, já em meados da década de 1990 a produção literária dessa diáspora se encontrava dividida entre extremos opostos:

ênfatar as influências asiáticas, alegar sua identificação com os Estados Unidos, ou um viés híbrido entre essas duas opções; estava dividida entre tomar a literatura como prova de fidelidade a uma política coletiva ou como visão artística singular; entre ênfatar sua

² “[We are] all the time hungry, [our] every sense out whiffing for something rightly ours, chameleons looking for color, trying on tongues and clothes and hairdos, taking everyone else’s, with none of our own”.

coerência com o projeto cultural nacionalista que buscava tornar visível a marginalização racial nos Estados Unidos nos termos de uma desracialização da masculinidade asiática ou deitar por terra tal projeto ao revelar as diversas facetas da opressão, muitas vezes sexual, gendrada, e de classe, e não apenas a opressão racial.³ (LEE, 2014, p. 3, tradução minha).

O dilema apresentado por Cheung e comentado por Lee está inserido no contexto de um Estado que ainda se mostra hostil à participação cultural e política de estrangeiros. Se, por um lado, o global não superou o nacional e forças hegemônicas *mainstream* continuam a atuar pedagogicamente, por outro lado o cenário atual de movências e migrações exerce força contrária ao controle ideológico de raça e etnia. No campo acadêmico, por exemplo, os novos Estudos Americanos reconhecem que ‘American’ não se refere apenas aos Estados Unidos, mas sim a todo o continente americano, de norte a sul. Áreas como os Estudos da Imigração, Estudos Étnicos e Subalternos, *Women Studies*, entre outras, vêm buscando incorporar as tradições intelectuais não hegemônicas, deitando por terra um possível consenso essencialista sobre o que seria o nacional norte-americano.

No cerne dessa discussão está o paradigma da mobilidade, que vem investigando a forma como o deslocamento humano está presente no mundo contemporâneo e inquestionavelmente imprime sua marca nas relações humanas, afetando diretamente o agenciamento de sujeitos diaspóricos, e redefinindo em particular a maneira como entendemos a noção de espaço e de geografia em geral. A teoria da mobilidade vai além do campo de estudo das migrações, uma vez que enfatiza a política humana mais do que o

³ “Whether to emphasize Asian influences, claims-making upon the U.S. nation-state, or a hybrid of those two; whether to interpret the literature by way of fidelity toward a communal politics or by way of unique artistic vision; and whether to emphasize its coherence around a cultural nationalist project of making visible racial minoritization in the United States as a deracination of Asian manhood or to muddy that project by revealing myriad avenues of oppression, oftentimes sexual, gendered, and classed in nature, rather than simply racial.”

deslocamento geográfico; tem-se, ao contrário da distinção entre esses dois campos, a interface da fluidez do mundo com a construção identitária.

Em seu estudo do paradigma das mobilidades, John Urry as divide em cinco tipos: mobilidade de objetos, mobilidade imaginativa, virtual, comunicativa e mobilidade corpórea. Interessa-nos aqui esta última, espécie de reação positiva ao exílio ou desterritorialização, principalmente por sua capacidade de tornar fluido o pertencimento (URRY, 2000). A mobilidade do corpo, que diretamente afeta os demais tipos de mobilidade, constitui o que Eva Hoffman chamou de novo nomadismo: um nomadismo que é caracterizado pela perda do sentimento de perda. Como argumenta Hoffman, no contexto da contemporaneidade, o exílio deixa de ser visto como forma de punição e adquire um certo glamour, mas não se deve ignorar o sacrifício humano que dele decorre (HOFFMAN, 1999, p. 44-45).

Em *Vidas móveis (Mobile Lives)*, publicado em 2010, Anthony Elliott e John Urry argumentam que no contexto da mobilidade a identidade também se torna fluida, cambiante, como uma série de papéis que o indivíduo desempenha – o que é potencializado no caso do sujeito diaspórico, que constantemente já oscila entre duas tradições culturais. É interessante investigar de que forma os escritores de origem asiática nos Estados Unidos representam em suas obras a mobilidade, tão cara à contemporaneidade, e sua relação com a solidariedade e o pertencimento étnico. Nesse sentido, é pertinente a discussão da ideia de identificação, em detrimento do conceito de identidade cultural enquanto produto, pois a mobilidade que caracteriza os sujeitos transnacionais impede a cristalização da subjetividade e substitui raízes subterrâneas por raízes aéreas, ou, melhor ainda, por estolhos, ou caules aéreos cuja função é multiplicar a planta – tomando emprestado da botânica o conceito que tão apropriadamente ilustra a condição do imigrante e em particular a de seus descendentes biculturais.

O que trouxe a poética do deslocamento de sujeitos diaspóricos para a superfície, tornando aéreas suas raízes, foi a

teorização das diásporas contemporâneas em contraponto com as diásporas clássicas, como a armênia e a judaica. *Scholars* da diáspora, como Steven Vertovec, argumentam que, apesar da memória da terra dos ancestrais se manter presente, o desejo mítico de retorno àquela terra não necessariamente faz parte do imaginário das diásporas contemporâneas. Assim como a teoria da mobilidade “desprende” a geografia humana, a nova diáspora, ou novo nomadismo, conferem fluidez ao conceito de raiz, à experiência de pertencimento.

O estudo de algumas obras recentes da diáspora asiática nos Estados Unidos já aponta a direção em que essa literatura segue diante do cenário atual de mobilidades ficcionais. Os vínculos estabelecidos pela solidariedade étnica desde o princípio da produção literária da diáspora asiática no começo do século vinte agora ultrapassam as fronteiras geográficas dos Estados Unidos, alcançando países asiáticos e até o Brasil, em obras repletas de metáforas da mobilidade contemporânea.

Em sua autobiografia intitulada *Turning Japanese: Memoirs of a Sansei* (1991), David Mura narra sua infância e adolescência nos arredores de Chicago. Representante da terceira geração de japoneses nos Estados Unidos, Mura discorre sobre temas como raça e aculturação à medida que pondera sobre a influência de seus traumas psicológicos mais íntimos, ligados à sexualidade, sobre sua tumultuada identidade como nipo-americano. Com uma bolsa de pesquisa, o escritor Mura e sua esposa partem para uma temporada em Tóquio, onde se dá seu engajamento em conflitos políticos e também a busca por suas origens e o aprendizado da língua japonesa – tudo isso em meio à tradição de cerimônias do chá, performances da dança *butoh* ou do teatro *kabuki*, mistura dança e pantomima, com elaboradas pinturas faciais.

A autobiografia de Mura está duplamente inserida na poética do deslocamento: tem-se nela o deslocamento no tempo, em direção ao passado dos pais e avós do escritor, e o deslocamento através do espaço, no presente, na incessante locomoção do escritor por diversas cidades do arquipélago japonês em automóveis e

trens, principalmente o trem-bala. De tão frequentes, as inúmeras viagens são quase corporificadas e se tornam personagens do livro. A perambulação, por vezes estonteante, na obra de David Mura resume bem o dilema da literatura da diáspora asiática: o resgate de seu legado asiático e a busca por seu lugar na literatura norte-americana. *Turning Japanese* retrata o sentimento de inferioridade de um nipo-americano que começou na adolescência, ao se relacionar com moças ‘brancas’ e que, na vida adulta, arruína seu casamento com Susie, pois o faz buscar relações extraconjugais como forma de afirmação. É também as relações de gênero que orientam sua percepção do Japão e que regem a criação de relações de interdependência afetiva, inclusive entre Mura e seu pai.

É sugestiva a forma como Mura descreve a sensação física após retornar do Japão, em que sintomaticamente encontramos mais uma vez a ideia de movimento: “Estava muito quente, mas meu torpor não era causado pela temperatura; era como se seus músculos fossem gelatinosos, como se o fluxo sanguíneo passasse a ser um simples gotejamento. Cortinas de renda; a cama, coberta com uma colcha branca, parecia distante como uma miragem. A vertigem que eu sentia não era causada apenas pelo girar do globo terrestre, mas pela sensação de estar flutuando sobre a terra, pela irreabilidade do país que eu achava que era meu” (MURA, 1991, p. 6). Nos Estados Unidos, David Mura era o ‘japa’; na terra de seus avós, era um estrangeiro que não dominava a língua japonesa. Passada a sensação de torpor, observa-se na obra que o próprio deslocamento de um país ao outro, uma cultura a outra, tornou-se a bússola para Mura encontrar seu lugar como escritor nipo-americano.

Outra escritora que ultrapassa a fronteira dos Estados Unidos em suas obras é Karen Tei Yamashita. Assim como Mura, Yamashita também viajou para o Japão para pesquisar a imigração e a cultura de seus antepassados. Lá conheceu os decasséguis, trabalhadores temporários vindos do Brasil, que despertaram em Yamashita a curiosidade sobre os nipo-brasileiros, maior comunidade de descendentes fora do Japão. A visita ao Brasil resultou na escrita dos romances *Brazil Maru*, referência ao navio

Kasato Maru, que em 1908 trouxe os primeiros imigrantes japoneses para o Brasil; *Matacão, uma lenda tropical*, romance passado na floresta amazônica, com incursões no realismo mágico; e a obra de gênero híbrido *Circle K Cycles*. Os personagens dessas obras, porém, não são nipo-americanos como ela: são japoneses e brasileiros, cujas experiências tangenciam as de Yamashita, as de outros nipo-americanos e aquelas de tantos outros sujeitos igualmente afetados pela mobilidade humana.

Circle K Cycles é composto por fragmentos, quase vinhetas, que alternam ficção e não ficção, ao lado de recortes de jornais, fotos, desenhos, receitas, entre outros. Um aspecto peculiar é a diagramação do texto em duas colunas, dando ao livro ares de revista. Dessa forma, a estrutura de *Circle K Cycles* sugere a intenção de suspender a linearidade textual, invalidando, por meio do espaço de representação, a expectativa de uma cronologia ordenada dos eventos. A obra, no entanto, possui um nítido fio condutor: já no prólogo, Yamashita introduz a ideia do que significa ser 'japonês puro', apenas para concluir a impossibilidade de tal ideia no epílogo. Derrubando a fronteira entre gêneros literários, *Circle K Cycles* sublinha também o hibridismo e a solidariedade entre os membros da comunidade "brasileira" na província de Aichi e, em última análise, também o pertencimento que sustenta a história das diásporas.

O coreano-americano Paul Yoon também tece sua ficção com os fios da mobilidade. No romance *Snow Hunters* (2013), o jovem Yohan, de vinte e cinco anos, protagoniza uma jornada através de oceanos que culmina com a experiência de um pertencimento além das fronteiras nacionais ou étnicas, em direção à benevolência humana. Ao fim da guerra da Coreia, o soldado norte-coreano Yohan segue em um caminhão das Nações Unidas até o porto, onde embarca em um navio de carga que o leva ao Brasil. Sem falar sequer uma palavra em português, passa a ser aprendiz de um alfaiate, imigrante japonês. Uma guerra desencadeou a partida de Yohan, assim como uma guerra também havia desencadeado a do alfaiate Kiyoshi: esse é o novelo a partir do qual se desenrola a história.

No decorrer da narrativa vemos a relação entre mestre e aprendiz se transformar na relação entre pai e filho – relação ímpar por ser formada, pelo menos no princípio, por gestos e não por palavras, posto que não havia uma língua comum entre eles. Há ainda outra personagem chave na construção desse enredo sobre o deslocamento: Bia, a menina que oferecera a Yohan um guarda-chuva no dia em que o soldado desembarcou do navio em solo brasileiro. Como a maré dos oceanos, Bia vai e vem, mas permanece sólido o laço entre o ex-prisioneiro de guerra e a menina órfã, da mesma forma como a prosa lírica deixa claro para o leitor que sólido permanece o laço entre Yohan e Kiyoshi, mesmo após a morte do alfaiate.

As obras de Mura, Yamashita e Yoon aqui mencionadas, entre outras, retratam os incessantes deslocamentos voluntários e involuntários, ocasionados por razões diversas, que marcam o mundo de hoje e produzem cada vez mais sujeitos diaspóricos, refugiados e exilados. Como mostram suas obras, torna-se necessário ir além do reconhecimento da experiência comum dos variados povos oriundos da Ásia em direção a um estudo comparatista de grupos diaspóricos asiáticos, e lidar com o legado histórico sem que este inviabilize sua inserção na contemporaneidade. É indiscutível a relevância do estudo de grupos migrantes e de sua produção cultural, perpassada pela história recente e por histórias pessoais; é preciso, também, reconhecer a heterogeneidade da produção literária de escritores migrantes, para nela buscar pontos de contato e semelhanças que mapeiam o lugar dos ‘novos nômades’, nos termos de Hoffman, na poética do deslocamento da contemporaneidade.

No Brasil, onde há um número razoavelmente significativo de professores que desenvolvem pesquisas na área de literaturas de língua inglesa, a diáspora asiática é raramente objeto de estudo, exceto por algumas escritoras, cujas obras vêm sendo abordadas pela ótica dos estudos de gênero, muitas vezes sem a devida contextualização na história da diáspora. A pesquisa sobre a produção literária da diáspora asiática nos Estados Unidos oferece

grande contribuição para os estudos literários em geral e para o estudo das literaturas de língua inglesa, tanto no exterior quanto no Brasil, fornecendo subsídios para novos estudos comparados, que vislumbrem a aproximação entre a literatura de escritores da diáspora asiática nas Américas do norte e do sul.

Referências

- APPIAH, Kwame Anthony, *The multiculturalist misunderstanding*. *The New York Review of Books*, 9 de outubro de 1997. Disponível em <<https://www.nybooks.com/articles/1997/10/09/the-multiculturalist-misunderstanding/>>. Acesso em 29/06/2020.
- BULOSAN, Carlos. *America is in the heart: a personal history*, Seattle, University of Washington Press, 2014.
- CHIN, Frank. “Confessions of a Chinatown Cowboy”. *Bulletin of Concerned Asian Scholars*, vol. 4, n. 3, p. 58-70, 1972.
- ELLIOTT, Anthony e John Urry, *Mobile lives*, London, Routledge, 2010.
- HOFFMAN, Eva. *The New Nomads*. In: ACIMAN, André (ed.). *Letters of transit. Reflections on exile, identity, language and loss*. New York: The New Press, 1999. p. 35-63.
- JEN, Gish. *Who’s Irish? Stories*, New York, Vintage Books, 1999.
- KINGSTON, Maxine Hong, *The woman warrior*, New York, Vintage, 2010.
- LEE, Rachel C. (ed.), *The Routledge companion to Asian American and Pacific Islander Literature*, London, Routledge, 2014.
- MORI, Toshio, *Unfinished message: selected works of Toshio Mori*, Santa Clara, Santa Clara University Press, 2000.
- MURA, David, *Turning Japanese: memoirs of a sansei*, New York, Atlantic Monthly Press, 1991.
- SANTOS, Bienvenido, *Scent of apples: a collection of stories*, Seattle, University of Washington Press, 1979.
- VERTOVEC, Steven. Three meanings of “diaspora”, exemplified among South Asian religions. *Diaspora: a Journal of Transnational Studies*. Toronto, vol. 6, n. 3, p. 277-278, 1997.

URRY, John, *Beyond societies: mobilities for the twenty-first century*, London, Routledge, 2000.

YAMAMOTO, Hisaye, *Seventeen syllables and other stories*, New Jersey, Rutgers University Press, 2001.

YAMASHITA, Karen Tei, *Circle K Cycles*, Minneapolis, Coffee House, 2001.

YOON, Paul, *Snow Hunters*, New York, Simon & Schuster, 2013.

Parte II - *Literatura e deslocamentos:*
teorias e crítica

Discursos cruzados: o comparatismo e suas relações com a teoria, a crítica e a historiografia literárias

Eduardo F. Coutinho¹

Surgida em contraposição aos estudos de literaturas nacionais ou produzidas em um mesmo idioma, a Literatura Comparada traz como marca fundamental, desde os seus primórdios, a noção da transversalidade, seja com relação às fronteiras entre nações ou idiomas, seja no que concerne aos limites entre áreas do conhecimento. Tal transversalidade, ao assegurar à disciplina um caráter de amplitude, confere-lhe ao mesmo tempo um sentido de inadequação à compartimentação do saber que, como afirma Wlad Godzich em seu *The Culture of Literacy*, dominou as instituições de ensino no Ocidente a partir do Iluminismo (GODZICH, 1994, p. 274), e projeta a Literatura Comparada em um terreno pantanoso, cujas fronteiras, frequentemente esgarçadas, tornam difícil qualquer delimitação.

Assim, desde a época de sua configuração e consolidação como disciplina acadêmica, as tentativas de defini-la estendem-se desde os que, iludidos pela ideia da comparação, a veem como um simples método de abordagem do fenômeno literário, até os que a tomam, no sentido amplo, como área do conhecimento. Não há dúvida de que a Literatura Comparada está ligada a um método de abordagem da obra literária – o comparatista – que é, por sua vez,

¹Eduardo F. Coutinho (PhD-U.C.Berkeley) é Professor Titular Emérito de Literatura Comparada da UFRJ, pesquisador 1 A do CNPq, e atualmente Titular Visitante na UFF, tendo sido também Distinguished Visiting Scholar na Universidade de Illinois, EUA. Foi membro fundador e Presidente da ABRALIC e Vice-Presidente da AILC/ICLA. Entre seus livros destacam-se: *The Synthesis Novel in Latin America*; *Em busca da terceira margem*; *Literatura Comparada na América Latina*; *Literatura Comparada: reflexões*; *Rompendo barreiras: ensaios*.

um método científico, indutivo, mas isso não quer dizer absolutamente que ela em si constitua um método, ou, pior ainda, uma metodologia do ensino da Literatura. Isto fica bem claro quando observamos que, em termos da abordagem propriamente dita da obra ou obras literárias, a Literatura Comparada não se atém nunca a uma maneira ou caminho exclusivo, a um método único, servindo-se, ao contrário, de vários, cuja escolha parte geralmente da relação que se estabelece entre leitor e obra.

Em sua fase clássica, sobretudo a da chamada “Escola Americana”, a Literatura Comparada instituiu cinco áreas de investigação, hoje bastante modificadas, mas que ainda vêm dando frutos importantes nos estudos da disciplina: o estudo de gêneros ou formas, de movimentos ou eras, de temas ou mitos, da inter-relação da literatura com outras formas de expressão artística ou outras áreas do conhecimento, e finalmente da relação da literatura com os discursos da Teoria, da Crítica e da Historiografia literárias. Tais áreas de investigação são, como se pode observar, bastante desiguais, e demonstram, pela sua própria desigualdade, a tendência formalista da Escola Norte-Americana: as três primeiras acham-se voltadas para as obras mesmas e as duas últimas para as relações destas com outras formas de produção, no primeiro caso, e com os discursos sobre a literatura, no segundo. Em todas elas, no entanto, sente-se a preocupação de tomar como ponto de partida o texto ou textos literários e desenvolver, através de uma reflexão comparativa, formulações e sistematizações.

As abordagens da Literatura Comparada, tanto as que focalizam as obras mesmas quanto as que estão voltadas para as suas relações com outras formas de manifestação artística ou outra área do conhecimento, revelam todas elas um leque amplo e variado de estudos que, juntos, formam uma disciplina, frequentemente identificada, não fosse a ênfase sobre a ideia da comparação ou da transversalidade, com a própria noção de estudos literários. E é nesse sentido que ela é vista em espaços acadêmicos como o francês ou o norte-americano que denominam seus departamentos de estudos não especificamente de literaturas

nacionais como de Literatura Comparada. Tais departamentos, surgidos em contraposição aos de literaturas nacionais, foram criados exatamente para portar a marca da transversalidade e da interdisciplinaridade e para caracterizar-se pela sua amplitude, estando conseqüentemente voltados para a assimilação de diversos métodos. Assim, qualquer restrição a um método ou técnica de abordagem do fenômeno literário era vista como problemática e criticada no âmbito da disciplina.

No entanto, se a restrição a um método ou técnica específico de abordagem do fenômeno literário era contrária ao espírito da Literatura Comparada, que tinha sempre a possibilidade de dispor de opções metodológicas distintas, dependendo das circunstâncias específicas que cercavam cada caso, por outro lado a sua identificação *tout court* com a própria área dos estudos literários implica uma generalização, que foi tida também por vários críticos como problemática, por suprimir a ênfase sobre o caráter de transversalidade que tanto assinalou a evolução histórico-conceitual da disciplina. Não é à toa que Susan Bassnett, em seu livro *Comparative Literature: a Critical Introduction*, afirma que a resposta mais simples para a pergunta sobre o que é a Literatura Comparada seria a de que ela “envolve o estudo de textos entre culturas, que ela é interdisciplinar e que está voltada para os padrões de relações entre as literaturas no tempo e no espaço” (BASSNETT, 1993, p. 1).

Transformações da disciplina e questionamento de seus pilares básicos

A evolução da Literatura Comparada como disciplina acadêmica se acha diretamente relacionada às mudanças que foram ocorrendo na esfera das reflexões sobre o fenômeno literário, ou, mais especificamente, às transformações que se foram verificando no âmbito dos discursos teórico-críticos. Daí as chamadas “escolas” do comparatismo – a francesa, a norte-americana e a soviética – que correspondem a momentos distintos na evolução da disciplina. Na primeira, predominava uma perspectiva historicista, marcada por

um claro movimento do contexto para o texto; na segunda, uma perspectiva formalista, calcada na primazia do texto literário; e na terceira, uma tentativa de diálogo dessas duas tendências, agora reveladas como só aparentemente antagônicas.

Na segunda metade do século XX, a Literatura Comparada experimenta grandes transformações em decorrência também das mudanças que ocorreram no pensamento filosófico. As correntes imanentistas que haviam influenciado a chamada “escola americana” de Literatura Comparada, e que atingiram talvez o seu apogeu à época do Estruturalismo, tinham deixado marcas que ainda dominavam os estudos da disciplina, dentre as quais a preocupação com o universalismo de suas construções (a ideia de construir uma poética universal que fosse extensiva a todo e qualquer contexto) e o esforço de separar o estético do político, ou, melhor, o mito do caráter apolítico do texto literário. Esses aspectos vieram a constituir os pivôs das mudanças que passaram a ter lugar a partir de então. O primeiro veio a ser um dos principais alvos da crítica desencadeada pelos Estudos Pós-Coloniais e o segundo um dos principais alvos da reação desencadeada pelos Estudos Culturais.

Além dos aspectos mencionados acima, verificou-se na segunda metade do século XX um questionamento dos pilares que sempre sustentaram o comparatismo tradicional, as noções de nação, idioma e literariedade:

a) Ao acatar a ideia de Benedict Anderson de que o conceito de “nação”, identificado a “estado-nação”, é uma construção do século XVIII, ligada a interesses políticos e econômicos específicos, e, portanto, passível de desconstrução, a Literatura Comparada deixou de encarar a relação entre literatura e nação como dominante na constituição de seu discurso, passando a admitir variantes com a mesma força de expressão. Assim como a nação, havia outras “comunidades imaginadas”, baseadas em referenciais de tipo diferente, como idioma, etnia ou religião, que dispunham de produção vigorosa, e os estudiosos contemporâneos passaram a dar ouvido a suas vozes, relativizando a autoridade da primeira.

b) Assim como no caso do conceito de “nação”, a problematização que se verificou também sobre o conceito de “idioma” ocasionou grandes transformações no âmbito da Literatura Comparada, que passou a pôr em xeque o idioma canônico como única forma de expressão de uma determinada comunidade, e a aceitar outras linguagens, rompendo deste modo toda sorte de visão monolítica do real. Estas linguagens, que vão desde idiomas realmente distintos, como as línguas autóctones, até registros marginalizados, como o chamado “popular”, passam agora a figurar dos estudos comparatistas, enriquecendo grandemente o seu âmbito, e clamando por uma reformulação do *corpus* até então identificado como a “produção literária nacional” e organizado pela historiografia tradicional em uma série coesa e unânime.

c) Finalmente, com o questionamento e conseqüente ampliação do conceito de “literariedade”, que passa a incluir outros tipos de discurso que não o meramente estético, ou o que tradicionalmente se considerava “estético”, passam também a fazer parte dos estudos comparatistas outras espécies de texto, que transcendem a chamada “escritura artística” ou “imaginativa”, e situam-se na esfera da cultura em geral, e o cânone perde seu sentido unívoco e autoritário, tornando-se, se isto é possível, uma estrutura aberta, passível de constante reformulação.

Com isso, a Literatura Comparada passou de uma prática coesa e unânime de comparação de autores, obras e movimentos literários, que reforçava a identificação arbitrária de estados-nações com idiomas nacionais vistos como suas bases naturais, para uma reflexão mais ampla, consciente de sua própria condição de discurso e do *locus* de sua enunciação, que veio a questionar inclusive seu próprio objeto de estudo – a literatura. Agora, o interesse maior do comparatista deslocou-se, entre outras coisas, da preocupação com a natureza e função da literatura no plano internacional, para a tentativa de compreensão das diversas contradições da categoria do literário em diferentes culturas. A contextualização tornou-se uma palavra de ordem nos estudos comparatistas e o estético passou a ser visto como um valor entre

outros, sempre associado a fatores de outra sorte, que incluem necessariamente o político.

A Literatura Comparada e os Discursos sobre a Literatura (Teoria, Crítica e Historiografia Literárias)

Nas universidades europeias e norte-americanas tem-se o Departamento de Literatura Comparada e os Departamentos de Línguas e Literaturas Nacionais, e a Teoria, a Crítica e a Historiografia literárias são estudadas em todos, mas os cursos voltados mais especificamente para estes tipos de discurso localizam-se em geral nos Departamentos de Literatura Comparada, uma vez que também são caracterizados pela transversalidade própria da disciplina. Seguem-se então algumas reflexões sobre as relações entre o comparatismo e os discursos da Teoria, da Crítica e da Historiografia literárias.

Literatura Comparada e Teoria Literária

A amplitude que adquiriram os estudos comparatistas dos anos de 1970 até o presente deve muito à voga da Teoria Literária nesse período, sobretudo às ondas estruturalista e pós-estruturalista ou desconstrucionista, que varreram o meio intelectual ocidental. No entanto, ao contrário do que se poderia supor, a Literatura Comparada e a Teoria Literária não se antagonizam em momento algum; antes complementam-se, e não podem prescindir uma da outra. Toda teorização sobre uma obra ou obras literárias pressupõe necessariamente uma atividade comparatista, ainda que num plano intertextual não explícito, e todo estudo comparatista sério conflui para uma reflexão de ordem teórica e crítica; caso contrário, corre o risco de ater-se a mero descritivismo, ou, como diria Wlad Godzich, não há nenhuma abordagem ateorética da literatura.

O problema que se verificou com frequência nos estudos de Teoria Literária é que a Teoria sofreu uma espécie de inversão epistemológica,

afastando-se de seu sentido originário de reflexão sobre textos literários com vistas a uma sistematização (observe-se que em sua etimologia a palavra encerrava os sentidos de “contemplação”, “olhar”) e incorporando a ideia da aplicação de modelos que adquiriram foros de universalidade. Essa pretensão, de cunho científico-formalista, atingiu o seu ápice no período do Estruturalismo e continua viva ainda hoje, sobretudo na prática universitária. E o grande risco a que ela leva o pesquisador da literatura é o da a-historicidade, uma vez que busca a construção de modelos exemplares que sejam extensivos a todo tempo e lugar. Tal concepção do discurso teórico não só o afasta da ideia mesma de discurso, que é sempre histórico, como o distancia tanto da obra ou obras que lhe deram origem, quanto, e às vezes de modo abissal, daquelas a que o discurso será aplicado, porque não leva em consideração as suas diferenças contextuais. As teorias surgem num contexto específico e é saudável que migrem para outras paragens, mas, ao fazê-lo, é preciso, como diria Edward Said, em seu ensaio “Traveling Theory”, que se reconheçam as diferenças histórico-culturais entre o seu contexto de origem e o de recepção (SAID, 1983, p. 226).

Além disso, como as teorias têm surgido com mais frequência nos meios acadêmicos onde os estudos literários acham-se mais desenvolvidos, e tal meio localiza-se, por razões predominantemente econômicas, na Europa Ocidental e na América do Norte, elas se baseiam num *corpus* literário emanado daquele contexto. Assim, ao serem universalizadas, as teorias estão automaticamente erigindo as obras que lhe deram origem como modelares e encarando todas as demais a que forem aplicadas como secundárias ou inferiores. O resultado é uma visão profundamente eurocêntrica e monocultural da questão, que toma tanto a literatura europeia quanto sua reflexão teórica como grande referencial canônico e atribui às demais produções provenientes de outras regiões a pecha de periféricas. Foi essa prática que constituiu a tônica dos estudos literários na América Latina, especialmente na época áurea do Estruturalismo, e que ainda hoje, a despeito de amplo questionamento por que vem passando, encontra espaço no meio universitário.

Literatura Comparada e Crítica Literária

Do mesmo modo que a Teoria, a Crítica tampouco se acha em oposição à Literatura Comparada, conforme já assinalou Wellek em seu ensaio “A crise da Literatura Comparada”, apresentado no II Congresso da Associação Internacional de Literatura Comparada, em Chapel Hill (1958); ao contrário, não há avaliação de obra ou obras literárias que não passe por uma perspectiva comparatista, assim como qualquer estudo comparatista requer uma reflexão que englobe os estágios da Crítica – a descrição, a interpretação e a avaliação. No entanto, aqui também, o problema reside no caráter universalizante que a Crítica frequentemente adquiriu, tornando-se um discurso a-histórico e calcado em valores de ordem monocultural. Assim como a Teoria, a Crítica, sobretudo de meados do século XX, ergueu seus pilares sobre um *corpus* da tradição ocidental, eleito à luz de parâmetros supostamente imutáveis, que se originaram de reflexões teóricas anteriores, cristalizadas através da história. Servindo-se de pressupostos dessas construções que nunca puderam ser completamente definidos, como as noções de “literariedade” e de “permanência”, e respaldando-se em tratados que vão desde a *Poética* de Aristóteles aos nossos dias, a Crítica então preocupou-se em ratificar os valores estéticos neles apresentados, construindo um verdadeiro baluarte – o cânone ocidental –, que passou a instituir-se como a grande referência (COUTINHO, 2003, p. 74-5). A partir de então, toda produção era medida à base da comparação com os modelos que integravam ou o cânone específico das diversas literaturas nacionais ou o cânone ocidental referido, composto de representantes das nações mais prestigiadas do Ocidente.

Ao lado desse problema, erguia-se também o dos parâmetros de avaliação, ligado ao método ou corrente crítico-teórica escolhida para descrever, interpretar e avaliar a obra ou obras em questão. As correntes crítico-teóricas sucediam-se com rapidez e variavam de um contexto para outro, oferecendo possibilidades várias, muitas vezes bem distintas e até contraditórias. Nesse caso, como eleger,

entre o leque de opções oferecidas, muitas vezes inclusive condicionadas a um momento histórico específico, a abordagem adequada, máxime quando falta, como ao iniciante, a experiência que o irá orientar? A resposta para tal indagação é obviamente mais ampla e diversificada do que a sua própria formulação, e só pode ser apreendida ao pensar-se na relação estabelecida entre o estudioso e seu objeto de trabalho, mas a mera indagação sobre esse fato traz à tona novamente uma questão que nos vem ocupando desde o início: a de que a Literatura Comparada não tem um método exclusivo de trabalho, mas serve-se ao contrário das diversas possibilidades que a Crítica e a Teoria lhe oferecem.

Literatura Comparada e Historiografia Literária

Existente também desde a Antiguidade, quando esteve, por exemplo, voltada para o estabelecimento de textos do Velho e Novo Testamentos a partir de uma infinidade de manuscritos distintos, a Historiografia literária sempre se instituiu como uma das principais searas de investigação da Literatura Comparada, tendo esta inclusive em seus primórdios sido frequentemente confundida com ela, em decorrência do predomínio do método historicista à ocasião da configuração e consolidação da disciplina. Tal aproximação, se de um lado assinala a importância do caráter histórico dos estudos literários, de outro levou a um problema que perdurou durante longo tempo – o do emprego do método historicista na abordagem do fenômeno literário e a reação a que tal atitude levou em momento posterior, com a onda de correntes imanentistas, que não só relegaram a Historiografia Literária a plano secundário, como chegaram a considerar a dimensão histórica como irrelevante ou até mesmo dispensável na apreensão da obra literária. Foi somente do último quartel do século XX para o presente, ou, melhor, na era pós-estruturalista, que a importância do contexto histórico foi resgatada, mas é preciso lembrar que por uma perspectiva bastante distinta daquela do historicismo tradicional. Agora, além de o movimento mais frequente na abordagem do fenômeno literário estar calcado na

dialética texto/ contexto, passa-se a levar em conta não só o *locus* histórico-cultural de produção da obra como também o de recepção, e evidentemente a relação estabelecida entre ambos.

Principais aspectos da transformação no âmbito da Historiografia Literária

A noção de progressão histórica ou evolucionismo sobre a qual se erigiu o Historicismo positivista constituiu um dos principais alvos da transformação operada no seio da Historiografia, e conseqüentemente no campo da Historiografia literária. Conscientes de que a noção de progressão levava os historiadores da literatura a uma visão preconceituosa de povos e culturas por privilegiar os mais avançados do ponto de vista de um aspecto exclusivo, em geral o tecnológico, esses estudiosos passaram a considerar também outros aspectos, como a noção de simultaneidade ou de linhas que corriam paralelas na construção de suas histórias. Foram tomados também, no relato dessas histórias, momentos considerados paradigmáticos na constituição de um povo ou nação, que eram projetados para momentos anteriores e posteriores, fornecendo uma visão de conjunto que não se atinha mais ao puramente cronológico. Esta perspectiva, que passou a ocupar um espaço relevante na historiografia literária acha-se intimamente ligada à ideia da história como texto e da dialética que se estabelece ao se considerar a relação entre os fatos ocorridos e o relato do historiador.

A dialética estabelecida entre os fatos históricos, que chegam ao historiador na condição de textos (escritos ou orais) e a leitura que faz deles o historiador é um dos principais aspectos da nova historiografia literária, uma vez que põe por terra a figura do documento como algo inquestionável e coloca em primeiro plano a relação sujeito/ objeto (historiador e história, ou ainda leitor e fatos relatados). Conscientes de que a História da Literatura não é o mero registro acumulativo de tudo o que se produziu, nem a simples compilação de temas ou formas, mas a reescritura constante de

textos anteriores com o olhar do presente, os historiadores da Literatura adotaram essa dialética entre passado e presente, e passaram a orientar suas obras por critérios calcados nela. Os fatos, fenômenos ou acontecimentos relatados pelo historiador literário ocorreram no passado, mas como seu relator é também um indivíduo historicamente situado, ele constrói sua narração à luz de uma visão comprometida com o tempo e local da enunciação. Nessa rede complexa de relações são lançadas em conflito duas instâncias temporais e espaciais distintas, e é na dialética estabelecida entre essas instâncias de produção e recepção de textos que se tece o discurso da história literária, não mais como um relato pretensamente objetivo de fatos, mas como estória, discurso. A narração empreendida pelo historiador literário é uma seleção de textos e acontecimentos que traduz sempre a óptica de seu portavoiz e as marcas da comunidade a que ele pertence. E como esses traços são sempre fluidos e multifacetados, é sobre as variantes que incide o interesse do relato. Lembrem-se aqui as diferentes leituras de um mesmo episódio histórico feitas em momentos ou locais distintos, ou o interesse maior ou menor despertado por certo texto em momentos diversos da história literária. Lembre-se ainda o caso, aliás bastante ilustrativo, das histórias não oficiais, que vêm hoje conquistando espaços cada vez maiores, narradas por grupos minoritários até há pouco tempo marginalizados.

Do mesmo modo que a noção de progressão histórica, o conceito de “literariedade” vem sendo alvo de críticas contundentes nas últimas décadas, tendo sofrido uma ampliação semântica considerável, que passou a abarcar ao mesmo tempo categorias variadas do discurso, como a referencial e a ficcional, a oral e a escrita, a popular e a erudita, estendendo, conseqüentemente o raio de atuação da historiografia literária para o âmbito da cultura em geral. Esta ampliação do objeto de estudo não só aumentou imensamente o número de textos a serem estudados pelos historiadores literários, como também expandiu os contextos históricos em que estes textos eram abordados, acentuando o caráter interdisciplinar da matéria. Assim como os

estudos de História *tout court* deixaram de restringir-se aos eventos políticos e diplomáticos, passando a incluir as circunstâncias mais amplas que os condicionaram, as pesquisas de História Literária enveredaram também por searas antes reservadas a outros saberes, como a Geografia, a Sociologia, a Antropologia, a Política e a própria Filosofia. Além disso, o desvio de olhar passa a ser uma constante na Historiografia Literária e os mesmos episódios passam a ser relatados por perspectivas distintas. Surge também não só uma quantidade de histórias não-oficiais, que vêm pôr em xeque a autoridade da versão canônica, como passam a integrar a Historiografia Literária tanto a produção de grupos até então excluídos por essa vertente, como os chamados grupos étnicos minoritários, quanto ainda outros registros, como o “popular”, tradicionalmente contraposto ao erudito. Finalmente, passam também a figurar dessa nova historiografia outras espécies de discurso, que se situam na esfera da cultura em geral, explicitando, mais do que nunca, a fluidez das fronteiras interdisciplinares.

Esta ampliação do escopo da historiografia literária, que passou a incluir várias outras formas de discurso antes excluídos da chamada “artéria principal”, foi altamente facilitada pelo questionamento desenvolvido também nas décadas de 1980 e 1990 sobre as noções de “nação” e “idioma”, dois elementos que serviram frequentemente de marcos referenciais nos estudos de Literatura Comparada. Ao acatar a ideia de Benedict Anderson de que o conceito de “nação”, identificado a “estado-nação” é uma construção do século XVIII, ligada a interesses políticos e econômicos específicos, e, portanto, passível de desconstrução, a historiografia literária contemporânea deixou de encarar a relação entre literatura e nação como dominante na constituição de suas histórias, passando a admitir variantes com a mesma força de expressão. Assim como a nação, havia outras “comunidades imaginadas”, baseadas em referenciais de tipo diferente, como idioma, etnia ou religião, que dispunham de produção vigorosa, e os historiadores contemporâneos passaram a dar ouvido a suas vozes, relativizando a autoridade da primeira.

Assim como no caso da “nação”, a problematização que se verificou também sobre o conceito de “idioma” foi altamente benéfica para a historiografia literária, que passou a pôr em xeque o idioma canônico como única forma de expressão de uma determinada comunidade, e a aceitar outras linguagens, rompendo deste modo toda sorte de visão monolítica do real. Estas linguagens, que vão desde idiomas realmente distintos, como as línguas autóctones, até registros marginalizados, como o chamado “popular”, passam agora a figurar das histórias literárias, enriquecendo grandemente o seu âmbito, e clamando por uma reformulação do *corpus* até então identificado como a “produção literária nacional” e organizado pela historiografia tradicional em uma série coesa e unânime. Se não se pode mais pensar a história em termos de um esquema linear e unicultural, mas apenas como a articulação de sistemas que se imbricam, superpõem e transformam constantemente; se não se pode mais restringir a produção de um povo a um espaço arbitrariamente construído por razões de hegemonia político-econômica, mas, ao contrário, encarar esse espaço como um *locus* móvel e plural; se finalmente não se pode mais limitar o âmbito da literatura à produção escrita ficcional ou poética, os *corpora* que serviram de base às histórias literárias tradicionais perdem sua fixidez, tornando-se múltiplos e dinâmicos, e dão margem à coexistência de cânones distintos dentro de um mesmo contexto.

Historiografia Literária na América Latina

Na América Latina, onde os estudos literários sempre foram moldados à maneira europeia, a preocupação com a Historiografia Literária é uma constante desde a independência política da maior parte das nações, mas a referência na constituição das histórias literárias sempre foi a literatura europeia. Basta lembrar como exemplo a constituição do cânone, forjado inteiramente por um processo de internalização do olhar metropolitano, primeiro ibérico, nos três séculos de colonização, e depois francês, após a

independência política, e os critérios de periodização, que tomavam sempre como parâmetro os movimentos ou escolas surgidos na Europa e encaravam as manifestações latino-americanas como extensões dos primeiros. Atualmente, porém, a questão vem mudando, graças, sem dúvida, à *episteme* pós-moderna, e tem dado origem ao surgimento de histórias literárias de alto teor inovativo. Embora não seja possível examinar com detalhes todas essas mudanças, não podemos deixar de tecer alguns comentários sobre a maneira como elas refletem as transformações ocorridas no próprio seio dos estudos literários no continente latino-americano.

Assim, comecemos por lembrar o próprio conceito de “América Latina”, que, pela sua pluralidade, requer constantemente um enfoque também plural, que reconheça as diferenças de ordem geográfica, linguística, etnográfica, cultural, econômica, etc., do continente, e busque dar conta dessa diversidade de maneira des-hierarquizada. Em termos históricos, a América Latina é uma construção primeiro europeia, e posteriormente de seus próprios habitantes, ou, para empregar as palavras de alguns críticos, uma “ficção”, e mais tarde uma “autobiografia”; portanto, ela deve ser abordada por uma óptica que leve em consideração o processo mesmo desta construção através do exame da produção e recepção de sua literatura. Originariamente cunhado na França do século XIX com o fim de designar um subcontinente distinto da América Anglo-Saxônica, o termo foi primeiramente identificado com a América de língua espanhola, mas, em meados do século XX, sua área semântica se amplia, passando a incluir o Brasil, e, mais tarde, o Caribe francês e a província do Québec, no Canadá. Entretanto, a grande transformação que veio a sofrer se deu com a inclusão de países e povos do Caribe não colonizados por neolatinos, como as antigas colônias inglesas e holandesas da região, e de universos transculturais dentro das nações anglo-saxônicas do continente, como as minorias hispânicas no interior dos Estados Unidos. Deste modo, uma história da literatura latino-americana tem agora que

incluir a produção de todos esses contextos, e, qualquer que seja o enfoque adotado, é preciso que seja sempre problematizador.

Do ponto de vista temporal, vale lembrar a complementação de qualquer sentido de progressão ou evolucionismo por uma noção de simultaneidade ou de confluência de linhas, que, conforme mencionado a respeito da Historiografia contemporânea em geral, podem correr paralelas ou em sucessão, mas sem recorrerem a um percurso uniforme. A noção de progressão, que se encontrava antes na base de qualquer história literária do continente, tinha como referência a produção dos grupos social ou economicamente privilegiados, sempre de origem europeia, e deixava de lado qualquer outro tipo de manifestação que não estivesse de acordo com os padrões desses grupos. O resultado era a exclusão de uma ampla produção, de grande relevância, proveniente das comunidades indígenas, dos ex-escravos africanos ou de qualquer outro grupo desfavorecido. Ao tomar a noção de progressão linear como uma entre outras possibilidades e complementá-la com a ideia de simultaneidade ou de confluência de linhas, a produção desses grupos passa a ser levada em conta e o caráter monolítico das histórias anteriores dá lugar a um quadro heterogêneo da produção literária do continente.

Do ponto de vista espacial, a opção é por uma noção de cartografia que se afasta de qualquer fronteira instituída arbitrariamente ou com um caráter hegemônico, complementando, sempre que necessário, conceitos como o de “nação”, com outros mais flexíveis, como o de “regiões culturais”. O modelo que tomava a nação como referencial básico não levava em conta nem as diferenças regionais dentro de uma mesma nação nem a existência, tão comum no continente, de uma região cultural que transcende as fronteiras de diversas nações, como é o caso da região amazônica ou da andina, ou ainda de uma região constituída por um povo como o Aimara, que ocupava um território mais tarde distribuído por razões políticas em quatro países distintos. Nesse caso, é preciso que se levem em conta todos os processos de imbricamento, sincretismo ou apropriação por que passam as formas estudadas e

as variações verificadas em cada contexto, como também a oscilação dos polos de atração centrípetos e centrífugos em escala local ou continental.

Finalmente, no que concerne ao estudo das formas mesmas, é necessário chamar atenção para a importância do abandono de qualquer visão monolítica, em favor de um olhar que busque sempre contemplar a heterogeneidade do continente. Assim, passam a integrar a historiografia literária latino-americana não só a produção de grupos étnicos até então excluídos pela vertente canônica, dentre os quais indígenas com línguas ainda vivas e um repertório de textos tanto escritos quanto orais, como também outros registros, como o “popular”, sempre contraposto ao “erudito”, presente em expressões como o *corrido* mexicano ou a literatura de cordel brasileira. Frise-se ainda que, com a ampliação, se assim se pode dizer, do conceito de “literariedade”, passam também a figurar dessas novas histórias outras espécies de discurso, que transcendem a chamada “escritura artística” ou “imaginativa”, e situam-se na esfera da cultura em geral, e o cânone perde seu sentido unívoco e autoritário, tornando-se, se isto é possível, uma estrutura aberta, passível de constante reformulação.

Todas essas questões só se tornam viáveis, contudo, se se adota, na elaboração dessas histórias, uma perspectiva realmente comparatista, que examina lado a lado fatos, fenômenos ou acontecimentos, sem restrições apriorísticas, mas, ao contrário, por uma óptica transcultural. Uma História Literária Comparada encara as obras literárias como elementos históricos num contexto dinâmico de transmissão e recepção, e, nesse contexto, o “diálogo” constitui talvez o fator central, pois é algo que ocorre, como afirma Wolfgang Iser, em diversos níveis: “entre passado e presente, entre vozes que expressam preocupações comuns, entre conceituações teóricas, entre padrões de valoração” (ISER, 1994, p. 736). É este diálogo, em última instância, levado a cabo em todos os planos da construção da história literária, que constitui o dado fundamental dessa nova historiografia, a única capaz, ao menos no atual

contexto histórico, de dar conta da multiplicidade de visões de um universo como a América Latina.

As barreiras entre os três discursos abordados, a Teoria, a Crítica e a Historiografia Literárias, apesar das tentativas de diversos estudiosos, nunca se sustentaram na prática, mas deram margem, ao largo dos estudos literários, a construções absurdas, como as que buscaram situar a Crítica no âmbito das Literaturas Nacionais e a Teoria na esfera da Literatura Comparada, ou ainda a afirmações pouco fundamentadas, como a de que a Teoria teria substituído dos anos de 1970 para o presente os estudos de História Literária. Mais frágeis ainda, entretanto, foram os muros que se tentaram erguer entre a Literatura Comparada e os três discursos em questão, com base em elucubrações completamente improcedentes. Já Wellek, em seu famoso ensaio “A crise da Literatura Comparada”, apresentado em 1958 no 2º Congresso da Associação Internacional de Literatura Comparada (AILC/ICLA), levantara-se contra qualquer distinção entre comparatismo e Crítica, e bastaria lembrar que a Literatura Comparada surgiu no bojo dos estudos de Historiografia para que a delimitação entre as duas esferas se revelasse tênue e escorregadia. Finalmente, no que se refere à Teoria, onde os esforços separatistas foram um pouco mais longe, recorde-se, se não mais, o fato óbvio de que a reflexão comparatista se acha na base de qualquer formulação teórica, e conclua-se com a lembrança de Godzich de que não há nenhuma abordagem ateorética da literatura. E se tais tentativas de compartimentalização já não tinham suporte substancial na fase tradicional da disciplina, o que dizer agora, na era do multiculturalismo, em que a própria identidade do texto foi posta em questão, e marcas indisfarçáveis de heterogeneidade pontuam qualquer mapeamento das histórias humanas.

Referências

- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres: Verso, 1983.
- BASSNETT, Susan. *Comparative Literature: a Critical Introduction*. Oxford: Blackwell, 1993.
- BHABHA, Homi (org.). *Nation and Narration*. Londres: Routledge, 1990.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilisation and Capitalism 15-18 Century*, vol. 1, *The Structures of Everyday Life: the Limits of the Possible*. Trad. Sian Reynolds. Collins, 1981, p. 25.
- CLEMENTS, Robert. J. *Comparative Literature as Academic Discipline*. New York: MLA, 1978.
- COUTINHO, Eduardo F. *Literatura Comparada na América Latina: ensaios*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003, p. 69-80.
- COUTINHO, Eduardo F. *Literatura Comparada: reflexões*. São Paulo: Annablume, 2013.
- COUTINHO, Eduardo F. & CARVALHAL, Tania Franco, orgs. *Literatura Comparada: textos fundadores*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.
- GODZICH, Wlad. *The Culture of Literacy*. Cambridge, Mass.: Harvard Univ. Press, 1994.
- ISER, Wolfgang. "Twenty-five Years *New Literary History*: a Tribute to Ralph Cohen. *New Literary History*, Vol. 25, no. 4, 1994.
- SAID, Edward. *Traveling Theory*. In: _____. *The World, the Text and the Critic*. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1983.
- VALDÉS, Mario & KADIR, Djelal Kadir, orgs. *Literary Cultures of Latin America: A Comparative History*. 3 vols. Oxford: Oxford UP, 2004.
- VALDÉS, Mario & HUTCHEON, Linda, *Rethinking Literary History – Comparatively*. American Council of Learned Societies Occasional papers, n. 27, 1994.
- WELLEK, René. *The Crisis of Comparative Literature*. In: FRIEDERICH, Werner (org.). *Comparative Literature: Proceedings of the Second Congress of the ICLA*. 2 vols. Chapel Hill: Univ. of North Carolina Press, v. 1, p. 149-60, 1959.

O que o estudo da epistolografia de Garrett pode ensinar: inferências, esclarecimentos, conflitos e paradoxos

Sérgio Nazar David¹

O nosso objetivo ao editar a correspondência de Garrett nunca foi o de traçar o quadro completo da vida do escritor; tampouco estudar um conjunto de cartas como se fosse literatura. As nossas edições críticas justificam-se pelos subsídios que têm trazido no âmbito da historiografia literária, da história social (nas esferas pública e privada) da época e da própria trajetória de Garrett. Sendo de algum modo documentos sobre as marchas e contramarchas da sociedade liberal, as missivas põem em curso também um fecundo diálogo com outros personagens da cena política e com a obra literária do autor de *Viagens na minha terra*.

O primeiro volume que publicamos, *Cartas de amor à Viscondessa da Luz*, teve edição brasileira em 2004 pela 7Letras; depois pela Edições Quasi, em Portugal, em 2007. Trata-se de uma reunião de 22 cartas endereçadas a Rosa Montufar Barreiros, com quem manteve um romance extraconjugal por quase 10 anos. O segundo volume, *Correspondência familiar*, de 2012, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda (INCM), reúne cartas dirigidas ao irmão, Alexandre José, à sua filha Maria Adelaide e a Luísa Midosi, sua esposa. Das 105 cartas, 48 eram, até então, inéditas. Em 2016, publicamos, também pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, a *Correspondência para Rodrigo da Fonseca Magalhães*, com 97 cartas (93 inéditas) de Garrett dirigidas ao político português.

¹ Professor Titular de Literatura Portuguesa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq e membro da Equipa Garrett, do Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra. E-mail: snazardavid@gmail.com.

Este trabalho, que já alcança 15 anos, está integrado às atividades da Equipa Garrett, coordenada por Ofélia Paiva Monteiro, do Centro de Literatura Portuguesa, Faculdade de Letras (Universidade de Coimbra), de 1999 a 2018. Com o desaparecimento da Professora Ofélia, o trabalho de edição crítica das Obras de Almeida Garrett segue sob a coordenação geral de Maria Helena Santana.

Cartas de amor à Viscondessa da Luz

A obra de Garrett – especialmente *Folhas caídas* e a correspondência amorosa – termina por representar uma gama de hipóteses e impasses da literatura da época relativamente ao amor e ao desejo sexual. Este, ao ser reconhecido pelo sujeito, é também repudiado. A fragilidade e a divisão subjetiva aparecem sob o manto da culpa, com fortalecimento do ideal de amor sob o qual o homem se mortifica. O poema abaixo, “Não te amo”, é de *Folhas Caídas*:

Não te amo, quero-te: o amar vem d’alma.
E eu n’alma – tenho a calma,
A calma – do jazigo.
Ai!, não te amo, não.

Não te amo, quero-te: o amor é vida.
E a vida – nem sentida
A trago eu já comigo.
Ai, não te amo, não!

Ai! não te amo, não; e só te quero
De um querer bruto e fero
Que o sangue me devora,
Não chega ao coração.

Não te amo. És bela; e eu não te amo, ó bela.
Quem ama a aziaga estrela
Que lhe luz na má hora
Da sua perdição?

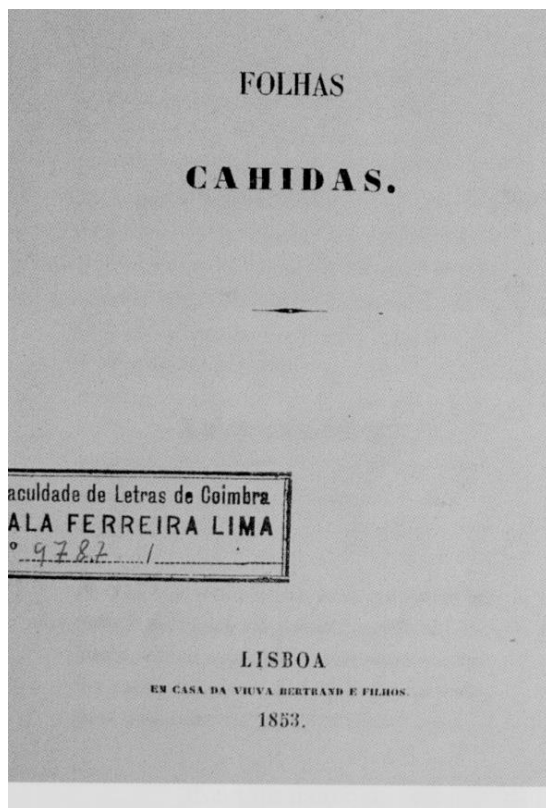
E quero-te, e não te amo, que é forçado,
De mau, feitiço azado
Este indigno furor.
Mas oh!, não te amo, não.

E infame sou, porque te quero; e tanto
Que de mim tenho espanto,
De ti medo e terror...
Mas amar!... não te amo, não.²

Garret, porque deseja, não suporta amar, e se repudia por desejar sexualmente. Condenando-se, usa o “não te amo” como alibi para o desejo sexual, ao mesmo tempo em que, ao incluir o desejo, inviabiliza o amor. O que parece insuportável é exatamente amar e desejar sexualmente.

A publicação de *Folhas Caídas*, em 1853, foi um escândalo. A primeira (sem indicação de autoria) e a segunda edições saíram no mesmo ano. Este livro tem íntima relação com as cartas de amor de Garrett.

² GARRETT, Almeida, *Flores sem Fruto / Folhas Caídas*. Apresentação crítica, seleção, notas de Paula Morão. Lisboa, Editorial Comunicação, 1987, p. 114-115.



Folhas caídas, 1ª edição (1853).

Nas cartas para Rosa Montufar Barreiros, a Viscondessa da Luz, porque parece se sentir incapaz de renunciar ao desejo sexual, precisa então chamar-lhe de “esposa”. Depois, quando do rompimento, sabe muito bem como fazê-la retornar subjetivamente ao lugar de mulher indigna, dizendo-lhe:

Não, tu não amas, R., não te iludas. [...] oh! não ama, não, e não. Queres-me, tens um certo prazer e satisfação em ser amada e idolatrada cegamente como sabes que és – mas amar tu!, oh! não amas; o que merece o nome de amor, não o tens.³

³ Carta XVIII, provavelmente da década de 1850, in: GARRETT, Almeida, *Cartas de amor à Viscondessa da Luz*, edição de Sérgio Nazar David, 2004.

É ainda o mesmo Garrett que escreve a Rosa Montufar Barreiros:

[...] a felicidade celeste, o prazer divino que tenho nos teus braços, em vez de me deixar um tesouro de ventura que eu tanto precisava para passar as intermináveis horas da ausência – é na minha memória como a hóstia de uma bela flor – da flor do teu nome por exemplo – que lhe caíram as folhas e só lhe sinto os espinhos.⁴



Viscondessa da Luz (litogravura de Santa Bárbara)

⁴ Carta X [1847], in: GARRETT, Almeida, *Cartas de amor à Viscondessa da Luz*, edição de Sérgio Nazar David, 2004.

Em *Viagens na minha terra*, no capítulo XII, pela descrição de Joaquina e seus olhos verdes, também podemos alcançar, num outro registro, a dimensão do conflito amar/querer na obra de Garrett:

Os olhos (...) – singular capricho da natureza, que no meio de toda esta harmonia quis lançar uma nota de admirável discordância! Como poderoso e ousado *maestro* que, no meio das frases mais clássicas e deduzidas da sua composição, atira de repente com um som agudo e estrídulo que ninguém espera e que parece lançar a anarquia no meio do ritmo musical... os diletantes arripiam-se, os professores benzem-se; mas aqueles cujos ouvidos lhes levam ao coração a música e não à cabeça, esses estremecem de admiração e entusiasmo... Os olhos e Joaquina eram verdes... não daquele verde descorado e traidor da raça felina, não daquele verde mau e destingido que não é senão azul imperfeito, não; eram verdes-verdes, puros e brilhantes como esmeraldas do mais subido quilate. São os mais raros e mais fascinantes olhos que há.

Eu, que professo a religião dos olhos pretos, que nela nasci e nela espero morrer... que alguma rara vez que me deixei inclinar para a herética pravidade do olho azul, sofri o que é muito bem feito que sofra todo o renegado... eu firme e inabalável, hoje mais que nunca, nos meus princípios, sinceramente persuadido que fora deles não há salvação, eu confesso todavia que uma vez, uma única vez que vi dos tais olhos verdes, fiquei alucinado, senti abalar-se pelos fundamentos o meu catolicismo, fugi escandalizado de mim mesmo, e fui retemperar minha fé vacilante, na contemplação das eternas verdades, que só e unicamente se encontram aonde está toda a fé e toda a crença... nuns olhos sinceros e lealmente pretos.

Joaquina porém tinha os olhos verdes; e o efeito desta rara feição naquela fisionomia à primeira vista tão discordante, era em verdade pasmosa. Primeiro fascinava, alucinava, depois fazia uma sensação inexplicável e indecisa que doía e dava prazer ao mesmo tempo: por fim pouco a pouco, estabelecia-se a corrente magnética tão poderosa, tão carregada, tão incapaz de solução de continuidade, que toda a lembrança de outra coisa desaparecia, e toda a inteligência e toda a vontade eram absorvidas.

Resta só acrescentar – e fica o retrato completo, um simples vestido azul escuro, cinto e avental preto, e uns sapatinhos com as fitas

trançadas em coturno. O pé breve e estreito, o que se adivinhava da perna admirável.⁵

Outra situação muito instigante do diálogo da correspondência amorosa com a obra literária vem das *Viagens*, capítulo XLIV. É a carta de Carlos a Joaquina – “Menti: o homem não faz outra coisa. Eu detesto a mentira, voluntariamente nunca o fiz, e todavia tenho levado a vida a mentir”⁶ –, que é similar à carta XIII de Garrett à Viscondessa da Luz:

Oh! sim compreendes, porque és feita para entender tudo quanto há de nobre, de generoso, de elevado; tu não és como as outras mulheres; e em ti achei enfim o primeiro ser humano que me pudesse compreender e a quem eu ousasse dizer a minha alma toda, que tu só viste, e ninguém mais, to juro, porque, detestando, como eu detesto a mentira, declaro-te que tenho levado a minha vida a mentir, a incobrir o que sou, a tapar-me o rosto e o coração de uma impenetrável máscara, por um terror instintivo, um acanhamento invencível, filho da persuasão bem fundada de que não era compreendido, que ririam de mim, e que abusariam desta verdadeira inocência d’alma de que Deus me dotou, pois acredita, esposa adorada, que é inocente a minha alma, sincera, singela e pura como a da criança que vem de nascer. Mas figurei sempre e quero figurar do contrário, por que temo a irrisão do mundo; e tu és a primeira criatura que me conheces e a quem abri sem receio o meu pobre coração.⁷

O fingimento é para Garrett uma forma de acesso à verdade. Nos anos 20, inventou um certo João Mínimo, autor fictício de seus poemas de juventude; no *Universo Pitoresco* publicou, nos anos 40, uma biografia (escrita por um biógrafo fictício) que na verdade é

⁵ Ver capítulo XII de GARRETT, Almeida, *Viagens na minha terra*, edição de Ofélia Paiva Monteiro, Lisboa, INCM, 2010.

⁶ Ver capítulo XLIV de GARRETT, Almeida, *Viagens na minha terra*, edição de Ofélia Paiva Monteiro, Lisboa, INCM, 2010.

⁷ Carta XIII [1850], in: GARRETT, Almeida, *Cartas de amor à Viscondessa da Luz*, edição de Sérgio Nazar David, 2004.

uma *Autobiografia* não assinada; em *Viagens na Minha Terra* e no poema em dez cantos *Camões* fez de si mesmo personagem-autor do livro. O jogo entre o biográfico e o ficcional é uma forma de, através de invenção, adentrar os temas mais espinhosos do seu tempo e de sempre: o conflitos do homem com o meio social e os do mundo psíquico.

Correspondência familiar

Já formado em Direito, Garrett vai viver em Lisboa, em 1821. As discórdias com o irmão Alexandre (miguelista) aparecem nas cartas. “Tanto a família, nos Açores, como os parentes do Porto deploravam estas desavenças”, assinala Amorim, “mas, reconhecendo a impossibilidade de as terminar, pediram que ao menos, embora separados pela política, os dois se não tornassem pessoalmente inimigos”⁸.

Em 1821, temos um dos temas fundamentais da obra garrettiana, a ligação com o século das Luzes, no apelo ao irmão para que buscasse ilustrar-se: “Tu... tu ainda não entraste nas verdadeiras ideias, nem no mecanismo das atuais cousas. Toma o meu conselho: trata de te *iluminar*, de te fazer gente, e não terás receios sobre a tua futura sorte”⁹.

Em 1822, Garrett tem notícia de que o Alexandre “está meio acorcondado”:

⁸ AMORIM, Francisco Gomes de, *Garrett – Memórias biográficas*, v. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884, p. 174.

⁹ Espólio Garrett, BNP, carta de 11/10/1821.



Garrett (litogravura de Guglielmi)

Uma cousa em que te falei [há tempos eis aí o teu grande crime – Que cousa é essa? Será dizer-te eu que devias iluminar-te, falou-te mais alguém nisso? Como te falou? que respondeste tu? [...] Quando te eu disse que devias iluminar-te, disse-to porque sou teu amigo; respondeste-me tanta parvice, e desconcerto, que assentei não te falar mais nisso. Eu queria dizer-te que entrasses na Maçonaria, ordem augusta, e santa que conta no seu seio as primeiras pessoas do mundo por suas luzes[,] dignidades e virtudes, Papas[,] Bispos[,] reis etc.[] que contou em seu seio nosso virtuoso tio Alexandre e mil outros varões distintos, e bem conhecidos dum cabo do mundo ao outro, e que eu te enumeraria se o sagrado vínculo de um terrível juramento mo não vedasse. Mas nada me veda que eu te diga que tanto tem a Maçonaria com a Religião como um ovo com um espeto. Assim católicos, protestantes, muçulmanos, judeus, de todas essas religiões há maçons, porque não é outro o fim da maçonaria senão unir os homens todos, fazer que onde quer que chegue um homem ache irmãos seus, que o reconheçam por tal, que o amparem[,] que o socorram, que o agasalhem. Este é o fim primário; e a grande virtude

da caridade é a base sagrada da augusta ordem Maçónica. Além disso ela se tem empregado na santa causa da liberdade e dum canto do mundo ao outro, desde os confins da península até às extremidades da Ásia vai fazendo redobrados esforços por libertar os homens, e fazê-los felizes. – Que tem isto de comum com a Religião? – Nada, nada, palavra de honra que é cousa mais sagrada que há para mim, e para todo o bom maçom. – Mas deixemos isso; não queres ser verdadeiramente homem, não o sejas, tua perda.¹⁰

O apelo ao esclarecimento, que Garrett – escrevendo ao irmão – aproxima das ideias maçônicas, está em suas obras de invenção, sobretudo naquelas sobre as quais se debruçou Ofélia Paiva Monteiro, em *A formação de Almeida Garrett* (publicadas até 1836). Vemo-lo também, embora já em um equacionamento mais complexo – modulado pela ironia ou por uma visão de mundo e da existência eivada de tragicidade –, nas composições da maturidade, em personagens como Manuel de Sousa Coutinho (de *Frei Luís de Sousa*), Frei Dinis (de *Viagens na minha terra*) e Paio Guterres (*O arco de Sant’Ana*), cujos perfis, singularíssimos, não aderem completamente ao mundo novo (de luta contra a tirania) nem se deixam conduzir pelos velhos arranjos do Antigo Regime, que foi tendo seus pilares fundamentais abalados.

Garrett aponta ao irmão o engano de se julgar a maçonaria uma ordem avessa à religião. O miguelismo colaborou bastante para que sob o rótulo de “pedreiros livres” ficassem todos aqueles que pugnavam por uma sociedade mais democrática.

Ao instar o irmão a que se ilustrasse, Garrett mostra-nos até onde ia a sua crença nas Luzes, e que se lutava também dentro das fileiras liberais por tolerância religiosa. No apelo de Garrett, vemos um catolicismo dividido e também um liberalismo dividido. Mas sobretudo já uma preparação do escritor maduro que buscaria o caminho da “ordem”, ao lado de uma parte da Igreja mais aberta ao diálogo, advogando pela monarquia constitucional.

¹⁰ Espólio Garrett, BNP, carta de 20/6/1822.

Em 1823, enquanto João Baptista ia para o exílio – registra Amorim – Alexandre era “cumulado de mercês”¹¹ em Portugal. Em 1825, este requereu brasão de armas¹². Em 1828, esteve em Lisboa para saudar D. Miguel, “conseguindo que elle fosse padrinho de sua filha, Carlota Joaquina Miguel, nascida em 1/9/1828”¹³. Foi ainda capitão do Batalhão de Voluntários Realistas do Porto¹⁴.

Provavelmente, não se escreveram no período dos exílios de Garrett. Não há cartas nem referências a cartas de 1823 a 1826, nem de 1828 (depois da partida de Garrett de Lisboa) a 1832 (antes do desembarque no Porto). A carta de 1828, escrita de Lisboa, refere a vinda de Alexandre para saudar D. Miguel. Foi respondida por Alexandre. A de 1832, escrita do Porto, é posterior ao desembarque no Mindelo, com as tropas liberais, em 8/7/1832.

A reaproximação virá só em maio de 1834: “nunca te quis mal, não sou o teu encarniçado inimigo, como tu dizes, nem me desprezo de ser teu irmão como tu de mim dizias. Nunca me esqueci de que éramos irmãos [...]”¹⁵. Garrett estende a mão a Alexandre, após a vitória liberal. Também faz por proteger-lhe os bens, mas não deixa de lembrar o que se teria passado – assim o supõe – na hipótese de ter vencido a causa do Infante D. Miguel: “não eras tu, Alexandre, que me abrisses os braços, como eu te faço de todo o coração”¹⁶. É do texto da longa carta de João Baptista de 24/5/1834:

¹¹ LIMA, Henrique de Campos Ferreira, “Um irmão de Garrett, Alexandre José da Silva de Almeida Garrett. Notas biographicas”, in: *Jornal do Commercio e das Colonias*, 16/6/1929.

¹² AMORIM, Francisco Gomes de, *Garrett – Memorias biographicas*, v. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884, p. 380-382.

¹³ LIMA, Henrique de Campos Ferreira, “Um irmão de Garrett, Alexandre José da Silva de Almeida Garrett. Notas biographicas”, in: *Jornal do Commercio e das Colonias*, 16/6/1929.

¹⁴ LIMA, Henrique de Campos Ferreira, “Um irmão de Garrett, Alexandre José da Silva de Almeida Garrett. Notas biographicas”, in: *Jornal do Commercio e das Colonias*, 23/6/1929.

¹⁵ Espólio Garrett, BNP, carta de 24/5/1834.

¹⁶ Espólio Garrett, BNP, carta de 24/5/1834.

Não haja entre nós mais uma só palavra do passado. Estás por este contracto? – Não se fale mais em política, seja Rei quem for, seja o sistema que reger? Olha que esta proposição, faço-te eu hoje 26 de Maio em que vou continuando esta carta, depois de triunfantes por toda a parte as armas da Rainha. – Mas não basta este tratado de amnistia política recíproca, é preciso também o de amnistia *privada e familiar*. Nem mais uma palavra, nem mais um ressóbio de discussões nossas. – Responde categoricamente.¹⁷

A correspondência familiar de Garrett aproxima-nos do autor e também mostra novos contornos e relevos, esclarecendo posicionamentos políticos por vezes tratados pela crítica de modo controverso, como a relação com a maçonaria e a política.

O que há de mais novo nestes escritos é o homem que deles emerge, inquieto com o seu país, mas jamais derrotado. Em sua obra literária, nas *Viagens*, capítulos XII e XIII, entrevemos o homem público extremamente lúcido, que busca o justo meio e sabe que, com monárquicos, liberais ou com pedreiros livres, o mundo estará sempre marcado pela violência do mais forte:

[...] desenganem-se, o mundo sempre assim foi e há-de ser. Por mais belas teorias que se façam, por mais perfeitas constituições com que se comece, O status in statu forma-se logo: ou com frades ou com barões ou com pedreiros-livres se vai pouco a pouco organizando uma influência distinta, quando não contrária, às influências manifestas e aparentes do grande corpo social.¹⁸

Correspondência para Rodrigo da Fonseca Magalhães

Com o discurso de 23/6/1841, na sequência da recomposição ministerial de 9/6/1841, Garrett tinha passado às fileiras da

¹⁷ Espólio Garrett, BNP, carta de 24/5/1834.

¹⁸ Ver capítulo XIII de GARRETT, Almeida, *Viagens na minha terra*, edição de Ofélia Paiva Monteiro, Lisboa, INCM, 2010.

oposição¹⁹. Sob o argumento de restrições financeiras, António José de Ávida (ministro da Fazenda) pretendeu extinguir o Conservatório Real de Lisboa, o que esteve mesmo à beira de acontecer. A reação de Garrett veio com o discurso chamado *Da discussão da Lei da Décima*, em 15/7, ao qual se seguiu o decreto de 16/7/1841, pelo qual Joaquim António de Aguiar (ministro do Reino) o exonerava da Inspeção Geral dos Teatros, da Vice-Presidência do Conservatório Real de Lisboa e do posto de cronista-mor do Reino.²⁰

Em carta de 3/4/1842 ao irmão Alexandre José, que vivia no Porto, registrou: “Eu deixei de apoiar o Ministério desde que ele absolutamente declarou, por seus atos, que queria governar no *interesse exclusivo* de um partido”²¹. Também escreveu, pouco mais de uma semana depois, em 12/4/1842, ao amigo, Manuel Rodrigues da Silva Abreu, bibliotecário de Braga:

Desagrada-me o estado das cousas e a tendência dos homens. Sou *pasteleiro* pelo coração e pela cabeça: sentimento e reflexão me fazem desejar e crer que não seja nacional nem fixo todo o governo exclusivo e intolerante. [...] Portugal não é dos setembristas nem dos cartistas é dos portugueses [...] Sustente-se a Carta; mas seja bandeira de paz e de união e de nacionalidade – não vexilo de discórdias,

¹⁹ Ver AMORIM, Francisco Gomes de, *Garrett – Memórias biográficas*, v. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884, p. 617.

²⁰ AMORIM, Francisco Gomes de, *Garrett – Memórias biográficas*, v. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884, p. 616-618 e p. 638-40. Ver o *Discurso do sr. Deputado por Lisboa J.-B. de A. Garrett na Discussão da Lei da Décima*, Lisboa, Typografia de J. B. de A. e Gouveia, 1841; também reproduzido em GARRETT, Almeida, *Obras completas de Almeida Garrett*, v. XXVI, *Discursos parlamentares*, edição de Theophilo Braga, Lisboa, Empreza da Historia de Portugal, 1904, p. 97-127. Segundo Gomes de Amorim, embora o seu autor “o não [tenha limado e polido] como obra de gabinete”, na versão do *Diário das Cortes* o discurso tem maior “cruza”.

²¹ GARRETT, Almeida, *Correspondência familiar*, edição de Sérgio Nazar David, Lisboa, INCM, 2012, p. 203.

balsão de despiques – bandeirola de vingancinhas mesquinhas de bairro e bairristas.²²

Garrett presentiu o que estava por vir: a ascensão dos Cabrais, o recrudescimento das discórdias entre fações liberais e o ressurgir do miguelismo. No Cartaxo, em 1843, já próximo de Santarém, capítulo VIII das *Viagens*²³, num final de tarde – quase “disposto a fazer versos”²⁴ diante das belezas da charneca –, o autor de repente é acordado do letargo por alguém que, bradando, lembra ter decorrido ali “a última revista do imperador”:

Então caí completamente em mim, e recordei-me, com amargura e desconsolação, dos tremendos sacrifícios a que foi condenada esta geração, Deus sabe para quê – Deus sabe se para expiar as faltas de nossos passados, se para comprar a felicidade de nossos vindouros... O certo é que ali com efeito passara o imperador D. Pedro a sua última revista ao exército liberal. Foi depois da batalha de Almoester, uma das mais lidadas e das mais ensanguentadas daquela triste guerra.

Toda a guerra civil é triste.

E é difícil dizer para quem mais triste, se para o vencedor ou para o vencido.

Ponham de parte questões individuais, e examinem de boa fé: verão que, na totalidade de cada facção em que a nação se dividiu, os ganhos, se os houve para quem venceu, não balançam os padecimentos, os sacrifícios do passado, e menos que tudo, a responsabilidade pelo futuro...²⁵

²² GARRETT, Almeida, *Obras completas de Almeida Garrett*, v. XXVII, *Cartas íntimas*, edição de Theophilo Braga, Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1904, p. 58-60.

²³ Em 1843, só saem na *Revista Universal Lisbonense* os seis primeiros capítulos de *Viagens na minha terra*. Em 1845, estes são reimpressos com pequenos ajustes e a publicação prossegue. O oitavo capítulo é de 14/81845. A edição em livro, em dois tomos, é de 1846.

²⁴ GARRETT, Almeida, *Viagens na minha terra*, Lisboa, INCM, 2010, p. 145.

²⁵ GARRETT, Almeida, *Viagens na minha terra*, Lisboa, INCM, 2010, p. 145-146.

A recordação da batalha de Almoester (18/2/1834) chega por um companheiro de viagem. João Baptista não estivera lá, mas sabe o que é uma guerra civil, com as suas marcas, que nunca se apagam por completo, as dissensões no interior das famílias, entre amigos, nódoas e cicatrizes no tecido social. Por isso a fatura final, a seu ver, é quase sempre negativa²⁶.

“*Pasteleiro* pelo coração e pela cabeça”, acaba por declarar-se na oposição ao ministério presidido por Joaquim António de Aguiar, permanecendo nesta posição até o fim do primeiro período cabralista, em 1846.

No princípio do ministério Palmela, volta a colaborar com o governo na diligência em Santarém, junto a Passos Manuel. Fora escolhido em reunião na casa do conde de Alcáçovas, em 30/5/1846, com o objetivo de “sossegar os ânimos e acabar com a revolução”. O testemunho é de Rodrigo da Fonseca Magalhães no seu diário (“*Memorandum*”):

O Sr. Garrett partiu no dia 31 de Maio [1846] às 7 horas da manhã e quando desembarcou em Vila Nova soube-se em Santarém que o objecto da sua ida era induzir o Sr. Passos a que viesse a Lisboa. Esta presença acautelou a Junta que não consentiu na vinda do seu Presidente; e bem claro era que havia quem se opusesse em certo modo a que o Governo conseguisse acalmar a agitação pública não porque houvesse interesse em fazer perdurar a anarquia mas sim porque a meu ver se pensava que o Governo não tomasse certas medidas como garantia aos empenhados na revolução [...] O Sr. Garrett nada pôde conseguir da junta e do seu Presidente mais do que as mostras da mais leal disposição.²⁷

²⁶ Lia Noemia Rodrigues Correia Rait sustenta que a condenação da guerra em Garrett tem certa proximidade com Byron e já está presente em *D. Branca* (1826): “In both, war is dealt with less extensively than love, and both Byron and Garrett seem to hold the view that war, only defensible in the case of national independence, is a destructive power to be condemned, in spite of the recognized charisma of heroes” (*Garrett and the English Muse*, London, Tamesis Books Limited, 1983, p. 45).

²⁷ MAGALHÃES, Rodrigo da Fonseca, *Memorandum* (1846-1857), transcrição de Maria de Fátima Bonifácio, DGARQ/TT, SV, 100/14, p. 22-25.

Depois é o próprio Rodrigo quem vai a Coimbra com semelhante intuito. Parte em 3/7, lá chegando em 6/7/1846. Pelo relato do “Memorandum”, a visita é ainda menos auspiciosa que a de Garrett a Santarém. Rodrigo volta para Lisboa já mesmo na madrugada de 6 para 7, porque o pernoitar poria em risco a sua vida. José Alexandre de Campos e outros senhores o acompanharam por temor dos exaltados até certo ponto mais avançado do caminho de saída da cidade. Rodrigo leva consigo a certeza de que urgia recompor o ministério.

No “Memorandum” relata que alguns – entre os quais Garrett e Passos Manuel – queriam que “dos ministros ficassem apenas o duque de Palmela e o conde do Lavradio entrando quatro dos mais pronunciados da cor setembrista”. Palmela e seus colegas “resistiam a esta pretensão e diziam ao menos uns com os outros que esta maioria decerto marcava a passagem para o partido setembrista e que lhes parecia não só arriscado mas sumamente desairoso: além de que isto era mal aceite no Paço”²⁸.

Garrett desejava tomar parte na nova administração. Em seu abono: fora membro conspícuo da oposição. Segundo Rodrigo, chegara o seu tempo de dizer “quero ser ministro”. Assim o fez. Algumas objeções foram apresentadas, com destaque para os conhecidos dissabores do período em Bruxelas (1834-1836). Por fim, cedeu a vez a Mouzinho de Albuquerque, que ficou na Marinha.

Formou-se o ministério com moderados e setembristas: “O Sr. Garrett fazendo uma espécie de renúncia mereceu os gabos dos seus amigos”, registra Rodrigo no diário, “que na abnegação do ilustre candidato achavam talvez mais razão do que nas suas pretensões. Mas o Sr. Garrett ficou longe e muito longe de satisfeito”²⁹. O ministério não foi bem aceito por D. Maria II e D. Fernando. Rodrigo, no entanto, fez-lhes ver, em 19/7, “que tudo era

²⁸ MAGALHÃES, Rodrigo da Fonseca, *Memorandum* (1846-1857), transcrição de Maria de Fátima Bonifácio, DGARQ/TT, SV, 100/14, p. 58-59.

²⁹ MAGALHÃES, Rodrigo da Fonseca, *Memorandum* (1846-1857), transcrição de Maria de Fátima Bonifácio, DGARQ/TT, SV, 100/14, p. 59-60.

pior do que apoiar o ministério proposto”³⁰. No mesmo dia se publicou no *Diário do Governo* a nova composição.

Saldanha retorna ao país, Palmela segue sob suspeita no Paço. Garrett afasta-se da política, como testemunha Gomes de Amorim: “Tendo previsto pela política do ministério Palmella a duração ephemera d’esse governo, e sendo contrário á guerra fratricida do partido liberal, absteve-se de entrar na lucta, não tomando posição por nenhum dos contendores”³¹.

Em 7/10/1846, dia seguinte ao golpe de Saldanha – a Emboscada –, Rodrigo anota no “Memorandum”:

O Marechal [Saldanha] tendo sido buscado pelos homens dos clubes dos Cabrais aqui lançou-se nos braços deles e com espantosa facilidade filiou os seus planos e se prestou a ser a alma da execução deles. [...] Temo que o acto desta noite renove as cenas de reacção em algumas terras do Reino e que o sossego que tanto custou a restabelecer seja de novo alterado.³²

Os temores de Rodrigo não eram infundados. A guerra civil imediatamente lavrou por todo o país.

Em 1847, Rodrigo faz poucos apontamentos no “Memorandum”. A situação é tal que lhe parece “mais prudente nada confiar ao papel”. Mas não deixa de conclamar a rainha por “moderação”, em 21/3, com a ressalva de que “se houvesse intervenção que fosse apenas de Inglaterra”³³.

É, em síntese, neste contexto que podemos ler algumas cartas de Garrett a Rodrigo da Fonseca Magalhães da década de 1840 em

³⁰ MAGALHÃES, Rodrigo da Fonseca, *Memorandum* (1846-1857), transcrição de Maria de Fátima Bonifácio, DGARQ/TT, SV, 100/14, p. 63.

³¹ Ver AMORIM, Francisco Gomes de, *Garrett – Memórias biográficas*, v. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884, p. 231.

³² Ver MAGALHÃES, Rodrigo da Fonseca, *Memorandum* (1846-1857), transcrição de Maria de Fátima Bonifácio, DGARQ/TT, SV, 100/14, p. 70.

³³ Ver MAGALHÃES, Rodrigo da Fonseca, *Memorandum* (1846-1857), transcrição de Maria de Fátima Bonifácio, DGARQ/TT, SV, 100/14, p. 71.

consonância com as principais obras literárias de Garrett deste período tão fecundo de sua produção.

Na carta de 15/4/1846, ao recusar a classe de “Literatura e Belas-Artes”, Garrett reitera, por vias transversas, o intento “mais político que cultural” de Rodrigo, por ocasião da fundação do Grémio Literário, como bem salienta José-Augusto França³⁴. Garrett queria estar na de “Política”. Parece despropositado que um homem, com obra literária já extensa, escreva a um amigo que a literatura é “grata ocupação [das suas] horas vagas”, o que obviamente está longe de ser verdade.

Poucos anos antes, quando a publicação de *Viagens na minha terra* em capítulos na *Revista Universal Lisbonense* corre o risco de ser interrompida, como depois o foi, uma nota assinada por “A Redação” – provavelmente da pena de Garrett – informara em 16/11/1843 que, embora o autor fosse um dos sectários sabidos e confessados da oposição ao cabralismo, ainda assim as *Viagens* não deveriam ser lidas como um escrito político. A conclusão: “Os que tomarem a política pelo caroço deste fruto literário, comam-no deitando fora o caroço; – os que a julgarem casca, comam-no sem a casca – os que a tomarem pela polpa não no comam, – e correntes as nossas contas”³⁵.

Ou seja: escrevendo a Rodrigo, Garrett se diz político e não literato. Na *Revista Universal Lisbonense*, pelo contrário, se diz literato e não político. A busca de reconhecimento como político, na fundação do Grémio, e o recuo na nota da *Revista Universal Lisbonense*, tentando desvincular o estético de qualquer implicação ética, lidos em confronto, mostram-nos uma espécie de tática de guerra ou “antídoto contra a adversidade do meio”³⁶, como bem indica Maria de Lourdes Lima dos Santos.

³⁴ FRANÇA, José-Augusto, *O Grémio Literário e a sua história*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, p. 11.

³⁵ *Revista Universal Lisbonense*, 16/11/1843.

³⁶ SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos Santos, “Viajando à boleia de Garrett”, in: *Colóquio Letras*, maio/agosto 2010, p. 9-22.

Na carta de 20/7/1846, vem ao primeiro plano o perfil conciliador de Garrett, a proximidade com o setembrismo e com os moderados do cartismo. Ao mesmo tempo, a colaboração na Câmara Eleitoral naquele momento era em prol de eleições diretas, que não estavam previstas na Carta Constitucional de 1826. Na disputa política que antecedeu a formação do gabinete Palmela, em 19/7/1846, certamente não havia lugar para independentes: “Está visto que com certa gente é preciso ser *servil* ou furioso. Os primeiros aceitam-se porque são obedientes, os segundos porque se temem. Aos meus princípios moderados mas firmes, devo portanto o *veto* constante que me anula”³⁷.

Ao publicar o último capítulo das *Viagens*, Garrett já tinha retornado à casa de Passos Manuel, em Santarém, em maio de 1846, em missão diplomática – ao que tudo indica, infrutífera. Ou seja: Garrett visitou Passos Manuel não uma, mas duas vezes nesse primeiro período do primeiro cabralismo (1842-1846), uma em 1843 (a viagem narrada nas *Viagens*) e outra em 1846, durante o ministério de Palmela (breve hiato de paz entre os dois períodos do cabralismo). Na segunda viagem o país saía de uma guerra civil (Maria da Fonte, 1846) e estava prestes a entrar numa outra (Patuleia, 1847).

Entre estas duas guerras ele faz a segunda visita a Passos Manuel em Santarém (narrada sinteticamente por Rodrigo no seu diário). A missão de Garrett, registra Rodrigo, fora conter os exaltados do setembrismo. Uma mediação. Como foi uma missão infrutífera, ele volta com a sensação de que uma segunda guerra civil era iminente. Isto explica o sonho do capítulo XLIX de *Viagens na minha terra*, os tristes presságios que lá estão.

Considerações finais

As obras de Garrett desse tempo são testemunhos da sua perplexidade perante as complexas e conflitantes forças do social.

³⁷ GARRETT, Almeida, *Correspondência para Rodrigo da Fonseca Magalhães*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2016, p. 201.

Nos escritos de invenção, mais precisamente, não deixa de aprofundar a reflexão crítica relativamente às posições políticas que foi tomando ao longo da vida. Chama sempre a atenção o homem dividido entre o ideal e o real; o desejo sexual e as convenções sociais; o amor e a volatilidade do sentir; o espiritualismo e o materialismo; o impulso à ação no social e a certeza de que “por mais belas teorias que se façam, por mais perfeitas constituições, com que se comece, o *status in statu* forma-se logo: ou com frades, ou com barões ou com pedreiros-livres”³⁸.

Selecionamos aqui algumas cartas, dos três conjuntos, que mostram o quanto a obra estritamente literária se ilumina no diálogo com a epistolografia. Nos volumes que editamos optamos sempre por não selecionar, isto é, editar tudo em respeito aos pesquisadores do futuro e aos novos olhares que poderão, a partir do que reunimos, traçar outras leituras e rotas de interpretação da obra e dos grandes problemas sócio-políticos com que o autor de *Viagens na minha terra* se deparou.

Fontes manuscritas

Espólio Garrett, N8, Biblioteca Nacional de Portugal, Seção de Reservados, Lisboa.

Espólio Garrett, E21, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Coimbra.

Ministério do Reino, Direção Geral de Arquivos, Torre do Tombo, Lisboa.

³⁸ GARRETT, Almeida, *Viagens na minha terra*, edição de Ofélia Paiva Monteiro, Lisboa, INCM, 2010, p. 182.

Referências

GARRETT, Almeida, *Flores sem Fruto / Folhas Caídas*. Apresentação crítica, seleção, notas de Paula Morão. Lisboa, Editorial Comunicação, 1987.

_____, *Viagens na minha terra*, edição de Ofélia Paiva Monteiro, Lisboa, INCM, 2010.

_____, *O arco de Sant'Ana. Crónica portuense*, edição de Maria Helena Santana, Lisboa, INCM, 2004.

_____, *Obras completas de Almeida Garrett*, v. XXVII, *Cartas íntimas*, edição de Theophilo Braga, Lisboa, Empreza da Historia de Portugal, 1904.

_____, *Obras completas de Almeida Garrett*, v. XXVI, *Discursos parlamentares*, edição de Theophilo Braga, Lisboa, Empreza da Historia de Portugal, 1904.

_____, *Cartas de amor à Viscondessa da Luz*, edição de Sérgio Nazar David, Rio de Janeiro, 7Letras, 2004.

_____, *Correspondência familiar*, edição de Sérgio Nazar David, Lisboa, INCM, 2012.

_____, *Correspondência para Rodrigo da Fonseca Magalhães* edição de Sérgio Nazar David, Lisboa, INCM, 2016.

AMORIM, Francisco Gomes de, *Garrett – Memórias biographicas*, 3 vols, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881-1884.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *Um homem singular*, Lisboa, Dom Quixote, 2013.

FRANÇA, José-Augusto, *O Grémio Literário e a sua história*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

LIMA, Henrique de Campos Ferreira, "Um irmão de Garrett, Alexandre José da Silva de Almeida Garrett. Notas biographicas", in: *Jornal do Commercio e das Colonias*, 16/6/1929.

RAIT, Lia Noemia Rodrigues Correia, *Garrett and the English Muse*, London, Tamesis Books Limited, 1983.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos Santos, "Viajando à boleia de Garrett", in: *Colóquio Letras*, maio/agosto 2010.

Fernando Pessoa: a palavra em defesa do oculto

Adílio Jorge Marques¹
Melissa M. G. Boëchat²

José Ricardo Chaves, em seu artigo intitulado "El ocultismo y su expresión romántica", afirma que o esoterismo nos remete a um conhecimento reservado a um grupo de pessoas em busca pelo entendimento da natureza a partir de seu interior, sem a necessidade da presença de intermediários. O ocultismo poderia, então, ser interpretado como uma versão do esoterismo no século XIX. Pode ser a compreensão interior da ciência da alma de uma verdade que só pode ser alcançada com o desenvolvimento do espírito em busca de um caminho de iluminação ou a chamada via interior. Quanto destas prerrogativas não caberia, ainda, à Literatura? Ainda segundo Chaves (2008), o esoterismo é uma categoria bem abrangente para descrever um saber – cito – “baseado em um conjunto de textos religiosos helenísticos dos primeiros séculos antes e depois da nossa era, e que se reuniram no início do Renascimento na Itália”.

Dentro dessa perspectiva, a nosso ver, a investigadora chamada Zhou Miao acertadamente destaca três motivos para tentar explicar certa deficiência nos estudos sobre o aspecto ocultista, ou ainda, esotérico, da escrita de Fernando Pessoa. O primeiro seria a falta de interesse acadêmico nas relações entre Literatura e Esoterismo, uma vez que o que se escreve sobre o tema é muitas vezes considerado *Kitsch* pela crítica – apesar de o Esoterismo ter inspirado grandes obras mundiais. Ignoramos esta primeira justificativa – se a ela nos ativéssemos, este trabalho não

¹ Professor Adjunto – UFVJM/UFG [adiliojm@yahoo.com.br]

² Professora Adjunta – UFVJM/UFG [mgboechat@gmail.com]

veria a luz; e também Pessoa nos deu provas, com sua obra, de que a temática é válida e apaixonante.

O segundo seria a ideia de que "é preciso ser ocultista ou iniciado para obter a precisão histórica e teórica" sobre o tema; para nós, guardada a devida humildade que deve ser premissa básica de todo aprendiz, esta justificativa fornece a chave para que empreendamos esta jornada, de certa forma, mística e literária. O terceiro e último motivo para os poucos estudos sobre o lado "oculto" de Pessoa seria a própria característica poética e da personalidade do poeta: um homem cético, que por várias vezes afirmou não pertencer a ordens ocultas (apesar de, em certos momentos e escritos, identificar-se com o Templarismo e o Rosacruçianismo).

Nossa abordagem baseia-se, portanto, em dois aspectos fundamentais que nos servem como base: a identificação de Fernando Pessoa com algumas Ordens Iniciáticas (mais especificamente a Maçonaria, a Ordem Rosa-Cruz e a Ordem dos Cavaleiros Templários), a partir da presença de temáticas caras às mesmas em seus *Poemas Ocultistas*; e a publicação de seu artigo "As Associações Secretas: Análise Serena e Minuciosa a um Projecto de Lei apresentado ao Parlamento", publicado em 04 de fevereiro de 1935, no Diário de Lisboa.

Faz-se necessário diferenciar *esoterismo* e *ocultismo*, palavras que no senso comum podem parecer sinônimas. E, mesmo que ambos os conceitos não possuam uma definição absoluta ou convergente entre os estudiosos da nossa língua, verificamos que o ocultismo está presente nos poemas de Pessoa. Podemos dizer que o ocultismo traz consigo o estudo e as práticas de aspectos não claros para a ciência do funcionamento da natureza, e também de artes divinatórias, exigindo uma prática rigorosa que muitas vezes pressupõe um mestre ou instrutor, e normalmente a utilização de meios externos a quem pratica: artefatos, baralhos, etc. Ser ocultista, ou praticar o ocultismo, se relaciona desde tempos imemoriais a uma busca pela perfeição humana.

Desde os tempos mais antigos, as sociedades vêm buscando desenvolver e compreender, por meio de estudos e de práticas místicas muitas vezes fechadas e voltadas apenas aos seus iniciados, um conhecimento que partilhariam apenas entre aqueles que se dedicassem aos estudos de seus conteúdos. O iniciado não possui sinais de reconhecimento com respeito ao profano; vive no mais completo anonimato, sob a máscara do silêncio, por mais que às vezes seja levado a tomar os mais variados disfarces, segundo as circunstâncias, o que de maneira alguma constitui uma dissimulação, mas uma forma de revestir a pureza de seu eu com as aparências do individualismo e do eu social, cuja condição superou. Grande semelhança, portanto, encontramos aqui com a autoria de Pessoa, por meio de seus heterônimos.

A ideia do não manifestado preside também os métodos de transmissão iniciática. A palavra e o gesto são sempre preferidos à escrita, que não é senão um resíduo desta; o ensinamento é essencialmente oral e, definitivamente, baseia-se no silêncio, que mais que uma simples necessidade pedagógica, deve ser considerado como uma chave do esoterismo. Pessoa³ faz esta alusão à questão da iniciação:

INICIAÇÃO

Presença, nº 35, Maio de 1932

*Não dormes sob os ciprestes,
Pois não há sono no mundo.
O corpo é a sombra das vestes
Que encobrem teu ser profundo.
Vem a noite, que é a morte,
E a sombra acabou sem ser.*

³ A poesia de Fernando Pessoa corre no leito da poesia de San Juan de la Cruz e de Santa Teresa de Ávila. Estes dois últimos poetas, entretanto, claramente apresentam em seus escritos um discurso que se apoia em sua vida pessoal, que, dentro de uma perspectiva cristã e na esfera social de ambos, se mescla à sua atividade eclesíástica.

Vais na noite só recorte,
Igual a ti sem querer.
Mas na Estalagem do Assombro
Tiram-te os Anjos a capa.
Segues sem capa no ombro,
Com o pouco que te tapa.
Então Arcanjos da Estrada
Despem-te e deixam-te nu.
Não tens vestes, não tens nada:
Tens só teu corpo, que és tu.
Por fim, na funda caverna,
Os Deuses despem-te mais:
Teu corpo cessa, alma externa,
Mas vês que são teus iguais.
A sombra das tuas vestes
Ficou entre nós na Sorte.
Não 'stás morto, entre ciprestes.
Neófito, não há morte.

Pessoa não era religioso.⁴ Muito antes, o poeta era cético quanto a dogmas, provavelmente encontrando nos caminhos ocultos a liberdade que necessitava para o entendimento de seu ser.

Dentre os aspectos que levaram à liberdade de pensamento em Pessoa, lembramos que os Templários marcaram o ideal de cavalaria e do cavaleiro injustiçado, perseguido pelo *status quo* exotérico, desde que foram presos em 1307. A imagem do cavaleiro como a referência do homem que, obediente a uma busca interior, tem em uma força superior seu fôlego de existência encontra eco na poesia de Pessoa, como vemos em "Gládio", de 1913:

⁴ É essencial separar o caráter esotérico do caráter religioso das ordens às quais ligamos o discurso de Fernando Pessoa. A Maçonaria, principalmente, é muitas vezes confundida com uma instituição religiosa, o que provoca em segmentos mais conservadores do cristianismo e das religiões pentecostais uma aversão exacerbada – como a que motivou sua extinção em Portugal em 1935, como veremos mais adiante.

GLÁDIO

Do Alberto Da Cunha Dias

*Deu-me Deus o seu gládio, porque eu faça
A sua santa guerra.
Sagrou-me seu em gênio e em desgraça,
As horas em que um frio vento passa
Por sobre a fria terra.*

*Pôs-me as mãos sobre o ombros, e doirou-me
A fronte com o olhar;
E esta febre de Além, que me consome,
E este querer-justiça são Seu nome
Dentro em mim a vibrar.*

*E eu vou, e a luz do gládio erguido dá
Em minha face calma.
Cheio de Deus, não temo o que virá,
Pois venha, o que vier, nunca será
Maior do que a minha alma!*

Para o mundo português, a Ordem de Cristo (de 1319), substituindo os ideais cavaleirescos da antiga Ordem do Templo (extinta em 1312), era a grande fonte dos ideais de um novo tempo. A Ordem portuguesa esteve à frente das grandes descobertas, e seu signo, presente nas velas das naus que desbravaram o mundo, navegam pelo imaginário de Fernando Pessoa. Sabia o poeta da importância que o simbolismo da cavalaria representava e, também em outros poemas, irá debruçar-se sobre isso, a procurar evidenciar a sua ligação com uma Ordem Templária remanescente portuguesa, cuja ligação formal ainda não está clara.

Desde o século XVI, percebe-se certo empoderamento de um corpo de saberes codificados em relação à religião oficial, dita exotérica, e sem acesso a verdades intrínsecas da alma, termos que se verificam em textos de místicos e alquimistas da época. Estes, unidos a pensadores da envergadura de Dante Alighieri, se ligam

com a herança dos escritores medievais, e com erudição filológica e cultural, deixa que permaneçam vivos grupos chamados Rosacruz e alquímicos, com a proposta de um novo mundo.

No advento do Século das Luzes, o movimento intelectual, místico, e de via cardíaca (interior), se conforma em um viés maçônico. A Maçonaria explode nos círculos culturais da Europa e dos EUA, em especial entre os mais letrados, ao contrário do que acontecia muitas vezes no passado. Ou seja, um pensamento impregnado de uma ritualística mais racionalista que, de certa forma, tentava exprimir o entendimento da *physis* (natureza) que cercava aqueles pensadores na época da *Enciclopedie*. Percebe-se que havia ainda uma influência do hermetismo grego nos documentos que vêm à tona em fins dos setecentos até o fim dos oitocentos.

Da mesma forma, Pessoa conhecia a história da Maçonaria moderna, e que muitos de seus ritos evocavam que os símbolos maçônicos seriam a continuidade dos antigos Templários. Ao que parece, Pessoa não foi maçom ingresso nas fileiras da Ordem⁵, contudo, conhecia seus mitos e importância para a história de Portugal. Isto, de certa forma, o levará a defender a Ordem dos Pedreiros Livres no ano de 1935.

Pensamos, ainda, que estava claro na mente de Pessoa a seguinte linha de prosa histórica que iria marcar seus poemas ditos ocultistas. Desde o medievo, com as suas lutas, Cruzadas e cavaleiros, passando depois pelos poetas dos Fieis do Amor, e com o surgimento de um pensamento de características rosacruceanas pós-Reforma, mais o racionalismo maçônico, tudo permeado pela crença de um novo tempo (algo que está no espírito luso-brasileiro desde Fiore, Sebastianismo, saga dos descobrimentos, por exemplo), fizeram do esoterismo e do ocultismo ingredientes que constituiriam parte da mentalidade de seu tempo.

⁵ Fernando Pessoa, em seu artigo "Associações Secretas", nega sua vinculação às Ordens: "Começo por uma referência pessoal, que cuido, por necessária, não dever evitar. Não sou maçom, nem pertenço a qualquer outra Ordem semelhante ou diferente. Não sou porém anti-maçom, pois o que sei do assunto me leva a ter uma ideia absolutamente favorável da Ordem Maçónica." (Diário de Lisboa, 1935)

Fernando Pessoa incorporou essas características em muitos de seus versos. Como nos diz Dalila Pereira da Costa em sua obra clássica de 1971, "O esoterismo de Fernando Pessoa" (*apud* MENDIA, 2017, p. 242), o poeta português impregnou-se de todo o saber ocultista de seu tempo (não à toa era um astrólogo requisitado), e fez da visão de mundo e do próprio eu instituições concêntricas. Ou seja, como no antigo adágio "Assim como é em cima o é em baixo", havia uma correspondência entre o mundo exterior da civilização e da natureza, e o mundo interno, com todas as suas nuances não deterministas. Um exemplo, a existência e continuidade da alma humana, que Pessoa chamou algumas vezes de "vera alma".

No poema "O Encoberto", tanto as relações do mundo material com o espiritual, e a presença de um cristianismo ligado à matéria e sua analogia com a essência imaterial da alma, como presente na Rosacruz, se fazem presentes:

O ENCOBERTO

Do Alberto Da Cunha Dias

*Que símbolo fecundo
vem na aurora ansiosa?
Na Cruz Morta do Mundo
A Vida, que é a Rosa.*

*Que símbolo divino
Traz o dia já visto?
Na Cruz, que é o Destino,
A Rosa, que é o Cristo.*

*Que símbolo final
Mostra o sol já desperto?
Na Cruz morta e fatal
A Rosa do Encoberto.*

São identificadas por Robert Bréchon (1999) duas vias na obra ocultista de Pessoa: um caminho de afirmação pagã, iniciado com os poemas de Alberto Caeiro, e um caminho gnóstico, nitidamente presente nas poesias ocultistas que mencionamos. Na esteira de toda a gama de conhecimentos que vem, pelo menos, desde os medievos Templários e das Grandes Navegações, surge no início do século XVII o chamado Manifesto "Fama Fraternitatis". No ano de 1614, por meio desse famoso Manifesto, os Irmãos Rosacruz se revelam ao mundo a partir da lenda de Christian Rosenkreuz (ou "Irmão C.R.C."), quem teria fundado a Fraternidade Rosacruz (R+C), de acordo com os ensinamentos obtidos com os mestres árabes (MORAES E MARQUES, 2014).

Vários são os poemas que relacionam o eu de Pessoa ao rosacruzanismo; um dos mais conhecidos, "No túmulo de Christian Rosencreutz", traz a marca desse caminho gnóstico, em que a vida no corpo material é uma contingência da verdadeira vida:

*Quando, despertos deste sono, a vida,
Soubermos o que somos, e o que foi
Essa queda até Corpo, essa descida
Até à Noite que nos a Alma obstrui,*

*Conheceremos, pois, toda a escondida
Verdade do que é tudo que há ou flui?
Não: nem a Alma livre é conhecida...
Nem Deus, que nos criou, em Si a inclui.*

As relações da maçonaria em Portugal e o famoso artigo de Pessoa

Embora existam inúmeras controvérsias sobre a origem da Maçonaria, há um consenso entre os historiadores ao ligarem sua origem às corporações de ofício da Idade Média, quando pedreiros engenhosamente erguiam monumentos e catedrais por todo o continente europeu. Esses pedreiros tinham permissão dos reis da Europa para circular livremente por todo o velho continente,

sendo denominados “*pedreiros livres*” do inglês “*free mason*”. Suas técnicas e meios de reconhecimento serviram de terreno para o surgimento de um moderno grupo secreto, a Franco-Maçonaria. Esses homens reunidos em lojas debatiam ideias, elegiam seus próprios líderes, escolhiam democraticamente novos associados e valorizavam o aprendizado, portanto, uma associação moderna e inovadora, que logo influenciaria a cultura política da época (BENIMELI, 2007, p. 32), influenciando, inclusive, o imaginário cultural das gerações que lhe seguiram.

Para muitos em sua época, o governo português queria isolar o país do restante da Europa, para preservar o conservadorismo católico. A ditadura salazarista proibiu, portanto, o funcionamento da Maçonaria em 1935, o que perdurou até 1974 (a queda se deu com a Revolução dos Cravos). A Maçonaria sempre foi alvo de ditadores e déspotas ao longo dos últimos séculos. Em 1738 uma Bula Papal já condena a Maçonaria, o que prevalece até hoje. A partir dessa data, e ainda mais no século XIX, as condenações à Maçonaria cresceram. Inúmeros documentos papais contrários a Maçonaria foram editados. O período de maior perseguição da Igreja Católica a Maçonaria foi nos pontificados dos Papas Pio IX e Leão XII. Colussi (2012) destaca 201 documentos condenando as práticas Maçônicas. Esses pontificados estão ligados ao movimento denominado *ultramontano*⁶, objetivando a reafirmação dos valores do catolicismo contra o protestantismo e o liberalismo. As mais diversas conotações ideológicas sempre viram nas propostas dos pedreiros livres, em especial na divisa “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, uma ameaça aos seus intentos de um país com apenas uma opinião.

O caráter de discrição das Lojas Maçônicas, e de suas antecessoras (os movimentos Templários e Rosacruz com os quais Fernando Pessoa teve contato), pode de certa maneira incrementar ao ideário populista, e popular, as mais diversas aberrações. Contra isto, então,

⁶ Do latim *ultramontanus* que significa “além das montanhas”. Doutrina política católica que busca em Roma a sua referência.

voltou-se o texto do poeta português. O artigo “Associações Secretas”, publicado por Fernando Pessoa em três páginas (inclusive a primeira do periódico) no “Diário de Lisboa” de 4 de Fevereiro de 1935, foi o mais importante texto político e ocultista que o escritor nos forneceu.

O Estado Novo tinha na Ordem Maçônica seu principal inimigo, preparando-se para banir seu funcionamento pela lei contra as “associações secretas”. E vemos que o artigo pessoano aqui mencionado foi importante não apenas pelo fato de ter alcançado um grande público que já o conhecia muito bem, inclusive pelo seu premiado livro *Mensagem*.

Há também o registro do enfrentamento com o mundo político, e de ter escapado da censura para publicar o seu famoso libelo (algo que nosso renomado escritor não pode evitar após a publicação). Lê-se, na defesa de Pessoa (1935):

Ora no nosso país, caída há muito em dormência a Ordem Templária de Portugal, desaparecida a Carbonária — formada para fins transitórios, que se realizaram —, não existem, supponho, à parte uma outra possível loja martinista ou semelhante, mais do que duas “associações secretas” dessa espécie. Uma é a Maçonaria, a outra essa curiosa organização que, em um dos seus ramos, usa o nome profano de Companhia de Jesus, exactamente como, na Maçonaria, a Ordem de Heredom e Kilwinning usa o nome profano de Real Ordem da Escócia. Dos chamados jesuítas não tratarei, e por três motivos dos quais calarei o primeiro. Os outros dois são: que não creio, por mais razões do que uma, que eles corram risco de, aprovado que fosse o projecto, lhes serem applicadas as suas sanções; e que não creio por uma razão só, que o Sr. José Cabral tenha pretendido que tal applicação se fizesse. Presumo pois que o projecto de lei do urgente deputado se dirija, total ou principalmente, contra a Ordem Maçónica. Como tal o examinarei.

Fernando Pessoa desafia claramente o poder estabelecido e rompe com Salazar e todo o sistema que queria calar os intelectuais. Ainda mais, o poeta mostra publicamente o seu pensar em relação

quanto aos movimentos ocultistas, incluindo-se, neste caso, as classes mais cultas que liam o jornal em questão.

Numero Avulso 30 CENTAVOS
Administrador e Editor
MANOEL DE SEQUEIRA
ADMINISTRAÇÃO — Rua de Beal, 87, N.º
Endereço Telegrafico: LISBOA

DIRETOR
JOAQUIM MANSO

Propriedade da **MEMORANDA GAYLTON**
Redacção, impressão e distribuição
FLAVIO LOPEZ SOBRINHO
TELEFONO — 1.921, 2.812 e 1.822
Endereço telegrafico: LISBOA

ESTE NUMERO FOI VISADO PELA COMISSAO DE CENSURA

No lado occidental da colina de Campolide, e dentro dos terrenos da C. P., mais limitados das oficinas por um gradiente, ha deinde ha ruidos como uma torrente para o publico, que parte da colina dos Mestres e desce como quasi detronada do porta exterior da estação, virando-se a cambiar algumas vezes de vertentes, o que equivoale a tempo ponhado para quem vai fazer um conduto. Esses terrenos tem por base, constituindo solo por entulhamento, os detritos do marado, cinzas das grelhas. Desde ha semanas que esse terreno — no dizer do povo — entra a arder. Entretanto se visto de fundo, de comensado espontanea dos terrenos entulhados de restos de carvão, mal combinado, com a humidade das ultimas dias e especulacao ocre e caridade. O terreno comeca a abater por infiltrações e lençóis, desce, fendo-se, e oferecendo perigo.

Então a torrente foi fechada ao publico, ficando lá apenas um guarda. Agora a volta para chegar a estação é mais tempo e perosa. O incendio misterioso continua. E o criterio simplista do povo que por ali mora le-va a rezar que «o chdo arda logo, porque um valido tem boos» — dizem os que ignoram o fundamento natural e o aspecto industrial do incendio, que — diga-se em chomo de verdade — podia ter sido previsto.

A TELEVISAO...

Pois será um facto dentro de alguns meses, um facto — para toda a penole, e não apenas para uma rede de tecnicos ou de raros amadores do progresso da T. S. F.

O ministro ignota das Comunicações não o declarou no Parlamento. Ha-seis emissoes diarias de programas de televisão, já no campo pratico e accedido, e oferecendo um largo campo de possibilidades mais modernas.

Sistemos na nossa casa, comoda-nos, a ver e a ouvir — a um tempo — que se passa no Inglaterra e no magre da ciencia (embora já ha dias em tres horas revelado) que julia restar-se de panno os nossos olhos, que acuriam os olhos de justiça.

ARTUNHA, um dos mais distinctos jornalistas de moderna imprensa, director do interessante semanario «O Dia», acaba de publicar um livro intitulado «Fora — Fora 1934 — reportagens de rua, que é um bom trabalho literario, e que o leitor critico se ha de referir em breve.

O volume, que se apresenta com elegante aspecto grafico e ao qual está por certo reservado um grande credito, tem uma capa suggestiva de Nobre.

FOI hoje posta a venda a segunda edição do livro de Armando Ferreira Lisboa em cominho.

A primeira edição deste interessante volume humoristico expoz-se em dois dias.

“Associações secretas”

Entrou-se a Assembleia Nacional do ponto de vista legislativo, com a aprovação por um deputado, de um projecto de lei sobre «associações secretas». De tal ordem é o projecto, tanto em natureza como em conteúdo, que não ha que felicitar o actual Parlamento por ter sido desta casa estranha. Antes que dizer: «lactis ovem!» ou «viva, em portuguez, Longe es o ego!»

Apresentou o projecto o sr. José Cabral, que se não é dominicano, deveria ser, de tal modo o seu trabalho se mostra, e a natureza como era conhecido, na melhores tradições do legislativo. O projecto que todos leram, não ha jornal, estabelecimento variado, factos noutros (com excepção de peço de morte) para todas quantas particularidades e especificações, não ha que dizer: «lactis ovem!» ou «viva, em portuguez, Longe es o ego!»

Diga, a latitude de definição, e a correlação que por «associações secretas» se entende um agrupamento de homens ligados por um fim comum, e que por esse fim se encaminha o que, pelo menos parcialmente, se não faz a vista do publico, ou feito, se não torna livremente publico, pouco, desde já de direito do sr. José Cabral, a sua «associação secreta» — Conselho de ministros. De modo, isto quando de seio ou de importante se faz em reunião nesse mundo, ha-se secretamente. Se não remem em publico os Conselhos de ministros, também o não fazem as direcções dos partidos politicos, as secretarias ligadas que orientam os clubes desportivos, os clubs conjunctivos que formam os conselhos de administração das companhias comerciais e industriais.

Embora uma interpretação desta ordem legitimamente se extrahia de linear pouco nacionalista do sr. José Cabral, certo, tanto pouco assim deve, como pelo economico do que o projecto foi agitado pela imprensa pseudo-cristã, que as «associações secretas» que se verificam em segredo especial a esta legislatura.

Ora no mesmo mais calado ha muito em democracia a Ordem Templaria de Portugal, desaparecia a Carbonaria — formada para fins francmasonicos, que se reallaram — não existem supponho, aparte uma ou outra possível. Logo matrias ou semelhantes, mais do que duas «associações secretas» desta especie. Uma é a Maçonaria, a outra seria alguma organisação que, em um dos seus ramos, uma o nome profano de «Ordem da Fé», e a outra de «Ordem de Maçonaria», a Ordem de Hiram e Kilwinning ou a nome profano de «Ordem dos Escoteiros».

Dos chamados leilistas não tratarei e por tres motivos, dos quais cataro o primeiro. Os outros dois são: que não quero, e não quero, e não quero, que eles corram risco de, aprovado ou não, serem chamados a responder a alguma das suas acções; e que não quero, por uma razão só, que o sr. José Cabral tenha a possibilidade que tal applicação se fizesse. Pretendo pois que o projecto de lei do seguinte deparado se distinga, total ou principamente, contra a Ordem da Fé, e contra a Ordem da Fé.

Não ha, pelo que se sabe do sr. José Cabral em supor que, como a maioria dos anti-maçonicos, o autor deste pro-

jecto é totalmente desconhecido do assunto Maçonaria. O que sabe dele e a verdade, pelo que haia, não é, naturalmente, terra nutrido o seu conhecimento. De tal modo, que se não ha que felicitar o actual Parlamento por ter sido desta casa estranha. Antes que dizer: «lactis ovem!» ou «viva, em portuguez, Longe es o ego!»

Apresentou o projecto o sr. José Cabral, que se não é dominicano, deveria ser, de tal modo o seu trabalho se mostra, e a natureza como era conhecido, na melhores tradições do legislativo. O projecto que todos leram, não ha jornal, estabelecimento variado, factos noutros (com excepção de peço de morte) para todas quantas particularidades e especificações, não ha que dizer: «lactis ovem!» ou «viva, em portuguez, Longe es o ego!»

Diga, a latitude de definição, e a correlação que por «associações secretas» se entende um agrupamento de homens ligados por um fim comum, e que por esse fim se encaminha o que, pelo menos parcialmente, se não faz a vista do publico, ou feito, se não torna livremente publico, pouco, desde já de direito do sr. José Cabral, a sua «associação secreta» — Conselho de ministros. De modo, isto quando de seio ou de importante se faz em reunião nesse mundo, ha-se secretamente. Se não remem em publico os Conselhos de ministros, também o não fazem as direcções dos partidos politicos, as secretarias ligadas que orientam os clubes desportivos, os clubs conjunctivos que formam os conselhos de administração das companhias comerciais e industriais.

Embora uma interpretação desta ordem legitimamente se extrahia de linear pouco nacionalista do sr. José Cabral, certo, tanto pouco assim deve, como pelo economico do que o projecto foi agitado pela imprensa pseudo-cristã, que as «associações secretas» que se verificam em segredo especial a esta legislatura.

Ora no mesmo mais calado ha muito em democracia a Ordem Templaria de Portugal, desaparecia a Carbonaria — formada para fins francmasonicos, que se reallaram — não existem supponho, aparte uma ou outra possível. Logo matrias ou semelhantes, mais do que duas «associações secretas» desta especie. Uma é a Maçonaria, a outra seria alguma organisação que, em um dos seus ramos, uma o nome profano de «Ordem da Fé», e a outra de «Ordem de Maçonaria», a Ordem de Hiram e Kilwinning ou a nome profano de «Ordem dos Escoteiros».

Dos chamados leilistas não tratarei e por tres motivos, dos quais cataro o primeiro. Os outros dois são: que não quero, e não quero, e não quero, que eles corram risco de, aprovado ou não, serem chamados a responder a alguma das suas acções; e que não quero, por uma razão só, que o sr. José Cabral tenha a possibilidade que tal applicação se fizesse. Pretendo pois que o projecto de lei do seguinte deparado se distinga, total ou principamente, contra a Ordem da Fé, e contra a Ordem da Fé.

Não ha, pelo que se sabe do sr. José Cabral em supor que, como a maioria dos anti-maçonicos, o autor deste pro-

jecto é totalmente desconhecido do assunto Maçonaria. O que sabe dele e a verdade, pelo que haia, não é, naturalmente, terra nutrido o seu conhecimento. De tal modo, que se não ha que felicitar o actual Parlamento por ter sido desta casa estranha. Antes que dizer: «lactis ovem!» ou «viva, em portuguez, Longe es o ego!»

Apresentou o projecto o sr. José Cabral, que se não é dominicano, deveria ser, de tal modo o seu trabalho se mostra, e a natureza como era conhecido, na melhores tradições do legislativo. O projecto que todos leram, não ha jornal, estabelecimento variado, factos noutros (com excepção de peço de morte) para todas quantas particularidades e especificações, não ha que dizer: «lactis ovem!» ou «viva, em portuguez, Longe es o ego!»

Diga, a latitude de definição, e a correlação que por «associações secretas» se entende um agrupamento de homens ligados por um fim comum, e que por esse fim se encaminha o que, pelo menos parcialmente, se não faz a vista do publico, ou feito, se não torna livremente publico, pouco, desde já de direito do sr. José Cabral, a sua «associação secreta» — Conselho de ministros. De modo, isto quando de seio ou de importante se faz em reunião nesse mundo, ha-se secretamente. Se não remem em publico os Conselhos de ministros, também o não fazem as direcções dos partidos politicos, as secretarias ligadas que orientam os clubes desportivos, os clubs conjunctivos que formam os conselhos de administração das companhias comerciais e industriais.

Embora uma interpretação desta ordem legitimamente se extrahia de linear pouco nacionalista do sr. José Cabral, certo, tanto pouco assim deve, como pelo economico do que o projecto foi agitado pela imprensa pseudo-cristã, que as «associações secretas» que se verificam em segredo especial a esta legislatura.

Ora no mesmo mais calado ha muito em democracia a Ordem Templaria de Portugal, desaparecia a Carbonaria — formada para fins francmasonicos, que se reallaram — não existem supponho, aparte uma ou outra possível. Logo matrias ou semelhantes, mais do que duas «associações secretas» desta especie. Uma é a Maçonaria, a outra seria alguma organisação que, em um dos seus ramos, uma o nome profano de «Ordem da Fé», e a outra de «Ordem de Maçonaria», a Ordem de Hiram e Kilwinning ou a nome profano de «Ordem dos Escoteiros».

Dos chamados leilistas não tratarei e por tres motivos, dos quais cataro o primeiro. Os outros dois são: que não quero, e não quero, e não quero, que eles corram risco de, aprovado ou não, serem chamados a responder a alguma das suas acções; e que não quero, por uma razão só, que o sr. José Cabral tenha a possibilidade que tal applicação se fizesse. Pretendo pois que o projecto de lei do seguinte deparado se distinga, total ou principamente, contra a Ordem da Fé, e contra a Ordem da Fé.

Não ha, pelo que se sabe do sr. José Cabral em supor que, como a maioria dos anti-maçonicos, o autor deste pro-

A ÚLTIMA conferencia da serie de urbanização, tendo a effecto pela Câmara Municipal no seu salão nobre, realizou-se o architecto sr. Paulino Monteiro, que falou acerca da urbanização da Cidade, apresentando um trabalho interessantissimo, fundamentado de referencias e de um plano seravado moderno, e com fidedignas oportunidades.

O trabalho do districto architecto, que pertence á pleiade dos architectos que sabem e que estudam sempre, não se publicou, circunstancia que em certo ponto nos redime do facto de não termos publicado qualquer extracto da sua conferencia — o que estava na nossa interferencia — que a falta de espaço impediu que fizessemos o mesmo.

A CAMARA OFFICIAL de Industria, de Madrid, aprova uma proposta no sentido de se estabelecerem associações para um tratado de commercio com Portugal, lamentando que ainda não estejam preparadas as relações commerciaes entre paises tão fortemente unidos pelo objecto, e que o demora estar tambem pelo interesse comum.

A referida Camara aprova distinctas intervenções pontos de vista, especialmente no que se refere ao caudo e ás modalidades, e realistica de commercio que demonstram a quantidade de riquezas anuidas pela falta duma politica commercio adequada. Assim, enquanto, em 1910, e exportação de Portugal para Espanha foi de cinquenta milloes de pesetas, e a de Espanha para Portugal foi de 1.200 milloes em 1933 foi a primeira apenas de seis milloes, e a segunda de sete milloes.

ESTA relação no livro do sr. Dr. Octavio de Mesas, huare ministro dos Negocios Estrangeiros, por muitos trabalhos ha-tomados sinceros e do-

O referido artigo de Fernando Pessoa, Diário de Lisboa, 04 de fevereiro de 1935

Com a publicação do referido artigo, o "eu oculto" de Fernando Pessoa vem à tona, já não apenas vinculado ao seu eu lírico, mas agora como uma posição política fortemente marcada. Desse modo, o ocultismo passa a permear todos os aspectos da vida do Homem, traçando agora o percurso que nos permitiu identificar, a partir de seu discurso, um caminho místico que se revela tanto em sua arte quanto em sua vida.

Considerações finais

Vimos que parece existir, segundo o pensamento milenarista de um novo mundo, a realização de um programa de ação, cobrindo necessariamente vários séculos, nos quais místicos religiosos, esoteristas e ocultistas se propuseram ao estudo de conhecimentos ocultos: Alquimia e Espagária, Magia, Teurgia, Astrologia, o natural e o sobrenatural, origem de muitos movimentos e organizações entre os séculos XVII e XX. Parece que tais movimentos marcaram de maneira indelével muitos aspectos dos "eu's pessoais", em especial naqueles poemas ditos ocultistas.

Conforme Eliade (1979), práticas como as citadas acima eram secundadas por diversos métodos divinatórios, e influenciadas por diversas crenças, como o Pitagorismo, Neoplatonismo, Catarismo, Maniqueísmo, Gnose, Judaísmo, Cabalah, Hermetismo, que transitavam por diversas culturas, como a greco-romana e a árabe. Assim, dos Templários aos Rosacruzes atravessam-se eras, mostrando a invencibilidade e a força restauradora do astro-rei (símbolo recorrente em todos esses movimentos) que dá a vida, junto com a Mãe Terra, aos seres de nosso planeta. Para Pessoa, o ocultismo relacionado com a sua crença no sebastianismo dava a ele a visão clara de uma invencibilidade do povo português e a inspiração necessária para lutar contra o *status quo* de sua época.

Esse Pessoa reservado se revela em sua poesia. Seus escritos ocultistas são, em certa medida, parte de seus estudos em busca de sua "vera alma", a partir de caminhos muitas vezes relegados a um plano menor, como ainda o são os estudos que vinculam os

caminhos místicos à História e, ainda, à Literatura. É preciso que criemos espaços para que tal abordagem seja efetivamente levada a sério na Academia. Se Fernando Pessoa o fez em seus poemas, e inclusive levando a público em um conturbado momento político a importância do tema, acreditamos que seus passos devam ser seguidos, e que mais estudos sobre a religiosidade, em todas as suas manifestações, venham à tona dentro do espaço acadêmico.

Referências

- AMBELAIM, Robert. *Sacramentaire du Rose-Croix*. Paris: Editions Bussière, 1964.
- BENIMELI, Pe. José Antonio Ferrer. *Arquivos secretos do Vaticano e a Franco-Maçonaria*. SP: Madras, 2007.
- BONNELL, Robert. *Dante, o grande iniciado*. São Paulo: Madras, 2005.
- BRÉCHON, Robert. *Estranho estrangeiro: uma biografia de Fernando Pessoa*. 2 ed. Trad. Maria Abreu e Pedro Tamen. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. Brasil. *Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- CHAVES, José Ricardo. El ocultismo y su expresión romántica. *Acta poética*, México, v. 29, n. 2, p. 101-114, nov 2008. Disponível <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-30822008000200006&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 08 jul 2017.
- COLUSSI, Eliane Lucia. *A maçonaria brasileira no século XIX*. São Paulo: Saraiva, 2012.
- COSTA, Dalila Pereira da. *O esoterismo de Fernando Pessoa*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1987.
- ELIADE, Mircea. *Ferreiros e alquimistas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- KANTERS, Robert & AMADOU, Robert. *Antología del ocultismo*. Madrid: EDAF, 1976.
- MARQUES, Adílio Jorge. *Alfa & ômega da criação*. Vol. 7, cap. 1. Curitiba: URCI-GLP, 2016.

- _____. *Pensamentos de um Bardo*. Vol. 1. São Paulo: Clube de Autores, 2017.
- MARQUES, Adílio Jorge; VIEIRA, Luiz. *Opúsculos à Tradição*. Introdução ao martinismo e ao rito escocês retificado. São Paulo: Clube de Autores, 2016.
- MATOS, Jorge. *O pensamento maçônico de Fernando Pessoa*. Lisboa: Ed. Sete Caminhos, 2006.
- McINTOSH, Christopher. *The Rosy Cross unveiled*. Northamptonshire: The Aquarian Press, 1980.
- MENDIA, Fabio. *A rosa do encoberto*. Uma hermenêutica exploratória do pensamento esotérico de matiz rosacruziano de Fernando Pessoa. Tese de doutorado. PUC-SP. Curitiba: Universidade Rose+Croix Internacional, 2017.
- MIAO, Zhoe. *Mundividência esotérica e poética iniciática de Fernando Pessoa*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Coimbra; 2011, p. 4.
- MONTLOIN, Pierre & BAYARD, Jean Pierre. *Os Rosa-Cruz ou a conspiração dos sapientes*. Lisboa: Edições 70, 1971.
- MORAES e MARQUES, Hélio de (Coord). *Símbolos secretos do rosacruz dos séculos XVI e XVII*. Curitiba: Grande Loja da Jurisdição de Língua Portuguesa, 2014.
- PESSOA, Fernando. *Poemas Ocultistas*. Belo Horizonte: Garnier, s/d.
- _____. *A Procura da Verdade Oculta* — Textos filosóficos e esotéricos. 2 ed. Mem Martins: Publ. Europa-América, 1989.
- _____. *Associações Secretas*. Em: *Da República (1910 - 1935)*. Recolha de textos de Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Mourão. Introdução e organização de Joel Serrão. Lisboa: Ática, 1979. [1ª publicação no *Diário de Lisboa*, nº 4388, 4 Fev. 1935].
- VIEIRA DA SILVA, Samuel; MARQUES, Adílio Jorge. *Maçonaria: origens e relações secretas no Brasil e no mundo*. São Paulo: Clube de Autores, 2018.
- WITTEMANS, Fr. *Histoire des Rose-Croix*. Paris: Adyar, 1925.
- YATES, Frances. *O Iluminismo Rosa-cruz*. São Paulo: Cultrix, 1983.

Brasil, feminismo e política na ficção de Ana de Castro Osório

Eduardo da Cruz¹

De facto julgámos sintetisar verdadeiramente o nosso sentir na frase que espontanea nos acudiu aos labios ao perguntar-nos alguem a impressão que tinhamos da terra dos Inconfidentes:—Quando nos sentirmos estrangeiros no Brasil, viremos para Minas e estaremos entre irmãos.

E tal frase não é uma figura de rétorica, mas a expressão do mais sincero pensar, ou antes, do sentir que nos desperta a maneira carinhosa como a sociedade mineira nos abre os braços, com uma franquesa que não exclue a linha aristocraticamente singela do velho povo português.

Ana de Castro Osório.

Escolhi por epígrafe esse trecho de uma série de 7 artigos publicados no jornal da colônia portuguesa no Rio de Janeiro, o *Portugal Moderno*, nos quais Ana de Castro Osório (1872-1935) conta a viagem que fizera com seu marido, o poeta Paulino de Oliveira, a Minas Gerais, por ocasião do 2º Congresso Pedagógico Brasileiro, em 1912. Ao longo desses textos e de muitos outros da sua colaboração nesse periódico, há a defesa de uma união luso-brasileira, tanto histórica quanto cultural, tal como ela defenderá mais tarde, nas conferências proferidas no Brasil entre 1922 e 1923 e depois reunidas no volume *A Grande Aliança*. Essa foi uma das

¹ Professor de Literatura Portuguesa do Instituto de Letras da UERJ, atuando na graduação e na pós-graduação. Doutor em Estudos de Literatura pela UFF. Pesquisador do Polo de Pesquisas Luso-Brasileiras sediado no Real Gabinete Português de Leitura. Investigador colaborador do Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. eduardodacruz@gmail.com

principais campanhas em que se envolveu a escritora portuguesa e, ao percorrer Minas Gerais, ela defendia que a colonização lusa deixara raízes fortes na cultura brasileira, mas que estariam em risco de se perder.

Apesar de pouco conhecida hoje, Ana de Castro Osório foi figura destacada em seu tempo, como importante republicana, feminista e por sua dedicação à literatura infantil.

Ana fundou, dirigiu ou colaborou com várias associações feministas no início do século XX, com destaque para a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, criada e presidida por ela em 1908, defendendo a participação política de suas compatriotas e a implantação da república, por entender que a monarquia não era o regime mais favorável aos direitos das mulheres. É simbólico de seu prestígio, o retrato dos dirigentes republicanos pintado por Alfredo Roque Gameiro, em 1911, no qual ela é a única mulher representada.

Também é da pena de Ana de Castro Osório o livro considerado o primeiro manifesto feminista português, *Às mulheres portuguesas*, de 1905. Ela defendia, entre outras coisas, o direito à autonomia feminina. Sua propaganda visava à educação de qualidade para as mulheres, para que elas tivessem possibilidades variadas de trabalho e se sustentassem, além do direito a administrarem os próprios bens. E logo após a implantação da república, em 1910, Ana empenha-se na propaganda sufragista. Mais tarde, incentiva a participação de Portugal na Grande Guerra e integra a Cruzada das Mulheres Portuguesas. Nessa altura, aproxima-se de movimentos nacionalistas e incompatibiliza-se com o governo, desiludida com a república parlamentarista, que não teria sido capaz de acompanhar as demandas feministas nem teria elevado o país à condição que ela considerava digna a uma grande nação.

Ao lado dessa trajetória feminista, republicana e nacionalista, que pontuei, Ana de Castro Osório foi autora, tradutora e editora de literatura infantil. Ainda em 1897, cria uma casa editorial chamada “Para as Crianças”, pela qual publica recolhas de contos populares, traduções e histórias de sua autoria, que fazem sucesso. Inclusive, algumas dessas obras foram aprovadas para uso nas

escolas em Portugal e nos estados de São Paulo e Minas Gerais. Aliás, o vínculo que Ana estabelece com o Brasil vai além das obras didáticas e das conferências. Mesmo antes de ter morado na capital paulista, acompanhando o marido que havia sido nomeado cônsul naquela cidade, ela já procurara mercado para suas obras literárias e começara a articular uma rede de sociabilidade com portugueses, escritores e feministas do lado de cá do Atlântico, que foi reforçada e ampliada no período em que aqui esteve², além de ter intensificado sua colaboração em jornais da colônia lusa e não só.

Todavia, ainda é pouco conhecida sua obra ficcional não destinada ao público infantil. São algumas narrativas cujas datas de publicação indiciam duas fases. Uma coletânea de contos em 1898, *Infelizes*; um romance em 1903, *Ambições*; e *Quatro Novelas*, de 1908. Depois, apenas na década de 1920, Ana de Castro Osório voltará à literatura, com *O direito da mãe*, *A verdadeira mãe*, *Mundo Novo*, *Dias de festa* e *A capela de rosas*. Esse retorno à escrita nessa época se dá, segundo João Esteves (2014), seu biógrafo e pesquisador do movimento feminista português do início do século XX, por estar desiludida com a política. Era ainda republicana, mas não mais democrata e sem ligações com o governo.

Quero indicar, com essa breve exposição de posicionamentos políticos, de ações civis e culturais, e de títulos de livros, que Ana de Castro Osório deveria ser relida e estudada como figura incontornável na história da literatura feminista em português. Sobretudo porque, para ela, a obra de arte tinha papel fundamental na sociedade, fosse denunciando problemas, fosse revisitando o passado, fosse impelindo para o futuro. Por isso, pretendo mostrar neste texto como as principais lutas de Ana de Castro Osório aparecem tanto em seus escritos de intervenção quanto em sua obra literária, nomeadamente no romance *Mundo Novo*, e a importância que ela dava à literatura na formação cultural e política.

² Sobre essa rede de sociabilidade e a busca por novos mercados para as suas obras, ver meu artigo “Ana de Castro Osório no Brasil: imprensa periódica, sociabilidade, política e mercado editorial”, na revista *Miscelânea* (Assis/SP).

Não é à toa que, tanto no volume *Às mulheres portuguesas*, quanto em *A grande aliança*, há destaque para o papel da literatura na formação das mulheres e no desenvolvimento nacional. No primeiro, por exemplo, há um capítulo escrito num tom pessimista, “A mulher de há trinta anos e a mulher de hoje”. Nesse texto, a principal comparação estabelecida entre duas gerações de mulheres portuguesas é quanto ao nível de leitura. Apesar de criticar “os excessos de romantismo piegas” (1905, p. 102), Ana de Castro Osório percebe que sempre houve leitoras exageradas, “as desvairadas de todos os tempos” (1905, p. 102), como ela dizia. No entanto, ela ressalta que em pleno vigor do romantismo também havia as “ajuizadas”, “que compreendiam a literatura do seu tempo”, enquanto que a geração nova não lia. Ana rebate a acusação de que as mulheres não teriam acompanhado o novo gosto estético. Para a feminista, o motivo era outro: “as mulheres deixaram de lêr com receio de que as chamassem *litteratas* – o epíteto mais desagradavel que podia ser dito a uma senhora que era vista com um livro na mão” (1905, p. 107). E reclama que seja dada às mulheres portuguesas “uma educação séria e fundamentada, começando nas coisas práticas e uteis da vida, acabando na literatura e na arte em geral, que é por assim dizer a alma falante d’um povo” (1905, p. 110).

Do mesmo modo, em *A grande aliança*, percebe-se sua preocupação com a literatura em português e com sua interpenetração no Brasil, porque então, mais do que antes, importava aquela produzida nos dois lados do Atlântico. Em “O novo idealismo da raça através da moderna literatura portuguesa”, conferência preparada para ser lida no salão do Real Gabinete Português de Leitura, há a clara defesa do “nacionalismo português”, que se espelharia na literatura pátria, desde o poeta João de Deus, passando pela Geração de 70, Cesário Verde, Antônio Nobre, Guerra Junqueiro, Camilo Pessanha, Teixeira de Pascoaes, Eugênio de Castro, seu irmão Alberto Osório de Castro, Paulino de

Oliveira, até seu filho João de Castro Osório³ com a “Ode a D. Sebastião”, que ela lê “como um desafio ao espírito mesquinho da política portuguesa, como um grito de revolta e de sacrifício contra os baixos idealismos e os interesses grosseiros que momentaneamente dominam o mundo” (1997, p. 138). Nessa longa exposição de um nacionalismo literário português, há quatro linhas de força: a revolta contra a decadência nacional; a valorização de um passado glorioso; a recuperação da cultura popular tradicional; e a aspiração a um futuro de glória, fortemente marcado por ideais messiânico-sebastianistas. Com isso, ela indicava à colônia portuguesa no Rio de Janeiro o que deveria ser lido e como interpretar essas obras. Afinal, ela própria explica como vê o papel da literatura no início de sua conferência:

Só estudando e sentindo bem a fundo a palpitação espiritual da raça se aprenderá com nitidez o futuro em que pomos os olhos, como se fôssemos um povo de iluminados, caminhando em glória e beleza e mal nos apercebendo dos percalços que, por vezes, nos magoam, mas não conseguem amortecer a nossa fé inquebrantavelmente messiânica.

[...]

É que a literatura para nós não é apenas a beleza da forma, nem a simples exteriorização dos sentimentos e das ideias individuais, mas a mais humana e comunicativa expressão das aspirações da raça e a mais firme indicação da sua vida nacional. (OSÓRIO, 1997, p.113).

Curiosamente, como já chamou a atenção Jorge Valentim (2017) em comunicação apresentada na UERJ e posteriormente publicada, não há nenhuma escritora referida nesse texto, apesar de o pesquisador perceber um ponto de vista feminino na interpretação da literatura de sua época, por sua recusa a fazer historiografia literária, como seus contemporâneos, e a opção por

³ Apesar de ser um texto de 1922 e de Ana de Castro Osório ter conhecimento do campo literário português, o grupo de *Orpheu* não aparece nesse panorama, mesmo sabendo-se que ela e Fernando Pessoa devem ter se conhecido, pois o poeta que falece no mesmo ano que ela, alguns meses depois, esteve presente nas cerimônias fúnebres da feminista em 1935(cf. ESTEVES, 2014).

fazer apenas “uma breve amostragem de obras e autores significativos da literatura portuguesa” (VALENTIM, 2017, p. 185). Também, nessa fase de sua obra, os ideais nacionalistas se sobrepõem aos feministas, ao contrário do período de luta republicana, quando acreditava ser a política um caminho para a ascensão das mulheres na sociedade.

No entanto, quando esteve no Brasil em 1912 e a questão feminista ainda era sua principal campanha, Ana de Castro Osório publica no *Portugal Moderno* uma série de artigos intitulada “A mulher na política portuguesa”, na qual comenta sobre outras escritoras atuantes em seu tempo, o que deixa claro que ela não dissociava a política da composição literária. Nesse artigo, ela faz breves considerações sobre Angelina Vidal, Maria Veleda, Maria Amália Vaz de Carvalho, Cláudia de Campos, Virgínia de Castro e Almeida, Alice Moderno e Beatriz Pinheiro. A lista parte de recordações sobre as escritoras que escreviam no *Mundo*, mas não só. Vejamos: Angelina Vidal, “que fôra socialista revolucionaria e vermelha, afastara-se da propaganda, entristecida e desanimada com as tristes condições duma vida de luta áspera, começando talvez nella a evolução espiritual que a atirou para o misticismo dos últimos tempos”; Maria Veleda, “ainda nessa época se conservava no seu Algarve, prêsna numa dolorosa crise de sentimento que a alheava das grandes questões sociaes que se agitavam já como um vento prognosticador da procela que se avisinhava”; Cláudia de Campos “foi sempre romancista e critica historica, uma vez por acaso, revelando nesse trabalho qualidades de lógica primorosa”; Virgínia de Castro e Almeida “tambem nunca luctou pelo triunfo das ideias sociaes senão nos capitulos dos seus romances”; Alice Moderno “conservava-se, como ainda hoje, na sua ilha açoriana poetando, jornalizando, educando, e trabalhando sem lazer para conquistar o direito ao futuro socêgo”; Beatriz Pinheiro “que entrára com tanto brilho e coragem na luta feminista-social, afastava-se num mutismo que é um crime a que ainda hõje nos não habituamos a sancionar sem o nosso protesto” (*Portugal Moderno* n.º 567, 6 jan. 1912, p.1). Mas Ana dedica mais espaço à Maria Amália Vaz de Carvalho, mais velha, já renomada,

inclusive com colunas fixas em jornais de grande circulação no Brasil e que já aparecera no *Portugal Moderno* com textos copiados de outros jornais e de seus livros. Maria Amália, apesar de sua carreira literária, de abrigar um dos salões mais frequentados de Lisboa e ter sido a primeira portuguesa eleita para a Academia das Ciências de Lisboa, não apoiava totalmente o feminismo. Em um texto de 1909, Vaz de Carvalho comenta sobre a participação pública das mulheres:

Eu não sou das que aprovam incondicionalmente a subita e violenta invasão feminina, em todas as regiões onde ha pouco ainda só o homem imperava, soberano e exclusivista. Gosto do movimento feminista em muitas cousas. Que a mulher se prepare para ganhar o seu pão quotidiano ou o dos filhos órfãos de pai [...]

Admiro a mulher artista ou escriptora, elevando conscienciosamente e longe da *cabotinagem* official, o seu monumento de graça e de poesia, e d'essas vejo adoraveis exemplos [...] não fallo aqui das grandes mulheres que o genio pôz fóra das condições do seu sexo, taes como Madame de Stäel e Georges Sand, e no tempo d'essas o feminismo ainda não era uma carreira militante.

[...] As mulheres tambem estão tentando as azas nas regiões da politica, mas por ora que desastrados vôos! que ininteligencia das cousas! que sectarismo cêgo e fanatico nas idéas!... (CARVALHO, 1920, p.145-152).

Por esses trechos, vê-se claramente que, por mais que a própria Maria Amália Vaz de Carvalho tivesse vida pública, uma carreira como escritora, enfim, ações que indicam um avanço nas condições impostas às mulheres na sociedade daquela época, ela ainda se mostrava reativa aos avanços do feminismo e a uma maior participação política de seu gênero. Talvez por isso, Ana de Castro Osório se ressentisse das posições políticas de Maria Amália, mas a desculpasse, reconhecendo a importância dela como nome importante na intelectualidade portuguesa do final do século XIX:

Maria Amalia Vaz de Carvalho conservava o bastão de marechala das letras nas mãos delicadas de patricia. A febre que nos fazia agir, atirando

com o desafio da nossa palavra ardida ao velho preconceito e á caduca sociedade em que fôra criada e vivia, assustava-a, mas não a irritava.

A grande escritora portuguêsá foi sempre um bello e claro espirito que o meio apertou em moldes que por vezes rompe numas fugas brilhantissimas e que serão mais tarde páginas de verdadeiro combate, justificação aos nossos ataques a toda essa inutil sociedade que se julgava a superior. (*Portugal Moderno* n.º 567, 6 jan. 1912, p.1).

Também na conferência proferida em Pelotas, depois repetida em Santa Maria e em Curitiba, com o título recuperado de seu manifesto feminista e então ampliado para “Às mulheres brasileiras e às mulheres portuguesas”, mas adaptado na publicação em volume para “A mulher de Portugal e do Brasil”, na seção sobre “a influência da mulher portuguesa na arte e na literatura”, além do papel de inspiradoras, leitoras e divulgadoras de composições artísticas, mesmo destacando o nome da Marquesa de Alorna, furta-se a fazer uma listagem do lado português, “tão grande seria a lista de nomes a lembrar” (OSÓRIO, 1997, p. 49), por já haver então lá uma “literatura verdadeiramente feminina, que é suficiente para manter o nosso país à altura dos mais cultos” (OSÓRIO, 1997, p. 48), apontando claramente a necessidade da inclusão das escritoras no meio cultural de seu país. No entanto, surge uma nova amostragem, não de portuguesas, mas de brasileiras, como Nísia Floresta, Júlia Lopes de Almeida, Maria Lacerda de Moura e muitas outras, reconhecendo a intelectualidade feminina local, que ela lê como vinculada à portuguesa, “para o triunfo do nosso sangue como para a grandeza das nossas Pátrias irmanadas” (OSÓRIO, 1997, p. 51), ligando Brasil e Portugal ao futuro messiânico que ela aguarda e defende.

É essa aliança luso-brasileira o grande tema de *Mundo Novo*. Do mesmo modo, não é possível ignorar as questões feministas patentes nesse romance. Inclusive, a mudança na forma como Ana de Castro Osório passa a agir, afastando-se da campanha pública de ligas de mulheres e ampliando sua produção ficcional e intencional, uma forma de levar suas ideias a outro público. Ao

menos é o que se percebe pela leitura de suas cartas à Bertha Lutz, que Andreia de Castro e eu editamos⁴. Chama a atenção nessas missivas a dedicação que a autora de literatura infantil passa a dar à escrita de romances e ao mercado livresco no Brasil. São várias referências à sua produção literária. Em 28 de outubro de 1922: “Quando puder venha aqui um bocado para lhe mostrar alguns capítulos dum romance que estou a acabar e as conferências.” Em 26 de junho de 1923: “Desde que vim já acabei o meu romance que lhe há de agradar pelas questões femininas que agita.”. Em 1 de outubro de 1927: “Veja se é possível fazer aí propaganda deste romance [...] Já estou fazendo outro com ligação com o Brasil...”. E ainda, em 13 de junho de 1929: “Sabe que me interessa agora mais do que tudo a literatura? Fazer romances com as nossas ideias a ver se assim compreendem melhor”.

Percebem-se, então, claramente, as relações que Ana de Castro Osório estabelecia entre sua atuação política e sua escrita literária. Partilhamos, assim, a ideia de Rancière:

O conceito de escrita é político porque é o conceito de um ato sujeito a um desdobramento e a uma disjunção essenciais. Escrever é o ato que, aparentemente, não pode ser realizado sem significar, ao mesmo tempo, aquilo que realiza: uma relação da mão que traça linhas ou signos com o corpo que ela prolonga; desse corpo com a alma que o anima e com os outros corpos com os quais ele forma uma comunidade; dessa comunidade com a sua própria alma (RANCIÈRE, 1995, p. 7).

Os romances de Ana de Castro Osório apresentam, portanto, ligação direta com sua propaganda política. Há, inclusive, no *Mundo Novo*, algumas ligações claras com sua vivência no Brasil. A escritora manteve intensa ligação com a colônia portuguesa e colaborou com o

⁴ Sobre essa correspondência, ver o artigo “A propaganda feminista luso-brasileira: as cartas de Ana de Castro Osório a Bertha Lutz” na *Navegações: Revista de Cultura e Literaturas de Língua Portuguesa* (PUCRS).

jornal *Portugal Moderno*, editado por Luciano Fataça, no Rio de Janeiro, além de estreitar relações com feministas brasileiras.

A protagonista do romance é uma portuguesa defensora do feminismo, Leonor da Fonseca (nome que Ana de Castro Osório adotou ao entrar para a maçonaria, em homenagem à poetisa portuguesa que defendeu ideais liberais em Nápoles no final do século XVIII). Essa jovem personagem resolve atravessar o Atlântico para tentar nova vida, evitando um casamento como destino único e por estar “em demanda de um mundo novo, duma sociedade liberta do pêso esmagador dos velhos preconceitos seculares” (OSÓRIO, 1927, p. 32), como ela escreve em carta à amiga que ficara em Portugal. Em seguida, Leonor é recebida no Rio de Janeiro por um tio que enriquecera no Brasil e que a apresenta a algumas figuras da alta sociedade carioca, como um senador e sua filha também feminista, além de algumas personalidades importantes da colônia, como Feliciano Rabaça, que dirige o jornal *Lusitano*, com o qual Leonor colaborará.

Para além dessas similitudes pontuais de nomes e atividades entre a autora e sua criação, há duas grandes lutas da personagem ao longo do romance: a defesa dos ideais feministas e da ligação cultural luso-brasileira em direção a um futuro messiânico para as duas pátrias. Os capítulos iniciais, compostos por epístolas escritas na viagem de navio de Portugal ao Brasil, dão conta das bandeiras feministas de Leonor, para quem “viver é lutar” (OSÓRIO, 1927, p. 14): emancipação; educação prática; criação de ligas femininas; alteração do código civil para garantir direitos; e o divórcio. Destaca-se, por conta da biografia da personagem, a defesa de um destino para as mulheres além do casamento, que Leonor apresenta como “uma escravidão mansa ou uma soberania hipocrita, que aperta sem esmagar a alma feminina e lhe tira toda a nobreza, toda a espontaneidade e toda a iniciativa individual” (OSÓRIO, 1927, p. 32). Junta-se à campanha feminista que ela pretende encetar também no Brasil a expectativa pela grandeza do país que ela considera fruto do labor português.

Os problemas começam quando Leonor efetivamente desembarca e tem suas expectativas frustradas. Ela rapidamente percebe que a sociedade brasileira é muito mais reacionária do que esperava e que as discussões sobre o divórcio, por aqui, eram ridicularizadas. “Perturbava-lhe a consciencia muito nitida das coisas, o encontrar num país novo, que supunha libertado de dogmas e preconceitos, que tanto embaraçam ainda as velhas sociedades, quem defendesse ideias que já lhe ficavam tanto para traz” (OSÓRIO, 1927, p. 96). Também estranhava que seus patrícios fossem mal vistos, apesar da quantidade de imigrantes que tinham obtido sucesso financeiro. Portanto, uma portuguesa intrometendo-se em assuntos da família tradicional brasileira não seria bem recebida. E esse desprezo por tudo que vinha de Portugal é representado, inclusive, pela esposa do tio, uma senhora, filha de um cafeicultor paulista arruinado, que aceitara se casar com um português enriquecido pelo trabalho apenas para salvar a família da falência.

É, contudo, na sequência de pequenos problemas que se desenvolvem ao longo do romance que vai surgir efetivamente uma questão íntima. Leonor, para ajudar uma viúva portuguesa carente, mas dona de terras no sertão de Mato Grosso que haviam sido ocupadas por uma companhia estadunidense, é apresentada a um engenheiro português, Bernardo, que consegue localizar o território e tomar posse dele, expulsando os americanos. Leonor e Bernardo resolvem fundar lá uma cidade e uma companhia agrícola, Nova Esperança, para onde arregimentam portugueses e brasileiros. Ademais, não faltam em todo esse empreendimento referências aos bandeirantes e a um futuro próspero unindo Brasil e Portugal.

A complicação surge por Bernardo não ser como os outros homens que Leonor conhecia. Ele a tratava como uma igual e ela percebia isso: “junto de Bernardo, sinto-me engrandecida, mais forte e mais serenamente autónoma, como se as nossas almas estivessem organizadas de modo a viverem a par, numa perfeita e completa comunhão, sem absorção” (OSÓRIO, 1927, p. 279). Com ele seria possível uma união que não a diminuísse enquanto mulher. Porém Bernardo era casado, e com uma italiana, Bertina,

descrita como fútil, sem instrução, apenas interessada em cinema. Afinal, ela não é portuguesa.

É interessante observar ao longo de toda a narrativa uma xenofobia e um racismo latentes. Afinal, Nova Esperança fora criada para imigrantes portugueses, arregimentados na hospedaria de Santos, e brasileiros lusodescendentes, capazes de manter a cultura portuguesa viva no interior do Brasil. Também em suas cartas, Leonor defende que cabia à mulher portuguesa evitar “a mestiçagem exagerada da raça” (OSÓRIO, 1927, p. 61). Ideia que se liga a uma preocupação antiga de Ana de Castro Osório, amplamente desenvolvida na série de artigos intitulada “Para ser lido em Portugal”, publicada em treze partes, entre 3 de fevereiro e 11 de maio de 1912, no *Portugal Moderno*. Nesses textos sobre os problemas encontrados e as soluções por ela propostas para a emigração portuguesa para o Brasil, Ana de Castro Osório ressalta que, continuando a emigração de jovens solteiros, seria difícil manter o patriotismo nas futuras famílias constituídas aqui, pois esse português se tornaria também brasileiro pelo casamento:

Mas fica brasileiro, principalmente, porque ainda mais forte do que a constituição e que todas as leis codificadas, está o amôr entranhado e absorvente que a mulher tem á sua terra moça, á sua terra que tanto necessita desse affecto quase irrefletido, instintivo, que é a sua força fixadora.

[...]

Ella é como que a raiz que mergulha no seio quente da terra e com os seus mil liames fixa ao sólo a arvore que se erguerá nas alturas, mas que logo perderá o viço e cahirá sem vida, se essas raizes deixarem de aurir do sólo a vida que as alimenta. [...]

É pela mulher que se transmite o amôr á terra patria; é pela mulher que o homem abandona e esquece tudo o que o prendeu ao berço natal. (*Portugal Moderno* n.º 583, 27 abr. 1912, p. 1).

Fica evidente, portanto, a importância dada à mulher na colonização e no vínculo patriótico. Um português como Bernardo ter se casado com uma italiana aumenta a complicação. O divórcio

resolveria tudo, se Leonor não tivesse se colocado contra essa solução nessas condições. Apesar da defesa desse direito, tanto Ana de Castro Osório quanto sua personagem Leonor de Almeida, em sua propaganda feminista, defendem que o divórcio não seria para desarticular as famílias, mas para salvá-las em casos de crise, como quando o marido coloca em risco os bens do casal, ou bate na esposa e nos filhos, por exemplo. Por isso, Leonor resolve voltar a Portugal, fugindo da possibilidade de se tornar a amante. Posteriormente, a esposa italiana de Bernardo, que não suportava a vida na colônia criada pelo marido, foge com uma companhia de filmagem contratada para fazer divulgação do empreendimento, deixando uma carta de despedida. Assim, Bernardo conseguiu o divórcio e foi atrás de Leonor. Os dois se casam e voltam ao Brasil.

A narrativa evita qualquer alusão a sentimentalismos. Com isso, Ana de Castro Osório afasta-se das escritoras portuguesas do final século XIX. O romance funciona como a representação de ideias que Ana divulgava em suas campanhas feminista, nacionalista e de integração luso-brasileira. O destino messiânico português é, nesse livro, fundido ao brasileiro, a ponto de terminar com uma fala de Leonor apontando para o futuro, tal como Ana de Castro Osório defendia na conferência sobre idealismo na literatura:

– A cidade de Nova Esperança é apenas o exemplo do esforço que devemos realizar para a conquista civilizadora do Mundo Novo. Ali nos havemos de reunir todos, brasileiros e portugueses no mesmo sonho e na mesma imposição da nossa força invencível, com raízes bem fundas no passado e a certeza na floração magnífica do futuro. (OSÓRIO, 1927, p. 352).

O que se nota na escritora Ana de Castro Osório é a representação literária de suas ideias políticas. Certeau diz que escrever “é uma atividade concreta que consiste, sobre um espaço próprio, a página, em construir um texto que tem poder sobre a exterioridade da qual foi previamente isolado” (1998, p. 225). Esse era um dos objetivos de Ana de Castro Osório ao escrever suas novelas e romances, influir sobre a

realidade, principalmente porque neles estavam espelhados muitos de seus pontos de propaganda republicana, feminista e de integração cultural luso-brasileira.

Há, no entanto, no romance *Mundo Novo*, e nas conferências reunidas em *A Grande Aliança*, uma forte marca política reacionária, nacionalista, messiânica, com alguns laivos claramente fascistas. Por outro lado, sua personagem não abandona a propaganda feminista, nem mesmo quando isso a afeta pessoalmente. Inclusive, a colonização imperialista criada no romance é partilhada por homens e mulheres. Ou seja, com sua pena e com sua voz, Ana de Castro Osório é, no início do século XX, uma escritora política que defende publicamente suas ideias, inclusive ao fazer literatura, reescrevendo a história e apresentando sua perspectiva de futuro.

Referências

- CARVALHO, Maria Amália Vaz de. “As mulheres na politica”. In _____. *Páginas escolhidas*. Lisboa: Portugal-Brasil L.^{da} Sociedade Editora, 1920.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3^a ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CRUZ, Eduardo da. Ana de Castro Osório no Brasil: imprensa periódica, sociabilidade, política e mercado editorial. *Miscelânea* (Assis. online). Assis/SP, v. 24, p. 193-214, 2018.
- CRUZ, Eduardo da. DE CASTRO, Andreia Monteiro. A propaganda feminista luso-brasileira: as cartas de Ana de Castro Osório a Bertha Lutz. *Navegações: Revista de Cultura e Literaturas de Língua Portuguesa*, Porto Alegre/RS, v. 11, p. 112-121, 2019.
- ESTEVES, João. *Ana de Castro Osório (1872-1935)*. Lisboa: CIG, 2014.
- OSÓRIO, Ana de Castro. *A Grande Aliança*. Organização e prefácio de Fernando Vale. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- _____. *Às mulheres portuguesas*. Lisboa: Livraria-editora Viúva Tavares Cardoso, 1905.

- _____. Congresso pedagógico em Belo Horizonte. *Portugal Moderno* n.º 634. Rio de Janeiro: 23 out. 1912, p. 1
- _____. A mulher na politica portuguesa IX. *Portugal Moderno* n.º 567. Rio de Janeiro: 6 jan. 1912, p.1
- _____. Para ser lido em Portugal XI. *Portugal Moderno* n.º 583. Rio de Janeiro: 27 abr. 1912, p.1
- _____. *Mundo Novo*. Romance. Porto: Companhia Portuguesa Editora, [1927].
- RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. Trad. Raquel Ramallete et. al. Rio de Janeiro: ed. 34, 1995.
- VALENTIM, Jorge. “Uma literatura verdadeiramente feminina”: Ana de Castro Osório e a germinação do pensamento feminista em Portugal no século XIX. *SOLETRAS* (UERJ), São Gonçalo/RJ, n.34, 2017.

**Parte III - *Conflitos e (im)possibilidades
das críticas do discurso***

Capital humano: da teoria neoliberal a dispositivo do mundo corporativo

Daniel Pereira Andrade¹

A emergência do conceito de Capital Humano na Teoria Neoliberal

O conceito de capital humano emergiu nos textos dos teóricos neoliberais. Segundo Foucault (2004, p. 221-223), o contexto de emergência desse pensamento é a crítica a três elementos político-econômicos antiliberais. Primeiro, a crítica ao New Deal e às políticas keynesianas que haviam sido implementadas por Roosevelt a partir de 1933-1934, cujo texto inaugural foi o livro de Henry Calvert Simons intitulado *A positive program for laissez-faire: some proposals for a liberal economic policy?*, publicado em 1934. O segundo elemento criticado foi o plano Beveridge e todos os projetos de intervencionismo econômico e social elaborados pelo governo inglês e, menos expressivamente, pelo governo americano durante a guerra. Diante dessas propostas governamentais de pactos sociais internos para garantir a seguridade (em termos de empregos, doenças, aposentadoria, etc.) no momento em que se demandava aos cidadãos para se fazer a guerra, o mesmo Simons redigiu um conjunto de textos antipáticos a essa forma de política intervencionista. O terceiro e último elemento de contexto cuja

¹ Doutor e mestre em sociologia pela Universidade de São Paulo, com estágio de doutorado sanduíche na EHESS-Paris. Professor de sociologia e de ética na Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil. Autor do livro: *Nietzsche – a experiência de si como transgressão* (Annablume Editora, 2007) e de vários artigos em revistas científicas. Pesquisa atualmente o homem econômico emocional e a relação entre poder e emoções no mundo corporativo.

crítica deu nascimento ao neoliberalismo foram os programas de ação sobre a pobreza, a educação e a segregação por meio da ação estatal, que fizeram crescer, consideravelmente, a administração federal. Foi contra esse conjunto de políticas estatais intervencionistas de caráter socializante, as quais inchavam a administração pública, que os economistas teóricos neoliberais se insurgiram, fazendo emergir essa nova corrente de pensamento representada principalmente pela Escola de Chicago.

O neoliberalismo surgiu, portanto, ainda nos anos de 1930, mas foi apenas ao final da década de 1950 e na década seguinte (ou seja, no auge do fordismo) que os teóricos neoliberais renovaram a concepção antropológica do *homo oeconomicus*, fundamentando-se na teoria do capital humano e introduzindo uma nova grade de análise dos fenômenos econômicos e sociais. O conceito de capital humano surgiu como resposta a três problemas. Primeiro, um problema específico mencionado pela própria ciência econômica em um momento de expressiva afluência da economia norte-americana. Tratava-se de dar uma explicação a respeito da prosperidade econômica sem precedentes nos anos que se seguiram à Segunda Guerra, tendo em vista que as ferramentas providas pela economia neoclássica eram limitadas para dar conta do fenômeno. Os fatores originários da produção, terra, capital e trabalho mostravam crescimentos individuais que, somados, eram significativamente inferiores ao crescimento total da economia. Theodore W. Schultz (1959, p. 114-115) propôs, então, no final dos anos de 1950, a hipótese de que “a explicação deve ser buscada na ampla e rápida acumulação de riqueza humana que tem sido excluída de nossas medidas convencionais de ‘horas-homem trabalhadas’ e capital tangível”. Com isso, o trabalho e o trabalhador deixaram de ser considerados fatores originários da produção, como a teoria clássica havia pensado desde Adam Smith, e converteram-se em meios de produção produzidos, produtos de um investimento prévio. Ou seja, o trabalho e o trabalhador se transformaram em um tipo de capital, capital humano (LÓPEZ-RUIZ, 2007, p. 61).

Além dessa discussão estritamente econômica, a teoria do capital humano também veio responder a uma conjuntura política

particular. No contexto da Guerra Fria, a vantagem momentânea na corrida espacial que a União Soviética obteve com o lançamento de seu primeiro Sputnik gerou dúvidas quanto à correção do modelo econômico que se estava seguindo nos Estados Unidos. Questionava-se se a política econômica fordista, que havia permitido produção e consumo de massa, promovendo a opulência, seria suficiente para superar o adversário. Por isso, se resolveu-se investir mais em educação, ciência e tecnologia, a fim de provar a superioridade da economia capitalista. Foi preciso, portanto, criar um argumento que justificasse o aumento de gastos públicos nesses setores, mas que também igualmente incentivasse os indivíduos a fazerem, eles mesmos, esses investimentos em si próprios, os quais lhes possibilitariam altos retornos econômicos, de modo a desonerar o Estado. Esse argumento foi mais uma vez a teoria do capital humano. Como explica Osvaldo López-Ruiz (2007, p. 62):

O que a teoria do capital humano trata de provar é, justamente, que o investimento de capital em treinamento e educação deveria 'render' retornos maiores que outros investimentos. Por outro lado, se o crescimento econômico sem precedentes ocorrido nos Estados Unidos podia ser explicado pelo incremento dessa forma de capital antes não considerada – capital humano –, a falta de desenvolvimento de outros países também podia ser explicada a partir dessa teoria: não serviam de nada os investimentos de capital físico quando não havia nesses países suficiente capital humano. As políticas de desenvolvimento deviam voltar-se, então, para a educação, quer dizer, não para um gasto, mas para um investimento nessa forma de capital.

Por fim, o discurso sobre o capital humano respondia a um último problema político e social. Nos anos de 1950, com a consolidação e expansão das grandes corporações, a maioria dos agentes econômicos da classe média americana passou a buscar as oportunidades de renda, de exercer poder, de obter prestígio e de adquirir e utilizar suas habilidades na condição de empregados assalariados. Nessa perspectiva, abandonavam a antiga condição

predominante no século XIX de pequenos proprietários, condição que, assentada no direito de propriedade, garantia a liberdade e independência necessárias à participação na sociedade democrática, ao menos segundo os princípios liberais clássicos. A concentração de capital nas grandes corporações não apenas constituía uma ameaça aos valores de uma sociedade liberal democrática como também alterava o plano de vida e a disposição psicológica de sua realização. Enquanto os pequenos proprietários compartilhavam um ideal de realização de obras no trabalho independente em sua propriedade, buscando a vitória na competição econômica através do mérito e do desenvolvimento do caráter, os empregados dependentes, por sua vez, tornavam-se homens passivos e conformados, sem grandes ambições.

Tal postura causava ainda um problema econômico: como estimular a criatividade, a inovação, o correr riscos e o assumir a aventura de novos desafios nos modestos homens de corporação? Era preciso, pois, inculcar de algum modo nos trabalhadores dependentes os valores de autonomia e independência que fundamentavam tanto a democracia liberal quanto o progresso e a prosperidade econômica norte-americana. A teoria do capital humano permitiu a transformação justamente desse homem modesto de classe média, empregado das organizações, em um proprietário de si mesmo, de seu próprio capital humano, retomando assim a independência necessária à cidadania democrática efetiva e o sentido de concorrência econômica (LÓPEZ-RUIZ, 2007, p. 64-68).

Desse modo, emergiu, na Escola de Chicago, a figura renovada do *homo economicus* como capital humano. Tomando por alicerce, inicialmente, uma crítica da concepção de trabalho na economia política clássica, que o pensava como um trabalho simples e homogêneo, reduzido à análise quantitativa de número de trabalhadores e horas-trabalho, os neoliberais reintroduziram o trabalho no campo da análise econômica. Para esses autores, era preciso retomar uma análise qualitativa do trabalho, analisá-lo em sua heterogeneidade e concretude, com a intenção de compreender os

seus efeitos econômicos. Não se tratava mais de concebê-lo como uma força de trabalho abstrata, como um fator originário da produção que comporia os processos econômicos. “O trabalhador era ele mesmo um meio de produção produzido, um item de equipamento de capital”, afirmava Harry Johnson (1960, p. 561-562). Seu conjunto de capacidades, habilidades, destrezas e aptidões, inseparável da pessoa e que o trabalhador leva consigo para o trabalho, era pensado como o produto resultante de um investimento prévio de capital e que seria capaz de trazer retorno na forma de rendimentos futuros. O próprio homem tornava-se, assim, uma forma de capital, um meio e um produto de investimentos (FOUCAULT, 2004, p. 225-228; LÓPEZ-RUIZ, 2007, p. 183-194).

Ao adotar o ponto de vista do investidor, os teóricos neoliberais promoveram uma mudança epistemológica na economia, alterando seu campo de objetos. Não se tratava mais de pensar os mecanismos de produção, de troca e os fatos de consumo no interior de uma estrutura social dada, mas de estudar a natureza e as consequências das escolhas substituíveis, isto é, a análise das maneiras pelas quais eram alocados recursos raros a fins que eram concorrentes, fins que não podiam ser superpostos uns aos outros nem acumulados. A economia teria por ponto de partida e por quadro de referência uma ciência do comportamento humano feita com base na racionalidade interna do investidor e de seu cálculo de alocação de seus recursos. O trabalho, sob essa ótica, foi tomado do ponto de vista do sujeito econômico, do trabalhador e dos investimentos que este fazia em capacidades ligadas a diferenças qualitativas de trabalho (FOUCAULT, 2004, p. 228-230).

O trabalhador deixou, pois, de ser um objeto da economia, submetido às forças da oferta e da demanda de força de trabalho, para se converter em um sujeito econômico ativo. O trabalhador é aquele que investia em si mesmo, fazendo uma opção de emprego de seus meios raros entre diferentes escolhas, de modo a ampliar seus fluxos de rendimentos e majorar seus retornos. Nesse sentido, do ponto de vista do trabalhador-investidor, o salário seria um rendimento e não o preço de venda da força de trabalho. Ou seja,

rendimento derivado de suas aptidões e competências, de seu capital humano (FOUCAULT, 2004, p. 228-230).

O investimento em capital humano, seja ele realizado pelo Estado, pela empresa, pela família ou pela própria pessoa, pode ser de dois tipos (ambos ligados à aquisição de capacidades duráveis): investimento em capital de produção e em capital de consumo. Os investimentos em capital de produção referem-se aos gastos realizados para desenvolver capacidades particulares de produção, para produzir retornos futuros em termos de melhores rendimentos e ganhos. Já os investimentos em capital de consumo permitem um retorno, não em termos de rendimentos econômicos ou salários, mas em termos de melhoria das capacidades de consumo, aperfeiçoando o gosto e a qualidade do consumo de modo a resultar em maiores satisfações (LÓPEZ-RUIZ, 2007, p. 211-219).

Dessa forma, o consumo e o investimento acabam por borrar suas fronteiras, pois grande parte dos gastos realizados pelo trabalhador em si mesmo passa a ser vista como incremento de seu capital humano como produtor ou como consumidor, voltado para ganhos futuros, e não como puro consumo hedonista presente. Do mesmo modo que o conceito de capital é expandido para abranger a noção de capital humano, a concepção de investimento é alargada para incluir uma parte considerável dos gastos de consumo. Em última instância, o que define se o gasto é um investimento ou puro consumo presente são as demandas do mercado, que permitem entrever determinados gastos como uma forma de desenvolvimento de capacidades úteis que possuem valor de troca do ponto de vista econômico, e outras, como inúteis e sem valor de troca (e, portanto, visando puramente à satisfação do momento) (LÓPEZ-RUIZ, 2007, p. 211-219).

Com essa redefinição do trabalhador como capital humano, ou seja, um meio de produção produzido que é o resultado de investimentos prévios em capacidades produtivas e consumptivas permanentes e inseparáveis da própria pessoa, e que devem render retornos futuros em termos de ganhos econômicos e maiores satisfações, o trabalhador converteu-se em um capitalista de si

mesmo. O trabalhador passou a ser capitalista do seu próprio capital humano, desaparecendo, ao menos nos textos neoliberais, a oposição entre capital e trabalho e, em última instância, a própria figura do trabalhador com a generalização da posição de capitalista.

Nesse sentido, cada indivíduo aparecia como uma empresa de si mesmo, a qual era preciso gerir mediante frio cálculo racional com o objetivo único de manter e aumentar seu valor econômico. O único e inequívoco critério a ser seguido na relação consigo mesmo era o da maximização de rendimentos, porquanto fosse necessário otimizar os investimentos, analisando permanentemente os retornos e fazendo correções, quando preciso. O cálculo econômico, concebido como a alocação de meios raros entre fins concorrentes, passou a incluir em seu campo uma série de elementos que até então eram considerados completamente estranhos ao seu domínio. Além da educação formal e do treinamento no ambiente de trabalho, o afeto dos pais para com os filhos, a busca do parceiro amoroso, a escolha das redes de relações pessoais, os cuidados médicos, os jogos, o lazer, os esportes, a cultura e toda e qualquer relação social e atividade que pudessem ser entrevistadas como produtoras de capacidades duradouras com possibilidade de retornos em ganhos ou satisfações futuras converteram-se em objeto da ciência econômica e de seu cálculo racional. A esfera pessoal e a esfera profissional imiscuíram-se completamente, com a vida inteira tornando-se *business* a partir da internalização pelo indivíduo do próprio processo de acumulação capitalista (FOUCAULT, 2004, 231-237; LÓPEZ-RUIZ, 2007, p. 219-222).

Essa conversão do trabalhador em empreendedor de si mesmo possibilitou um deslocamento conceitual-valorativo do consumo para o investimento. Os gastos em si mesmo, vistos pela lógica de acumulação e ampliação do capital humano, guiaram-se não mais por um cálculo hedonista de utilidade que visava maximizar os prazeres (consumo) e reduzir as dores (trabalho). A figura clássica do *homo œconomicus* como o parceiro das trocas econômicas movido por suas paixões e guiado pelo cálculo interessado, ligado a uma problemática das necessidades e da utilidade foi transformada. Em

seu lugar, os teóricos do neoliberalismo apresentaram o *homo economicus* como o empreendedor de si mesmo, sendo o produtor de seu próprio capital humano e a fonte de seus rendimentos em termos de ganhos e de satisfações. Mas, ao conceber o consumo como investimento, não promovia satisfações presentes, mas futuras e pensadas mais em termos de capacidades consumptivas. Esse deslocamento da ênfase temporal do consumo do presente para o futuro a partir da lógica do investimento (que implicava necessariamente um sacrifício dos recursos atuais para obter retornos futuros) criou um aparente paradoxo: o de postergar as satisfações consumindo no momento. Não eram as necessidades e os desejos do homem as finalidades das despesas nele feitas. Como explica López-Ruiz (2007, p. 222):

O fim do investimento humano, como o de qualquer investimento, são os ganhos a obter a partir de uma determinada aplicação de tempo e recursos financeiros – que podem resultar, para a economia nacional, num aumento de capacidade produtiva, ou, para o indivíduo, em melhores possibilidades de renda futura – mas não visam diretamente à satisfação de necessidades humanas por si mesmas. O homem torna-se, então, o meio e não o fim dos investimentos, inclusive do que ele faz em si próprio. Ao mesmo tempo, o homem é também o produto de um investimento prévio – basta lembrar que as capacidades econômicas do homem são, como afirmava já Schultz há muito tempo, ‘um meio de produção fabricado’, um meio de produção produzido. O homem deve satisfazer assim às expectativas da alocação de recursos nele feita cumprindo com eficiência a função dentro do sistema de produção e consumo para o qual foi preparado-produzido.

Por conseguinte, ao agir segundo a lógica dos investimentos, o homem deveria voltar seu olhar para o futuro como justificativa das decisões presentes. A teoria do capital humano, transformando o consumidor em um investidor, fez com que as pessoas capitalizassem no futuro e postergassem suas satisfações, consumindo no momento presente. O investimento em capital humano estabeleceu

normativamente uma ordenação de prioridades do indivíduo, deslocando o antigo fim hedonista do *homo oeconomicus* em nome da acumulação incessante do capital-competência (LÓPEZ-RUIZ, 2007, p.219-227; FOUCAULT 2004, p. 231-232).

O neoliberalismo instituiu, assim, uma grade econômica de análise dos diversos fenômenos sociais, inclusive dos tidos até então como não econômicos. Essa nova forma de governamentalidade generalizou a forma empresa como modelo para as instituições sociais e para a própria subjetividade dos indivíduos. Levando em conta a teoria do capital humano, o princípio da concorrência entre empresas no mercado serviu como princípio de inteligibilidade das relações sociais e o princípio do investimento capitalista como explicação dos comportamentos individuais.

No entanto, não se tratava apenas de um princípio de análise econômica, mas também de um princípio que regia a racionalidade de poder estatal, informando as novas estratégias denominadas por Foucault (2004, p. 265-266) de tecnologias ambientais. E o princípio do investimento em capital humano e da concorrência entre empresas funcionava ainda como uma norma de conduta, impondo aos indivíduos o cálculo racional de maximização do retorno econômico como princípio último para determinar todas as decisões de consumo e ainda todas as decisões quanto à vida pessoal, excluindo outros valores e sentidos para a ação.

A adoção da noção de Capital Humano pelo mundo corporativo

Foi na segunda metade da década de 1990 que a teoria do capital humano emergiu na literatura de negócios e nas teorias de Administração. Ela foi instrumentalizada pelos *managers* com o objetivo de promover um engajamento total do indivíduo como o seu trabalho de modo a eliminar a distância entre seu interesse e o da empresa (DARDOT & LAVAL, 2009, p. 408-409; GORZ, 2005, p. 22-23). O dispositivo do capital humano substituiu o controle disciplinar característico da Administração Científica de tipo taylorista, modelo dominante no período fordista e que havia sido

duramente criticado pela contracultura e pelos movimentos dos trabalhadores desde o final da década de 1960.

Esse novo discurso, com seus respectivos dispositivos de poder, respondia a duas transformações derivadas das inovações administrativas da década de 1990. Por um lado, a uma nova organização do trabalho em que se tornou cada vez mais difícil prescrever as tarefas, pois demandava do trabalhador a gestão de um fluxo contínuo de informações, uma maior autonomia para tomada de decisões, a capacidade de se comunicar e cooperar coletivamente a fim de responder a novos projetos. Essa nova organização tornava as empresas cada vez mais dependentes do engajamento subjetivo do trabalhador para a escolha das melhores soluções e para o bom relacionamento produtivo. Por outro, esse engajamento era requisitado justamente quando um número significativo de trabalhadores havia sido demitido em virtude das terceirizações e reestruturações que visavam enxugar a mão de obra das empresas e, ainda, quando o desmonte das leis trabalhistas permitira que outros vínculos contratuais mais precários, flexíveis e com menos proteções e seguridades se expandissem.

Foi nesse momento que a teoria do capital humano instituiu uma releitura das relações entre capital e trabalho, convertendo todo trabalhador em um capitalista de si mesmo. Com isso, a figura do empregado de uma grande corporação cedeu lugar à do empreendedor de si mesmo, que, mesmo prestando serviço para uma corporação de porte, trabalhava, em última instância, para a sua própria empresa. A relação assalariada converteu-se assim em uma relação de prestação de serviço entre empresas independentes. Cada um se tornou responsável por ser seu próprio empregador, investidor e vendedor, obrigando-se a impor a si os constrangimentos necessários para assegurar a viabilidade e competitividade da empresa que se era (cf. GORZ, 2005, p. 23-24). Com esse discurso de abolição da condição salarial, a precarização das relações trabalhistas foi relida como sendo o risco e a responsabilidade de empregabilidade de cada um,

empregabilidade resultante dos investimentos prévios em seu próprio capital humano.

O discurso do capital humano também atendeu a um interesse mais especificamente econômico dos grandes investidores de capital. Constituiu-se nas últimas décadas do século XX uma expressiva acumulação de capital-dinheiro, motivada pela introdução das novas tecnologias informacionais e do aumento de produtividade e economia de mão de obra que elas permitiram (GORZ, 2005). Esse capital acumulado, seguindo o princípio fundamental do capitalismo, precisava fluir e se reproduzir, buscando, permanentemente, novos empreendimentos e oportunidades de realização de lucros. Para que essa demanda por novos empreendimentos dos investidores se realizasse, foi preciso produzir empreendedores inovadores, disseminando novos dispositivos que constituíssem os sujeitos econômicos como agentes criativos e promotores de mudanças que atenderiam à demanda concreta de expansão do capitalismo. Como resume López-Ruiz (2007, p. 261):

(...) se antigamente era o empreendedor quem devia procurar o capitalista, hoje é o capital que procura o empreendedor. Os valores schumpeterianos são promovidos, assim, por todos os meios disponíveis e procuram atingir o maior público possível. [...] Agora, para que o capitalismo consiga continuar se desenvolvendo – e possa ir além de sua atual fronteira de expansão – é necessário que o empreendedorismo não seja apenas a particularidade de uns poucos, mas o atributo de um povo. Essa talvez seja a característica mais marcante do espírito capitalista de hoje: o empreendedorismo precisa ser um fenômeno de massas.

A teoria do capital humano aplicada nas empresas, disseminada na mídia, adotada na educação básica e superior e estimulada por ONGs e algumas políticas públicas prestava-se, justamente, a disseminar essa nova ética do trabalho assentada na ideia de que cada indivíduo é um empreendedor de si mesmo.

O discurso dos teóricos e gurus da administração pintou a teoria do capital humano como uma evolução das empresas. Estas agora passariam a valorizar de fato as pessoas e a reconhecê-las como seu principal ativo e não mais como recursos que apenas se desgastariam e deveriam ser substituídos, estando disponíveis em quantidade significativa no mercado. De um custo, as pessoas passariam a ser valorizadas, mais ainda, elas seriam as responsáveis por seu próprio desenvolvimento, sendo tão investidoras na empresa quanto os acionistas, com uma pequena diferença quanto ao tipo de capital disponibilizado: se os acionistas investiam seu capital financeiro, os “colaboradores” aplicavam o capital humano, ambos com o interesse comum de associar suas formas de capital para se tornar fonte de riqueza. Sob essa perspectiva, não haveria antagonismo entre os interesses do capital financeiro e os dos trabalhadores-investidores, mas convergência, sendo a associação em um jogo de ganha-ganha, como costumam enfatizar os autores da área (cf. FRIEDMAN et al., 2000, p. 7-32).

Ainda na linha do discurso que fazia o elogio da “evolução” da empresa no sentido de se tornar mais “humana”, o empregado se convertia em um trabalhador autônomo, um agente independente que estabelecia vínculos cada vez mais efêmeros com o lugar onde prestava serviço, tornando-se seu próprio empregador. A precarização dos contratos trabalhistas foi celebrada, no entanto, como uma emancipação do trabalhador, visto, a partir de então, como um sócio capitalista, ainda que detivesse apenas suas destrezas, capacidades e conhecimentos, ou seja, seu capital humano. Ao ser elevado da categoria de empregado para a de capitalista, o indivíduo foi responsabilizado pelos riscos de seu investimento, cabendo-lhe responder pela escolha livre, individual e racional da qual deveria investir seu capital.

Ademais, a responsabilidade do trabalhador foi redobrada pelas estruturas flexíveis das novas empresas e pela organização do trabalho em equipes e redes autogeridas, que depositavam sobre o indivíduo a tarefa de organizar a complexidade crescente dos projetos e responder de maneira inovadora às demandas do

mercado. Nesse novo modelo de organização, as tarefas e o ritmo de trabalho não poderiam mais ser prescritas de cima para baixo, já que caberia ao indivíduo e às suas capacidades analíticas, comunicativas, cooperativas e criativas a tomada de decisões e a solução dos problemas, porque o desempenho da empresa estava atrelado à sua *performance* e ao bom entendimento coletivo. O indivíduo tornou-se não apenas responsável pelas escolhas de investimento em sua própria carreira, mas também por grande parte das decisões estratégicas da própria empresa. Essa dupla responsabilidade acabou convergindo perfeitamente, levando-se em conta que o indivíduo devia encontrar em si mesmo e em seus recursos pessoais a fonte de eficiência no trabalho (cf. DARDOT E LAVAL, 2009, p. 424-427; LÓPEZ-RUIZ, 2007, p. 233-236).

A responsabilização do trabalhador pelos investimentos em sua carreira e pela tomada de decisões na empresa colocou-o em uma situação de permanente risco que correspondia, de fato, à própria condição de capitalista de si mesmo, à qual ele fora promovido. Se antes o risco da condição de empreendedor era reservado a alguns homens vocacionados para realizar as inovações econômicas, em virtude da concepção de capital humano, ele se generalizou. O indivíduo foi convertido no único responsável por tudo o que lhe ocorria e, sobretudo, por sua própria empregabilidade. Se antes cabia à empresa a garantia do emprego e a gestão da carreira dos seus funcionários, a partir daquele momento a empregabilidade foi considerada responsabilidade do proprietário do próprio capital humano, sendo o fruto das decisões prévias de seu investimento no desenvolvimento pessoal e nas suas escolhas de carreira.

O trabalho sobre si do capitalista humano deveria, pois, sempre se guiar pelas demandas do mercado, pois a empregabilidade dependia justamente das competências exigidas pelas empresas macro que agregavam dentro de si as empresas individuais. O indivíduo precisava vender a si mesmo como um produto, investindo nas qualidades requeridas, fazendo o seu

marketing pessoal e instrumentalizando sua rede de contatos pessoais (*networking*) para posicionar-se no mercado.

A celebrada autonomia do “empreendedor de si mesmo” era, então, um paradoxo, como ressaltam alguns autores, uma “autonomia controlada”, espécie de “servidão voluntária” em que o indivíduo leva a cabo sua autocoerção e sua autoculpabilização de modo a tornar vendável seus serviços (GORZ, 2005, p. 22-23; ASPE & COMBES, 2004; DARDOT & LAVAL, 2009, p. 435).

Essa servidão se intensificou à medida que o trabalho nas novas empresas, ao demandar e mobilizar qualidades pessoais inseparáveis e indistinguíveis do indivíduo, adquiridas em sua vida social dentro e fora do mundo do trabalho, acabou por colocar em questão a própria dignidade da pessoa. Ao submeter o indivíduo a avaliações permanentes que visavam medir o valor que o capital humano de cada um estaria agregando para os acionistas a cada instante, o que se estava avaliando era a própria realização de si e o desenvolvimento pessoal do indivíduo. Como todos os domínios da vida se tornaram recursos importantes do desempenho na empresa, e como a subjetividade era recrutada e avaliada pelas empresas, a totalidade da vida é que se mobilizava e se submetia aos imperativos da racionalidade administrativa. A partir do momento em que a valorização mercantil foi tomada como sinônimo da valorização de si, o fracasso no mundo corporativo era considerado não apenas como um fracasso profissional, mas como um fracasso pessoal completo.

Importa acrescentar que a falta de investimentos em si mesmo ou o erro de avaliação nos investimentos podia resultar na falta de empregabilidade e no conseqüente desemprego, colocados permanentemente como uma ameaça em um mundo que acabara com a segurança e a estabilidade no trabalho. Não cabendo mais ao empregador garantir o emprego, mas ao empregado garantir a sua empregabilidade, ele deveria reunir permanentemente as condições e qualidades necessárias em um mercado em constante transformação. O próprio trabalho em uma empresa era visto como uma ocasião de se aprender capacidades e ganhar experiências úteis

para a carreira e para futuros trabalhos em outras firmas, aumentando suas oportunidades dentro do mercado de trabalho. Inversamente, estar desempregado não significava apenas ter perdido o emprego, mas também perder empregabilidade (LÓPEZ-RUIZ, 2007, p. 276-277).

Nesse caso, o capitalista de si mesmo devia se “reciclar”, informando-se corretamente sobre as aptidões em que deveria investir para tornar-se vendável (ou empregável) novamente. O indivíduo precisava, pois, se mostrar ativo na gestão do próprio risco, procurando administrá-lo por meio da busca de informações corretas em matéria de emprego e de formação.

Nesse sentido, o risco que era produzido em uma dimensão social pela precarização do trabalho e pelo desemprego, foi estrategicamente transferido para o indivíduo e naturalizado como uma dimensão ontológica das escolhas da existência. Mesmo as crises sociais passaram a ser percebidas como problemas privados, submetendo à responsabilidade de cada um as causas exteriores cujas variáveis estavam completamente fora do controle individual. A expansão dos seguros privados sinalizou essa gestão privada dos riscos depois que as alternativas públicas e coletivas de proteção social foram desfeitas, em razão do desmonte do Estado de Bem-Estar Social e da fragmentação de formas de solidariedade tradicionais ou de classe (DARDOT & LAVAL, 2009, p.429-431).

No entanto, o risco correspondente à precariedade da posição de capitalista de si mesmo não era reconhecido pelo discurso dos administradores como um preço a se pagar por sua maior “autonomia” e “independência”. Ao contrário, era pintado com as alegres cores de uma aventura emocionante, da vitalidade, da possibilidade de crescimento, da quebra da rotina e de uma vida no limite. O capitalista humano teria a possibilidade de levar uma vida cheia de adrenalina, mas, para tanto, precisava ser dinâmico e arrojado, ou seja, precisava estar disposto a assumir desafios (LÓPEZ-RUIZ, 2007, p. 236-237). A heroização do autoempreendedor promovia como desejável em si mesma a situação de risco e ainda a apresentava como uma lei natural da

existência social, obliterando o fato de que era produzida social e historicamente (DARDOT & LAVAL, 2009, p. 428). Além disso, quanto maior a precarização, maior o risco e, portanto, mais o indivíduo deveria se engajar no desenvolvimento de seu próprio capital humano para manter sua empregabilidade. Contudo, quanto mais o trabalhador adotava a visão de empreendedor de si mesmo, quanto mais assumia a lógica administrativa do capital humano, mais ele levava adiante um trabalho sobre si que o fazia suportar as situações de precariedade e condutas competitivas que pioravam progressivamente as condições de trabalho. Como afirmam Dardot & Laval (2009, p. 410-411):

Em uma palavra, a novidade consiste em desencadear um ‘efeito em cadeia’ produzindo ‘sujeitos empreendedores’ que por sua vez reproduzirão, alargarão, reforçarão as relações de competição entre eles, o que lhes imporá, segundo a lógica de um processo autorrealizador, a adaptação subjetiva sempre maior às condições cada vez mais duras que terão eles próprios produzido.

As empresas, assim, por mais que fossem apresentadas como o local de cooperação e realização pessoal, tornaram-se os lugares da competição e da busca da excelência da *performance*. Segundo os autores (DARDOT & LAVAL, 2009, p. 426):

O novo governo dos sujeitos supõe de fato que a empresa não seja de saída uma ‘comunidade’ ou um lugar de diversão, mas um instrumento e um espaço de competição. Ela é antes de tudo dada idealmente como o lugar de todas as inovações, da mudança permanente, da adaptação contínua às variações da demanda do mercado, da busca de excelência, do ‘defeito zero’. Fazendo isto, intima-se o sujeito a se conformar interiormente, por um constante trabalho sobre si, a esta imagem: ele deve velar constantemente por ser o mais eficaz possível, por se tomar como totalmente investido em seu trabalho, por se aperfeiçoar por meio de uma aprendizagem contínua, por aceitar a maior flexibilidade requisitada pelas mudanças incessantes impostas pelos mercados.

O capital humano promove um solapamento da organização dos trabalhadores como uma classe com interesses antagônicos aos do capital. Ao considerar-se como capital humano, o trabalhador deixa de se identificar com sua classe e passa a ver os outros trabalhadores como empresas concorrentes, não como companheiros de luta. A resistência coletiva contra formas insidiosas de exploração e contra a perda de direitos sociais, de salário real e de garantias trabalhistas se dissolve em um individualismo extremado, que busca de modo oportunista apenas a vantagem pessoal. Ao invés da consciência do compartilhamento de condições com os demais trabalhadores, o empregado passa a se identificar com os interesses da empresa para a qual trabalha ou presta serviço, pois é nela que suas qualidades humanas podem se converter em fontes de rendimentos (ANDRADE, 2011).

Na situação de concorrência na empresa, o indivíduo necessitava, incessantemente, melhorar sua *performance*, funcionando por analogia aos esportes de alto rendimento, dos quais os *managers* retiravam, por vezes, o léxico e a lógica de seus discursos. Referiam-se sempre a superar as próprias marcas, ou, no caso das empresas, superar as próprias metas, obtendo com isso a vitória sobre os concorrentes e a ultrapassagem incessante de seus próprios limites. Não se tratava mais de uma norma social que promovia a conformidade passiva, o equilíbrio e a mediocridade, mas a autonomia controlada, o máximo desempenho e a transcendência de si. Como empresa de si, o sujeito deveria aplicar a lei da acumulação capitalista ao seu próprio capital humano, direcionando seu desenvolvimento sempre além de si mesmo. Como as atuações eram permanentemente avaliadas em termos do lucro que elas proporcionavam para os acionistas, ocorria uma subjetivação contável e financeira em que o indivíduo precisava ultrapassar indefinidamente a si mesmo.

Nessa metáfora esportiva, o que não era lembrado pelos *managers*, no entanto, é que os atletas de alto rendimento, na busca de novos *records*, sofrem repetidas lesões provocadas pelo esforço extremo e recorrem frequentemente ao *doping*, levando uma vida

pouco saudável, ao contrário do que acredita o senso comum. O mesmo prejuízo ocorre à saúde mental dos trabalhadores que são exigidos ao extremo e tampouco são raros os casos de recorrência a estimulantes mentais, físicos e mesmo a remédios psiquiátricos para decuplicar as suas forças e se adaptar a situações desumanas. Além disso, como a subjetividade é a chave da *performance*, o trabalho sobre si do indivíduo como *homo œconomicus* remete a técnicas psicológicas, promovendo uma medicalização dos considerados normais. As técnicas psicológicas e terapêuticas foram instrumentalizadas para a melhoria do desempenho e dos relacionamentos corporativos, fazendo das “emoções”, desejos, crenças e valores mais operacionais no âmbito da empresa.

Podem-se mencionar atualmente exemplos de técnicas psicológicas oferecidas no mercado como o *coaching*, a programação neurolinguística, a análise transacional, a inteligência emocional e outras tantas técnicas de treinamento ou de autoajuda que tentam transformar os indivíduos em seres mais bem aproveitados pelas empresas e mesmo fora das empresas. Com a subordinação das técnicas psicológicas ao dispositivo do capital humano, o sujeito econômico produtivo foi identificado com o sujeito psicológico. “A identificação dos dois sujeitos se afasta dos horizontes homeostáticos do equilíbrio para se operar na lógica da intensificação e da ilimitação”, explicam Dardot e Laval (2009, p. 441). E prosseguem:

A liberdade tornou-se uma obrigação de performance. A normalidade não é mais o domínio e a regulação das pulsões, mas sua estimulação intensiva como fonte energética primeira. Porque é em torno da norma da competição entre empresas de si que se opera a fusão do discurso ‘psi’ e do discurso econômico, que se identificam as aspirações individuais e os objetivos de excelência da empresa, que se acordam em suma o ‘micro’ e o ‘macrocosmo’ (DARDOT & LAVAL, 2009, p. 441).

Com o dispositivo do capital humano e com o engajamento completo da subjetividade e de suas qualidades na lógica

empresarial, a vida toda ficou submetida ao cálculo econômico, desfazendo completamente a fronteira entre o que se passa no trabalho e fora dele. Mesmo o desenvolvimento pessoal mais íntimo, por conduzir a uma melhor estabilidade “emocional” e a uma abertura relacional mais natural, pode ser concebido como destinado a produzir um melhor desempenho econômico. A separação entre trabalho e consumo também é desfeita, inclusive a contradição entre uma ética do trabalho que apregoa o sacrifício e a postergação das satisfações e uma cultura do consumo que promove o gozo imediato, despreocupado e espontâneo da vida (BELL, 1996).

Agora, o consumo converte-se em investimento, sendo visto como possibilidade de adquirir competências com valor de troca no mundo do trabalho. Como boa parte das competências valorizadas na organização flexível do trabalho não podem ser inteiramente construídas pelas empresas, sendo obtidas na socialização cotidiana, vida pessoal e vida profissional se misturam. Como observa Gorz (2005, p. 24-25), com a noção de capital humano, a vida inteira converte-se em uma possibilidade de fazer negócios e é reduzida ao cálculo de acumulação de capital. O tempo da vida submete-se à gestão econômica, a relação consigo mesmo e com os outros é exclusivamente concebida de modo financeiro, sendo tudo medido em dinheiro.

Referências

- ANDRADE, D. P. Empresa humana ou humano empresa? *GV Executivo*, vol. 10, n. 1, janeiro/junho de 2011, pp. 38-42.
- ASPE, B. & COMBE, M. Revenu garanti et biopolitique. <http://multitudes.samizdat.net/Revenu-garanti-et-biopolitique>. Disponibilizado no site em 29 de outubro de 2004.
- BELL, D. *Las contradicciones culturales del capitalismo*. Alianza Editorial: Madrid, 1996.

- DARDOT, P. & LAVAL, C. *La nouvelle raison du monde. Essai sur la société néolibérale*. Paris: La Découverte, 2009.
- FOUCAULT, M. *Naissance de la biopolitique – Cours au Collège de France (1978-1979)*. Paris: Seuil/Gallimard, 2004.
- FRIEDMAN, B.; HATCH, J.; WALKER, D. *Como atrair, gerenciar e reter capital humano: da promessa à realidade*. São Paulo: Futura, 2000.
- GORZ, A. *O Imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.
- JOHNSON, H. The political economy of opulence. *Canadian Journal of Economics and Political Sciences*. n. 26, 1960, p. 552-564.
- LÓPEZ-RUIZ, O. *Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo. Capital humano e empreendedorismo como valores sociais*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007.
- SHULTZ, T. Investment in man: an economist view. *The Social Service Review*, v. XXXIII, n. 2, 1959, p. 109-117.

Teratologia do discurso de ódio: sobre uma possível origem dos conflitos sociais e para uma visão de discurso e melhoramento social

Cláudio Márcio do Carmo¹

O título do presente texto pretende estabelecer um diálogo com a visão do linguista inglês Norman Fairclough em *Discourse and Social Change* (1992), traduzido em 2001 como *Discurso e Mudança Social*. A base da visão faircloughiana estava erigida a partir de uma visão da linguagem como prática social, numa perspectiva intervencionista de que os muitos problemas da sociedade poderiam ser alterados com a construção de uma abordagem da linguagem para a crítica, capaz de gerar conscientização e mudança social.

Muito foi produzido, mas há barreiras infraestruturais nas escolas, uma educação deficiente e um aparelho de Estado pouco consistente nas ações que visam a mudanças de fato. Esses problemas têm trazido uma atmosfera de desânimo e, principalmente, as novas gerações têm vivido em uma sociedade, cujas diferenças têm se acentuado e problemas como os advindos do discurso de ódio pairam nacional e internacionalmente.

Retomando o título, a ideia de Discurso e Melhoramento Social se origina nesse clima de instabilidade, colocando o processo como

¹ Professor Associado de Linguística e Língua Portuguesa na Universidade Federal de São João del-Rei. Mestre em Linguística e Doutor em Linguística Aplicada pela Universidade Federal de Minas Gerais, com Estágios de Pós-Doutoramento em Antropologia pela Universidade de São Paulo e em Linguística Aplicada pela *University of Georgia*. Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Projeto atual: Sobre as diferentes formas de divulgação, promoção e fomento ao ódio: uma análise de base sistêmica para o multiletramento.

elemento principal, e não as polarizações entre um momento X e outro Y que representem a mudança. Isso também se liga ao fato de que as sociedades vivem em transformação. Por exemplo, aparentemente, as novas gerações não buscam obrigatoriamente mais por raízes que as atrapalhem a se movimentar. Antes, havia, quase que obrigatoriamente, o sonho da casa própria, o sonho de um casamento tradicional e a quase necessidade de ter filhos, dentre outros exemplos. Estes ainda existem, porém, dentro do espírito do momento, isto é, em que não se tornem obrigação, mas escolha, que não enclausurem os sonhos, mas que se tornem parte deles.

Isso significa que o domínio do discurso não está exatamente em função de mudanças que não têm se efetivado. Entretanto, tem se orientado tanto quanto possível para o melhoramento social, algo mais tangível, por poder ser dimensionado a universos diferentes aos quais as pessoas de fato têm (ou podem ter) acesso.

Por isso, o texto tem caráter ensaístico, por não pretender apresentar em si um estudo de caso específico dentro do rigor exigido pelo gênero artigo científico. Busca traçar um itinerário possível a uma compreensão da sociedade contemporânea em relação ao ódio e em função do melhoramento social e humano necessário à sua extirpação até que seja possível haver de fato uma mudança em escala global.

Do discurso e mudança social para o discurso e melhoramento social: primeiras ideias

A obra *Language and Power*, de Norman Fairclough (1989), é considerada o marco inicial da *Análise Crítica do Discurso* (ACD). Por isso, traz uma primeira versão de seu quadro teórico-metodológico, o qual foi explicado a partir de uma concepção de discurso como *texto*, *interação* e *contexto*, articulando uma orientação linguística a um pensamento sociopolítico e ideológico.

Não obstante o avanço dessa perspectiva, em 1992, foi proposta uma *Análise do Discurso Textualmente Orientada* (ADTO), a qual insere no interior do campo das análises do discurso o que

Fairclough intitula uma *Teoria Social do Discurso*. *Discourse and Social Change* foi traduzida para a Língua Portuguesa em 2001 (ver FAIRCLOUGH, 2001a) e inaugura uma abordagem em que todo *evento discursivo* deve ser analisado como práticas de linguagem, denominadas: *prática textual*, focada nos mecanismos linguístico-discursivos de construção textual; *prática discursiva*, evidenciada no processo de produção, distribuição e consumo dos textos; e *prática social*, destacada em questões de ideologia, poder e hegemonia oriundas nas diferentes posições assumidas frente às porções do mundo representadas na língua(gem) por meio do discurso.

O discurso é visto como prática social em contraposição a qualquer visão individualista ou apenas reflexiva ou espelhada de situações determinadas, o que faz com que esse mesmo discurso só possa ser compreendido como um modo de ação e representação numa relação dialética com a estrutura social e as possibilidades de mudança na sociedade.

Isso é feito com base na Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday (cf. HALLIDAY, 1978, 1985, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, 2014), especificamente pela releitura produzida de suas metafunções. Fairclough (2001a) propõe uma divisão da *metafunção interpessoal* em *identitária* e *relacional*, a primeira para análise das formas de estabelecimento das identidades sociais dentro do discurso e a segunda para análise de como as relações sociais entre os participantes do discurso são engendradas em termos de representação e negociação.

Fairclough possui uma visão constitutiva da linguagem em relação à sociedade, de maneira que se percebe que ocorre uma retroalimentação. Para ele, na inter-relação entre as práticas de linguagem (textual, discursiva e social), os processos de produção e interpretação são formados pela natureza da prática social, ajudando também a formá-la. Já o processo de produção “forma e deixa vestígios no texto, enquanto o interpretativo opera sobre as pistas no texto” (FAIRCLOUGH, 2001b, p. 35-36). Isso significa uma tentativa de criar mecanismos para uma análise global da

linguagem em relação à sociedade e à cultura, apontando para a dimensão política e ideológica da linguagem.

Portanto, o autor traçou as diretrizes básicas da ACD calcadas na união de três tradições analíticas, que são: a tradição de análise textual e linguística originária na própria Linguística; a tradição macrossociológica de análise da prática social em relação às estruturas sociais; e a tradição interpretativa ou microssociológica, que considera a prática social como algo compreensível e partilhado entre as pessoas em conformidade com o próprio senso comum (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 100).

Com relação à ideologia, Fairclough (2001a, p. 116-117) propõe a abordagem com base em três asserções, quais sejam: (1) a de que ela possui existência material nas práticas institucionais, (2) a de que ela é capaz de interpelar os sujeitos e (3) a de que os aparelhos de Estado ou instituições localizam e delimitam as lutas de classe.

Com essas bases, constitui-se um quadro que pretende ser intervencionista em sua própria origem, na tentativa de levar à mudança social no que tange às suas mazelas, opacidades, relações de poder e assimetrias. Contudo, o que advogamos é uma perspectiva de que muito tem sido feito ao longo dessas três décadas, inclusive com as outras versões da ACD, as quais procuram aprimorar o quadro em função de diferentes necessidades e das críticas que são endereçadas ao quadro (cf. CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 1995, 2001c, 2003, 2006, 2010, 2012, 2018, dentre outras). Um propulsor das mudanças no quadro geral da ACD reside na própria naturalização e reprodução dos discursos mantenedores de assimetrias e injustiças sociais no cotidiano em diversos meios propagatórios.

Isso significa que muitos problemas que sustentam conflitos sociais – a exemplo do ódio e da desigualdade – têm raízes profundas e difíceis de serem arrancadas, no sentido de haver uma mudança social que corresponda a uma distribuição igualitária de poder e de direitos. O ódio, como veremos adiante, não apenas se origina como se transforma no interior da sociedade, reverberando um passado de conflitos e abusos. Por isso, trabalhamos com a ideia

de perceber o discurso na sua relação com o melhoramento social, visto como um passo mais tangível e inserido no cerne das transformações sociais que ocorrem paulatinamente e podem, a médio ou longo prazo, gerar mudanças.

Por isso, aqui, vamos exemplificar nossas reflexões trabalhando o que há de teratológico no discurso de ódio, dado que tem se tornado cada vez mais proeminente e se projetado na forma de comportamento de ódio.

Teratologia do discurso de ódio: tópicos acerca da construção da realidade social e da natureza dos conflitos sociais

A palavra *teratologia* vem do grego *τερατολογία*, sendo composta de *τερατο* (terato), que significa monstro, e do sufixo *-λογία* (-logia), que traz a ideia de estudo (ver CUNHA, 1982, p. 764). De maneira geral, parece consensual que essa palavra foi introduzida no século XIX (aproximadamente 1881) no vocabulário científico internacional, em que teratologia dizia respeito a um ramo da ciência médica, cujo objeto de pesquisa era o estudo da contribuição ambiental e genética ao desenvolvimento pré-natal alterado, focalizando causas e padrões para um desenvolvimento que indicasse alguma anormalidade.

Chiavegatto e Bernardi (1992) demonstram que os estudos da teratologia estavam, por muito tempo, circunscritos ao estudo dos monstros, conectando-se a aspectos de alterações morfológicas. Porém, os autores já direcionavam o trabalho deles à esfera do comportamento. Por isso, para eles, ficou claro que essa circunscrição não atendia a diversos aspectos da ideia da monstruosidade, razão pela qual houve a expansão para estudos de anormalidades de causas diferentes como morfológicas, fisiológicas, bioquímicas e comportamentais originárias no desenvolvimento pré-natal.

Nessa perspectiva, teratologia é “a ciência que se preocupa com o estudo de efeitos adversos do meio ambiente (isto é, tudo do lado de fora do organismo) em sistemas em desenvolvimento”

(CHIAVEGATTO; BERNARDI, 1992, p. 58). Os autores, com base na visão de Wilson (1973), esclarecem que “uma definição mais abrangente é que teratologia é a ciência que lida com as causas, mecanismos e desvios do desenvolvimento, de natureza quer estrutural, quer funcional” (CHIAVEGATTO; BERNARDI, 1992, p. 58).

Não obstante, para nós, à esteira da afirmação de que “o comportamento é tão susceptível à influência teratogênica quanto outros sistemas em desenvolvimento” (CHIAVEGATTO; BERNARDI, 1992, p. 58), é que ampliamos seu alcance desde o desenvolvimento estrutural e funcional ao campo do discurso. Isso coloca em destaque sua face como prática sociodiscursiva discriminatória e excludente, e aponta para algo maior, que seria o desvio de caráter. Por essa razão, pode ser visto como fruto da influência histórica pelas pressões de um *status quo* repressivo da diferença. Esta, que não apenas funda, mas também alimenta o discurso de ódio, o qual, posteriormente, se manifesta na forma de comportamento de ódio.

Os resultados desse discurso demonstram sua natureza teratológica na monstruosidade do dizer e, para além dela, na monstruosidade do fazer, isto é, na monstruosidade comportamental a que chega, na geração de preconceito e sua capacidade de ser sustentáculo das diferenças sociais, religiosas, raciais, de gênero e de classe, dentre inúmeras outras, sobretudo na violência física e simbólica que fomenta, nutre e estimula.

Podemos dizer que tudo isso se deriva de um meio ambiente insalubre; logo, de uma sociedade humana e socioculturalmente doente, que se projeta no caráter de vários indivíduos. Na contramão disso, há aqueles que, por não aceitarem essa condição como natural, passam a concebê-la como objeto a ser combatido, na tentativa de levar a uma percepção de mundo que não se constrói em função de visões únicas, mas à guisa da pluralidade que caracteriza as sociedades, da democracia verdadeira e do respeito à dignidade e ao próprio ser humano, que é *um* (1) enquanto indivíduo, mas múltiplo na sua complexidade.

Nesse sentido, fazemos uma tentativa de, vendo o discurso de ódio como algo teratológico, explicitar de que maneira certas formas de pensamento e crença se naturalizam e se tornam fonte e sustentáculo de conflitos sociais, que emergem na forma de discurso e comportamento de ódio, sem que, muitas vezes, os indivíduos reflitam sobre eles e, em outras, demonstrem isso na forma de desumanidade e violência.

Embora existam várias publicações versando sobre a construção da realidade, vamos nos circunscrever à visão sociofenomenológica, que se baseia nas ponderações de Alfred Schütz, mormente, e também de Peter L. Berger e Thomas Luckmann, como contraponto, para procurarmos entender as bases sob as quais possíveis conflitos parecem não colocar o cerne da construção da realidade nem no “eu” nem no “social”, mas na dialética entre eles.

A percepção de realidade encontrada na obra de Alfred Schütz (1979a, b) trabalha com uma teoria egológica, porque, para ele, a construção significativa da Realidade Social parte do sujeito, e não da sociedade. Em essência, o autor propõe que, para se chegar ao funcionamento da realidade, a alguma “verdade” sobre as coisas, deveríamos retirar os “pré-conceitos” e crenças, o que permitiria a compreensão do fenômeno, um pensamento partidário da Filosofia e Fenomenologia de Edmund Russel e da Sociologia de Max Weber.

Diferentemente, por exemplo, Berger e Luckmann (1973) trabalham numa perspectiva social, em que a construção da realidade se daria por meio da própria sociedade, que lhe dá corpo e a mantém. Para eles, a linguagem é um edifício de representação simbólica, por isso pensam a realidade a partir de um ponto de vista interacional, por partirem da relação estabelecida com o outro, razão pela qual afirmam que ela – a realidade – é apreendida e objetivada previamente.

Quando Berger e Luckmann explicam que “a realidade social cotidiana é apreendida num contínuo de tipificações, que se vão tornando progressivamente anônimas à medida que se distancia do *aqui* e *agora* da situação face a face” (1973, p. 52), pressupõem, de

alguma maneira, que ela passa a fazer parte de uma cognição social, na qual o repertório situacional mais ou menos tipificado deverá ficar até ser novamente trazido à tona. Esse espaço é, de acordo com Berger e Luckmann (1973, p. 57), um *repositório* de significados e experiências, só que pensado do ponto de vista dialético, e não apenas de um lugar de acúmulo.

A par dessas diferenças epistemológicas, conforme nos explica Wagner (1979, p. 07), Russertl, que é a base da perspectiva de Schütz, tinha como meta a criação de uma Filosofia sem pressuposições, que partiria das experiências do ser humano consciente, que age no mundo, o qual ele percebe e interpreta e que, conseqüentemente, faz sentido para ele. Na ótica do autor, na perspectiva de Russertl, posteriormente adotada por Schütz, não há nem fase nem aspecto da consciência humana que se origina de si e por si, uma vez que a consciência é sempre consciência de algo. Dentro dessa visão, surge a ideia de experiência como atenção dirigida para os objetos, sendo estes sempre intencionados. Nas palavras do autor, “esse é um ‘processo imanente de toda experiência’; o objeto é construído de modo aperceptivo na síntese de diferentes perspectivas das quais o objeto é de fato visto ou posteriormente lembrado de maneira tipificada” (WAGNER, 1979, p. 07).

Outra fonte para o pensamento schutziano é Max Weber. Desse autor, interessava o postulado de que tudo acontecia na sociedade como resultado das motivações e construções do sujeito². O ponto de crítica de Schütz a Weber e que constituiu sua contribuição é que, segundo ele, Weber não explicou como funciona esse construto subjetivo, o que sua obra procurou fazer posteriormente.

O pensamento de Alfred Schütz trabalha com a relação que um sujeito estabelece com alguma instituição, a partir das entradas sensoriais que passam por sua consciência e projetam tipos ideais. Isso traz como consequência perceber que as coisas só existem

² Parte do que se encontra nessas considerações, inicialmente, foi esboçado e pode ser encontrado em Carmo (2007, 2009).

quando entram na corrente de consciência individual, onde ocorre a produção dos sentidos. A partir disso, o pensamento produz seu objeto, porque o sujeito usa a consciência para construir a realidade por meio de tipificações.

Teixeira (2000, p. 13) explica que a maior preocupação de Schütz foi buscar compreender a subjetividade dos indivíduos, suas intenções, motivações, projetos e concepções como constituintes de sua dimensão interior. Para o autor, Schütz pretendia descobrir os processos individuais de atribuição de sentido ao mundo, os quais se ligam às representações que esses indivíduos produzem a respeito de si e dos outros em diferentes situações.

Schütz questiona a atitude ingênua e naturalizada dos indivíduos em interação e também o estatuto da noção de interação social nas Ciências Sociais, dentro das quais deveria submeter-se a uma crítica filosófico-científica (TEIXEIRA, 2000, p. 14).

Essa é a base do que Schütz chama de *redução fenomenológica* (SCHÜTZ, 1979a, p. 58). Ele propõe que se suspendam as “tipificações”, a fim de tentar chegar aos mecanismos da consciência, sem influência do mundo exterior, o que não significa excluí-lo, mas centralizar na consciência, para que reste a consciência interior, a subjetividade que faz com que o “mundo da vida” faça sentido para alguém.

Em outras palavras, Schütz (1979a, p. 72) busca desnaturalizar o que ele chama de *atitude natural*, dentro da qual o indivíduo perceberia o *mundo da vida cotidiana* de forma passiva, indistinta e coerente, analisando-o de acordo com seu *estoque de conhecimento*. É mediante uma análise do mundo baseada nesse *estoque de conhecimento* que as experiências se tornam familiares e naturais. O mundo passa a ser interpretado por meio desse *estoque de conhecimento* que o indivíduo traz consigo e que vem à tona de acordo com suas diferentes *zonas de relevância*, que, à medida que se distanciam, propiciam a obscuridade dos fatos.

Schütz (1979a, p. 74) trabalha essas zonas de apreensão nomeando-as como *zonas de nitidez, de vagueza e de obscuridade*, o que, em termos de movimentos, poderia ser interpretado da seguinte

maneira: zona de nitidez (mundo incoerente) → zona de vagueza (mundo parcialmente claro) → zona de obscuridade (mundo claro).

Parece paradoxal, porém uma avaliação mais arguta demonstra que esse é apenas um paradoxo aparente. Na *zona de nitidez*, o mundo se mostra incoerente, porque o indivíduo está inserido em um universo de possibilidades ainda não exploradas; na *zona de vagueza*, o mundo é parcialmente claro, porque o indivíduo começa a tomar partidos e a incorporar crenças e valores que julga fazerem sentido; por último, na *zona de obscuridade*, o mundo se torna claro, porque o indivíduo já fez suas escolhas e age no mundo conforme seu *estoque de conhecimentos* proveniente do(s) grupo(s) a que se afilia.

O mundo da vida é, em si, inconsistente, incoerente, pouco (ou nada) claro e multifacetado pela gama de possibilidades e pontos de vista. Todavia, de geração em geração, ele vai se tornando coerente, quase claro e consistente nos grupos internos. Esse é o processo de familiarização, de naturalização. O mundo passa a ser “pronto”, “dado”, devido à falta de criticidade do grupo e de autocrítica. Vejamos o esquema da atitude natural com base no pensamento de Alfred Schütz (1979a).



Fonte: elaboração própria.

Como sintetiza Schütz (1979b, p. 82), “o sistema de tipificações e relevâncias compartilhado com os outros membros do grupo define os papéis sociais, as posições e o *status* de cada um. Essa

aceitação de um sistema de relevâncias leva os membros do grupo a uma autotipificação homogênea”. Não se pode tomar apenas o aspecto negativo desse movimento, pois é possível que as vivências ampliem a percepção de mundo do indivíduo, o que dependerá de seu acesso a um conjunto mais amplo de visões de mundo e perspectivas. Isso, entretanto, é o que não acontece com aqueles que semeiam o ódio na medida em que, do todo inatingível representado pelo *mundo da vida*, apenas a porção que se adota é levada em consideração. Se restrição já pode ser posta como uma regra, ver o mundo por apenas um ponto de vista denota um eu-adulto extremamente limitado.

De acordo com o pensamento de Schütz (1979b, p. 85), “os membros do grupo externo não veem o estilo de vida do grupo interno como verdades evidentes”. Aqui, ocorre o dissenso: os conflitos originários nas diferentes visões de mundo advindas das escolhas individuais que levam à formação dos grupos. E, de maneira específica, gera uma construção de mundo avessa à diferença, movida, muitas vezes, pelos conflitos sociais, promotora de discursos em tensão, os quais podem gerar uma atmosfera discriminatória, preconceituosa, excludente, violenta e propícia a comportamentos de ódio.

Neste ponto, podemos entender a razão pela qual Alfred Schütz (1979a) afirma que só uma *redução fenomenológica* seria capaz de chegar ao domínio da consciência individual na busca de “apagamento” dos “pré-conceitos” e das tipificações originárias no *estoque de conhecimento* adquirido por um indivíduo, que tem a prerrogativa de fazer, durante sua vida, as escolhas que tornariam o mundo coerente e claro para si.

Ao concebermos um objeto sob uma perspectiva específica, buscamos a melhor forma de designá-lo por meio da linguagem, ou seja, de algum código semiótico, a exemplo das palavras. Sendo assim, as escolhas perspectivam os objetos que deixam de ser apenas palavras e tornam-se *signos ideológicos* no sentido como nos explica Bakhtin (1997); ou seja, que refletem e refratam uma dada realidade. Para ele, as palavras, no uso, tornam-se signos que

mostram as ideologias de onde partem. Isto é, enquanto signos, as palavras e outras formas de designação e representação fazem parte do *estoque de conhecimento* do indivíduo que fez as escolhas sociais, culturais, institucionais e grupais, bem como das ideologias da sociedade e das instituições das quais participa.

Ao representarem algo, os signos podem ser considerados ideológicos (e efetivamente o são). Por isso, há necessidade de criticidade, para que as tipificações possam ser “suspensas” (o máximo possível) e a suposta “realidade” possa ser analisada, já que as palavras, quando ditas e tornadas signos, passaram pela filtragem daquele que as proferiu.

A linguagem é, sobretudo, um – senão o mais importante – dos elementos de mediação e inter-relação entre os indivíduos. Nesse aspecto, as formas de comunicação intersubjetivas e os diferentes veículos são imprescindíveis de serem estudados como propagadores de ideias e difusores do pensamento, este, *de per si*, carregado das ideologias e crenças originárias das instituições de que parte.

É no contato e interação entre os indivíduos, na alteridade, que percebemos os conflitos advindos das diferentes escolhas que constituíram os diversos grupos e a contribuição que essa noção de escolha traz para a análise da construção da realidade. Contudo, é relevante destacarmos o papel do elemento social que apresenta a diversidade de possibilidades constituintes das formas de ver e pensar o mundo de maneira perspectivada.

É neste ponto que se pode falar em motivação na perspectiva de Schütz (1979b); ou seja, num primeiro momento, sem a sede que é individual, não se poderia (via de regra) ter motivação para se pegar um copo d’água e tomá-lo. Então, uma motivação individual leva à ação. De forma parecida, então, as escolhas vêm da história do sujeito, de seus motivos internos, mas também dos motivos externos, o que significa que elas são determinadas no sentido de que se sabe o que se pode ou se quer fazer. Pode-se modificar, mas sempre se partirá de algo. A possível intenção determina a ação. Isto é, existe uma “atenção seletiva”, pois, como somos bombardeados por uma

quantidade imensa de informação, precisamos filtrá-las. Por isso, o sujeito está sempre percebendo e construindo.

É imprescindível salientarmos que, atentando para as formas de apresentação das possibilidades do mundo da vida, parece que uma parte muito pequena do conhecimento do mundo se origina na experiência individual, sendo, pois, derivada do social, onde se formam estruturas típicas, segundo o sistema de relevância aceito pelo ponto de vista unificado do grupo interno, da comunidade. Entretanto, é inegável que o processo de escolha é motivado subjetivamente, pois ninguém tem domínio da consciência do outro, ninguém pode escolher pelo outro (sem que se perca a ideia de escolha e se caia na coerção). O que parece mais provável é apenas tentar influenciar para a construção de uma “cognição social” ou “memória coletiva”, para a construção do *nós*, do *nós* do grupo.

Parece que existe um processo de descomplexificação do ser humano e de sua natureza social, o que pode ser compreendido como a construção de uma espécie de bússola de orientação de percepção e comportamento social. Uma bússola, em sentido denotativo, é um objeto usado para determinar direções horizontais; isto é, o meridiano magnético terrestre ou a posição de algo ou alguém em relação a ele. Isso é feito por meio de uma agulha naturalmente magnética ou que tenha sido magnetizada. Com isso, monta-se o instrumento numa caixa de modo que, ao girá-lo horizontalmente sobre um pino colocado no seu centro de gravidade, a agulha aponta para o norte magnético. Estamos trabalhando, metaforicamente, com o fato de que nossas visões de mundo são nossa bússola de orientação sociocultural e comportamental. No entanto, pretendemos, mais à frente, tentar, por meio de outra metáfora, explicitar melhor essa questão, expandindo para a ideia não apenas de uma bússola, mas de uma “rosa dos ventos” da orientação social básica.

É algo que tem certa similaridade com o que Lakoff e Johnson (1980) chamaram de metáforas orientacionais. Apesar de nossa percepção ser em si limitada, essa bússola parece oferecer direção e assinalar o percurso construtor da orientação básica do

pensamento social de determinados grupos e indivíduos, que parecem ter se cegado diante do universo de possibilidades oferecido pelo mundo da vida.

Como frutos das escolhas feitas, os indivíduos, os grupos e as sociedades passam a ser marcados por discursos aproximados, cuja coesão social e interpessoal é construída por uma “coerência discursiva” advinda das mesmas escolhas ou de escolhas aproximadas ou próximas. Dessa forma, cria-se um ambiente em que grupos mais coesos e mais fortes tendem a pressionar grupos de visões diferentes por não assumirem a mesma perspectiva.

Com isso, poderíamos entender os modos de apreensão e compreensão de mundo e posições discursivas como orientadas por uma bússola viciada nas visões adotadas pelos indivíduos e grupos ao ser o ponto de referência para seus julgamentos. Metaforicamente, para expandir a explicação inicial dessa bússola de maneira mais complexa, poderíamos dizer que há também uma “rosa dos ventos” da orientação social básica como uma forma de compreender algumas ações dos indivíduos em sociedade e seus julgamentos de valor.

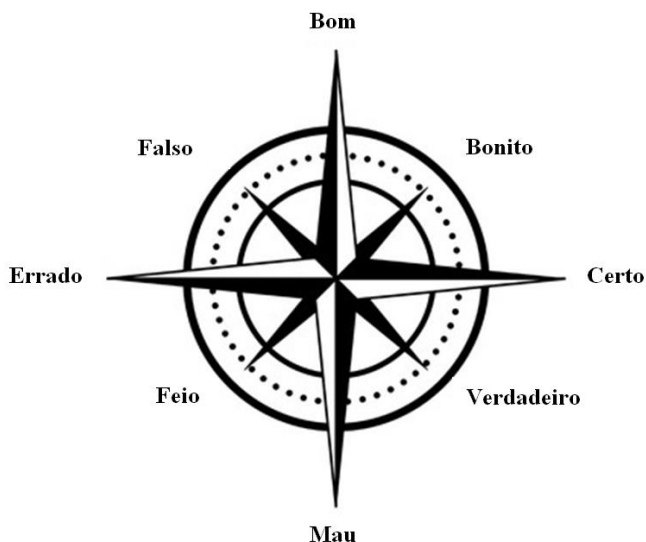
Uma rosa dos ventos possui quatro pontos cardeais principais (norte, sul, leste e oeste), quatro pontos colaterais (nordeste, sudeste, noroeste e sudoeste) e oito pontos sub-colaterais (norte-nordeste, leste-nordeste, leste-sudeste, sul-sudeste, sul-sudoeste, oeste-sudoeste, oeste-noroeste e norte-noroeste). Utilizando esse ponto de partida, esquematicamente, poderíamos compreender os pontos cardeais sociais por formas básicas do julgamento humano como bom e mau na relação com certo e errado, que gerariam pontos colaterais como bonito e feio ou verdadeiro e falso. Tal visão demonstra-se possível na medida em que o que é bom é normalmente tido como bonito, e isso se reverbera como o que é bom e bonito é certo, e assim por diante, com a maior parte das questões e comportamentos sociais gerando subpontos. E quando a visão é considerada negativa, dá-se de maneira similar.

Os outros pontos seriam, portanto, gradações possíveis até que se chegasse ao ponto em si, lembrando que existe uma

correspondência clara entre os pontos. Ou seja, a percepção de pontos e subpontos inter-relacionados num *continuum* ou mesmo de uma gradação entre eles demonstra que não se deve tomá-los apenas na sua percepção dual como polos inversos ou dicotomias essencialistas.

De modo diferente, temos percebido que, a exemplo do caso do discurso de ódio, quando se tomam aspectos marcados dicotomicamente, ocorre a criação de um círculo vicioso de pontos e subpontos orientando o julgamento social de forma excludente e acrítica. Nesse sentido, podemos afirmar que o sistema de norteamento do julgamento é viciado, extremamente restrito e carente de uma criticidade capaz de demonstrar que esses mesmos pontos, de maneira geral, também são insuficientes para a compreensão do mundo da vida e para a apreensão da complexidade do ser humano. Esquemáticamente, teríamos:

Esquema 1 – “Rosa dos Ventos” da orientação social básica.



Glucksmann (2007) é enfático ao afirmar que “[q]uem tem ódio’ só reconhece em si e a seu redor o contágio moral que ele mesmo propaga como uma lei única e universal” (p. 31) [e] “[a] roda desses ‘fatos corriqueiros’ [racismos, chauvinismos,

fanatismos, renascimento de agressividades, dentre outros], bastante cotidianos, indica a grande quantidade de chispas de fogo ocultas sob nossa frágil paz civil” (p. 43-44).

Nessa perspectiva, não é apenas na forma de palavras ou de elementos de outros sistemas semióticos que isso se torna possível, é na forma de ação por meio delas; ou seja, na forma de discurso que tende a se projetar como comportamento. É com base na naturalização de um discurso que se efetiva e se legitima uma dada realidade, seja social, seja institucional, e a visão de mundo que se carrega é ponto de partida para o comportamento que se terá em sociedade. Como chama atenção Carcará, o discurso de ódio pode ser compreendido como “uma manifestação de pensamento que incita a violência” (2014, p. 75), por isso suas projeções acabam atingindo a esfera comportamental e gerando inúmeros outros problemas.

Conforme Schütz, “o meio tipificador *par excellence*, através do qual o conhecimento social é transmitido, é o vocabulário e a sintaxe da linguagem cotidiana” (1979b, p. 96). E, “na realidade institucional, a linguagem não é usada meramente para *descrever* os fatos, mas, de modo estranho, ela é em parte *constitutiva* dos fatos” (SEARLE, 2000, p. 108, itálicos do autor).

O caso do discurso e do comportamento de ódio: discurso e mudança social versus discurso e melhoramento social

Para explicitar o que se apresentou teoricamente, vamos tomar o caso do discurso e do comportamento de ódio que tem se ampliado consideravelmente. Como apresentamos em Carmo (2016), esse tema tem ganhado espaço nas mídias, porque o que é do universo do discurso e, por isso, das ideias, tem se projetado para a esfera comportamental, especialmente contra as consideradas minorias sociais.

Nesse sentido, vale ressaltar que *minoría* não deve ser tomada como uma questão numérica apenas, o que tem gerado, por exemplo, terminologias outras como *maioría minorizada*, conforme encontramos em Santos (2018). Entendemos *minoría* a partir da

ideia de que, por causa de diferenças constitutivas (cor, raça, sexo, gênero, classe social, nacionalidade etc.), determinados grupos são considerados categorias menores ou menos importantes socialmente, o que lhes traz dificuldades de toda sorte e vulnerabilidade social. Quando analisamos o vocábulo *minoría*, vemos sua raiz ligada às palavras *menor* e *menos*. Por sua vez, ao procurarmos a palavra *menor* no dicionário etimológico, somos remetidos ao verbete *menos* (cf. CUNHA, 1982, p. 512-513), que pode ser entendido tanto pelo aspecto quantitativo, ligado a quantidade ou intensidade menor; quanto qualitativo, momento em que, para nós, passa a ser fruto de avaliação e valoração, razão que relaciona *minoría* (de *minorAÇÃO*, *minorAR*, *minorATIVO*, *minorIA*, *minorITÁRIO*), a uma percepção de ser menos ou menor no sentido de pior qualidade, imperfeição, desprezo, descrédito e privação de direitos civis.

Com isso, aqui, buscamos interface na seção anterior na ideia de uma teratologia do discurso de ódio. Alguns grupos, ONGs e congêneres em favor dos direitos humanos, ligados a vários segmentos da sociedade, têm lutado em favor da dignidade humana e de uma democracia verdadeira que possa suplantar o discurso e o comportamento de ódio em níveis nacional e internacional. Contudo, pensamos que a questão também passa pela ordem da intransigência, que, por sua vez, seria capaz de trazer desordem social como um resultado doentio da repetição de certos discursos e comportamentos violadores da própria dignidade humana.

Como no esquema da atitude natural exposto anteriormente, a clareza do mundo numa zona de obscuridade constrói um *Eu-adulto* não reflexivo e, por isso, incapaz (ou pouco capaz) de perceber o mundo por outra lente que não aquela fornecida por suas escolhas ou por alguma visão de mundo apresentada socioculturalmente e adotada de maneira acrítica. Esse olhar enviesado tem constituído grupos, que, conectados e conduzidos por meio de uma perspectiva única e excludente, estão transpondo suas ideias odiosas do universo do discurso para o do

comportamento de ódio. E essa incapacidade ou pouca condição de perceber o mundo por outro olhar é que aponta para a monstruosidade do discurso de ódio, o qual se conectou não a alterações morfológicas no sentido dado pela área médica, mas de pensamento e comportamento.

Assim, a teratologia do discurso de ódio pode ser compreendida, nos moldes aqui apresentados e da maneira como interpretamos, pelas anormalidades desenvolvimentais de caráter e de sentimento de respeito e humanidade por parte de determinados indivíduos e grupos. Essa anormalidade constitui terreno fértil para um comportamento de exclusão social, cultural, religiosa, de gênero, de patologias etc., o qual fornece o pano de fundo, que transfere algo que era originalmente da ordem do pensamento para a ordem de um comportamento violento, seja simbólico, seja físico, historicamente alimentado pelo preconceito, pela discriminação, pelos diversos centrismos e por outras doenças socioculturalmente transmissíveis.

De forma contrária, quando grupos – em diferentes configurações – buscam se contrapor a isso e sanar problemas como esses calcados na desigualdade, em assimetrias, problemas e conflitos sociais, poderíamos dizer que estaríamos diante de um tipo de empreendedorismo social. Essas ações, no entanto, estão normalmente subjugadas por aspectos históricos e discriminatórios, que ecoam socialmente e prejudicam uma mudança efetiva na sociedade. Diante de inúmeras barreiras, mudanças efetivas demoram, razão pela qual fica difícil uma efetivação em termos de discurso e mudança social nos moldes pensados e tornados agenda na ACD (cf. FAIRCLOUGH, 2001a). Então, o alcance dos trabalhos poderia ser mais bem entendido com a ideia de discurso e melhoramento social, como algo tangível do momento em que se está entre um estado e sua possível mudança, isto é, nos momentos de ebulição e transformação social, que, quiçá, se tornarão efetivamente concretizados na forma de uma mudança discursiva, social, cultural, comportamental e de visão de mundo.

Essas atividades estão em busca de uma coesão cívica, do equilíbrio e do respeito aos direitos humanos. Todavia, o que procura sustentar o discurso de ódio mostra-se na contramão disso, na medida em que se baseia em ideias e práticas próprias que não respeitam o Estado Democrático de Direito. As pessoas devem ser respeitadas em sua individualidade, desde que essa individualidade não se sobreponha aos interesses da coletividade no sentido de que não fujam do bem comum ou interfiram negativamente nele.

Desse modo, precisamos de uma educação para a diferença, para o respeito à diferença, que é constitutiva do tecido social e da diversidade humana. Como afirma Glucksmann (2007, p. 11), “o ódio nada mais é do que o resultado deteriorado da ausência de educação”, por isso “o ódio ataca de fora e, simultaneamente, emerge em cada um” (p. 28). Precisamos de uma educação capaz de trazer o sentimento de humanidade e respeito para o centro da vida social de maneira que ela seja salutar aos inúmeros conflitos sociais.

Considerações finais

Lato sensu, teratogênico é aquilo que causa má formação, isto é, monstruoso; logo, tudo que causa conflitos infundados, discriminação, preconceito ou símiles é teratológico ao causar a má formação humana, social e cultural, tendo como fim o discurso e o comportamento de ódio como resultado de uma deformidade de pensamento, caráter e comportamento, os quais se caracterizam por serem desrespeitosos, violentos simbólica e fisicamente e contrários à dignidade humana.

É importante não se cegar, de forma que seu lugar e visão lhe permitam se posicionar no lugar do outro e verificar as necessidades de todos, ocupando seu espaço e fazendo seu papel sem prejuízo de outrem. Diferente não significa obrigatoriamente divergente, como respeitar o diverso não indica fazer do outro seu adversário. Precisamos, na verdade, construir níveis avançados de sociedade e sociabilidade.

Vivemos em um mundo e um momento em que todos querem muito e do melhor para si e para os seus de maneira egoísta, pois não têm desenvolvido sentimentos de compaixão e autocrítica, nem de empatia suficientes para a construção de um espaço de solidariedade, cooperação e colaboração. Esse sentimento é que pode se tornar alicerce para a sustentação de seres humanos capazes de perceberem que o outro também requer isso para si, entendendo isso como caminho para uma sociedade mais justa e equitativa, que promova a paz, a justiça social e o bem-estar para todos.

É imprescindível construirmos um mundo melhor para todos e, quando houver alguma falha, sermos capazes de começar de novo e olharmos para tudo sob uma nova perspectiva capaz de desfazer os extremos dos polos constituídos nas dualidades dos juízos de valor. Essas dualidades, em termos de bom e mau, certo e errado, bonito e feio, verdadeiro e falso, antes de produzirem pontos cardeais sociais de maior proeminência – numa analogia a norte, sul, leste e oeste –, se mesclam e se fundam gradativamente em contextos diferentes. A relevância desses pontos pode ser visualizada quando eles são percebidos como grandes metáforas resumidoras dos processos reducionistas de diferenciação e polarização.

A perspectiva aqui adotada mostra o comportamento como motivado, logo, do ponto de vista linguístico, os signos usados em nossos discursos cotidianos também o seriam, funcionando como um gatilho para *representações discursivas emergentes* capazes de focalizar o processo transformativo da sociedade que esperamos sempre que seja para melhor. No processo de interação e construção do mundo da vida, é necessário reinventar-se sempre, como uma forma de resistência, pois, talvez, o reinventar-se seja uma das maiores formas de resistência atual à uniformização, à colonização, à exclusão e à homogeneização que se mostra como um projeto de sociedade historicamente pensado para manutenção do poder por parte dos grupos hegemônicos. Assim, podemos nutrir dentro de nós a possibilidade de mudança como o resultado do melhoramento social. O que se imortaliza ou que se busca imortalizar não é o ser em si, o corpo físico, ou mesmo nossas

identidades e papéis sociais, mas nossas ideias que, quiçá, possam contribuir para a construção de uma sociedade melhor e mais justa.

Sem isso, gera-se uma matriz da exclusão como uma bússola inicial para a discriminação e a incapacidade de empatia; ou seja, incapacidade de se colocar no lugar do outro e enxergar o mundo com outro olhar que não o seu próprio, alimentando o ódio, o preconceito, o conflito e a discriminação. E uma vez construída essa bússola, ou mais que ela, as diferentes orientações, divisões e subdivisões levam a uma rosa dos ventos para a orientação do pensamento e do comportamento social.

Isso mostra o quão essencial é ser crítico de si mesmo, do mundo que nos cerca e do próprio mundo da vida de maneira a não se cegar diante de seu lugar e de sua visão da suposta realidade em que acredita. Isso traria um mínimo de garantia para se posicionar no lugar do outro e verificar as necessidades de todos, ocupando seu espaço, cumprindo seu papel e contribuindo para o bem comum.

Acreditamos que, enquanto uma deformidade de formação, o material teratológico, a anomalia pode não estar no feto, mas ser socioculturalmente aprendido, mostrando que, numa sociedade doente, com tantas doenças socioculturalmente transmissíveis, como a discriminação e o preconceito, dentre outras, construímos, discursivamente, um ambiente propício à perpetuação do ódio, como uma deformidade de caráter, cujo desrespeito é apenas a ponta do *iceberg*.

O discurso é, sobremaneira, um dos mais importantes contribuintes do ambiente para a perpetuação de modos de exclusão e distribuição das anomalias sociais que sustentam o discurso de ódio e que se projetam na forma de comportamento de ódio, chegando a inúmeros casos de crimes cometidos por indivíduos contaminados pelas anomalias sociais usadas para sustentar relações de poder, assimetrias, conflitos e a própria violência, seja simbólica, seja física, a diversos grupos constituintes da sociedade.

Teratológico é o que causa má formação; logo, tudo que causa conflitos infundados, discriminação, exclusão, violência e preconceito é teratológico, ao causar a má formação humana, social e cultural, indo de encontro aos traços de caráter considerados positivos. Sendo assim, a projeção do que é contrário à positividade na roda dos ventos da orientação social básica causaria essa má formação, que se projeta nos comportamentos violentos, nos conflitos e nos diversos *-ismos* negativos, os quais mostram o distanciamento dos traços de caráter de humanidade e apontam como provável resultado o discurso e o comportamento de ódio.

Se teratologia dizia respeito a um ramo da ciência médica, cujo objeto de pesquisa era o estudo da contribuição ambiental e genética ao desenvolvimento pré-natal alterado, focalizando causas e padrões para um desenvolvimento que indicasse alguma anormalidade, é plenamente possível trazer esse pensamento para a Análise Crítica do Discurso. E, também, demonstrar que a Linguística Aplicada possui mais um nicho em que os estudos críticos do discurso podem contribuir para a compreensão das formas de propagação do ódio, visto como um tipo de deformação do caráter social e individual e êmbolo para o comportamento de ódio e para a violência imbricada em vários crimes de ódio.

Para uma possível cura do aspecto teratológico, tanto do discurso quanto do comportamento de ódio, está o fomento dos traços de caráter constitutivos do que nos torna verdadeiramente seres humanos. Esses traços de caráter seriam, de forma geral, maneiras de se posicionar, pensar e agir, que ajudariam as pessoas a serem melhores ou a serem consideradas melhores, como ser cooperativo, amável, atencioso, ético, bondoso, generoso, compassivo, solidário, colaborativo etc., as quais se ligam a parâmetros atitudinais aceitos e considerados positivos quase universalmente.

Com isso, poderia ser construída uma percepção do que chamamos de virtudes ou características indicadas moral, social e culturalmente como edificantes, a exemplo de compaixão, solidariedade, generosidade e respeito para com outro. Elas acabam sendo parâmetros para um padrão mínimo de empatia, na medida em

que forneceriam terreno fértil para o cultivo de algo para além do que provocaria dissenso, conflito, violência, repulsa, exclusão e ódio.

Referências

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Hucitec, [1929]1997.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

CARCARÁ, Th. A. *Discurso do ódio no Brasil: elementos de ódio na sociedade e sua compreensão jurídica*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

CARMO, C. M. Sobre o papel da linguagem na construção da realidade social: reflexões a partir de Alfred Schütz, John Searle e Norman Fairclough. *Atas da X Semana de Filosofia da UFSJ*, São João del-Rei: UFSJ, v. 1. p. 94-108, 2007.

CARMO, C. M. A Filosofia e a questão da leitura: uma reflexão sobre algumas contribuições do marxismo para os estudos da linguagem. *Atas da X Semana de Filosofia da UFSJ*, São João del-Rei: UFSJ, p. 59-76, 2009.

CARMO, C. M. Grupos minoritários, grupos vulneráveis e o problema da (in)tolerância: uma relação linguístico-discursiva e ideológica entre o desrespeito e a manifestação do ódio no contexto brasileiro. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 64, p. 201-223, ago. 2016.

CHIAVEGATTO, S.; BERNARDI, M. M. Uma contribuição acerca de estudos sobre teratologia comportamental. *Biotemas*, v. 5, n. 1, p. 55-63, 1992.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, F. *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

- FAIRCLOUGH, N. *Language and power*. London and New York: Longman, 1989.
- FAIRCLOUGH, N. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992.
- FAIRCLOUGH, N. *Media discourse*. London: Edward Arnold, 1995.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Tradução e coordenação Izabel Magalhães. Brasília: UnB, [1992] 2001a.
- FAIRCLOUGH, N. Análise crítica do discurso e a mercantilização do discurso público: as universidades. In: MAGALHÃES, C. M. *Reflexões sobre a análise crítica do discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 2001b. p. 31-81.
- FAIRCLOUGH, N. Critical discourse analysis as a method in social scientific research. In: WODAK, R.; MEYER, M. *Methods of critical discourse analysis*. London – Thousand Oaks – New Delhi: Sage Publications, 2001c. p. 121-138.
- FAIRCLOUGH, N. *Analyzing discourse: textual analysis for social research*. London and New York: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. *Language and globalization*. London: Routledge, 2006.
- FAIRCLOUGH, N. *Critical discourse analysis: the critical study of language*. 2nd ed. Longman: Pearson Education: [1995] 2010.
- FAIRCLOUGH, N. Critical Discourse Analysis. In: GEE, J. P.; HANDFORD, M. (Ed.). *The Routledge Handbook of Discourse Analysis*. New York: Routledge, 2012. p. 09-20.
- FAIRCLOUGH, N. CDA as dialectical reasoning. In: FLOWERDEW J.; RICHARDSON, J. E. (Ed). *The Routledge Handbook of Critical Discourse Studies*. London: Routledge, 2018. p. 13-25.
- GLUCKSMANN, A. *O discurso do ódio*. Rio de Janeiro: Difel, 2007.
- HALLIDAY, M. A. K. *Language as social semiotics: the social interpretation of language and meaning*. Australia: Edward Arnold, 1978.
- HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.
- HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 2nded. London: Edward Arnold, 1994.

- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. *An introduction to functional grammar*. 3rded. London: Edward Arnold, 2004.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. *An introduction to functional grammar*. 4thed. London: Edward Arnold, 2014.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: Chicago University Press, 1980.
- SANTOS, R. Voz ativa: a militância Hip Hop como ação comunicativa da Maioria Minorizada nas periferias globais. *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico* (Online), v. 17, 2018, p. 27-39.
- SCHÜTZ, A. Fundamentos da fenomenologia. In: WAGNER, H. R. (Org.). *Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos de Alfred Schütz*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979a. p. 51-76.
- SCHÜTZ, A. O cenário cognitivo do mundo da vida. In: WAGNER, H. R. (Org.). *Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos de Alfred Schütz*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979b. p. 77-120.
- SEARLE, J. R. *Mente, linguagem e sociedade: filosofia no mundo real*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- TEIXEIRA, C. C. Em busca da experiência mundana e seus significados: Georg Simmel, Alfred Schütz e a antropologia. In: TEIXEIRA, C. C. (Org.). *Em busca da experiência mundana e seus significados: Georg Simmel, Alfred Schütz e a antropologia*. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2000. p. 09-33.
- WAGNER, H. R. Introdução: a abordagem fenomenológica da sociologia. In: WAGNER, H. R. (Org.). *Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos de Alfred Schütz*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 03-50.
- WILSON, J. G. Mechanisms of teratogenesis. *Am. J. Psychiatry*, n. 136, p. 129.

Em tempos de conflitos: negociação de sentidos e a enunciação do Outro

Antônio Luiz Assunção¹

Neste ensaio, gostaríamos de refletir acerca das relações entre linguagem e poder, compreendendo-as como uma relação de forças estabelecida enquanto jogo de dominação/submissão. Nós nos voltaremos para as relações dinâmicas entre o discurso alheio e o contexto autoral no que este discurso se insere. Neste trabalho, tomamos como *corpus* de análise para observação desse movimento e das estratégias discursivas uma série de quatro depoimentos acerca, publicados no site da UOL, na seção *Cotidiano*.

Pressupomos aqui uma discussão nos moldes colocados por Foucault (1986), em que se postula uma luta constante pelo poder. Aspecto importante a ser considerado diz respeito ao modo como o poder é exercido no interior da sociedade civil. Nesta perspectiva, deve-se examinar as relações sob o modo de operação das estratégias enunciativas, cujo foco se centra nos diálogos estabelecidos entre as narrativas e no espaço da fala do outro. Nestes operadores materiais, reconhecem-se as formas de sujeição dos indivíduos a uma ordem de poder que reproduz os valores que organizam todos os dizeres acerca do outro e, conseqüentemente, produz uma enunciação do outro.

Esta forma de poder, caracterizada como disciplinar, não impõe aos indivíduos a sua exclusão, mas a sua reorganização. Ao enunciar os sujeitos no espaço do seu dizer, aquele que enuncia distribui estes sujeitos, o que implica na sua localização em um saber produzido

¹ Doutor e mestre em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor Associado da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), onde atua na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Letras. Possui trabalhos publicados com foco nos estudos discursivos.

acerca deste outro. Deste modo, categoriza, submete os sujeitos, enquanto objeto de fala, à vigilância constante. Uma economia, portanto, capaz de produzir, organizar e distribuir os sujeitos, por lhes atribuir um espaço de referência específico, uma vontade e um saber, para gerenciar e tirar proveito de sua inscrição neste espaço de fala. Neste sentido, a produção do sujeito sob o regime disciplinar é, como observa Machado (1986), seu efeito mais importante.

Significativa nos parece a ambiguidade do termo “disciplinar”. De um lado, como verbo, acentua-se o ato de impor disciplina, o que pressupõe o uso do controle, o que implica e requer o domínio sobre o outro. De outro, “disciplinar” submete e organiza os sujeitos e seus dizeres sob noção da disciplina, compreendida como conjunto dos saberes. Neste caso, implica submeter o outro a uma ordem de saberes, mas também a uma ordem do dizer. Estas ordens definem não apenas o lugar dos sujeitos, mas também os comportamentos que lhes atribuem como correspondentes. Segue a importância das ordens de discurso, como formas de regulamentar os dizeres no interior da sociedade e, conseqüentemente, de garantir o exercício do poder pelo controle da produção, acumulação e circulação dos saberes autorizados e reconhecidos.

Sob a concepção de discurso como um conjunto de enunciados dispersos (FOUCAULT, 1997), sua análise implica o exame desses enunciados considerando suas condições de produção, bem como suas regras de formação, numa dada formação discursiva, compreendida como um sistema de dispersão de enunciados sob o domínio de uma certa regularidade, como condição para sua existência. Compreender a mobilidade da formação discursiva, prevista nas suas condições de existência, implica afirmar a sua historicidade, mas também a emergência dos objetos discursivos no seu interior como constituídos e transformados no discurso. Noutros termos, afirma-se a sua propriedade de ser constitutivo, ao participar da produção, transformação e reprodução dos objetos.

...o discurso é socialmente constitutivo. Aqui está a importância da discussão de Foucault sobre a formação discursiva de objetos, sujeitos e conceito. O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Inscrevem-se, assim, os conceitos, como objetos discursivos, no processo de enunciação do dizer sob o controle de uma ordem discursiva que restringe o dizer sobre os objetos do mundo. Deste modo, a atividade discursiva de toda espécie, seja de descrição de objetos ou de formulação de hipóteses, através das modalidades enunciativas, está associada a posições de sujeito e, portanto, aos sujeitos discursivos.

Fairclough (2001) observa que o trabalho de Foucault sugere alguns aspectos fundamentais para uma concepção de discurso como prática social, como por exemplo, sua natureza constitutiva, implicando a constituição do conhecimento, dos sujeitos e de suas relações. O autor, no entanto, impõe reservas ao considerar que o sujeito foucaultiano tem um viés estruturalista que exclui a agência social ativa sobre o mundo em que vive. Com este olhar, parece-nos necessário buscar uma concepção de ideologia e, de discurso, que compreenda a ambiguidade do termo “sujeito”, como aquela que encontramos em Therborn (1992) ao afirmar que:

A função da ideologia na vida humana consiste basicamente na constituição e modelagem da forma como os seres humanos vivem suas vidas como atores conscientes e reflexivos em um mundo estruturado e significativo. A ideologia funciona como um discurso que se dirige ou – como disse Althusser – interpela os seres humanos como sujeitos (THERBORN, 1992, p. 13).

Para Therborn (1992), a falha no processo de interpelação, proposto em Althusser, consiste no fato de que não é possível explorar a ambiguidade da palavra “sujeito”, em que convivem tanto a possibilidade da sujeição, submissão, assujeitamento, mas também a possibilidade da ação, agente que faz, ator que atua. Neste sentido, atribuem-se determinadas qualidades necessárias para o seu desempenho, mas também o submete a determinadas ordens, fixando-lhe um lugar e uma posição; ou seja, inserindo-o na ordem social.

Therborn (1992), considerando esta possibilidade, propõe a dualidade “submissão-qualificação”. Com este movimento, o autor quer garantir a possibilidade da ação sem, no entanto, assegurar que ela seja, de fato, efetivada. Todavia, mantém-se a relação necessária entre interpelação e reconhecimento, em que os indivíduos são identificados como “sujeitos” e se reconhecem como sujeitos, tendo-se em vista a importância deste eixo para o funcionamento ideológico.

Neste caso, há a possibilidade de o assujeitamento não ocorrer, pois o assujeitado-qualificado pode não se reconhecer e, portanto, não atuar de forma coerente com a interpelação a que está sujeito, na medida em que não se identifica com os sujeitos ideais modelados pelo Sujeito, no sentido de Althusser, seja ele Deus, a Razão ou a Classe, por exemplo. Isso ocorre porque, como o autor observa, os sujeitos estão em uma relação dialética com o processo de interpelação: se são qualificados por este, também o qualificam e não apenas definem seu campo de ação, mas também o especificam.

Esta possibilidade de reconhecimento deriva daquilo que faz parte do funcionamento ideológico no momento, pois a interpelação, enquanto assujeitamento-qualificação, tem um conteúdo de acordo com o qual os sujeitos podem se identificar, aceitando o chamado, ou podem resistir. Se considerarmos a questão da subjetividade como um processo de localização dos indivíduos, enquanto agentes sociais, em sua relação a determinadas práticas discursivas, podem-se perceber que os discursos se voltam para os sujeitos e questionam a validade de seu estar no mundo e de suas experiências vivenciadas.

Parafrazeando Machado (1986) e, por conseguinte Foucault (1986), se os hospícios produzem os loucos enquanto doentes mentais, constituindo-os como sujeitos desprovidos da razão, são as ordens de discurso e, em consequência, os discursos produzidos sob o seu controle, que identificam e constituem os sujeitos incapazes ou capazes da ação de dizer. São os processos de localização dos indivíduos como sujeitos que os inserem na ordem do mundo, identificando-os, classificando-os, distribuindo-os e separando-os, mas também rejeitando aqueles que são interpelados como desqualificados para a ação, o modo de vida ou a vivência em causa. O que estamos buscando explicitar aqui é que o processo de interpelação produz tanto efeitos esperados, identificando indivíduos como sujeitos qualificados para desempenhar determinadas ações, como efeitos inesperados, dada a especificidade do processo. Neste caso, os indivíduos resistem e recusam sua qualificação enquanto sujeitos capazes. No entanto, o que se visa, sob as condições em que a interpelação se produz é assegurar o direito de ação a determinados indivíduos por qualificá-los como sujeitos capazes de exercer a ação designada.

Nestes termos, acolhem-se as considerações de Foucault sobre as disciplinas. Pode-se compreender que o poder disciplinar funciona como forma de qualificação dos indivíduos em sujeitos para que não sejam eliminados, mas sim categorizados e realocados de forma que possam ser aproveitados na ordem social. Ou seja, ao invés de excluir, o poder inclui por meio da qualificação/interpelação dos indivíduos em sujeitos de modo que, para acessar os saberes da disciplina, eles têm que se submeter às regras deste fazer-saber. Sob o controle das práticas discursivas, ficam o controle da linguagem, enquanto ação, e do discurso, enquanto processo no qual se apresenta o fazer do falante. Todo sentido só se faz na interação e, portanto, sob as condições de sua produção.

Ao se propor narrar as histórias de vidas de quatro indivíduos, o enunciador do nosso corpus insere uma ordem de dizer determinando os fatos que foram relevantes para esses indivíduos

no ano de 2017. Nesta operação de dizer, esses indivíduos se constituem como sujeitos-enunciadores e negociam os sentidos da experiência vivida, tornada relevante, que deverá ser publicizado. Nesta proposição enunciativa, qualificam-se os indivíduos e suas experiências, submetendo-os a uma ordem – a da relevância. Se, por um lado, esses depoimentos funcionam como relatos autobiográficos, por outro, cumprem uma função social no mundo contemporâneo. Narrar experiências vividas implica certa intenção, uma direcionalidade ao dizer: apresentar uma sequência de fatos que constituem a história daquele que narra.

Sob estas condições de produção dos depoimentos, há que se considerar que os sujeitos estão sob o efeito da interpelação/qualificação. Interpelados e qualificados, os sujeitos negociam os sentidos daquilo que falam e se deixam falar naquilo que falam. Negociam o sentido daquilo que dizem e daquilo que não dizem. Com isso, toda produção de sentido em uma interação resulta desta negociação sob o domínio de uma qualificação.

Há que se considerar ainda que o dizer que se diz de suas experiências vividas se constitui em um momento de interação: fala-se a alguém sobre os fatos relevantes de sua vida. No entanto, este dizer que diz passa pelo filtro do dizer do outro, o jornalista, que se responsabiliza pela escrita do depoimento a ser publicado: um fato de dizer, duas enunciações. Deste modo, há uma negociação no ato da enunciação de si que não se manifesta na produção do depoimento quando este vem a público. O jornalista, enquanto enunciador, organiza e distribui os sentidos do que foi dito por aquele que relatou sua experiência em uma interação, em outro tempo e espaço.

Como uma primeira hipótese, há que pensar num princípio de diferenciação, que entendemos necessária, nos processos de subjetivação: os primeiros, resultantes de um processo de interpelação/qualificação dos indivíduos em sujeitos, produzidos a partir da inscrição do sujeito em determinadas práticas discursivas. Deste modo, na interação com o repórter, o enunciador se qualifica e se submete a uma ordem de discurso que define o que são fatos

relevantes e o que são fatos não relevantes em uma determinada ordem social. Suas experiências vividas no ano de 2017 devem ser qualificadas. Contudo, como o enunciador qualifica suas experiências? Sob que ordens discursivas define o que é ou não relevante? Neste sentido, deverá qualificar-se e se submeter a um sistema de crenças que define o valor das experiências a partir de um lugar social.

Deste modo, o indivíduo que narra suas experiências vividas diz a partir de um ponto de vista, submetido a uma ordem discursiva que o faz recortar o seu dizer para significar suas experiências no mundo e, para isso, emerge com um sujeito qualificado a dizer. Mas, ao dizer, quer falar de si, dos seus afetos, quer significar a sua experiência e quer que o outro compreenda esta experiência narrada. Se, de um lado, ele recorta suas experiências, submetendo-as a um sistema de valores para qualificá-las; de outro seu dizer, sofrerá ainda uma outra qualificação, será recortado e situado dentro do dizer do outro, mediado pela voz deste outro que faz de sua fala matéria de seu dizer. Aquela que foi a enunciação de si em uma interação passa a ser a enunciação do outro sobre a fala que fez de si. A experiência de primeira pessoa narrada em uma interação intersubjetiva, ao ser enunciada por outro em outras condições de produção, emergirá como uma enunciação em terceira pessoa. Percebe-se, assim, o distanciamento do outro que narra, recortando a experiência que o outro vivenciou. Quanta experiência ficou da história deste dizer que se reduz a uma descrição entre aspas e a uma qualificação, "diz trans que trocou de nome...", que apaga o sujeito e sua experiência. Apagamento materializado pela ausência do nome próprio, mas também pela ausência do determinante, nenhum artigo antecede o nome comum, que cumpriria a função de singularizar o sujeito da experiência. Esvaziamento total do outro.

(1) "É como nascer de novo, mas, desta vez, feliz", diz trans que trocou de nome em 2017...

Este é o primeiro de uma série de quatro depoimentos em que personagens relatarão histórias que foram marcantes para eles em 2017. O que foi mais importante para M é que ela, finalmente, trocou de nome: "É como se você tivesse nascido de novo, mas, desta vez, feliz", conta...

Como sabemos, ao considerarmos o caráter constitutivamente dialógico do dizer, há que reconhecer que todo dizer dialoga com outros dizeres, outras enunciações, com outras palavras. Neste caso, percebe-se que o dizer da jornalista dialoga com os dizeres daquele que descreve sua experiência e ao se constituir deixa as marcas da origem desse dizer. Assim, ao descrever o material publicado, a jornalista observa "este é o primeiro de uma série de quatro depoimentos...". Ao se referir aos depoimentos, a jornalista apaga que aquilo que descreve não é o depoimento daquele que relata, mas uma enunciação que ela produz sobre o enunciado do outro. Escolhas lexicais marcam este funcionamento narrativo do discurso jornalístico, nomeando os experienciadores que deram os depoimentos como "personagens que relatarão histórias".

Além disto, tentando cumprir a meta do depoimento, deixar o outro falar, a jornalista, como dissemos acima, coloca-se em terceira pessoa e afasta-se daquele que fala, apagando sua experiência de segunda pessoa, quando esteve diante do outro, apaga o momento em que as condições de produção possibilitaram a emergência do depoimento, enquanto gênero discursivo. Mas este colocar-se em terceira pessoa, distanciado, é um ato ilusório, na medida em que o texto que se produz é um recorte que ela, enquanto responsável pelo texto que se publica, produziu sobre a materialidade dos depoimentos. Sua subjetividade está presente nestes recortes, está presente nas escolhas e na articulação dessas escolhas no texto produzido. Mais que isso, sua subjetividade está presente na apreciação que produz, por exemplo, ao observar "O que foi mais importante para M é que ela, finalmente, trocou de nome". Este apreciativo "finalmente" insere seu dizer no dizer do outro, denunciando a autoria do texto publicado.

Não negamos que isto segue o curso da língua como interativa e dialógica. Há um encadeamento que se constitui de um dizer que responde a outro dizer. Assim, o texto da jornalista responde a seu passado, o momento interativo do depoimento, e responde ao seu presente, constituindo-se interativamente com o outro, aquele que lerá o seu dizer, e projeta-se a um futuro, diante das possibilidades de dizer sobre e a partir (d)estes dizeres.

Nesta compreensão, Volóchinov (2017, p. 218-219) observa que:

a realidade efetiva da linguagem (...) é o acontecimento social da interação discursiva que ocorre por meio de um ou vários enunciados. Deste modo, a interação discursiva é a realidade fundamental da língua

Assim, o enunciado da jornalista partilha da interação precedente, os depoimentos com a sua cenografia específica, e com a interação que se promove com a publicação do seu texto. Neste movimento o que se observa, como dissemos acima, é a inserção do dizer do outro, os depoentes, no seu dizer que se faz e objetiva a publicação.

(2) Jovem advogada conta como passou 2017 procurando emprego: "Não sei o que falta" [...]

A advogada MC, 29, pensava que superaria rapidamente o desemprego. Desde fevereiro, ela busca uma vaga. "Achei que eu ia abalar", conta. Mas não foi bem assim. "Sinceramente não sei dizer o que falta." [...]

(3) "Antes de me ver, ela viu a minha cor", diz vítima de racismo em 2017 [...]

Funcionária pública CM, 50, sofreu um constrangimento dentro de um ônibus por ser negra. Ela contou que conversava com outra passageira, quando, perto de deixar o coletivo, a mulher ofereceu um cartão dizendo que precisava de uma empregada doméstica como ela.

(4) Venezuelana deixa filhos para fugir de violência e recomeça vida no Brasil: "Está muito, muito feio lá".

Depois de quatro dias de viagem, pegando carona de carro em carro e terminando a travessia em um ônibus, a contadora de 37 anos conseguiu alcançar a fronteira de seu país com o Brasil e chegar a Boa Vista, capital de Roraima.

Compreendemos que este processo de fabricação destas identidades sociais – a trans, a jovem advogada, a funcionária pública, a venezuelana – pode ser monitorado, enquanto formas de produção de sentido do indivíduo no mundo, noutros termos, como forma de enunciação do outro. Enunciação de seus lugares sociais. Parece-nos que isto fica mais claro quando se considera nos depoimentos o modo de inserção da fala do outro no dizer daquele que diz. Por inserir este indivíduo e suas experiências em determinados grupos sociais, apagam-se os indivíduos em função de suas identidades coletivas e sociais. A fala do outro se coloca dentro do discurso e logo abaixo segue uma descrição que o situa: fala-se da trans, fala-se da advogada, da funcionária pública, da venezuelana, ainda que os nomes – que optamos por omitir – lhes sejam atribuídos nos textos.

Parece-nos que se organiza sob os efeitos da formação discursiva: marcam-se as invisibilidades dos indivíduos, quando não ocupam espaços sociais dentro da organização social do capitalismo. Na linguagem, busca-se constituir o sentido no processo de interação, na medida em que suas vozes são marcadas pelo discurso reportado, contra o que se espera quando se considera a presunção de que se está diante de depoimentos. No entanto, suas vozes surgem na voz do outro. É o outro que os constitui enquanto sujeitos de suas histórias. São os lugares que são atribuídos a estes sujeitos a partir do posto de observação que os organiza no espaço social gerenciado pela escrita do texto. O dizer do outro dita o seu dizer e define sua identidade. Suas histórias são narradas a partir do lugar de onde são observados e dessa forma cada um dos sujeitos se torna exposto.

Neste enquadre, o dizer do outro começa por sua enunciação no relato do locutor através de enunciações a partir de verbos específicos como “a advogada conta...”, “...diz trans que trocou de nome”, “diz vítima de racismo em 2017” ou por um dizer reportado, em que se simula o discurso daquele que outrora falou em depoimento. A questão que se coloca, portanto, diz respeito ao lugar da enunciação de si. Ao considerarmos os textos publicados, ainda que dialoguem com os depoimentos prestados à jornalista, por exemplo, percebe-se que o enunciador que deveria relatar sua experiência tem sua experiência relatada. O que se lê, então: o depoimento dos sujeitos que recortaram experiências relevantes de suas vidas e relataram à jornalista ou o texto que dialoga com os depoimentos e se constitui a partir deste diálogo, mas com novas condições produzindo outros efeitos de sentido? O discurso assim relatado constitui-se a partir da palavra do outro que o modela, mas este discurso coloniza sua origem. Pode-se observar que instituído pelo dizer e sob o dizer do outro se instaura uma nova autoria: a do sujeito que agora fala, mas fala pela voz do outro que o institui. Mas também se instaura sob a fala do sujeito que outrora falou.

Complexidade do enunciado concreto e efeito da responsividade, no sentido bakhtiniano. Afinal, deste dizer que se faz a partir do dizer do outro, marcado em um tempo outro do seu acontecimento, põe-se a funcionar dois acontecimentos que se mesclam na fala que se produz naquele que lê os depoimentos reportados. Um movimento recursivo de instâncias interativas. Afirma-se o que não são, depoimentos, pois não se apagam o acontecimento da origem, nem os sujeitos que enunciaram; mas reportam-se o dizer outro e, neste reportar, constitui-se o dizer de si sobre o outro.

Como sugere Bakhtin, há que considerar o discurso-evento, o discorrer na linha do tempo, inaugurando o seu tempo pelo encadeamento dos enunciados. No caso do primeiro depoimento reportado, por exemplo, o dizer enunciando o outro organiza-se em quatro momentos, retomando o real do outro e reorganizando-o em uma sequência enunciativa que vai da infância, aos nove anos,

em que X não se reconhecia no gênero masculino, sua saída de casa por falta de apoio da família até seu retorno junto à família com sua reconciliação com o pai e a amizade com a mãe. Narra-se uma história com começo, meio e fim, descrevendo o caminho de uma personagem.

Os excertos se constituem na enunciação deste outro, ainda que, ao ser qualificado pela jornalista como um depoimento em que os sujeitos relatam fatos marcantes vivenciados por eles, se pretendam com um dizer de si sobre suas experiências. Mas, ao assumir a voz do outro na sua voz, a jornalista expõe o outro naquilo que toma ser a sua história e o fato mais marcante acontecido em 2017. É da enunciação da jornalista que surge a caracterização do fato mais marcante ao dizer que “O que foi mais importante para M é que ela, finalmente, trocou de nome: ‘É como se você tivesse nascido de novo, mas, desta vez, feliz’, conta...”, em um dizer marcado pela enunciação de uma valoração “finalmente”. Certo que esta valoração advém da expressão do outro ao dizer que “foi como nascer de novo”. O mesmo pode ser dito acerca da observação, no segundo depoimento, quando diz que “A advogada ... pensava que superaria rapidamente o desemprego.” Ainda que esta observação pudesse resultar de uma inferência da decepção deduzida da sua enunciação encapsulada na fala do narrador – “Achei que eu ia abalar” – e na avaliação com base no tempo de procura, marcado pelo “desde fevereiro”.

Deste modo, esta apropriação da fala alheia cumpre o objetivo de construir o fato que constitui o centro dos depoimentos; ou seja, o relato do fato mais marcante vivido em 2017. Nestes depoimentos, o lugar de dizer, a jornalista, organiza o que fala sobre o outro e, portanto, enuncia o outro, distribuindo seu lugar no mundo e a singularidade que cada experiência confirma.

Esses dizeres qualificam o discurso produzido pelo enunciador, no caso a jornalista, como responsável pelo depoimento. Neste sentido, esta enunciação do outro cumpre o objetivo de afastar a possibilidade da desordem no discurso, posto que impõe, ao falar uma direção, aquela para onde se aponta e se

organiza o texto, agora publicado: depoimentos que relatam os fatos mais marcantes em 2017 para os entrevistados. Além disso, aproximam-se das grandes narrativas comentadas: mais especificamente, os grandes temas debatidos no meio social, entre os quais, a homofobia e o racismo, na medida em que, no terceiro depoimento, a funcionária pública é constrangida por racismo.

Assim, ainda que se fale algo novo, como proposto pelos depoimentos, em que se deveria falar os sujeitos, este falar ocorre sob o domínio do já dito: esses enunciados redefinem o lugar do dizer do lugar do observador, no caso, a jornalista que organiza as falas dos depoimentos. Afinal, o depoimento apresenta este lugar de um sujeito que busca se instituir na diferença e que, ao se instituir, sofre o não-reconhecimento. Considere, por exemplo, a passagem abaixo, retirado do segundo depoimento de uma série de quatro em que os sujeitos relatam fatos de sua história no ano de 2017. Ao instituir o sujeito que fala, o locutor a apresenta o sujeito de seus depoimentos:

A advogada MC, 29, pensava que superaria rapidamente o desemprego. Desde fevereiro, ela busca uma vaga. "Achei que eu ia abalar", conta. Mas não foi bem assim. "Sinceramente não sei dizer o que falta".

Há o enunciador que organiza seu dizer apresentando sua depoente, nomeando-a. Ao fazer isso, também explicita as emoções e crenças da depoente por meio do enunciado "pensava que superaria rapidamente o desemprego", na medida em que ao inserir a fala do outro na sua fala se produz o efeito de sentido de descrever este estado mental daquele que fala. Este enunciado não só descreve sua crença, na descrição da ação do verbo, como também descreve sua decepção, por meio do aspecto verbal. Os enunciados "achei que eu ia abalar" e "Sinceramente não sei o que falta", encobertos pela voz do outro e sobre o controle, como parte constituinte do dizer autoral, reporta a experiência do depoente e reforça o descontentamento e a decepção. Mas ainda aqui pode-se perguntar

pela narrativa do fato mais marcante. O que se percebe é que, ao assumir a voz do outro, a jornalista redefine e apaga o objeto do dizer: a experiência marcante que deveria ser relatada nos depoimentos. Não se pode imaginar que o relevante seja a busca pelo emprego e o fato de MC não ter conseguido se empregar em 2017.

O que nos parece interessante neste conjunto de textos-depoimentos é o modo como o enunciador narra o outro ao se propor dar ao outro sua voz. Mas este outro, silenciado, se constitui pela voz daquele que fala. Nesta simulação, o que se constitui é a fala da jornalista, enquanto enunciador de um determinado ponto de observação. É a experiência que deveria ser narrada em primeira pessoa, na voz daquele que experienciou, sendo submetida e tratada pelo outro em um relato em terceira pessoa: um depoimento que surge simulado, na medida em que a experiência surge narrada por quem não a experienciou, o que constitui um silenciamento daquele que deveria falar.

Com isso, o efeito de sentido, a do poder que se descreve no espanto do outro – "Achei que eu ia abalar" – e sua perplexidade – "Sinceramente não sei dizer o que falta" – reflete muito mais a recusa do poder diante da expectativa daquele que busca se inserir no meio social que o repele. Se não é o próprio indivíduo que relata sua experiência, sua verdade surge negada e se torna sem efeito, tendo em vista que esta simulação produzida pela apropriação da voz, voz alheia no contexto da voz autoral que encena o depoimento, não possibilita sua realização.

Nestes termos, retoma-se a noção do discurso alheio, no sentido de Volóchinov (2017), na sua relação com o contexto autoral e com suas implicações acerca da autoria do dizer, bem como acerca da responsividade que este dizer requer, na medida em que a enunciação que se institui é o dizer outro, cujo lugar de origem remete ao enunciador que é distinto daquele que enuncia o depoimento. Poderíamos nos perguntar a partir do dizer recortado pelos motivos da decepção, expressa no enunciado recortado "Achei que eu ia abalar", ou pelos motivos da diferença, manifesta no enunciado relatado "Sinceramente não sei dizer o que falta".

É nesta interrelação dinâmica que o sentido se produz sob uma tensão esperada entre o dizer e a vontade de dizer silenciada. Percebe-se nesses depoimentos que se colocam como espaço do dizer do outro a estratégia que o leva a se constituir como um discurso sobre o discurso. E como tal, cumpre a função de controlar o dizer, impedindo que as experiências do outro surjam na complexidade daquele que fala para se submeter à ordem do discurso, que categoriza os sujeitos e lhes atribui sensações e estados mentais, apresentando-os como personagens de uma história, ao invés de sujeitos experienciadores que falam de suas experiências: como se observa no enunciado a “advogada ... que pensava”.

A construção das identidades sociais instaura um regime em que os indivíduos sujeitados à ordem de discurso da acumulação capitalista são classificados, organizados e ordenados para serem submetidos a demandas por serviços e bens de consumo. Segue, portanto, como consequência dessa tecnologia um processo de subjetivação pela acumulação de um saber acerca do outro que visa fundamentalmente sitiá-lo, cercá-lo para interpelá-lo e qualificá-lo.

Como pudemos observar pelos depoimentos, contudo, não basta submeter-se à ordem, alguma coisa falta neste processo de submetimento-qualificação da interpelação, na medida em que o lugar do sujeito qualificado é o lugar da reserva e há sempre a necessidade de mais qualificação-submetimento sob as ordens do discurso do mercado. Assim, relata CM: "Parece que as pessoas aproveitaram para pedir bastante coisa, exigir bastante coisa e pagar muito pouco. Como tem muita gente desesperada, precisando de emprego..." Afirma-se, assim, a falta pela diferença – o fato de ser qualificado, como advogada não basta – Diante da oferta, outras demandas passam a ser necessárias, em uma sociedade que reorganiza os sujeitos para separar, categorizar e excluir.

Ao se submeter à ordem social, os indivíduos dos depoimentos tornam-se sujeitos de um discurso que os qualifica, torna-se advogada, acreditando que se cumprem, assim, os requisitos para a sua inserção. No entanto, se tornar advogada não possibilita a inserção de MC, que conclui decepcionada “achei que eu ia abalar”,

marcando sua diferença pela qualificação obtida, como reconhecimento de sua qualificação-submetimento. Mas o poder, nas artimanhas do controle disciplinar, define um novo lugar, uma nova posicionalidade na relação dos sujeitos que podem servir. Nesta produção de sentido da qual faz parte, a jornalista observa “Desde então, MC alterna seus dias entre o envio de currículos pela internet, uma pós-graduação, trabalho voluntário e jogos online.” E cede a voz ao outro: “Percebi que realmente este ano foi bem complicado.”

Ao ser chamado, o indivíduo se qualifica como sujeito em uma determinada ordem social. Como observa Arfuch (2010, p. 153), “falando da vida ou mostrando-se viver, o entrevistado, no jogo dialético com seu entrevistador, contribuirá sempre, mesmo sem se propor, para o “acervo” comum”. Na constituição dos depoimentos, portanto, a jornalista constitui as identidades sociais a serem retratadas: “CM”, funcionária pública, negra que surge interpelada a partir do dizer de “mulher”. Ao ser localizada pela visibilidade da cor, a funcionária pública torna-se reconhecida e ao ser reconhecida torna-se qualificada, a partir de uma disciplinarização, promovida por uma memória que categoriza e classifica.

A funcionária pública CM, 50, sofreu um constrangimento dentro de um ônibus por ser negra. Ela contou que conversava com outra passageira, quando, perto de deixar o coletivo, a mulher ofereceu um cartão dizendo que precisava de uma empregada doméstica como ela.

Como observa Althusser (1985), a interpelação atua sobre o indivíduo para torná-lo sujeito ao chamamento ideológico. Nesta interpelação, a vida do indivíduo torna-se objeto de desejo, cobiçado e cedido pelo discurso do *trabalho* e da comodificação. Este movimento pode ser percebido no modo como a pessoa é abordada, toma-se o espaço da intimidade do outro, na conversa social de que participa, para torná-la objeto de seu consumo. Assediado em sua vida cotidiana, interpelado pela visibilidade da

cor que o inviabiliza para um sistema que não reconhece a este indivíduo outro lugar senão aquele que o situa sob a ordem do desejo que os tornam objetos desejados.

Este mapeamento/sitamento ocorre a partir da rede de informações acionadas por uma memória discursiva que coloca os indivíduos negros à mercê dos mercados de produtos do trabalho, neste caso, doméstico. Há uma comodificação dessa individualidade, mais precisamente, daquilo que a individualiza – o chamado da cor – em um espaço que se constitui por discursos preconceituosos, para que possa ser submetido/qualificado no sentido de Therborn (1989). Interrompe-se a conversa, impõe-se o cartão, e qualifica com a demanda – necessidade de empregada doméstica – imposta ao sujeito como se este não tivesse outra escolha, senão receber a mensagem.

Por fim, retomando Foucault (1997), observa-se que o poder não opera pela opressão, mas pela economia da influência, i.e., a constante codificação e classificação dos sujeitos em regimes disciplinares, que operam por meio da combinação de hierarquia, vigilância e julgamentos normalizadores, em que os aspectos da vida social tornam-se codificados dentro de uma grade de diferenciação e de valores, como elementos marcadores da subjetividade. Presume-se que os indivíduos tenham comportamentos capazes de serem preditos e mapeados de modo que atendam às expectativas diante das inconsistências da vida ordinária. E o discurso cumpre seu papel de interpelá-los como sujeitos dessa nova ordem, em uma biopolítica que define quais indivíduos podem ser aproveitados.

Referências

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do estado**. Trad. Walter José Evangelista, Maria Laura Viveiros de Castro. 2. ed., Rio de Janeiro : Edições Graal, 1985.
- ARFUCH, Leonor. **O Espaço Biográfico**: dilemas da Subjetividade Contemporânea. Trad. Paula Vidal. Rio de Janeiro : EdUERJ, 2010.

- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Felipe Baeta Neves. 5., ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 4. Ed, São Paulo : Loyola, 1998
- THERBORN, GÖRAN. **La ideología del poder y el poder de la ideología**. Trad. Eduardo Terrén, 2. ed., México, Século Veintiuno Editores, 1992
- MACHADO, Roberto. Prefácio. In Michel Foucault, **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 11. Ed. Rio de Janeiro : Graal, 1986.
- VOLÓCHINOV, Valentin. (Círculo de Bakhtin). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo : Editora 34, 2017.

Metáforas de doutrinação: o enquadramento conceitual do termo doutrinação pelo movimento Escola Sem Partido

Natália Elvira Sperandio¹

O Movimento Escola Sem Partido tem tomado os holofotes de nossas atenções, enquanto educadores, nos últimos anos. Movimento que se propõe a dar visibilidade a um problema, visto pelos seus idealizadores como “gravíssimo”, que seria a instrumentalização do ensino para fins ideológicos, políticos e partidários. Além disso, esse movimento pretende apoiar iniciativas de pais e estudantes de combate à doutrinação, orientando-os em como combatê-la, oferecendo obras que os direcionem a uma análise crítica dessa situação, além de promover o debate e ampliar o nível de conhecimento da população sobre o tema “doutrinação ideológica”.

Diante do acima exposto, podemos observar que o termo doutrinação possui grande visibilidade nos discursos produzidos pelos integrantes desse movimento, sendo o *slogan* do site dedicado a esse movimento “educação sem doutrinação”. Logo, uma indagação que perpassa nossos pensamentos é: o que esse movimento compreende como doutrinação? Ou seja, qual a construção conceitual utilizada pelos seus defensores na criação desse conceito tão presente em suas construções enunciativas?

Tendo como base tal questionamento, o presente capítulo tem como propósito analisar de que forma o Movimento Escola Sem

¹ Doutora em Estudos Linguísticos (Linguística Aplicada, linha linguagem e tecnologia) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui mestrado em Letras pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ). Possui várias publicações em semântica cognitiva, mais especificamente, em estudos da metáfora.

Partido conceitualiza o termo doutrinação. Como forma de alcançarmos tal objetivo, tomaremos como categoria de análise a metáfora. Para isso, com base em uma pesquisa bibliográfica, recorreremos às teorias propostas pelos estudos metafóricos, em especial, a Teoria da Metáfora Conceitual, a Metáfora Sistemática e a Teoria Crítica da Metáfora.

Como forma de efetivar tal estudo, teremos como *corpus* os enunciados proferidos pelos integrantes desse movimento por meio de seus ditos constantes, de modo especial, pelos enunciados presentes no website dedicado ao movimento – escolasempartido.org.

Nossas análises nos possibilitaram observar a presença de veículos metafóricos que demonstram a real ocorrência das metáforas sistemáticas utilizadas pelos apoiadores do movimento em análise. Metáforas que, mesmo sendo construídas no evento discursivo e não fixadas em nossa cultura, recorrem aos domínios que já conhecemos como pessoa, guerra e contêiner. O que evidencia o fato de essas metáforas serem dependentes das metáforas conceituais, demonstrando a forte relação entre o discursivo e o cognitivo. Além do mais, ao trazerem para a construção de seus enunciados essas metáforas, que acabam regendo nossas interpretações, direcionando nosso entendimento do termo doutrinação, entendimento que se diga de passagem nos conduz a uma visão negativa desse domínio, observamos o compartilhamento da mesma ideologia pelos produtores dos discursos analisados.

1. Compreendendo a conceitualização metafórica

1.1 Teoria da metáfora conceitual

Nos últimos anos, presenciamos um aumento significativo de produções acadêmicas dedicadas aos estudos da metáfora. Trabalhos que utilizam como base os estudos produzidos pelos pesquisadores Lakoff e Johnson. E não seria diferente com o estudo aqui proposto, pois foi através da proposta sistematizada por esses

autores que os estudos metafóricos ganharam fôlego, assumindo papel central nos estudos da semântica cognitiva.

No entanto, devemos ter o cuidado de não creditarmos aos autores supracitados a conceitualização primária do termo metáfora, pois os estudos metafóricos são antigos, sendo iniciados pelo filósofo Aristóteles. Em sua definição embrionária, a metáfora foi concebida como “transportar para uma coisa o nome de outra, ou do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero, ou da espécie de uma para a espécie de outra, ou por analogia” (ARISTÓTELES, 1991, p. 273).

Além disso, como apontado por Schröder (2008), a metáfora foi objeto de estudo de diferentes áreas, tais como filosofia, linguística e antropologia. Como exemplo, a autora nos apresenta a pesquisa do filósofo Hans Blumenberg que antecipou algumas das características que fundamentam a Teoria da Metáfora Conceitual, como a tese do domínio – o fato de a metáfora ser vista de forma conceitual e não isolada –, a tese do modelo – a formação de nosso conhecimento através de modelos cognitivos estruturados pela metáfora –, a tese da diacronia – o fato de as metáforas, por meio de seu desenvolvimento histórico, possibilitar a observação de mudanças de pensamentos – e a tese da criatividade – por meio da metáfora construímos novos pensamentos.

Podemos apontar então que é com base nesses estudos, como também em outros trabalhos que foram desenvolvidos sobre a metáfora, tal como as pesquisas de Reddy (1979) sobre a comunicação na língua inglesa, que Lakoff e Johnson desenvolveram a Teoria da Metáfora Conceitual (TMC). Nessa proposta, a metáfora passa a ser concebida como uma forma de compreender e experienciar uma coisa em termos de outra. Para isso, ocorre o mapeamento sistemático entre dois domínios: o domínio-fonte, fonte de inferência, e o domínio-alvo, local em que essas inferências são aplicadas.

Como forma de compreendermos melhor o exposto acima, apresentamos uma das metáforas analisadas pelos autores em sua obra *Metaphors we live by*, publicada no ano de 1980, e traduzida no

ano de 2002 como *Metáforas da vida cotidiana*. O exemplo em questão é o da metáfora DISCUSSÃO É GUERRA. Para os autores, quando discutimos seguimos determinados modelos que possuímos no domínio da Guerra. Assim, como conceitualizamos DISCUSSÃO parcialmente em termos de GUERRA, teremos influência sistemática em nossa forma de falar e agir enquanto estamos discutindo, com isso expressões oriundas do vocabulário de GUERRA formarão uma forma sistemática de falarmos sobre DISCUSSÃO.

No entanto, em seus trabalhos, Lakoff e Johnson dedicaram-se apenas ao aspecto conceitual da metáfora, tendo como objeto de estudo metáforas cristalizadas, ou seja, aquelas metáforas amplamente compartilhadas em uma determinada sociedade, não se dedicando ao uso real, efetivo da metáfora.

Torna-se necessário destacarmos que essa preocupação conceitual, no contexto dos estudos metafóricos, não foi apenas dos autores em questão, mas da grande maioria dos estudiosos que estudaram e estudam esse tropo. Com isso, tem-se a necessidade de maiores investigações que contemplem a perspectiva enunciativa nos estudos metafóricos.

Essa proposição vai ao encontro do pensamento de Vereza (2010), quando a pesquisadora aponta o discurso como espaço não apenas das metáforas conceituais, mas de articulações cognitivas e pragmáticas, como também como lugar de possibilidade de surgimentos de novas metáforas. Para compreendermos melhor essa questão, nos dedicaremos na próxima seção aos trabalhos da metáfora sistemática.

1.2 Metáfora sistemática

Com uma proposta diferenciada, Cameron (2007) nos apresenta a teoria da metáfora sistemática. Nessa teoria, a metáfora é vista como um sistema dinâmico, isto é, uma forma de estabilizar a variabilidade e a dinâmica presente no evento discursivo. Nessa proposta, considera-se que os interlocutores estabelecem “negociações conceituais” para abordarem determinados assuntos.

Para tal, a metáfora passa a ser vista como parte integrante da língua, do seu uso dialógico, e não mais como algo pré-estabelecido, fixo, como ocorria anteriormente na TMC.

Como forma de desenvolver sua proposta de estudo, Cameron (2007) utiliza expressões linguísticas sublinhadas, por ela denominadas de veículos metafóricos. A pesquisadora advoga que esses veículos são itens lexicais que possuem significados em determinados discursos. Portanto, podemos inferir que a metáfora emerge na interação entre o discurso e os interlocutores que buscam os conhecimentos linguístico e cognitivo que possuem para que possam se expressar com os demais participantes.

Para Cameron (2007), com o agrupamento dos veículos conectados no interior de um determinado discurso, na nomeação de um determinado assunto, teremos a metáfora sistemática. Assim, essa metáfora é vista como a estabilização temporária na dinâmica discursiva, isto é, a estabilização de conceitos, valores e formas linguísticas no interior de um determinado discurso.

A nosso ver, a proposta de Cameron vai ao encontro dos trabalhos propostos por Charteris-Black (2004; 2005). Assim como Vereza (2010), esse autor também postula a necessidade de atentarmos para os aspectos semânticos, cognitivos e pragmáticos dessa figuratividade. Em sua abordagem, Charteris-Black (2004; 2005) propõe um estudo que privilegie os aspectos ideológicos e políticos da metáfora.

Para a sua pesquisa, o estudioso nos apresenta um estudo pautado nas três dimensões discursivas: a persuasão (diz respeito à eficácia da metáfora ao realizar o objetivo subjacente de persuasão do emissor da mensagem), a emoção (a persuasão ocorre devido ao potencial da metáfora de nos emocionar) e a avaliação (o papel da metáfora de transmitir os valores, pontos de vista, sentimentos do falante).

Uma afirmativa importante apresentada pelo pesquisador reside no papel persuasivo desempenhado pela metáfora, quando essa conduz o receptor à interpretação em uma determinada direção e não em outra, sendo uma forma de se conduzir essa

interpretação através da avaliação subjacente que é transmitida pela escolha de certas frases; no caso da metáfora, de certos domínios fonte e alvo, ou até mesmo de certas metáforas e não outras, na conceitualização da nossa realidade. O autor nos alerta para o fato de uma mesma noção poder ser comunicada por uma metáfora diferente ou a mesma metáfora ser empregada de diferentes formas, de acordo com uma perspectiva ideológica.

Será com base nesse arcabouço teórico, sucintamente supracitado, que faremos a análise do nosso *corpus*. No entanto, antes dessa análise torna-se imprescindível a apresentação do nosso objeto de estudo: o Movimento Escola Sem Partido.

2. Movimento Escola em Partido

O Movimento Escola Sem Partido é um movimento que visa estabelecer regras para o professor sobre o que ele pode ou não falar dentro da sala de aula, para se “evitar” uma possível doutrinação ideológica e política. Para o movimento

A doutrinação política e ideológica em sala de aula ofende a liberdade de consciência do estudante; afronta o princípio da neutralidade política e ideológica do Estado; e ameaça o próprio regime democrático, na medida em que instrumentaliza o sistema de ensino com o objetivo de desequilibrar o jogo político em favor de um dos competidores (MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO, s.d, s.p)

Como forma de coibir essa doutrinação, esse movimento propõe uma receita bem simples: informar e educar nossos alunos sobre os direitos que possuem de não serem doutrinados e aos professores informar seus limites éticos e jurídicos de ensino. Para isso, o referido movimento propõe anteprojeto de leis que são amplamente divulgados na página da Internet <https://www.programaescolasempartido.org>. Abaixo apresentamos a imagem inicial dessa página, que tomaremos como objeto de nossas análises.

Figura 1: Imagem do site Escola sem partido

The image shows a screenshot of the website 'Escola Sem Partido'. At the top, there is a navigation bar with the site's logo 'ESCOLA SEM PARTIDO' and the slogan 'educação sem doutrinação' with a red pencil icon. Below the navigation bar, there is a search bar and a list of menu items: Apresentação, Quem somos, Objetivos, Condições de Uso, Privacidade, FAQ, and Fale Conosco. The main content area features a large article titled 'Leia o parecer do relator do Projeto Escola sem Partido na Câmara dos Deputados'. The article text mentions a report from Dep. Flavinho (PSC-SP) on 09.05.2018. Below the article is a photo of three men in suits. To the right of the article are several smaller articles with green headers: 'POR UMA LEI CONTRA O ABUSO DA LIBERDADE DE ENSINAR', 'MODELO DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL', 'CARTAZ COM OS DEVERES DO PROFESSOR', 'Dia Nacional de luta contra a Doutrinação nas Escolas', 'Deveres do Professor', 'Flagrando o Doutrinador', 'Planeje sua Denúncia', and 'Conselho aos Pais'. On the left side, there is a sidebar with a list of topics: HOME, ARTIGOS, CORPO DE DELITO, DEFENDA SEU FILHO, DEPOIMENTOS, DOCTRINA DA DOUTRINAÇÃO, DOCTRINAÇÃO PELO MUNDO, EDUCAÇÃO MORAL, O PAPEL DO GOVERNO, LIVROS DIDÁTICOS, and MÍDIA. Below this is a section for 'ESTUDANTIL' with sub-topics like 'REPRESENTAÇÕES AO MP', 'SÍNDROME DE ESTOCOLMO', 'UNIVERSIDADES', and 'VESTIBULAR'. At the bottom left, there are sections for 'Tomatadas', 'O Blog do Diniz', 'De olho no livro didático', 'Blog do Prof. Orley', and 'Não deixe que seu professor faça isso com você.' with a small image of a man in a suit.

Fonte: <https://www.programaescolasepartido.org/#>

A ideia do programa Escola Sem Partido existe desde 2004 e foi criada pela sociedade civil organizada, que tem como proposta

colocar um cartaz na parede de toda sala de aula, deixando claros quais os deveres do professor.

Figura 2: Cartaz com os deveres do professor.



Fonte: <https://www.programaescolasempartido.org/#>

No ano de 2015, o Escola Sem Partido foi transformado por Miguel Nagib, procurador do Estado de São Paulo responsável pela criação, coordenação e divulgação do movimento, em associação. No próprio site do Movimento, o Escola Sem Partido é definido como:

O Escola Sem Partido se divide em duas vertentes muito bem definidas, uma, que trabalha à luz do Projeto Escola Sem Partido, outra, uma associação informal de pais, alunos e conselheiros preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior. A pretexto de transmitir aos alunos uma “visão crítica” da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo. Como membros da comunidade escolar – pais, alunos, educadores, contribuintes e consumidores de serviços educacionais–, não podemos aceitar esta situação [...] (NAGIB, s.d, s.p).

Acreditamos que, mesmo que feita de forma resumida, a caracterização acima apresentada do movimento Escola Sem Partido nos permite inferir a importância que o termo doutrinação possui na representação de tal movimento. Diante disso, nos resta tentar compreender a forma pela qual esse conceito é construído. Para isso, nada mais significativo do que recorrer à análise dos discursos produzidos pelos seus membros. Discursos que são amplamente divulgados no site do movimento supracitado.

3. Analisando o enquadramento do termo doutrinação

Iniciaremos nossas análises com o trecho de um discurso retirado do *link* Depoimentos. Esse espaço no site é dedicado à exposição dos depoimentos dos estudantes que passaram por algum tipo de doutrinação em sala de aula por parte de seus professores.

Divulgaremos neste espaço depoimentos de estudantes que tiveram ou ainda têm de aturar a *militância político-partidária ou ideológica de seus professores*.

Esperamos, com isso, alcançar um duplo resultado. O primeiro é ajudar outros estudantes a *identificar as estratégias de doutrinação e propaganda utilizadas por seus professores e, naturalmente, se precaver contra elas*. O segundo é mostrar aos professores que porventura se reconheçam em tais depoimentos o grande erro que vêm cometendo ao

tentar fazer de seus alunos futuros *"agentes de transformação social"*, a *serviço desse ou daquele partido ou ideologia.*

Como é apontado pelo próprio site, o link depoimento possui, no interior do website, uma função educativa, como um espaço direcionado à ajuda, a precaver, por meio dos relatos, a doutrinação.

No enunciado acima apresentado, podemos observar a presença do domínio da guerra, ao conceituarem doutrinação por meio dos termos estratégia e militância. Ou seja, ao colocarem como de extrema importância os estudantes identificarem as estratégias utilizadas pelos professores com o intuito de alcançar a doutrinação.

O próximo trecho a ser analisado foi retirado do *link* "Planeje sua denúncia". Esse tem como propósito direcionar as vítimas de doutrinação de modo que estejam preparadas para construir uma sequência de fatos convincentes ao combate da doutrinação.

Ao perceber que está sendo vítima de doutrinação política e ideológica em sala de aula, o estudante se depara com o seguinte dilema: denunciar e expor-se ao risco de ser perseguido pelo professor e hostilizado pelos colegas; ou ficar calado.

No enunciado acima, percebemos o enquadramento do termo doutrinação feito por meio da personificação. Ou seja, observamos a transferência da ação de seres animados a um domínio inanimado. Porém, não são quaisquer ações transferidas a essa personificação, mas sim ações negativas, pois doutrinação passa a ser conceitualizada como uma ameaça, por promover ações negativas, tornando o estudante a sua vítima.

"Vazar" a prática doutrinária de um professor para fora do espaço protegido da sala de aula pode ser perigoso. Vejam o que aconteceu ao ex-estudante de História da Universidade Federal Fluminense, Felipe Svaluto Paul, autor da primeira denúncia de doutrinação enviada ao ESP.

No trecho acima, observamos a presença da metáfora do contêiner: a sala de aula sendo conceitualizada como um contêiner (por meio da relação entre dentro/fora) e doutrinação conceitualizada como algo líquido que possa “vazar”, escorrer, desse contêiner. Interessante destacarmos a utilização do termo “espaço protegido” utilizado na referência à sala de aula e ao colocarem como perigoso esse líquido, essa prática doutrinária, “vazar” desse espaço.

Diante desse risco, *muitos estudantes que se reconhecem como vítimas de doutrinação*, e não se sentem suficientemente protegidos pela garantia de anonimato oferecida pelo ESP, acabam optando pelo silêncio. E, com isso, a prática se perpetua.

Novamente, no trecho acima temos a personificação da doutrinação, sendo vista como agente causador de ações negativas, sendo, mais uma vez, o estudante visto como vítima dessa pessoa, dessa personificação. Personificação que continua transpassando os discursos presentes no site, como demonstra o excerto abaixo:

Por isso, o ESP aconselha esses estudantes a fazer o seguinte:

Na dúvida, não se precipitem. *Planejem* a sua denúncia. *Anotem* os episódios, os conteúdos e as falas mais representativas da militância política e ideológica do seu professor. *Anotem* tudo o que possa ser considerado um abuso da liberdade de ensinar em detrimento da sua liberdade de aprender. *Registrem* o nome do professor, o dia, a hora e o contexto. Sejam objetivos e equilibrados. Acima de tudo, verazes. E esperem até que esse *professor já não tenha poder* sobre vocês. Esperem, se necessário, até sair da escola ou da faculdade. Não há pressa. Quando estiverem seguros de que ninguém poderá lhes causar nenhum dano, **DENUNCIEM** a covardia de que foram vítimas quando não podiam reagir.

Façam isso pelo bem dos estudantes que estão passando ou ainda vão passar pelo que vocês já passaram. É um serviço de utilidade pública.

O próximo trecho a ser analisado faz parte da seção artigos. De acordo com o próprio site, esse espaço é dedicado a artigos relacionados à questão da “instrumentalização do ensino para fins político-partidários e ideológicos”. Sendo um espaço aberto a todos que possuem interesse em dizer algo sobre essa questão.

Por uma escola sem partido (Miguel Nagib)

Há dois anos, um pequeno grupo de pais e estudantes preocupados com a *contaminação ideológica de nossas salas de aula* decidiu fazer algo para *combater essa grave ameaça ao ensino*. Criaram, para isso, uma organização informal que, a exemplo de tantas iniciativas nos dias de hoje, se materializou numa página da internet: o www.escolasempartido.org.

Além da retomada do domínio da guerra na conceitualização da doutrinação, temos a Ideologia sendo conceitualizada como uma doença, uma infecção e as salas de aula enquanto um corpo, um hospedeiro, que pode ser contaminado por essa doença.

Os próprios estudantes, *em reação sintomaticamente análoga à observada entre vítimas de sequestros – a conhecida síndrome de Estocolmo –, assumem a defesa, quase sempre agressiva, dos professores acusados de doutrinação*. Os alunos descontentes se calam. O medo de abrir a boca tomou conta da escola.

No excerto acima, mais uma vez o termo doutrinação é personificado através de uma ação negativa (aqui como agente responsável pelo sequestro de alguém, no caso o estudante). Nesse caso, observamos que aquele estudante que compartilha da mesma ideologia de seu professor é uma vítima, mas não qualquer vítima, mas vítima da síndrome do Estocolmo (uma vítima que passa a ter simpatia pelo seu agressor).

Estudantes vampirizados no processo são automaticamente incorporados ao exército de voluntários, assegurando a expansão do negócio.

No fragmento discursivo acima, os estudantes são conceitualizados como vampiros – sugados pelo processo de doutrinação (mais uma vez personificada, enquanto um animal dessa vez). Além disso, passamos a ter nessa conceitualização o domínio da guerra, ao colocar os estudantes enquanto soldados desse exército.

Ao contrário do que sempre acontece, o governo não só não atrapalha, como incentiva, acoberta e patrocina a doutrinação. E os resultados estão aí, exuberantemente demonstrados pela morbosa uniformidade ideológica do cenário político e cultural brasileiro. Um êxito absoluto.

Novamente percebemos a utilização do domínio da guerra (até mesmo do domínio do conceito terrorista), quando nos é colocado o papel exercido pelo governo (que também passa a ser personificado) de incentivar, acobertar e patrocinar a doutrinação.

Considerações finais

Traçamos como finalidade na escrita do presente capítulo a análise das metáforas utilizadas na construção discursiva dos enunciados que compõem o site dedicado ao movimento Escola Sem Partido. Como forma de alcançarmos tal propósito, tomamos como arcabouço teórico pesquisas dedicadas ao estudo metafórico para a identificação e análise do tropo em questão.

Nas análises apresentadas, a metáfora foi conceitualizada com base na TMC, de Lakoff e Johnson (1980). Esse conceito que nos permitiu o primeiro passo das nossas análises: a sua identificação. Com essa identificação apresentamos, na seção anterior, os domínios-fontes utilizados na conceitualização do domínio-alvo doutrinação, a saber: os domínios da guerra, pessoa e contêiner. Porém, como destacamos em nossa seção introdutória, as metáforas analisadas não podem ser concebidas como conceituais, já que não são conceitos cristalizados, fixados em nossa cultura,

diferente, por exemplo, do que ocorre com a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA, amplamente utilizada pela cultura ocidental.

Diante disso, recorremos à teoria da metáfora sistemática. Teoria que nos possibilitou observar a construção discursiva das metáforas. Com base nessa proposta teórica, passamos ao segundo passo: a identificação dos veículos metafóricos. Nesse ponto, destacamos a importância de atentarmos nosso olhar ao fato da recorrência das mesmas metáforas – a da guerra e da personificação – na conceitualização de nosso domínio-fonte. O que demonstra a ocorrência real desses veículos, tornando possível o surgimento das metáforas sistemáticas doutrinação é guerra, e doutrinação é uma pessoa.

Além disso, é por meio dessas metáforas sistemáticas, construídas no transcorrer dos eventos discursivos dos membros do movimento, que ocorre o direcionamento interpretativo que é feito através dos valores subjacentes às escolhas linguísticas feitas pelos produtores do discurso. Dessa forma, enquanto leitores, somos direcionados à construção de uma determinada realidade e não de outra. Realidade na qual a doutrinação tem seu valor negativo ressaltado.

Referências:

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução de Eudoro de Souza. São Paulo: Nova Cultura, 1991.

CAMERON, Lynne J. Patterns of metaphor use in reconciliation talk. **Discourse & Society**, v. 18, n. 2, p. 197-222, 2007. CHARTERIS-BLACK, J. **Corpus approaches to critical metaphor analysis**. London: Palgrave MacMillan, 2004.

CHARTERIS-BLACK, J. **Politicians and Rhetoric: the persuasive power of metaphor**. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2005.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

REDDY, M. The conduit metaphor - A case of frame conflict in our language about language. In. ORTONY, A. (Ed.). **Metaphor and Thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. p. 284-297.

SCHRÖDER, U. Antecipações da Metáfora Cotidiana nas concepções de Hans Blumenberg e Harald Weinrich. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 16, n. 02, p. 39-54, 2008a.

Disponível em: <periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2492/2444>. Acesso em: 24 jul. 2013.

VEREZA, S. O lócus da metáfora: linguagem, pensamento e discurso. **Cadernos de Letras da UFF**. Dossiê: letras e cognição, n.41, 2010, p. 199-212.

Quando a fotografia é resistência

Kátia Hallak Lombardi¹

João Barreto²

A fotografia, apesar da fragilidade de sua inscrição, perdura enquanto índice histórico, já que é capaz de recolher traços do real. Ela tem o potencial de revolver o passado, instigar o pensamento e pode funcionar como “operadora temporal de sobrevivências” (DIDI HUBERMAN, 2011). Este artigo tem como objetivo apresentar uma seleção de trabalhos fotográficos que, de maneiras diferentes, promovem reflexões sobre conflitos do passado e problematizam políticas sociais vigentes.

A proposta é refletir sobre fotografias cuja legibilidade não é dada de antemão, posto que não são facilmente legitimadas, rotuladas. São privadas de clichês. É preciso observá-las com cuidado, elas exigem a vagarosidade de quem abdica da pressa. São trabalhos fotográficos que, de certa forma, pelas características documentais, poéticas e reflexivas, podem contribuir para evitar o apagamento de acontecimentos passados. Além disso, podem ser consideradas também fotografias ativadoras de resistência e geradoras de visibilidade. Perguntamos então: como observar formas de resistência nessas fotografias?

Como procedimento metodológico, foram escolhidos seis trabalhos fotográficos distribuídos em dois grupos. Ao primeiro

¹ Professora do curso de Comunicação Social/Jornalismo e do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Autora da tese *Poéticas do vestígio: Fait, As Terras do Fim do Mundo e To Face*. E-mail: katialombardi@ufsj.edu.br

² Professor da Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ), nos cursos de graduação em Comunicação Social, habilitação Jornalismo, e de Mestrado em Letras. E-mail: joaobarreto@ufsj.edu.br

grupo foram destinadas fotografias de espaços e paisagens, marcadas pela ausência da figura humana e que têm o conflito como tema. Assim, o primeiro grupo, denominado *A guerra em vestígios*, é composto de fotografias que resistem enquanto recolhedoras de vestígios de ações passadas. Nelas, podemos reconhecer destroços, ruínas, restos, enfim, elementos sobreviventes de experiências trágicas passadas.

No segundo grupo, *A política dos corpos*, a resistência está presente nos corpos fotografados. Nesse conjunto, as fotografias selecionadas pertencem ao gênero *retrato* e as pessoas fotografadas prestaram-se ao exercício da pose, questionando a (in)visibilidade social.

É importante ressaltar que a maior afinidade entre os trabalhos fotográficos pertencentes aos dois grupos está na potencialidade de *resistência ao apagamento* tanto de acontecimentos passados quanto das condições sociais dos sujeitos fotografados, uma vez que, ao registrá-los, acaba por imortalizá-los e também por estimular o pensamento crítico.

1. A guerra em vestígios

De acordo com Benjamin (2000), o vestígio, em sua ambiguidade, está relacionado tanto ao que restou quanto à força de uma destruição. O que resta de um acontecimento pode servir de base para tentar compreender o que ocorreu no passado. Para Benjamin, no declínio das formas abandonadas e esquecidas é que se encontra a marca utópica do regresso, pois há nessas formas uma espécie de síntese futura, como lembra Maria Filomena Molder (1999).

Frágil, incerto e ameaçado de desaparecimento, o vestígio pode nos fazer pensar a respeito daquilo que estava esquecido no passado, que retorna em forma de imagem, com a ajuda da imaginação. Contudo, as sobras de ocorrências passadas não retornam da maneira original do ocorrido, mas de uma outra forma: quando o vestígio é capaz de trazer a guerra de volta, ela volta mudada, nossa percepção em relação a ela é outra, os limites do nosso mundo são outros. Lembrando Benjamin (2020), quando o *continuum* da

história é quebrado, o que estava perdido reaparece de maneira deslocada, um pouco modificado. Isso que retorna, retorna como coisa descontínua e muda a relação com o passado e presente, pois o passado como foi já não faz mais sentido, por isso exige que seja reelaborado. Na esteira benjaminiana, Georges Didi-Huberman (2012) afirma que é “preciso saber ver nas imagens aquilo de que elas são as sobreviventes”.

Giorgio Agamben (2005), também leitor de Benjamin, acredita que na fotografia reside alguma coisa que sobreviveu das adversidades do passado, e em seu tempo próprio está a possibilidade de redenção. Na interpretação de Agamben, o anjo da história folheia um livro de fotografias, “[...] semelhantes ao livro da vida que o novo anjo apocalíptico – o anjo da fotografia – tem entre as mãos no final dos dias, ou seja, todos os dias” (AGAMBEN, 2005, p. 34, trad. nossa).³ Didi-Huberman (2012) pondera que, apesar da fragilidade de sua inscrição, é preciso *arrancar a imagem do real* como forma de evitar o processo de apagamento do acontecimento. Segundo o autor, a imagem não pode dizer tudo, mas, por causa do seu valor indicial, ela testemunha alguma coisa que existiu e acaba sendo o que sobrevive ao acontecimento.

Em meio ao cenário devastador da guerra, que tende a apagar todas as diferenças, o vestígio é aquilo que sobrevive ao apagamento. Às vezes, encontra-se ofuscado. Outras vezes, destaca certo aspecto do acontecimento que o originou, sendo alguma coisa que funciona como um indicador de ações que se desenrolaram em uma batalha.

Selecionamos, assim, para comporem o primeiro grupo, *A guerra em vestígios*, três trabalhos fotográficos que possuem o olhar voltado para épocas passadas em busca daquilo que restou nos campos de batalha, do que sobrevive nas sombras de eventos

³ “[...] como el libro de la vida que el nuevo ángel apocalíptico – el ángel de la fotografía – tiene en sus manos al final de los días, es decir, cada día” (AGAMBEN, 2005, p. 34).

traumáticos. A resistência ao apagamento pode ser observada nos vestígios que essas fotografias dão a ver.

Em meio ao cenário devastador da guerra, o vestígio é a matéria-prima para a reconstrução histórica, pois, a partir dele, é possível entender o que houve ou supor o que haverá. Às vezes, encontra-se ofuscado. Outras vezes, destaca certo aspecto do acontecimento que o originou, sendo alguma coisa que funciona como um indicador de ações que se desenrolaram em um conflito. Para compreender essas imagens, é preciso saber interpretar as variações com que os vestígios se apresentam: pontuais, múltiplos, sutis, evidentes, ocultos ou praticamente apagados.

Em boa parte dessas fotografias, o vestígio não é facilmente reconhecível na *antipaisagem* – um tipo de paisagem que não se presta necessariamente para o deleite ou para satisfazer o nosso olhar. Essas *paisagens residuais* não são incólumes. Sentimos certo desconcerto ao observá-las. São paisagens historicizadas, traumatizadas, que estão sempre em transformação: várias camadas temporais estão a reconfigurar o espaço. Passou-se um longo tempo entre o evento e aquilo que sobrou dele; por isso, o signo e o seu referente estão mais distanciados. Para relacioná-las ao tema, temos que reter o nosso olhar sobre elas. Com efeito, o que essas fotografias dão a ver? Como, diante do acabado, reencontrar o inacabado nesses lugares que contam apenas com o vestígio? O que significa fazer da sobra de uma destruição um testemunho? As imagens não conseguem apreender todo o real; mesmo lacunares, elas têm algo a dizer sobre o que representam, podem historicizar o real, contar alguma coisa, mesmo que seja impossível contar integralmente.

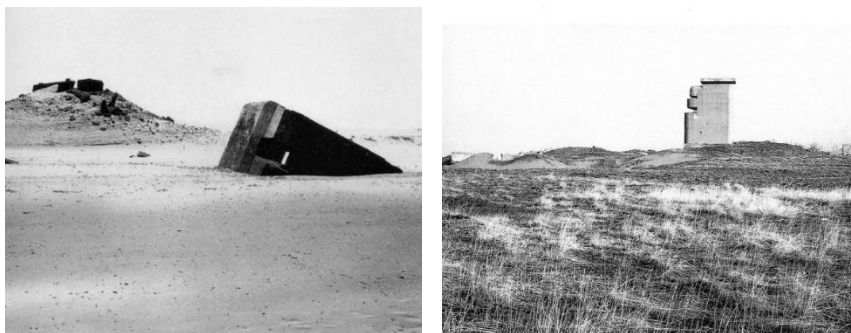
Voltemos nosso olhar, inicialmente, para as fotografias de Paul Virilio (1932-2018), que não foi exatamente um fotógrafo, mas um filósofo e urbanista. No entanto, passados mais de vinte anos depois da Segunda Guerra Mundial (de 1958-1965), Virilio fotografou as defesas costeiras construídas pelos alemães, para evitar o desembarque dos Aliados, ao longo da costa ocidental da Europa. Desativado depois da invasão dos Aliados na Normandia em junho de 1944, esse elaborado sistema de defesa, composto de

aproximadamente 1.500 bunkers, permanece abandonado na costa da França, servindo de lembrança fantasmática do passado brutal.

No verão de 1958, Virilio estava de férias na Bretanha (Costa da França) e ficou fascinado pela arquitetura dos bunkers que permaneciam (e muitos ainda estão lá) espalhados pelas praias. Começou então um estudo histórico, arquitetônico e filosófico que durou quase trinta anos, cujo resultado foi publicado no livro *Bunker Archeology* e as fotografias mostradas em uma exposição de mesmo nome, em Paris (*Musée des Arts Décoratifs*), em 1975.

Nesse caso, os vestígios são os bunkers fotografados nos territórios onde as guerras foram travadas. Essas estruturas abandonadas em um lento processo vão sendo encobertas, destruídas, pela ação do homem e da natureza. As fotografias feitas por Virilio estão carregadas de inscrições da guerra no território e permitem que a experiência histórica seja transmitida de maneira inacabada, em aberto (fig. 01 e 02).

Figuras 01 e 02: *Bunker Archeology*. 1975



Fotos de Paul Virilio

Já o projeto *Bala perdida*, da brasileira Ana Kahn (1968-), diz respeito a um tipo de conflito que, embora não seja oficial, é igualmente assustador: a violência urbana. Sensibilizada pelo número de registros de balas perdidas no Rio de Janeiro, que vem aumentando desde a década de 1990, Kahn pesquisou, em jornais, casos de vítimas fatais ocorridos em lugares públicos. A fotógrafa não estava interessada em fotografar corpos ou o sofrimento dos

familiares, mas sim os locais onde ocorreram casos de vítimas fatais de bala perdida publicados em jornais, no Rio de Janeiro.

Não há mais nada nos espaços urbanos fotografados por Kahn que possa remeter ao caso, nenhum indício, apenas o silêncio, o vazio. Ainda assim, algo aconteceu, e cabe à fotógrafa apontar que ali houve uma tragédia. Essas imagens são testemunhas silenciosas de cenas que se tornaram corriqueiras no Rio de Janeiro. É o caso da fotografia intitulada *Alice* (fig. 03). De acordo com a legenda, Alice, três anos, foi atingida por uma bala perdida enquanto brincava na calçada de uma rua na Cidade de Deus. Em *Cátia* (fig. 04), ondas estouraram na praia de areia branca de Copacabana. Não há ninguém à vista. A legenda nos informa que ali morreu a dona de casa Cátia, de 32 anos. Ela estava na praia com amigos e a filha de oito anos. Em todas as fotografias da série, no lugar do impacto, essas paisagens silenciosas abrem caminho para pensarmos nos seus mais implícitos sentidos.

Figuras 03 e 04: *Alice e Cátia. Bala perdida. 2007*



Fotos de Anna Kahn/annakahn.com.

As fotografias do livro *To face* (2012) feitas pela italiana Paola De Pietri (1960-) nos Alpes e Pré-Alpes da Itália e da Áustria revelam montanhas cobertas pelas nuvens, pela neve, pela mata; árvores secas, bosques esverdeados, pedras, cavernas. No entanto, há alguma coisa oculta nessas paisagens.

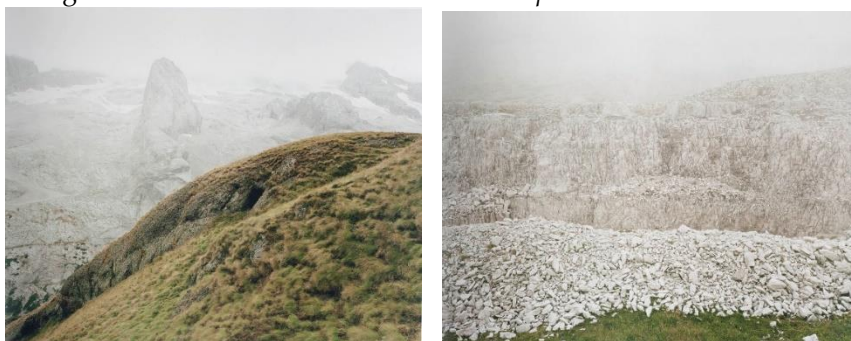
Passaram-se cem anos e os vestígios da Primeira Guerra Mundial, embora muitas vezes já não reportem mais diretamente à sua origem, ainda permanecem espalhados em camadas distintas nas regiões das batalhas. À primeira vista, quase não os notamos nas fotografias de De Pietri. Ao longo do tempo, a natureza parece ter tomado conta do cenário, apagando ações humanas passadas. No entanto, com um olhar mais atento, observamos que os traços dos conflitos ainda são visíveis no tecido das montanhas. Percebemos, então, buracos produzidos pelas bombas, restos de trincheiras, cavernas, artefatos que permanecem integrados à paisagem em uma dimensão quase invisível. A natureza, em contínuo processo de transformação, apropria-se lentamente dos rastros de um acontecimento histórico que está a ponto de se perder.

O vestígio ora aparece como um elemento discreto na paisagem (fig. 05), ora ele é toda a paisagem (fig. 06), embora nem sempre identificável. Há ainda imagens em que o vestígio não é visível, já que foi totalmente absorvido pela natureza (fig. 07). São fotografias opacas, que não apresentam um sentido direto em relação ao acontecimento e que jogam com a experiência histórica, apontando para o seu apagamento. Nessa ponta extrema do trabalho, quando não vemos praticamente nenhum sinal da guerra, percebemos o gesto crítico de De Pietri em relação à própria fotografia de guerra. Como se, em um ato de protesto, ela dissesse que não precisamos expor imagens brutais para refletir sobre a guerra: o vazio, o silêncio, também podem trazer inquietações.

A Primeira Guerra Mundial aconteceu há um século; contudo, suas sombras ainda estão projetadas nas cavernas, nas rochas, nos bosques que compõem a paisagem dos Alpes italianos e austríacos. O trabalho propõe a articulação do passado, presente e futuro em uma mesma linha de tempo: o presente é marcado pela percepção

inicial da natureza, que acontece sem esforço; o passado é visível nos vestígios e também nas lacunas, nos espaços em branco – o espaço do possível, onde a história pode aparecer e desaparecer; o futuro guarda o que não deve ser esquecido, para não ser repetido. Nesse gesto de mostrar os vestígios da guerra cravados na paisagem, Paola De Pietri lembra que a única experiência que pode ser transmitida é a da impossibilidade da experiência, ou seja, da impossibilidade de narrar o evento tal como ele aconteceu.

Figuras 05 e 06: *Pré de Padon e Passo dell'Alpe Matinna. To Face. 2012*



Fotos de Paola De Pietri/To face.

Figura 07: *Passo di Vezzena. To Face. 2012*

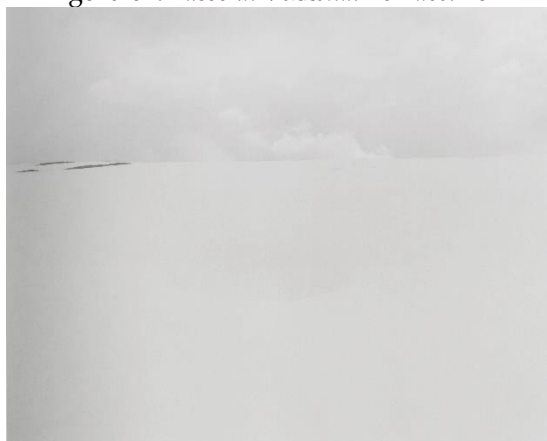


Foto de Paola De Pietri/To face.

2. A política dos corpos

De acordo com Judith Butler (2015, p. 58), todo e qualquer corpo é vulnerável e está submetido à exterioridade do mundo: “o corpo é um fenômeno social: ele está exposto aos outros, é vulnerável por definição. Sua sobrevivência depende de condições e instituições sociais, o que significa, o corpo tem de contar com o que está fora dele”. Assim, articulado à forças sociais e políticas, o corpo tem sempre uma condição precária.

Para Butler (2015), o modo como somos apreendidos e mantidos depende das redes sociais e políticas que nossos corpos vivem. Nossas vidas tornam-se ou não vivíveis de acordo com o modo como nossos corpos são tratados e considerados. Assim, “o que limita quem eu sou é o limite do corpo, mas o limite do corpo nunca pertence plenamente a mim”, ressalta Butler (2015, p. 87). O corpo depende também de certas condições estabelecidas pela sociedade. De modo que, “ser um corpo é estar exposto a uma modelagem e a uma forma social, e isso é o que faz da ontologia do corpo uma ontologia social”, afirma Butler (2015, p. 85).

No segundo grupo, *A política dos corpos*, os corpos fotografados subvertem clichês e instauram dúvidas. São corpos que remetem às suas singularidades e identidades, ao mesmo tempo que dizem respeito às questões sociais e históricas. Eles demonstram resistência, reivindicam reparações e figuram atos políticos.

Abrimos o segundo grupo com o trabalho fotográfico da holandesa Viviane Sassen (1972-), que apresenta questões relativas à colonização cultural, enquadramento e visibilidade. As fotografias dos corpos negros que compõem as séries *Flamboya* (2008) e *Parasomnia* (2011), ao proporem formas dissensuais de expressão, renovam as posições dos sujeitos, atuando, assim, como instrumento político. Sassen envolve suas fotografias em enigmas que mais silenciam do que falam. Que corpos são esses que performam diante da câmera? O que querem nos dizer?

As fotografias de Sassen com modelos africanos, antes de mais nada, ressuscitam antigas questões referentes à colonização

africana. Nas duas séries fotográficas, grande parte das pessoas fotografadas não dão a ver suas faces e nem contam suas histórias. Em uma delas (fig. 08), uma jovem com um vestido de estampa floral, acomodada debaixo de uma árvore, posa para a fotógrafa. A sombra das folhas, estrategicamente, cobre o seu rosto. Em outra imagem (fig. 09), uma trouxa de pertences equilibrada sobre a cabeça sombreia o rosto de outra mulher. Também nessa imagem, os rostos não são visíveis. São imagens enigmáticas, corpos performativos e jogos cênicos que resultam em mensagens abertas, ocultas e sombrias. A proposta de Sassen parece ser menos a de mostrar o corpo negro como objeto estético e mais como instrumento político, instaurador de dissenso e de dúvidas.

Figuras 08 e 09: *Arusha e Traveller*. Flamboya. 2008



Fotos de Viviane Sassen/vivianesassen.com

Sassen utiliza a fotografia como instrumento para problematizar a importância da diversidade cultural e do patrimônio intangível, jogando com os sentidos da alteridade, colocando o espectador à condição limítrofe entre o que vê e o que pode ser. O encontro dos sujeitos fotografados com a fotógrafa os potencializa ou os vitimiza? As fotografias de Sassen apresentam

mais questões do que respostas e essa sensação de estranhamento e vazio advém justamente da percepção de que um corpo está sempre fugindo dos discursos que recaem sobre ele.

Em um primeiro momento, podemos dizer que essas imagens enquadram-se no gênero “retrato”, pois foram feitas com o consentimento e a colaboração dos modelos. Como Roland Barthes (1984) bem explicou: “a partir do momento que me sinto olhado pela objetiva, tudo muda: ponho-me a *posar*, fabrico-me instantaneamente um outro corpo, metamorfoseio-o antecipadamente em imagem” (BARTHES, 1984, p. 22). No entanto, se no retrato, geralmente, observamos a expressão daquele que se prestou a posar, aqui, ao contrário, são retratos velados, de sujeitos sem rostos. Os protagonistas são negros, africanos que, evidentemente, se entregaram às *mise-en-scène* propostas pela fotógrafa.

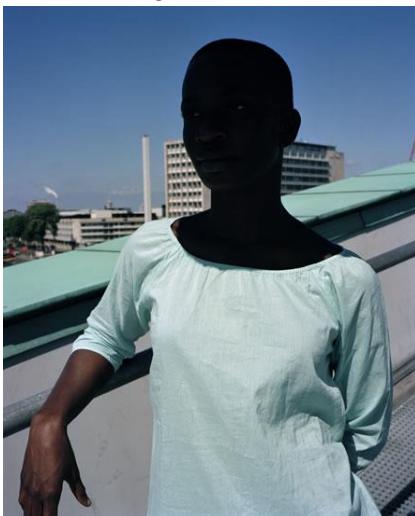
Afinal, o que Sassen busca em outros corpos que o seu próprio não comunica? Um tipo de relação insolúvel. Suas imagens pressupõem um processo de comunicação, que se configura em um certo dever de tornar comum aquilo que socialmente não deveria ficar isolado, diminuindo assim a distância que surge nos movimentos de diferenciação entre indivíduos, nas categorizações de classe, etnia e gênero. Um abismo entre Europa e África surge novamente ou é compensado por uma visibilidade/invisibilidade combinada entre fotógrafa e sujeitos fotografados? As fotografias no ensaio da holandesa, inicialmente, forçam o pensamento em direção à resolução de um incômodo, produzido pela relação fotógrafa-fotografado: exploração ou parceria?

As imagens de Sassen têm a potencialidade de levar os espectadores, que não têm nenhuma informação sobre aqueles corpos, a interpretá-las ativamente. Como o espectador não tem acesso às expressões faciais dos sujeitos fotografados, ele é conduzido a ver, sentir, compreender e fazer traduções à sua própria maneira. Segundo Rancière (2010), é preciso desfazer a ideia de papéis pré-estabelecidos, sair do domínio próprio e trocar os respectivos lugares e poderes. Por seu lado, pondera Rancière (2010), o artista também não quer impor, nem instruir o espectador.

Quer somente produzir uma forma de consciência, uma intensidade de sentimento, uma energia para a ação.

A política de Viviane Sassen, pensada a partir das formulações de Rancière (2009), não tem o caráter de denúncia social, nem a intenção de narrar a história privada das pessoas fotografadas. São imagens destituídas de depoimentos, elas estão carregadas de silêncio e estranhamento. A sombra que encobre o rosto da pessoa fotografada funciona como elemento propulsor para a inversão do sentido da imagem. Esses sujeitos sem rostos querem nos dizer que não somos nós mais que ditamos as regras. A fotografia, juntamente com seus fotografados, parece querer subverter o imaginário coletivo das imagens dos negros. É como se os rostos sombreados (fig. 10) ou os corpos posicionados de costas para a câmera (fig. 11) nos dissessem que são indiferentes às nossas interpretações e nos exigissem uma nova postura. As fotografias de Sassen são formas dissensuais de expressão que inventam modos de ser, ver e dizer, configurando novos sujeitos e novas formas de enunciação coletiva. O poder de invenção da fotografia desafia as forças da normatização e instaura uma nova confiança na capacidade política das imagens.

Figuras 10 e 11: *Kathleen e Mimosa*. Flamboya. 2008



Fotos de Viviane Sassen/vivianesassen.com

Os retratos dos moradores do Aglomerado da Serra em Belo Horizonte, feitos pelo brasileiro Afonso Pimenta (1954-), preenchem uma lacuna na história visual do Brasil dos anos 1980, quando a fotografia ainda era privilégio de poucos, como escreveu a jornalista Ana Paula Orlandi (2018), em matéria exclusiva para a Revista Zum.

Afonso Adriano Pimenta – que já foi gari, pedreiro, metalúrgico, porteiro de boate, segurança de prostíbulo –, no início da década de 1980, começou a fotografar flagrantes do cotidiano e festas por encomenda. A maioria das cenas foram registradas no Aglomerado da Serra (que tem cerca de 50 mil moradores e 1,5 mil km), em Belo Horizonte. O fotógrafo estima ter capturado mais de 300 mil negativos. Uma parte do material se perdeu com o tempo, mas cerca de 80 mil negativos integram agora o projeto *Retratistas do morro*, desenvolvido pelo artista visual e pesquisador Guilherme Cunha.

Pimenta teve o primeiro contato com a fotografia na adolescência, quando um colega de escola, dono de uma Kodak Instamatic 11, abriu a câmera e mostrou para ele como o diafragma funcionava. Trabalhou como laboratorista e assistente de fotógrafo no estúdio *Foto Mendes*, situado no bairro Serra. Fotografou os moradores do Aglomerado em formaturas, batizados, casamentos, aniversários infantis. Com muita dignidade e orgulho, Pimenta fotografou momentos familiares, cenas cotidianas. As pessoas se arrumavam e ficavam em casa esperando o fotógrafo (fig. 12).

Além disso, Pimenta fotografou bailes de *black music*, que haviam despontado no começo dos anos 1970, em Belo Horizonte, e atraíam jovens provenientes da periferia da cidade. Naquela época, o Brasil vivia a ditadura militar e era comum a polícia invadir os salões e prender os frequentadores. Entre 1984 e 1989, o fotógrafo acredita ter feito mais de 100 mil imagens do movimento dos bailes, uma documentação rara de pessoas que não faziam parte da elite (fig. 13).

Diante da escassez de registros fotográficos da população negra e periférica do Brasil naquela época, o arquivo de Afonso Pimenta é uma preciosidade, de valor inestimável. É testemunha

dos valores, dos costumes, do lazer e do cotidiano de uma parte desfavorecida da sociedade marcada pela invisibilidade.

Figuras 12 e 13: *Moradores do Aglomerado da Serra e frequentadores de bailes de black music. Anos 1980*



Fotos de Afonso Pimenta/Revista Zum.

Finalizamos o segundo grupo com as fotografias das mulheres Yanomami de Claudia Andujar (1931-). A fotógrafa nasceu na Suíça e passou a infância, período de guerra, na Hungria, onde perdeu seu pai e a família paterna, de origem judia, nos campos de concentração. Em meados de 1940, mudou-se para Nova Iorque e acabou vindo para o Brasil, em 1954, quando descobriu a fotografia. Trabalhou como fotógrafa colaboradora de revistas como *Realidade*, *Claudia*, *Life* e *Look*. No final da década de 1960, foi contratada pela *Realidade*, para a qual desenvolveu uma ampla reportagem sobre a Amazônia. Foi assim que entrou em contato pela primeira vez com o povo Yanomami. No início dos anos 1970, no auge da ditadura militar, a fotógrafa já estava instalada no território indígena. Entre 1978 e 1992, participou da Comissão pela Criação do Parque Yanomami, coordenando a campanha pela demarcação das terras

indígenas. De 1993 a 1998, atuou no Programa Institucional da Comissão Pró-Yanomami. Com seu segundo companheiro, George Love, desenvolveu parcerias de trabalhos fotográficos, como o memorável livro *Amazônia* (1978).

Durante as décadas de 1970 e 1980, Andujar fotografou exaustivamente os Yanomami e desenvolveu com eles uma relação intensa de afeto e intimidade. No conjunto de sua obra fotográfica, podemos observar a presença constante da mulher Yanomami. A fotógrafa voltou seu olhar às mulheres indígenas em diferentes situações, condições e atividades. Suas fotografias nos convidam a “vê-las por dentro”.

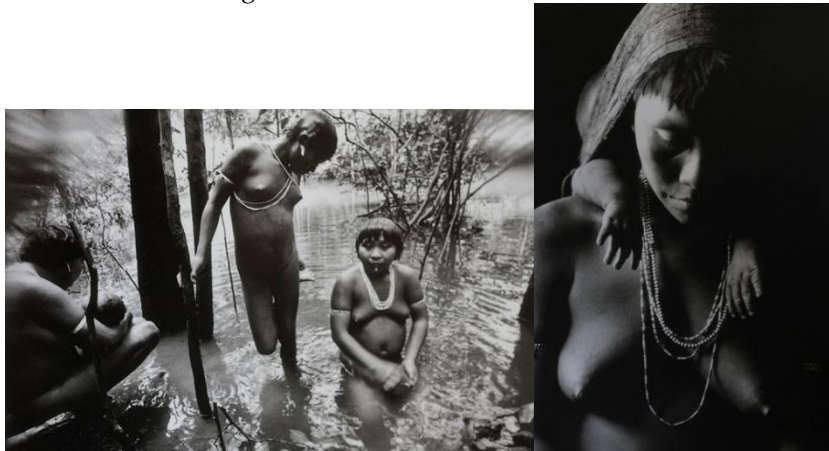
As mulheres indígenas fotografadas por Andujar não correspondem à personagem Iracema (“virgem dos lábios de mel”) do romance de José de Alencar. Não são mulheres idealizadas nem representadas de acordo com estereótipos vigentes. Tampouco alimentam a imagem de povos indígenas exóticos, distantes, selvagens, nem são imagens de caráter estritamente etnográfico. O que vemos são fotografias de mulheres integradas à simplicidade do cotidiano.

Corpos livres, flexíveis, desregrados e vulneráveis ao momento do clique. Destituídos de máscaras ou *molduras* instituídas pela mídia. São formas soltas, cheias de magia que ora confrontam a câmera, ora simplesmente a ignora (fig. 14). As imagens de Andujar reforçam a relação de afetividade cultivada entre as Yanomami, elas tocam no território da intimidade e da subjetividade. Ao observá-las, somos transpostos para o universo de sentimentos e sensações das mulheres fotografadas.

Nesse trabalho, encontramos fotografias de corpos de mulheres que cuidam, que dão alimento, proteção e afeto. Andujar parece chamar a atenção para essa questão em várias fotografias de sua obra. Por exemplo, em uma imagem de luz clássica, lateral – inspirada, possivelmente, em Eugene Smith (1918-1978) – que ilumina o rosto e os seios de uma mãe envolta pelos bracinhos de uma criança (fig. 15). *O corpo da mulher que provém* pode ser visto também na emblemática fotografia de uma Yanomami exercendo

dupla função: ao mesmo tempo que cuida do marido, catando piolhos na cabeça dele, ela amamenta o filho, amparado pelo companheiro (fig. 16).

Figuras 14 e 15: *Yanomami*. 1972-76



Fotos de Claudia Andujar/Yanomami.

Outra característica que chama atenção nas fotografias de mulheres de Claudia Andujar é o olhar marcante, o olhar que resiste. Nos retratos das Yanomami, ainda que elas procurem uma máscara para que seus sentimentos não transpareçam, o olhar e a postura revelam algo de si. No livro *Marcados* (2009), por exemplo, Andujar apresenta uma série de 113 retratos dos Yanomami feitos no início de 1980, com o objetivo de fazer um levantamento da saúde e vacinação dos indígenas. Ao observarmos as mulheres dessa série, percebemos que a força das imagens está concentrada nos seus olhares. São olhares que nos afrontam, que nos indagam, que nos desafiam, que nos intimidam, que nos atravessam. Esses rígidos corpos femininos, que posam frontalmente para a câmera, parecem não temer nada, parecem estar reivindicando respeito, condições de criarem seus filhos, de sobreviverem (fig. 17).

Figuras 16 e 17: Maturacá. TIY e Vacinação. Anos 1980



Foto de Claudia Andujar/Galeria Vermelho/Marcados

Considerações finais

As imagens dos trabalhos apresentados mostram atos poéticos, registros, trajetos e experiências variáveis. Em *A guerra em Vestígios*, observamos o desencanto dos campos marcados pelos vestígios, pelas cicatrizes da guerra, pelo silêncio constrangedor que substitui os sons dos disparos, das ordens disciplinares, da movimentação dos soldados e de suas máquinas. Observamos também o vazio na *antipaisagem* provocado pela violência urbana. A cada instante, histórias são esquecidas, deixadas para trás. Resgatar um evento do passado é uma forma de permitir que a história seja revisitada, é uma forma de resistir ao seu apagamento. Nessa operação de resgate de vestígios, ruínas, restos e detalhes – associados à perda e à permanência –, podemos reencontrar não exatamente o que aconteceu no passado, mas, nas palavras de Didi-Huberman (2012), “o seu possível imaginável”.

Em *A política dos corpos* analisamos corpos, fotografados que figuram atos políticos e de resistência. Trata-se de corpos que ora celebram, ora lamentam; ora questionam, ora silenciam; e que evidenciam desejos e reivindicações. Quando a faculdade da imaginação desafia a normatização é que as fotografias – em suas formas dissensuais – instauram uma nova confiança na capacidade política das imagens.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. El dia del juicio. In: *Profanaciones*. Trad. Flavia Costa e Edgardo Castro. Buenos Aires: Adriana Hildalgo Editora, 2005. p. 29-34.
- ALMEIDA, Djaimilia Pereira de. A voz do corpo mudo. *Revista de Fotografia ZUM*, São Paulo, n. 13, p. 40-61, out. 2017.
- ANDUJAR, Cláudia. *Yanomami*. São Paulo: DBA, 1998.
- ANDUJAR, Claudia. *Marcados*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- BARTHES, Roland. *A Câmara Clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. Tradução José Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. 3.ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2000. (Obras escolhidas, v. 3).
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 10ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Obras escolhidas, v. 1).
- BENJAMIN, Walter. M [O flâneur]. In: BOLLE, Willi (Org.). *Passagens*. Walter Benjamin. Tradução Irene Aron e Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora da UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007. p. 461-498.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* Tradução Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- DE PIETRI, Paola. *To face*. Göttingen: Steidl. 2012.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Imagens apesar de tudo*. Tradução Vanessa Brito e João Pedro Cachopo. Lisboa: KKYM, 2012.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Tradução Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.
- HERKENHOFF, Paulo. A espessura da luz – fotografia brasileira contemporânea. In: ANDUJAR, Claudia. *A vulnerabilidade do Ser*: Claudia Andujar. São Paulo: Cosac Naify, 2005. p.228-237

KAHN, Anna. *Bala perdida*. Disponível em: <<http://www.anna.kahn.com/site/>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

MOLDER, Maria Filomena. *Semear na neve* – Estudos sobre Walter Benjamin. Lisboa: Relógios D' Água Editores, 1999.

ORLANDI, Ana Paula, PIMENTA, Afonso. O cotidiano do morro. *Revista de Fotografia ZUM*, São Paulo, n. 14, p. 74-99, abr. 2018.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*. São Paulo: Editoria 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. *O Espectador Emancipado*. Lisboa: Orfeu Negro, 2010.

SASSEN, Viviane. *Flamboya*. Disponível em <http://www.viviane.sassen.com/books/flamboya/> Publicado em 2008. Acesso em: 17 mar. 2018.

SASSEN, Viviane. *Parasomnia*. Disponível em <http://www.viviane.sassen.com/books/parasomnia/> Publicado em 2011. Acesso em: 17 mar. 2018.

SANTOS, Laymert Garcia dos. Experiência estética e simpatia bergsoniana. In: ANDUJAR, Claudia. *A vulnerabilidade do Ser*: Claudia Andujar. São Paulo: Cosac Naify, 2005. p.46-57

SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

VIRILIO, Paul. *Bunker Archeology*. Tradução: George Collins. Nova Iorque: Princeton Architectural Press, 2008.

O leitor tem em suas mãos, reunidos em livro, um conjunto de textos que expressam o trabalho crítico daqueles que se dispuseram e se propuseram ao diálogo e à troca de experiências. Estimular o pensamento, fomentar o bom debate, e contribuir para a divulgação e discussão das diversas perspectivas teóricas e críticas que circulam na academia constituem a base do trabalho dos pesquisadores e professores. Da reunião destes estudiosos resultou o equilibrado diálogo entre conceitos e reflexões teóricas diferentes, mas convergentes, e os instigantes exercícios de crítica literária e de análise de discurso, que agora se apresentam, provocando na sua leitura um novo prazer.



Universidade Federal
de São João del-Rei



Programa de Mestrado em Letras



Associação Brasileira de Professores de Literatura Portuguesa

